UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DOUTORADO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE DA ASSOCIAÇÃO PLENA EM REDE DAS INSTITUIÇÕES

RÁDIOS COMUNITÁRIAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: ESTUDO NO SEMIÁRIDO PIAUIENSE

ELINARA SOARES BARROS DE SOUSA

Teresina
2021

ELINARA SOARES BARROS DE SOUSA

RÁDIOS COMUNITÁRIAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: ESTUDO NO SEMIÁRIDO PIAUIENSE

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Associação Plena em Rede de Instituições (UFPI, UFERSA, UFC, UFRN, UFPB, UFPE, UFS, UESC), como requisito para obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento e Meio Ambiente.
Área de Concentração: Desenvolvimento e Meio Ambiente.
Linha de pesquisa: Planejamento, gestão e políticas socioambientais.

Orientadora: Profa. Dra. Wilza Gomes Reis Lopes
Coorientador: Prof. Dr. Orlando Maurício de Carvalho Berti

Teresina
2021

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências da Natureza
Serviço de Processamento Técnico

S725r Sousa, Elinara Soares Barros de
Rádios comunitárias e desenvolvimento sustentável: estudo no semiárido piauiense / Elinara Soares Barros de Sousa. – 2021.
196 f.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Piauí, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Associação Plena em Rede de Instituições, Teresina, 2021.
"Orientação: Profa. Dra. Wilza Gomes Reis Lopes."

1. Desenvolvimento sustentável. 2. Rádio comunitária. 3. Semiárido - Piauí. I. Lopes, Wilza Gomes Reis. II. Berti, Orlando Maurício de Carvalho. III. Título.

CDD 333.91

ELINARA SOARES BARROS DE SOUSA

RÁDIOS COMUNITÁRIAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: ESTUDO NO SEMIÁRIDO PIAUIENSE

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Associação Plena em Rede de Instituições (UFPI, UFERSA, UFC, UFRN, UFPB, UFPE, UFS, UESC), como requisito para obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento e Meio Ambiente.
Área de Concentração: Desenvolvimento e Meio Ambiente.
Linha de pesquisa: Planejamento, gestão e políticas socioambientais.

Aprovada em: 31 de maio de 2021

Banca Examinadora

Profa. Dra. Wilza Gomes Reis Lopes (Orientadora)
Universidade Federal do Piauí (UFPI)

Prof. Dr. Orlando Maurício de Carvalho Berti (Coorientador)
Universidade Estadual do Piauí (UESPI)

Profa. Dra. Cicília Maria Krohling Peruzzo
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
Membro Externo

Prof. Dr. Francisco Casimiro Filho
Universidade Federal do Ceará (UFC)
Membro Externo (PRODEMA/UFC)

Prof. Dr. Evandro Alberto de Sousa
Universidade Estadual do Piauí (UESPI)
Membro Externo

Profa. Dra. Elaine Aparecida da Silva
Universidade Federal do Piauí (UFPI)
Membro Interno (PRODEMA)

À minha mãe, Angelita, pelo exemplo, dedicação e inspiração em minha vida.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela vida e por me dá coragem para persistir no que eu acredito, mesmo diante dos obstáculos surgidos durante o processo.

À Universidade Federal do Piauí, por apoiar a qualificação de seus funcionários e autorizar meu afastamento das atividades profissionais para a concretização desta pesquisa.

À professora doutora Wilza Gomes Reis Lopes, por me aceitar como orientanda e por me acolher tão lindamente durante todo o processo de orientação, demonstrando sensibilidade com seus gestos e palavras que aquecem o coração.

Ao professor doutor Orlando Maurício de Carvalho Berti, pela coorientação deste trabalho e por estar junto nessa caminhada científica desde a graduação, incentivando e acreditando em cada novo desafio.

Ao professor doutor José Adolfo de Almeida Neto, por me receber tão bem na Universidade Estadual de Santa Cruz, possibilitando meu crescimento científico.

Aos membros da banca examinadora, professora doutora Cicilia Maria Krohling Peruzzo, professor doutor Francisco Casimiro Filho, professor doutor Evandro Alberto de Sousa e professora doutora Elaine Aparecida da Silva, pelo tempo e pelas valiosas contribuições.

Aos colaboradores das rádios comunitárias pesquisadas que participaram da pesquisa, pela disponibilidade para responderem às entrevistas.

À minha mãe, Angelita, por ser minha primeira e grande incentivadora em buscar novos conhecimentos e pelo amor incondicional.

Aos meus irmãos, Dinara e Handielle, por estimularem meu crescimento pessoal e profissional e por fazerem parte desse processo da minha vida acadêmica.

Ao Marcos Lira, pelo amor, companheirismo, compreensão e por estar ao meu lado em todos os momentos desta jornada.

À Leiviane Barbosa e ao Miguel Leocádio, pelo auxílio nas traduções deste trabalho.

Aos meus amigos, por tornarem minha vida mais leve em cada momento dessa caminhada acadêmica.

RESUMO

O estudo da relação da comunicação com o desenvolvimento sustentável é de suma importância para se entender como essas duas áreas de pesquisa atuam, se inter-relacionam e se tem reverberações para a própria sociedade. Por isso, o destaque na presente pesquisa é a atuação da comunicação no sentido de sensibilizar a população por meio do trabalho de rádios comunitárias. Diante disso, parte-se do seguinte problema de pesquisa: como as rádios comunitárias localizadas no semiárido piauiense atuam para o desenvolvimento sustentável das comunidades em que estão inseridas? Tem-se como hipótese que as rádios comunitárias não têm atuado, de forma efetiva, junto à sensibilização da população, em relação ao desenvolvimento sustentável e na divulgação da cultura local, das comunidades em que estão inseridas. Com isso, objetivo geral é analisar a atuação das rádios comunitárias do semiárido piauiense em relação ao desenvolvimento sustentável das comunidades em que estão localizadas. Como objetivos específicos tem-se: refletir sobre aspectos sociais e ambientais característicos da região semiárida brasileira; identificar as rádios comunitárias legalizadas inseridas no semiárido piauiense; verificar as percepções de colaboradores quanto ao processo produtivo nas rádios e caracterizar os temas abordados nas programações das rádios estudadas, em relação à cultura e aspectos de sustentabilidade ambiental. Para efetivar a pesquisa, foi utilizado o método descritivo-analítico, baseado na observação e interpretação da realidade do objeto estudado, tendo por base dados quantitativos primários e secundários e qualitativos, apoiada em pesquisas bibliográfica, documental e de campo. Foram realizados levantamento bibliográfico do estado da arte; mapeamento das rádios comunitárias legalizadas localizadas no semiárido piauiense; entrevistas semiestruturadas com os agentes envolvidos no processo produtivo das rádios; análise de programação de rádios comunitárias. Foi constatado que, no semiárido piauiense, mais da metade dos municípios não possui rádios comunitárias legalizadas, sendo identificadas 99 rádios, o que representa 46,48% dos municípios. Com isso, muitas comunidades não possuem meios de comunicação que possam expressar conteúdos locais e dar voz aos cidadãos que vivem nessas localidades, sendo limitada a reprodução de informações produzidas em outros municípios e em outros contextos sociais. Além disso, foi identificado que algumas das rádios pesquisadas são utilizadas para fins comerciais e isso representa um ponto negativo para as comunidades, pois as rádios passam a ter objetivos de lucro e não o bem comum da comunidade. Percebeu-se que as rádios comunitárias analisadas possuem uma atuação tímida para o desenvolvimento sustentável das comunidades em que estão inseridas, confirmando a hipótese levantada. A partir da análise, percebeu-se, ainda, que

as rádios comunitárias estudadas são subutilizadas com relação ao seu potencial de mudança social e os motivos que justificam isso vão desde o uso inadequado dessas emissoras, atuando como uma emissora com características de rádio comercial, em que priorizam os interesses pessoais em detrimento aos interesses públicos à falta de estrutura física e conhecimento técnico para ampliar as possibilidades; e pouca participação da população na atuação nessas emissoras.

Palavras-chave: Desenvolvimento Sustentável; Rádio comunitária; Semiárido; Piauí.

ABSTRACT

The study of the relationship between communication and sustainable development is extremely important to understand how these two areas of research work, interrelate and have repercussions for society itself. For this reason, the highlight in this research is the performance of communication in order to sensitize the population through the work of community radio stations. Therefore, the following research problem is started: how do community radios located in the semiarid region of Piauí act for the sustainable development of the communities in which they are located? It is hypothesized that community radio stations have not acted effectively in raising awareness among the population, in relation to sustainable development and the dissemination of local culture, of the communities in which they operate. Thus, the general objective was to analyze the performance of community radio stations in the semi-arid region of Piauí in relation to the sustainable development of the communities in which they are located. The specific objectives are: Reflect on social and environmental aspects characteristic of the Brazilian semi-arid region; Identify the legalized community radio stations inserted in the semi-arid region of Piauí; Check the perceptions of employees regarding the radio production process; Characterize the topics covered in the radio programs studied, in relation to culture and aspects of environmental sustainability. To carry out the research, a descriptive-analytical research method was used, based on observation and interpretation of the reality of the object studied, based on primary and secondary and qualitative quantitative data, supported by bibliographic, documentary and field research. Bibliographic survey of the state of the art was carried out; mapping of legalized community radio stations located in the semi-arid region of Piauí; semi-structured interviews with the agents involved in the radio production process; analysis of community radio programming. It was found that, in the Piauí semi-arid region, more than half of the municipalities do not have legalized community radios, with 99 radios identified, representing 46.48% of the municipalities. As a result, many communities do not have means of communication that can express local content and give a voice to the citizens who live in these locations, with limited reproduction of information produced in other municipalities and in other social contexts. In addition, it was identified that some of the radios surveyed are used for commercial purposes and this represents a negative point for the communities, as the radios now have profit objectives and not the common good of the community. It was noticed that the community radio stations analyzed have a timid performance for the sustainable development of the communities in which they are inserted, confirming the hypothesis raised. From the analysis, it was also noticed that the studied community radio

stations are underutilized in relation to their potential for social change and the reasons that justify this range from the inappropriate use of these stations, acting as a station with characteristics of commercial radio, in which they prioritize personal interests to the detriment of public interests; the lack of physical structure and technical knowledge to expand the possibilities; and the population's lack of interest in perceiving these stations as a means of developing this community, a means that seeks to democratize communication.

Keywords: Sustainable development; Community radio; Semiarid; Piauí.

RESUMEN

El estudio de la relación entre comunicación y desarrollo sostenible es de suma importancia para comprender cómo estas dos áreas de investigación trabajan, se interrelacionan y repercuten en la sociedad misma. Por ello, lo más destacado de esta investigación es el desempeño de la comunicación con el fin de sensibilizar a la población a través del trabajo de las radios comunitarias. Ante esto, se inicia el siguiente problema de investigación: ¿cómo actúan las radios comunitarias ubicadas en la región semiárida de Piauí para el desarrollo sostenible de las comunidades en las que operan? Se plantea la hipótesis de que las radios comunitarias no han actuado eficazmente en la sensibilización de la población, en relación al desarrollo sostenible y la difusión de la cultura local, de las comunidades en las que operan. Así, el objetivo general fue analizar el desempeño de las radios comunitarias en la región semiárida de Piauí en relación al desarrollo sustentable de las comunidades en las que se ubican. Los objetivos específicos son: Reflexionar sobre los aspectos sociales y ambientales característicos del semiárido brasileño; Identificar las radios comunitarias legalizadas insertadas en la región semiárida de Piauí; Verificar las percepciones de los empleados sobre el proceso de producción de radio; Caracterizar los temas tratados en los programas radiales estudiados, en relación a la cultura y aspectos de sostenibilidad ambiental. Para la realización de la investigación se utilizó un método de investigación descriptivo-analítico, basado en la observación e interpretación de la realidad del objeto estudiado, a partir de datos cuantitativos primarios y secundarios y cualitativos, sustentados en investigaciones bibliográficas, documentales y de campo. Se realizó un levantamiento bibliográfico del estado del arte; mapeo de radios comunitarias legalizadas ubicadas en la región semiárida de Piauí; entrevistas semiestructuradas con los agentes involucrados en el proceso de producción de la radio; análisis de la programación de radios comunitarias. Se encontró que, en la región semiárida de Piauí, más de la mitad de los municipios no tienen radios comunitarias legalizadas, con 99 radios identificadas, lo que representa el 46,48% de los municipios. Como resultado, muchas comunidades no cuentan con medios de comunicación que puedan expresar contenidos locales y dar voz a los ciudadanos que viven en estos lugares, con una reproducción limitada de la información producida en otros municipios y en otros contextos sociales. Además, se identificó que algunas de las radios encuestadas se utilizan con fines comerciales y esto representa un punto negativo para las comunidades, ya que las radios ahora tienen objetivos de lucro y no el bien común de la comunidad. Se notó que las radios comunitarias analizadas tienen un desempeño tímido para el desarrollo sustentable de las comunidades en las que se

insertan, confirmando la hipótesis planteada. A partir del análisis, también se advirtió que las radios comunitarias estudiadas se encuentran subutilizadas en relación a su potencial de cambio social y las razones que justifican este rango desde el uso inadecuado de estas estaciones, actuando como una estación con características de radio comercial, en que priorizan los intereses personales en detrimento de los intereses públicos; la falta de estructura física y conocimientos técnicos para ampliar las posibilidades; y el desinterés de la población por percibir estas estaciones como un medio para desarrollar esta comunidad, un medio que busca democratizar la comunicación.

Palabras clave: Desarrollo Sostenible; Radio comunitaria; Semi árido; Piauí.

LISTAS DE FIGURAS

Figura 2.1 - Equilíbrio dinâmico da sustentabilidade e pressupostos (pilares) do desenvolvimento sustentável. 32
Figura 4.1 - Biomas do Nordeste do Brasil.....64
Figura 5.1 - Mapa de delimitação do semiárido.....90
Figura 5.2 - Municípios do semiárido piauiense com rádios comunitárias outorgadas até primeiro trimestre de 2020 99
Figura 6.1 - Mapa com identificação de rádios comunitárias do semiárido do Piauí escolhidas para estudo.....114
Figura 6.2 - Estrutura da Rádio Comunitária Ebenezer (Caracol - PI).....126
Figura 6.3 - Estrutura da Rádio Comunitária Alternativa FM (São Raimundo Nonato - PI).126

LISTA DE TABELAS

Tabela 5.1 - Quantidade de outorga de autorização de rádios comunitárias por região.....95
Tabela 5.2 - Distribuição das rádios comunitárias pelos municípios do semiárido 97
Tabela 5.3 - Quantitativo de rádios comunitárias legalizadas no semiárido piauiense em função do IDHM 100

LISTA DE QUADROS

Quadro 2.1 - 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.....27
Quadro 4.1 - Quantidades de famílias beneficiadas pelo PBF em fevereiro de 2021.....67
Quadro 4.2 - Quantidades de famílias beneficiadas pelo PBF no Nordeste, em fevereiro de 2021.....68
Quadro 6.1 – Lista de Unidades de Conservação Nacional no Piauí.....110
Quadro 6.2 – Características dos municípios pesquisados.....111
Quadro 6.3 – Perfil dos colaboradores entrevistados.....118
Quadro 7.1 - Semana construída das programações das rádios comunitárias.....140
Quadro 7.2 - Eixos e aspectos avaliados nas programações.....141

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 5.1 - Quantidade de Rádios Comunitárias por estado brasileiro 94
Gráfico 6.1 - Nível de escolaridade dos entrevistados.....120
Gráfico 6.2 - Renda familiar dos entrevistados 122

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AM	Amplitude Modulada
ANATEL	Agência Nacional de Telecomunicações
AP1MC	Associação Programa Um Milhão de Cisternas
APT	Programa Água para Todos
ASA	Articulação Semiárido Brasileiro
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa Humana
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CONEP	Conselho Nacional de Ética em Pesquisa
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FCO	Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste
FIDA	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
FM	Frequência Modulada
FNE	Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste
FNO	Fundo Constitucional de Financiamento do Norte
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INSA	Instituto Nacional do Semiárido
IOCS	Inspetoria de Obras Contra as Secas
MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia
MCTIC	Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MESA	Segurança Alimentar e Combate à Fome
MMA	Ministério do Meio Ambiente
NO_2	Dióxido de Nitrogênio
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONGs	Organizações Não-Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
P1+2	Programa Uma Terra e Duas Águas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos

PBF Programa Bolsa Família

PBSM Plano Brasil sem Miséria

PIB Produto Interno Bruto

PNAD Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNO Plano Nacional de Outorgas

PNUD Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

Prodecer Programa de Cooperação Nipo-Brasileira de Desenvolvimento dos Cerrados

PROSAVANA Programa de Cooperação Tripartida para o Desenvolvimento Agrícola da Savana Tropical em Moçambique

Rio 92 Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento

Rio+20 Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável de 2012

RNB Renda Nacional Bruta

SENARC Secretaria Nacional de Renda de Cidadania

SNUC Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza

SUDENE Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

TCLE Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TI Tecnologia da Informação

UESPI Universidade Estadual do Piauí

UFPI Universidade Federal do Piauí

Uneb Universidade do Estado da Bahia

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 20
2 UM OLHAR SOBRE A TRAJETÓRIA DO CONCEITO DE SUSTENTABILIDADE 26
2.1 Discussão histórica sobre sustentabilidade 26
2.2 Teoria da dependência 29
2.3 Do crescimento ao desenvolvimento sustentável 31
2.4 Sustentabilidade *versus* sistema capitalista 34
2.5 Outros tipos de sustentabilidade ou pós-desenvolvimento 36
3 A COMUNICAÇÃO E A SUSTENTABILIDADE 41
3.1 Comunicação comunitária 46
3.2 Legislações relacionadas ao setor de comunicação 49
3.3 Radiodifusão 51
3.4 Rádios comunitárias 54
4 SEMIÁRIDO BRASILEIRO: MUITO ALÉM DA SECA 60
4.1 Introdução 61
4.2 Sobre o semiárido 63
4.3 Contexto do semiárido na perspectiva de combate à seca 64
4.4 Paradigma da convivência com o semiárido brasileiro 68
4.5 Ações de convivência com o semiárido 72
4.6 Considerações finais 77
4.7 Referências 79
5. A RÁDIO COMUNITÁRIA E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: ESTUDO NO SEMIÁRIDO DO PIAUÍ, BRASIL 83
5.1 Introdução 84
5.2 Comunicação comunitária 87
5.3 Características do semiárido brasileiro 89
5.4 Caracterização quantitativa das rádios comunitárias 94
5.5 Considerações finais 103
5.6 Referências 104
6. A SUSTENTABILIDADE NA VISÃO DE COLABORADORES DE RÁDIOS COMUNITÁRIAS: ESTUDO NO SEMIÁRIDO DO PIAUÍ 108
6.1 Introdução 109
6.2 Metodologia 110
6.3 A comunicação e o desenvolvimento sustentável 115
6.4 Rádios comunitárias como meios de comunicação para a sustentabilidade 116
6.5 A região do semiárido brasileiro 117

6.6 A Percepção dos comunicadores comunitários do semiárido do Piauí sobre a temática de desenvolvimento sustentável 118
6.7 Considerações finais 130
6.8 Referências 132
7 ATUAÇÃO DAS RÁDIOS COMUNITÁRIAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: ANÁLISE DA PROGRAMAÇÃO DE RÁDIOS COMUNITÁRIAS DO SEMIÁRIDO DO PIAUÍ, BRASIL 135
7.1 Introdução 136
7.2 Comunicação comunitária e o desenvolvimento sustentável 138
7.3 Metodologia 139
7.4 Análise das programações das rádios 142
7.4.1 Participação da comunidade **143**
7.4.2 Programação Local **146**
7.4.3 Conteúdo musical **149**
7.4.4 Apoio cultural **150**
7.5 Considerações finais 151
7.6 Referências 153
8 CONCLUSÕES 155
REFERÊNCIAS 161
APÊNDICE A 175
APÊNDICE B 179
ANEXO A 181
ANEXO B 185
ANEXO C 188
ANEXO D 196

1 INTRODUÇÃO

As discussões em torno de como o ser humano tem se relacionado com os recursos naturais permeiam a sociedade, principalmente a partir da década de 1960, por meio de reuniões e conferências em níveis local e mundial. O antropocentrismo, em que o ser humano é colocado no centro do universo, traz, também, reflexos atuais dessa relação.

Em um passado não muito distante houve discussões sobre os movimentos ambientalistas. Castells (1999, p. 142) alertou que esses movimentos em diversas partes do mundo encontravam-se "[...] em grande medida, no cerne de uma reversão drástica das formas pelas quais pensamos na relação entre economia, sociedade e natureza, propiciando assim o desenvolvimento de uma nova cultura". Atualmente, se questiona se essa nova cultura de fato é colocada em prática ou se, ainda, é processo embrionário.

As discussões realizadas nas conferências da Organização das Nações Unidas (ONU), ocorridas, em 1972, em Estolcomo (Suécia) e, em 1992, no Rio de Janeiro (Brasil), possibilitaram avanços sobre a temática nos mais diversos países. A partir das discussões sobre as questões ambientais, em 1987, o conceito de desenvolvimento sustentável foi definido pelo Relatório de Brundtland como, "aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades" (CMMMD, 1991, p. 46). No entanto, discussões sobre esse conceito continuam até os dias atuais, considerando que a realidade está em constante mudança e esse conceito não abrange a complexidade do assunto.

Na visão de Peruzzo (2015), o modelo de desenvolvimento dominante não levava em consideração questões culturais, fator importante para a ampliação de mercado consumidor em países considerados subdesenvolvidos. Ainda, segundo a autora, ao assumir pressupostos do conceito de desenvolvimento participativo para entender uma realidade local, "eles se revestem de novas perspectivas que permitem um olhar mais atento às práticas participativas e coletivizadas gestadas por movimentos e organizações populares" (PERUZZO, 2015, p. 190).

Nessa mesma linha de pensamento, Silva (2010) afirma que, o desenvolvimento sustentável é uma ação cultural, que leva em consideração o contexto das realidades socioambientais, se afastando de um pensamento único e homogêneo.

Isso ficou mais evidente diante do contexto social vivido em todo o mundo, com a pandemia da COVID-19, causada pelo vírus SARS-CoV-2, que ficou conhecido como novo coronavírus, doença que teve seus primeiros casos registrados no final de 2019 na cidade de Wuhan, China, e foi decretada como pandemia pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em

março de 2020, por ter atingido diversos países do mundo. O estado pandêmico ainda continua no ano de 2021, sem uma perspectiva de término, mesmo após a fabricação e início da aplicação de vacinas. Ações no sentido de controlar o contágio da doença trouxeram significativas mudanças, também, sobre o meio ambiente, economia e relações sociais.

Durante a pandemia, voltaram a ser evidentes questões de suma importância para a sociedade, tais como a ética e as desigualdades sociais. Os impactos da doença não atingiram os países da mesma forma. Em entrevista concedida a Torres e Fischer (2020), os cientistas Matamoros e Ortiz trouxeram reflexões importantes sobre como a pandemia trouxe impactos na ciência, na comunicação e na ética.

Em entrevista, Ortiz (TORRES; FISCHER, 2020) afirmou que a COVID-19 impactou não só na economia e finanças da indústria e agricultura, mas atingiu diretamente a política, as relações internacionais, a tecnologia, a religião, o meio ambiente, entre outros. Diante desses impactos, foi possível perceber que soluções desenvolvidas em alguns países não tiveram o mesmo desempenho em outros.

Paralelo a isso, um campo interdisciplinar e que dialoga diretamente com as ciências ambientais é a ciência da comunicação. A Comunicação Social tem papel ativo e atua trazendo informação por diferentes meios em diversos locais. No Brasil, as concessões e permissões são públicas e as finalidades dos meios de comunicação tem caráter social, por isso, não se vê inércia desses meios diante dessa situação tão grave.

Os meios de comunicação, também, foram importantes nesse processo inicial de discussões dessa relação meio ambiente e ser humano, mais especificamente sendo utilizados como “ferramentas para a difusão da informação, persuasão e catequização para mudanças de conduta” (PERUZZO; VOLPATO, 2019, p. 19), reverberando a teoria da modernização, muito associada ao desenvolvimento como sinônimo de crescimento. Dessa forma, faz-se necessário ampliar as discussões voltadas para o desenvolvimento e a sustentabilidade, em que os meios de comunicação comunitários têm papel relevante, para o esclarecimento da sociedade.

Dentre os meios de comunicação com grande importância nessa relação com as questões do desenvolvimento sustentável, apresenta-se o rádio e, dentro do contexto da radiodifusão no Brasil, cabe destacar, especificamente, as rádios comunitárias, que “desde o começo foram claros os objetivos de democratizar a comunicação e informar uma população invisibilizada pelos meios tradicionais sobre temas próximos de sua realidade” (SANTOS; PRATA; MEDEIROS, 2019, p. 132).

Segundo Bautista (2018), democratizar a comunicação é dar poder a esses cidadãos da comunidade, tornando-os produtores de comunicação, dando voz aos grupos que são

silenciados pelos grandes meios de comunicação. Para o autor, as rádios comunitárias favorecem o desenvolvimento da comunidade, pois está voltada a satisfazer a necessidade de comunicação do local em que está inserida, promovendo o desenvolvimento social, os valores locais, fortalecendo as identidades sociais e culturais.

Bautista (2018) afirma, ainda, sobre a importância dessas emissoras no reconhecimento das múltiplas identidades, da educação informal e não formal, nas necessidades das populações vulneráveis e como agente socializador, estimulando a participação da comunidade na criação da própria vida, possibilitando a diminuição da marginalidade em que vivem parte da sociedade.

Diante disso, percebe-se que as rádios comunitárias passam a ter mais importância para as comunidades em que estão inseridas. Kejval (2019) destaca que, diante do contexto em que os grandes meios de comunicação se encontram, ou seja, centralizados em um pequeno grupo social, no qual são legitimadas as ideias e acontecimentos desses grupos, as emissoras assumiram o papel de se constituírem como um espaço de expressão e fortalecimento de setores e ideias não hegemônicas. Com isso, houve a possibilidade do aumento no número de produtores de informação, diversificação de temáticas e aproximação com a realidade da comunidade.

No entanto, a análise quantitativa não é suficiente para se perceber qual o uso que está sendo feito desses meios de comunicação. Torres (2012, p. 315) afirma que "o exercício da cidadania por meio da rádio se encontra ameaçado em função da apropriação privada por comerciantes e políticos de um espaço que deveria ser público". Apesar da tentativa do Ministério das Comunicações de atender à demanda reprimida dos municípios que não possuem rádio comunitária, ainda existe a problemática do uso, não atendendo aos anseios da comunidade.

Ressalta-se que, as questões que envolvem a sustentabilidade devem ser apresentadas e discutidas como parte do processo produtivo das rádios comunitárias. Percebe-se, também, a necessidade de se fazer uma interface, mais aprofundada, entre comunicação e ciências ambientais, considerando que a comunicação pode ser utilizada nas ações que têm como foco o desenvolvimento sustentável, podendo ser desenvolvidas nas políticas públicas, pelas organizações e na sensibilização do cidadão.

Essas emissoras desempenham papel importante na divulgação da realidade local, principalmente em regiões mais carentes, de menor acesso a outros meios de comunicação. Santos, Prata e Medeiros (2019, p. 144) afirmam que as rádios comunitárias nasceram com características ideológicas, buscando dar visibilidade a uma parcela da população que não é vista, considerando que "cultura produzida nas comunidades, os abusos das operações policiais

nas favelas, a violência, os projetos sociais, as informações importantes para a população de lugares marginalizados eram simplesmente desprezadas pelos grandes meios". Para os autores, esses meios de comunicação inseridos nesses lugares passaram a ter importante função social.

Amarante (2017) também destaca a contribuição desses meios de comunicação como canal alternativo no desenvolvimento local e de inclusão de segmentos da sociedade que, muitas vezes, não possuem poder de fala nos meios de comunicação comerciais, tais como as mulheres e trabalhadores da zona rural.

Dessa forma, para este estudo foi escolhida a região semiárida brasileira, enfocando o Piauí, um dos nove estados que compõem a região Nordeste. Destaca-se que o baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da Região Nordeste é associado às secas, à pobreza e às questões que envolvem as políticas públicas realizadas na região. Não se pode negar que esses índices têm influência no desenvolvimento da região.

Segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, dos 1.399 municípios estão classificados com faixa de desenvolvimento humano considerado baixo (0,500 – 0,599) ou muito baixo (0,000-0,499), 750 estão localizados no semiárido, o que equivale a 53,60% (ATLAS BRASIL, 2010). Com isso, percebe-se que, de todo o território nacional, mais da metade dos municípios mais pobres estão no Semiárido, o que retrata a realidade encontrada nessa região, em que o nível de escolaridade é mais baixo e a renda das famílias é menor.

O Piauí possui atualmente 224 municípios, sendo que 182 municípios apresentam IDH considerado baixo ou muito baixo (ATLAS BRASIL, 2010). Esses dados refletem a preocupante situação do Estado frente a questões importantes de desenvolvimento da economia, da educação, das condições de vida dos cidadãos.

No entanto, o IDH sozinho não determina a real situação da região, sendo necessário estudos mais aprofundados para se chegar às causas dos problemas.

Diante desse contexto, neste estudo parte-se da relação existente entre a comunicação social e o desenvolvimento sustentável, tendo-se como problema da pesquisa como as rádios comunitárias localizadas no semiárido piauiense atuam para o desenvolvimento sustentável das comunidades em que estão inseridas?

Tem-se como hipótese que, as rádios comunitárias não têm atuado, de forma efetiva, para sensibilização da população, em relação ao desenvolvimento sustentável e na divulgação da cultura local, das comunidades em que estão inseridas.

O objetivo geral desta pesquisa é analisar a atuação das rádios comunitárias do semiárido piauiense em relação ao desenvolvimento sustentável das comunidades em que estão localizadas.

Para tanto, apresentou-se os seguintes objetivos específicos:

a) Refletir sobre aspectos sociais e ambientais característicos da região semiárida brasileira;
b) Identificar as rádios comunitárias legalizadas inseridas no semiárido piauiense;
c) Verificar as percepções de colaboradores quanto ao processo produtivo nas rádios;
d) Caracterizar os temas abordados nas programações das rádios estudadas, em relação à cultura e aspectos de sustentabilidade ambiental.

Nesta pesquisa foi utilizado o método descritivo-analítico, apoiado por pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Para o embasamento teórico, em relação à Sustentabilidade baseou-se nos conceitos de Sachs (2004), Leff (2012) e Seiffert (2014). Já em relação à comunicação Beltrán (1981; 2006), Melo (1989) e Peruzzo (2004; 2009; 2015).

De uma maneira geral, como procedimentos metodológicos, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os colaboradores, durante visitas *in loco* nas rádios selecionadas e, ainda, gravações das programações das emissoras selecionadas, para análise. Devido à realização de pesquisa com seres humanos, o projeto foi submetido e aprovado no Comitê de Ética em Pesquisa Humana (CEP) da Universidade Federal do Piauí (CAAE nº 09923019.4.0000.5214). Para a análise da programação, foi utilizado o método de semana construída, em que cada rádio foi gravada durante os sete dias de semanas distintas. As etapas realizadas na metodologia encontram-se, de forma mais detalhada, expostas nos artigos apresentados na tese, destacando-se os métodos e técnicas para alcançar os objetivos estabelecidos.

Ressalta-se que neste trabalho, optou-se por apresentar os resultados obtidos e suas respectivas discussões em forma de artigos, com o propósito de se obter mais agilidade em sua divulgação dos resultados. Tais artigos respondem aos objetivos propostos na tese e correspondem à quarta, quinta, sexta e sétima seção.

Dessa forma, este trabalho está composto, além da **Introdução,** em que são expostos tema, justificativa, problemática, hipótese, objetivos, síntese da metodologia e estrutura, por mais sete seções, descritas a seguir.

Na segunda seção, intitulada "**Sobre a Sustentabilidade**", são apresentadas discussões, que envolvem o conceito de desenvolvimento sustentável e as alterações que esse conceito vem tendo ao longo dos anos e dos pontos de vistas distintos, destacando os estudos atuais sobre outras sustentabilidades.

Na terceira seção, intitulada "**Comunicação e Sustentabilidade**", é tratada a relação existente entre essas duas áreas de conhecimento, destacando a comunicação comunitária.

Na quarta seção, que se refere ao artigo intitulado "**Semiárido Brasileiro: muito além da seca**", são apresentadas reflexões sobre questões relacionadas à visão negativa sobre o semiárido brasileiro, que durante muito tempo foi visto, como um lugar de miséria e subdesenvolvimento, apontando as ações de convivência com a seca e possibilidades de desenvolvimento da região.

A quinta seção expõe o artigo intitulado, "**A Rádio Comunitária e o Desenvolvimento Local: Estudo no Semiárido do Piauí, Brasil**", em que se analisa a presença e a distribuição das rádios comunitárias legalizadas no semiárido do estado do Piauí, Brasil.

Na sexta seção, apresenta-se o artigo, que tem como título, "**A Sustentabilidade na visão de colaboradores de rádios comunitárias: estudo no Semiárido do Piauí, Brasil**", em que se discute a percepção dos colaboradores de emissoras localizadas no Semiárido do Piauí, estado da região Nordeste do Brasil, quanto ao desenvolvimento sustentável, verificada no processo de produção dos programas.

A sétima seção traz o artigo intitulado, "**Comunicação Comunitária para o Desenvolvimento Sustentável: Análise da Programação de Rádios Comunitárias do Semiárido do Piauí, Brasil**", em que se aborda a atuação das rádios comunitárias do semiárido do Piauí em relação ao desenvolvimento sustentável e à divulgação dos aspectos culturais locais, a partir de sua programação.

Por fim, na oitava seção, denominada **Conclusão** são apontadas e discutidas as principais questões percebidas da realidade estudada sobre a atuação das rádios comunitárias para o desenvolvimento sustentável.

Após, os elementos textuais, apresenta-se as **Referências**, em que está colocada a lista de todos autores citados na tese e, ainda, os anexos e apêndices elaborados.

2 UM OLHAR SOBRE A TRAJETÓRIA DO CONCEITO DE SUSTENTABILIDADE

Nesta seção são discutidas questões relacionadas às ciências ambientais e as mudanças ocorridas ao longo dos anos, por meio de estudos na área, que vão desde os primeiros movimentos sociais, que questionaram o modelo dominante, em que se defendia o crescimento econômico sem considerar a finitude dos recursos naturais, passando pelo conceito de desenvolvimento sustentável, até as propostas de outras formas de sustentabilidade, destacando-se entre estas, a concepção do Bem Viver, que está relacionada a superação da visão eurocêntrica dominante, em que o crescimento é o que predomina, e foca na relação ser humano e meio ambiente. Buscou-se trazer diferentes pontos de vistas dos autores ao longo dos anos e a permanente construção de consolidação das ciências ambientais, relacionando-a com outras ciências.

2.1 Discussão histórica sobre sustentabilidade

A relação ser humano e natureza foi sendo modificada ao longo dos anos. Se no início existia uma harmonia, em que o ser humano buscava na natureza seu meio de sobrevivência, com o sedentarismo perceberam-se mudanças significativas no modo de vida humano, com a fixação em um determinado lugar, constituição de sociedades, armazenamento de alimentos, etc. Com o tempo, a natureza passou a ser dominada e constantemente modificada pelo ser humano. Para Fanfa, Martello e Teixeira (2020), interesses econômicos e de consumo direcionaram as ações humanas, levando ao esquecimento o cuidado com a natureza.

Um grande impacto ocorrido nessa relação, e que modificou significativamente as sociedades, foi a primeira Revolução Industrial, realizada ainda no século XVIII, que trouxe modificações no modo de produção. A partir disso, o capitalismo se estabelece como sistema econômico predominante, em que são estimulados o consumo e o uso dos recursos naturais para a produção de mercadorias em grande escala.

Ao longo da história, percebeu-se que o uso indiscriminado dos recursos naturais pode trazer consequências para o planeta e a questão da sustentabilidade passou a ser discutida de forma mais evidente, a partir dos anos de 1960, por meio dos diversos movimentos sociais ocorridos na época, com visões críticas da relação do ser humano e meio ambiente.

A questão ambiental tornou-se tema a ser discutido, também, em conferências e reuniões, tais como o chamado Clube de Roma, realizada em 1968; a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano, ocorrida em junho de 1972, em Estocolmo-Suécia,

sendo considerada a primeira conferência a discutir essa temática em nível mundial; a Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, em 1977, na cidade de Tbilisi-Geórgia; e a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92), ocorrida em 1992, no Rio de Janeiro-Brasil, que teve como resultado a elaboração da Agenda 21, que tratava sobre o planejamento para a construção de sociedades mais sustentáveis através de um documento composto por 40 capítulos divididos em quatro seções.

As discussões trazidas nessas conferências sobre a temática do desenvolvimento sustentável entraram na agenda mundial, ampliando-se para além das fronteiras dos países. Para Buss *et al*. (2012), a Rio 92 proporcionou a adoção de diversos acordos e a criação de instituições internacionais, o que impulsionou a revisão para o fortalecimento da dimensão ambiental do conceito de desenvolvimento sustentável.

Mais recentemente, outras conferências foram realizadas para discutir a sustentabilidade, como a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável de 2002 e a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável de 2010, ocorridas em Johanesburgo, África do Sul; e a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável de 2012 (Rio+20), ocorrida no Rio de Janeiro, Brasil. Como resultado desses eventos foram elaborados os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e foi criada uma nova agenda de desenvolvimento sustentável, intitulada "Transformando Novo Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável".

Em 2015, os 193 Estados-membros da Organização das Nações Unidas (ONU) se comprometeram, formalmente, a adotar os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que nortearão as ações até 2030, como podem ser vistos no Quadro 2.1. Segundo a Agenda 2030 (ONU, 2015), os objetivos estabelecidos equilibram as três dimensões do desenvolvimento sustentável: econômica, social e ambiental

Quadro 2.1 – 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares
2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável
3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades
4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos
5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas
6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos
7. Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todas e todos
8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos

9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação
10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles
11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis
12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis
13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos
14. Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável
15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade
16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis
17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável

Fonte: ONU (2015).

Os ODS vão desde erradicação da pobreza; acesso à educação inclusiva, equitativa e de qualidade; até igualdade de gêneros, energia acessiva a todos, entre outros. Os ODS foram divididos em 169 metas, tornando-se uma ampla agenda política de ações a serem cumpridas pelas nações que com ela se comprometeram. Percebe-se que os objetivos se complementam, buscando abranger os pontos críticos de cada dimensão.

Sem dúvida, não será uma tarefa fácil o cumprimento total da agenda proposta, principalmente, considerando os interesses de cada nação, além das peculiaridades existentes nos países membros, sendo necessário um esforço coletivo para a concretização da proposta.

As discussões mais recentes sobre a sustentabilidade estão voltadas para as ações dos seres humanos a partir do contexto da pandemia de COVID-19, causada pelo coronavírus (SARS-CoV-2), em que se percebeu como o isolamento social impactou diretamente na diminuição dos níveis de Dióxido de Nitrogênio (NO_2) atmosférico, diminuição de emissão de poluentes e consequente melhoria da qualidade do ar (SPERANDIO; GOMES, 2020). No entanto, ficou claro, também, as desigualdades sociais existentes em todo o mundo. Segundo Ortiz (TORRES; FISCHER, 2020), as comunidades carentes são as mais vulneráveis a situações de crise como a ocorrência de uma pandemia ou qualquer outro tipo de doenças, principalmente por ter acesso precário a equipamentos eletrônicos e à água e alimentação, além de ter menos acesso à educação.

Segundo Dourado e Grade (2020), a pandemia evidenciou as desigualdades geradas pelo capitalismo, vivenciando diversas crises ao mesmo tempo, tais como, econômica, climática, alimentar, ética e da saúde pública. Essa evidência traz à tona a necessidade de se repensar questões que são importantes para a sociedade, tais como os impactos causados, tanto na

sociedade quanto no meio ambiente, pelo sistema capitalista, a manutenção desse sistema e, também, em propostas de alternativas para uma sociedade mais justa e igualitária.

2.2 Teoria da dependência

Ao longo das discussões sobre o desenvolvimento em todo o mundo, houve participações efetivas de diversas correntes e cabe destacar a participação dos críticos latino-americanos, os quais questionaram a dominação sobre seus países através da Teoria da Dependência, no contexto dos anos de 1960 e 1970. O início dessa teoria se deu a partir dos diálogos e discussões de latino-americanos estimulados no contexto histórico que viviam, em que predominavam as ditaduras militares (HOEVELER, 2018; LOTUFO, 2016).

Os diálogos em nível continental foram iniciados pelos teóricos da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), mesmo que de forma limitada. Segundo Hoeveler (2018, p. 37), a teoria da CEPAL introduziu crítica às ideias liberais que predominavam no comércio internacional e "procuraria demonstrar a existência de uma tendência à deterioração dos termos de troca, ficando sempre prejudicados os países exportadores de produtos primários".

Para Beltrán (2006), o destaque dado pelos estudiosos da teoria da dependência relaciona à injustiça, que prevalecia nos acordos comerciais de bens e serviços, em que os países da América Latina vendiam matérias primas baratas e compravam produtos manufaturados caros dos Estados Unidos, e que somente a mudança da estrutura dessa dependência poderia possibilitar o desenvolvimento efetivo e democrático na região.

São diferentes correntes e propostas que fazem parte da teoria da dependência. Segundo Lotufo (2016), a questão principal das discussões é analisar o desenvolvimento econômico a partir da percepção dos países periféricos, considerando as peculiaridades nacionais, continental e global do continente, destacando seus processos históricos e econômicos.

Kay (2018, p. 459) destaca que a teoria da dependência é constituída por um grupo de teóricos com pensamento eclético, mas considera como marcante a habilidade dos envolvidos de "virar de cabeça para baixo a ortodoxia dominante, ao perceber que as teorias, vindas principalmente dos países desenvolvidos, não eram capazes de explicar as complexidades dos países em desenvolvimento, principalmente na América Latina".

Lotufo (2016, p. 34) afirma que, diante das inalteradas estruturas sociais e políticas durante a crescente industrialização, os "intelectuais latino-americanos começaram a questionar as teorias de desenvolvimento econômico e social que estavam em voga desde o final da

Segunda Guerra Mundial e que não pareciam apresentar respostas para a situação ambígua do continente".

Lotufo (2016) destaca, ainda, que os diálogos necessários para a constituição da teoria da dependência se voltaram para o entendimento que levasse em consideração, tanto o local como o global e a percepção de subdesenvolvimento e desenvolvimento, como termos que dependiam um do outro para existir, saindo da simplicidade do desenvolvimento econômico como um processo linear, em que é necessário passar pelo subdesenvolvimento para se chegar ao desenvolvimento, sendo estágios distintos de um mesmo caminho. Nesse sentido, Lotufo (2016, p. 38) afirma que "a crítica dos pensadores latino-americanos aos modelos globais, assim, oferecia maior dinamicidade para a periferia e tentava fugir de uma simplicidade que favorecia econômica e culturalmente os países centrais, protegendo sua hegemonia".

Para Hoeveler (2018, p. 38), as versões mais difundidas da teoria da dependência traziam que "o imperialismo permeava toda a economia dependente, constituindo um elemento estruturante e determinante, embora não único e nem unívoco, do Estado e das relações sociais, políticas e culturais de maneira geral". Com isso, a preocupação dos teóricos era a consolidação do sistema hegemônico em que os Estados Unidos apareciam como centro.

Já Kay (2018, p. 455) afirma que as vertentes estruturalistas e marxistas são identificadas na teoria da dependência e que, "apesar das diferenças, ambas compartilham da mesma premissa, de que o processo de desenvolvimento de países emergentes pode ser entendido apenas no contexto das relações com os países desenvolvidos". Para o autor, a situação de dependência dos países em desenvolvimento em relação aos países desenvolvidos, tem origem no colonialismo e imperialismo e permanecem até os dias atuais.

Neste sentido, Melo (1989, p. 14) afirmava que o conceito de desenvolvimento foi contestado, buscando um "outro desenvolvimento", que valorizasse a autonomia no estilo de desenvolvimento e que "diminuam a vulnerabilidade e a dependência, de tal modo que as sociedades contem mais com suas próprias forças de resistência, confiem em si próprias e tenham meios para serem dignas".

Os pontos levantados pelos teóricos latino-americanos foram importantes para a discussão sobre o conceito desenvolvimento predominantemente propagado na época. A visão de que todos os países poderiam chegar a um desenvolvimento predominante nos países centrais e o caminho simplista de etapas a serem seguidas foram questionados, trazendo questões que foram além da realidade apresentada na América Latina.

2.3 Do crescimento ao desenvolvimento sustentável

São muitas as discussões em volta do desenvolvimento sustentável, que vão desde sua visão como sinônimo de crescimento, passando pelo seu conceito até a maneira como a terminologia vem sendo utilizada ao longo desses anos. Para Acosta (2016), o discurso sobre o desenvolvimento passou a ser uma meta a ser alcançada pelas nações, sendo difundido o modelo de sociedade estadunidense, se estabelecendo uma estrutura dominante dicotômica, do desenvolvido *versus* subdesenvolvido, pobre *versus* rico, avançado *versus* atrasado, etc.

Por muitos anos, o desenvolvimento era considerado como sinônimo de crescimento. No entanto, Cavalcanti (2012) aponta a diferença entre desenvolvimento e crescimento, enquanto o primeiro significa mudança, evolução, progresso, o segundo é entendido como aumento ou expansão. Ainda, na visão de Cavalcanti (2012, p. 37, grifo do autor), é possível haver desenvolvimento ambientalmente sustentável. No entanto,

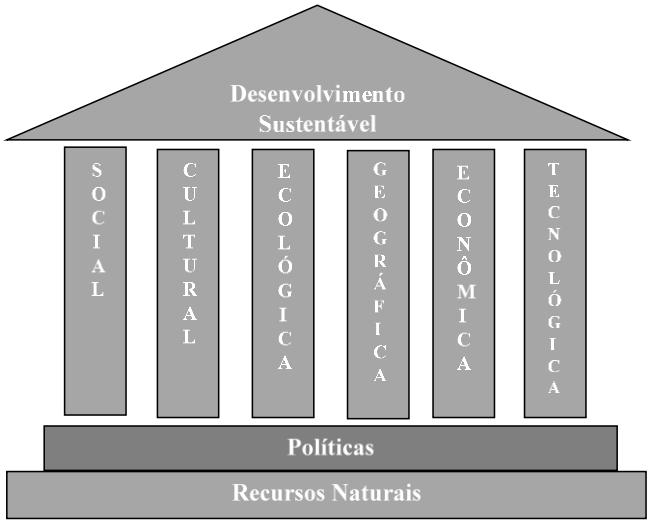
> Pela óptica da natureza, não faz nenhum sentido falar-se em **crescer** note bem: crescer – de forma sustentável. Essa possibilidade simplesmente não é parte dos processos naturais. Com efeito, no ecossistema processos de crescimento contínuo – que são sempre exponenciais – terminam inevitavelmente em desastres.

Não se pode negar que até os dias atuais é possível perceber o uso dos dois termos como sinônimos. No entanto, o crescimento indiscriminado já se mostrou como inviável, considerando que os recursos naturais existentes não suportariam essa demanda por expansão, já que o tempo de recuperação é mais lento do que o uso contínuo desses recursos. Foi a partir dessa percepção de limitação do meio ambiente que as discussões passaram a se voltar para o uso de forma a suportar a demanda.

Com isso, avançando para além do desenvolvimento voltado para o crescimento das nações, principalmente econômico, o conceito de ecodesenvolvimento foi defino por Sachs ainda na década de 1970, destacando a necessidade de equilíbrio de cinco dimensões, que são a social, a ambiental, a territorial, a econômica e a política. A visão do referido autor traz a questão do desenvolvimento, não focando em uma dimensão apenas, mas incluindo em um contexto mais amplo, em que há a relação com meio ambiente, sociedade, espaço geográfico.

Seiffert (2014) faz sua colaboração por meio da análise de ecodesenvolvimento e renomeia as cinco dimensões estabelecidas por Sachs e acrescenta mais uma: pressuposto tecnológico. A proposta de Seifert (2014) parte do equilíbrio entre esses 6 pilares, como pode ser percebido na figura 2.1.

Figura 2.1 – Equilíbrio Dinâmico da Sustentabilidade e Pressupostos (Pilares) do Desenvolvimento Sustentável



Fonte: SEIFFERT, 2014, p. 37.

Nessa proposta, Seiffert (2014) destaca que o conceito de desenvolvimento sustentável é baseado no equilíbrio necessário entre os pilares, colocando-os um ao lado do outro, deixando claro que não há hierarquia entre eles.

A conceituação elaborada pelo Relatório de Brundtland é uma das mais conhecidas, em que desenvolvimento sustentável é "aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades" (CMMAD, 1991, p. 46). No entanto, discussões são realizadas em torno desse conceito, considerando seu pouco aprofundamento.

Segundo Leff (2012) as questões relacionadas à sustentabilidade são condições para a construção de uma nova racionalidade produtiva, que leve em consideração o potencial ecológico e a diversidade cultural do gênero humano.

Para Nascimento (2012, p. 56), a questão é se as gerações futuras "terão condições de viver com a qualidade de vida pelo menos próxima à que almejamos para todos atualmente, e que muitos já a têm". Segundo o autor, o problema da crise ambiental não é que o planeta ou as vidas existentes nele estão ameaçados de extinção, já que o ser humano não é capaz de destruir o planeta.

Já na visão de Cavalcanti (2012), existe a impressão de que a noção de sustentabilidade ter se tornado um mantra na atualidade, repetido exaustivamente em discursos, relacionados ao desenvolvimento e ao crescimento econômico. No entanto, isso pode levar ao esvaziamento conceitual (CALVALCANTI, 2012; BUENO, 2012; ENGELMAN, 2013; LIMA et al., 2014), sendo desconsiderada a profundidade e complexidade do termo e das ações práticas vinculadas.

Nessa perspectiva, Camana e Almeida (2019, p. 405) afirmam que o termo desenvolvimento sustentável vem sendo utilizado para denominar uma natureza específica, sendo explorada em um modo de produção específico em que "tudo aquilo (e aqueles) que não pode ser enquadrado nesta ordem – isto é, os diferentes e a diferença – pode ser desconsiderado: surge o 'vazio', marcado pelo 'atraso' e pela 'pobreza'".

Nesse sentido, Oliveira (2017) faz crítica ao conceito de desenvolvimento sustentável propagado pelos organismos internacionais, defendendo que conceitos universais desconsideram as peculiaridades locais, igualando todos os lugares em seus problemas e soluções. O autor defende que o conceito amplamente divulgado privilegia a manutenção e fortalecimento da classe hegemônica, pois não garante as transformações políticas, sociais e econômicas necessárias para assegurar melhoria na qualidade de vida de todos.

Oliveira (2017, p. 90) afirma, ainda, que a sustentabilidade se apresenta como um termo retórico, considerando que "não tem assegurado a liberdade nem a frugalidade necessárias ao bem-estar do povo, que, de forma pacífica, têm aceitado a imposição de tal conceito, em detrimento até mesmo de suas riquezas e valores culturais regionais e locais". Com isso, percebe-se a crítica feita à homogeneização desse conceito, em que desconsidera que o desenvolvimento sustentável se dá a partir da visão ocidental, não levando em consideração as peculiaridades locais.

De fato, o uso indiscriminado do conceito de desenvolvimento sustentável vem sendo uma crítica recorrente, considerando que muitas vezes é usado de maneira equivocada ou mesmo enganosa. Para Engelman (2013, p. 4), o excesso do uso das palavras sustentável e sustentabilidade faz com que percam sentido e impacto junto à sociedade, e "o uso frequente e inapropriado delas nos leva à crença sonhadora de que todos nós – e tudo o que fazemos, compramos e usamos – somos capazes de durar para sempre, mundo sem fim, amém".

Nessa perspectiva, Camana e Almeida (2019), ao discorrerem sobre os discursos produzidos a partir do Programa de Cooperação Tripartida para o Desenvolvimento Agrícola da Savana Tropical em Moçambique (PROSAVA), destacam que o discurso de desenvolvimento abrange muitos sentidos, sendo muitas vezes contraditórios entre si. Para as autoras, o sentido dado ao desenvolvimento lança mão da homogeneização do espaço, em que elimina todas as possibilidades de diferença.

Camana e Almeida (2019, p. 405) afirmam, ainda, que, "compreendendo o desenvolvimento como uma produção discursiva (da qual decorrem, evidentemente, efeitos materiais), é por meio e por interesse dele que se 'esvaziam' os espaços – e isso acontece sendo o desenvolvimento 'sustentável' ou não [...]". As autoras abordam o discurso de "vazio" dado

à lugares para justificar a realização de projetos para modificar esses espaços, assim como também ocorreu no Programa de Cooperação Nipo-Brasileira de Desenvolvimento dos Cerrados (Prodecer), realizado na região Centro-Oeste do Brasil.

A crítica trazida por Fuchs (2017) ao conceito de desenvolvimento sustentável se volta à preocupação principal dada à relação natureza e sociedade, focando na crise ambiental, e deixando de lado outros problemas globais como guerra, violência, desigualdades sociais, analfabetismo, desigualdade de gêneros, etc. Além disso, o autor destaca a ausência das questões de classe e capitalismo, em que as desigualdades de classe constituem fator importante para o avanço da insustentabilidade.

Trazer esses pontos de vistas distintos sobre o desenvolvimento sustentável é importante para se perceber como o conceito vem sendo trabalhado. Afinal, o conceito é dinâmico e vem sendo construído ao longo do tempo.

2.4 Sustentabilidade *versus* sistema capitalista

Nas discussões envolvendo a sustentabilidade, traz-se como questão central a sua relação com o sistema capitalista, que predomina na sociedade atual. Afinal, é possível ter uma sociedade sustentável mesmo diante da cultura do consumo estimulado pelo capitalismo?

Para Massuga *et al.* (2019), a tendência das discussões realizadas sobre a sustentabilidade se volta para a ruptura do atual sistema capitalista, considerando sua inconsistência e insuficiência para resolver as crises globais existentes. Os autores observaram que as características do sistema capitalista, que se baseia na divisão de classes, propriedade privada, crescimento e consumismo, não condizem com o conceito de sustentabilidade, que tem como característica a justiça social e uma vida economicamente viável.

Dentro dessa tendência Toscan e Toscan (2020, p. 195) afirmam que, no sistema capitalista, não há interesse em incentivar aquisição de produtos duráveis e que promovam a sustentabilidade, por isso, “vivemos em um período em que o ser humano produz mais resíduos do que a Terra pode suportar, uma vez que, sua capacidade de regeneração já não é suficiente para comportar a demanda”.

Almeida (2016) apresenta uma análise do consumo na sociedade capitalista, em que o consumo parte de uma necessidade do capital e manipula as necessidades das pessoas e os meios de comunicação de massa possuem relação direta para esse crescente processo de despertar desejos e necessidades para a venda de determinado objeto. Almeida (2016, p. 102) afirma, ainda, que “consumir não significa mais o ato de subsistência e adquirir apenas aquilo

que seja necessário para suprir as necessidades, consumir é um ato compulsivo, destruidor, desagregador e ruim". Para o autor, a partir do consumo há a reprodução dos interesses do capitalismo e, consequentemente, a reprodução da desigualdade, da exclusão e da opressão e vai mais além ao afirmar que o consumo nessa sociedade manipula e controla as pessoas e as compara com robôs e máquinas, que não pensam.

Assadourian (2013) destaca que o alto nível de consumo está exaurindo a capacidade da Terra de fornecer os serviços ecossistêmicos vitais, trazendo como consequência, entre outros, a instabilidade do clima e a diminuição da oferta de água doce causada pela poluição. A partir desse quadro pode-se questionar o porquê, então, do aumento excessivo desse consumo. Para Assadourian (2013, p. 67), "é resultado de décadas de construção de um conjunto de normas culturais, valores, tradições, símbolos e histórias que fazem com que pareça natural consumir quantidades cada vez maiores – de comida, de energia, de tudo".

Nessa mesma perspectiva, Brito (2017) também faz uma crítica da relação entre a sociedade capitalista e o desenvolvimento sustentável. Para a autora, é incompatível pensar a sustentabilidade, que é vista como uma alternativa para equilibrar o desenvolvimento com a utilização adequada dos recursos naturais e materiais, dentro do paradigma ideológico do capitalismo, considerando que este se baseia na busca pelo lucro, na lógica do acúmulo e o apelo ao consumo. Brito (2017, p. 140-141) afirma, ainda, que:

> A grosso modo, não se encaixa na lógica capitalista a preocupação com o meio ambiente, pois este é objeto e matéria-prima a ser explorada; os problemas gerados pela degradação podem ser minimizados pelo progresso da ciência; as desigualdades econômicas e a exclusão social são reflexos da lógica do acúmulo de riqueza, que não é compatível com a distribuição de renda; a preocupação com as gerações vindouras não se compatibiliza com o imediatismo da sociedade capitalista, onde o pensamento acerca das consequências a longo prazo das ações é praticamente nula [...]; o individualismo e falta de cooperação prevalecem.

Para Brito (2017), a percepção tecnicista e o ideal de progresso trouxeram impactos ambientais irreversíveis, considerando que a autossustentabilidade da economia não se caracteriza como uma realidade. A autora ainda destaca a importância da perspectiva ecológica, por ser uma abordagem holística, que considera a complexidade da realidade, percebendo que o todo é conexo e orgânico.

Para Assadourian (2013) também é inviável se ter uma civilização sustentável diante da cultura de consumo predominante. Para o autor, é necessário modificar essa cultura de maneira a tornar a cultura de sustentabilidade natural. Assadourian (2013, p. 65) afirma que "ou encontramos maneiras de arrancar nossos padrões culturais do controle daqueles com um interesse velado em manter o consumismo, ou os ecossistemas da Terra irão se deteriorar e

derrubar a cultura de consumo para a maioria da humanidade" e defende que a cultura do consumo chegará ao fim, mesmo contra a vontade dos seres humanos, devido à incapacidade da Terra de absorver todos os resíduos que são produzidos nessa cultura.

Segundo Fuchs (2017), a sociedade capitalista é baseada na acumulação de capital econômico, político e cultural e os recursos naturais são vistos como meros objetos para a fabricação de mercadorias e os problemas ambientais negativos impactam mais fortemente a população pobre, destacando a importância de se perceber as classes tanto no sistema atual, como no conceito de sustentabilidade.

A partir dessas discussões, percebe-se que o sistema capitalista que se vive, considerando suas características de buscar, incessantemente, pelo crescimento e progresso, vai de encontro com a noção de sustentabilidade forte, que destaca o limite físico da Terra, sendo necessário o uso dos recursos naturais, de forma equilibrada; e a vida social mais justa, em que as desigualdades e vulnerabilidade social deixem de existir. Com isso, o grande desafio é buscar alternativas que possibilitem se chegar à sustentabilidade e que vão além do sistema hegemônico.

2.5 Outros tipos de sustentabilidade ou pós-desenvolvimento

Segundo Amaro (2017), a corrente denominada de pós-desenvolvimento teve início no início da década de 1990, propondo o fim da era do desenvolvimento e o início de uma nova era com alternativas diferentes das que são apresentadas. Amaro (2017) sintetiza as críticas ao conceito de desenvolvimento em três: por ser baseado em experiências de industrialização e crescimento econômico, na construção do capitalismo; baseado em valores culturais e geoestratégicos dos países do hemisfério Norte e Ocidental, impondo-se como guia para o caminho do progresso; e baseado na lógica de desigualdade e de dominação de gênero, fomentando a dominação patriarcal.

Para Acosta (2016), o modelo de desenvolvimento baseado no crescimento econômico insustentável não pode continuar sendo dominante, sendo necessário superar a perspectiva do progresso, enquanto constante acumulação de bens. Para o autor, quando se evidenciar que o desenvolvimento não é mais útil, ocorrerá a busca por alternativas de organizar a vida fora dos núcleos conceituais de desenvolvimento visto como progresso, implicando em superação do capitalismo e de sua lógica de devastação social e ambiental, abrindo as portas para o pós-desenvolvimento e pós-capitalismo.

O conceito de desenvolvimento sustentável, criado no final da década de 1980 e divulgado no Relatório de Brundtland, não abrange a complexidade do assunto e nem a realidade que se apresenta atualmente. Destaca-se que outros pontos de vista foram sendo levantados ao longo dos últimos anos. Como forma alternativa de se analisar a realidade atual, pode-se destacar os "outros desenvolvimentos", que se caracterizam por modos diferentes de perceber a sustentabilidade das sociedades.

Ao longo do tempo, foram sendo apresentados outros termos e vertentes em uma tentativa de promover um desenvolvimento mais igualitário, sendo discutidas novas maneiras de inclusão da sociedade, como o desenvolvimento participativo, comunitário; assim como, dando ênfase aos aspectos locais e não somente um contexto global.

Para Peruzzo e Volpato (2019), as proposições críticas podem ser divididas em duas correntes conflitantes, em que uma se apresenta como crítica ao desenvolvimento, defendendo a necessidade de respeito às questões regionais, mas de maneira a garantir a reprodução do modelo capitalista; e a outra é mais crítica, trazendo propostas mais transformadoras, destacando o desenvolvimento humano, a transformação da sociedade e o direito à participação ativa na realização desse desenvolvimento.

O desenvolvimento apresentado a partir do paradigma da modernização está distante das diversas realidades existentes. Segundo Peruzzo (2015), quando um modelo de desenvolvimento não se encaixa em uma comunidade não é, necessariamente, um problema da própria comunidade, pois o erro pode estar no modelo que não leva em consideração as peculiaridades locais.

Para Amaro (2017), os pós-desenvolvimentistas perceberam a importância de se definirem conceitos alternativos ao desenvolvimento, baseando-se nas experiências e valores provenientes dos povos do "Sul global".

Uma perspectiva levantada recentemente é o Bem Viver, ou Sumak Kawsay, ou Ayma. Para Amaro (2017), o conceito de Bem Viver é o mais referenciado pelos autores do pós-desenvolvimento, ganhando maior reconhecimento a partir da incorporação nas constituições do Equador e Bolívia.

Segundo Alcântara e Sampaio (2017), o Bem Viver rompe com a visão antropocêntrica e traz uma visão ecocêntrica, buscando diminuir o impacto do ser humano sobre o meio ambiente. Já para Acosta (2016), o Bem Viver é uma proposta em construção, que possibilita visões alternativas de estar no mundo, possibilitando repensar o modo de produção e consumo dos bens e serviços, as políticas dominantes e a própria civilização capitalista. Acosta (2016) ainda afirma que o Bem Viver critica a ideia de desenvolvimento e revela seus erros e limitações

de suas teorias. Além disso, destaca que é preciso superar o modelo ocidental de desenvolvimento, devendo ser propiciado uma transformação radical das concepções de desenvolvimento e de progresso.

Nesse sentido, Peruzzo e Volpato (2019) afirmam que a concepção de Bem Viver questiona as propostas de desenvolvimento, visto que estas têm visão de um desenvolvimento como progresso linear, vinculado ao modo de produção capitalista e seu modelo de consumo desmedido, que trazem consequências negativas à sustentabilidade ambiental e social.

Nessa mesma perspectiva, Cuadra (2015, p. 2, tradução nossa) afirma que:

> [...] o Bem Viver questiona a essência desse padrão produtivista e consumista que tem organizado o planeta a partir de uma perspectiva linear evolucionista que pressupõe que todas as sociedades devem transitar desde um ambiente atrasado, tradicional ou subdesenvolvido para um estágio superior identificado com a modernidade, a industrialização e o progresso.

Para Cuadra (2015), o Bem Viver é uma alternativa para se pensar um outro tipo de modelo de desenvolvimento. Nessa proposta, que continua permanentemente em construção, parte-se do ponto de vista que existem diversas culturas e que a harmonia se encontra, justamente, no reconhecimento dessas diferenças.

Acosta (2016) afirma que a globalização capitalista afasta a população do bem estar material e afeta a segurança, liberdade e identidade dessas populações. O autor afirma, ainda, que não é toda a humanidade que tem se beneficiado com os avanços tecnológicos ocorridos nas últimas décadas, ficando enormes segmentos da população que não possuem acesso igualitário ao mundo da informática, sendo que existe muita gente que nunca teve contato com a internet e muitos outros que são analfabetos tecnológicos, que utilizam o instrumento de forma limitada, não o conhecendo com plenitude. Milhões de pessoas são excluídas dos avanços tecnológicos.

Para Acosta (2016), o sistema capitalista é desigual e devastador e a inclusão do Bem Viver em constituições, por si só, não será suficiente para superar o sistema dominante. Ainda, segundo o autor, não é necessário superar o sistema capitalista para somente depois o Bem Viver se tornar uma realidade. As práticas do Bem Viver continuam presentes nas sociedades.

Já Alcântara e Sampaio (2017, p. 240) afirmam que a abordagem trazida no Bem Viver é mais utópico do que uma proposta concreta de mudanças na sociedade e que, nessa concepção, a riqueza encontra-se no equilíbrio existente entre as necessidades fundamentais da humanidade e os recursos disponíveis e "demonstram, sem dúvida, uma possibilidade de resistência ao modo de vida questionável predominante da sociedade, propondo um novo arcabouço cultural, centrado no equilíbrio, bem-estar e sustentabilidade".

Segundo Alcântara e Sampaio (2017, p. 248):

> [...] a concepção do Bem Viver enaltece o fortalecimento das relações comunitárias e solidárias, os espaços comuns e as mais diversas formas de viver coletivamente, respeitando a diversidade e a natureza. Reconhece a diversidade de povos e suas estruturas e rompe com os velhos estados-nação dos setores privados-capitalistas como estruturas únicas, abrindo possibilidades para deixar para trás o extrativismo desenfreado e dar maior peso aos modelos cooperativos e comunitários. Harmoniza as necessidades da população à conservação da vida, diversidade biológica e equilíbrio de todos os sistemas de vida.

Essas diferentes abordagens são importantes para trazer as questões da sustentabilidade a partir de aspectos distintos, ultrapassando a visão que tem como centro o crescimento econômico.

No decorrer deste estudo, o mundo foi surpreendido com o surgimento da pandemia da COVID-19, causada pelo vírus SARS-CoV-2, que ficou conhecido como Novo Coronavírus. Ações no sentido de controlar o contágio da doença trouxeram significativas mudanças, também, sobre o meio ambiente, economia e relações sociais, reafirmando a importância das rádios comunitárias na divulgação de informações corretas para as comunidades.

As ações de isolamento e distanciamento social, juntamente com a paralisação e diminuição de atividades econômicas afetaram a biodiversidade, demonstrando diretamente como a ação humana impacta no planeta terra (FANFA; MARTELLO; TEIXEIRA, 2020; SPERANDIO; GOMES, 2020).

Barcellos (2020) afirma que a pandemia levou a sociedade mundial a repensar sobre o que de fato é essencial, refletindo sobre questões sociais e até mesmo pessoais. Na visão de Barcellos (2020), a informação e comunicação qualificadas são essenciais para a sociedade, pois durante a crise percebeu-se o uso das tecnologias em relação à informação e à comunicação para o bem e também para o mal, com a grande propagação de notícias falsas (*fake news*) e boatos.

Para Barcellos (2020, p. 471), os impactos causados pela pandemia não serão uniformes nos diferentes territórios, em que “haverá o fortalecimento de grupos, comunidades mais solidárias e mais igualitárias, e outras comunidades individualistas e egoístas que vão continuar falando de Estado mínimo, de redução de gastos sociais”. O citado autor acredita que, após a crise instalada, haverá o fortalecimento das comunidades e uma nova organização socioespacial.

Essas discussões a respeito da sustentabilidade e os diferentes pensamentos sobre a temática são importantes para a próxima seção, que trará a relação da comunicação com a sustentabilidade, destacando os meios de comunicação. Buscou-se, na próxima seção, trazer

como foco as discussões sobre a relação da comunicação comunitária, mais particularmente as rádios, com a temática da sustentabilidade. Por se tratar de um meio de comunicação comunitária, em que, teoricamente, o destaque é a participação da sociedade na construção do conteúdo propagado, é importante verificar como a questão do desenvolvimento sustentável é percebida e colocada em prática nesses meios de comunicação.

3 A COMUNICAÇÃO E A SUSTENTABILIDADE

A origem da palavra comunicação vem do latim *communicare*, que significa tornar comum. Para Marques e Martino (2017, p. 1-2), a proximidade etimológica dos termos comunicação e comunidade possibilita o entendimento do ato de comunicar para além do "sentido de um relacionamento com o outro, mas também a qualificação desse relacionamento dentro de um tipo específico de vínculo – o caráter 'comunitário', em oposição a outros". Nessa perspectiva, Cáceres (2015, p. 36-37) afirma que o conceito geral de comunicação:

> É a ação, esse padrão define a natureza do conceito e sua utilidade, não é um estado, apenas uma situação, é o movimento que constrói um estado e detona o conteúdo e o processo de uma situação. Colocando-o em comum, esse é o próprio horizonte de sentido desse conceito, a formação da comunidade, a articulação do separado e do diverso, do diferente e do isolado, dos opostos e dos alternados. A ação de constituir uma comunidade no universo do possível

A partir dessa origem epistemológica do conceito, é possível perceber a perspectiva relacional da comunicação, como uma ação, um processo, considerando-se, também, a qualidade dessa relação. Segundo Peruzzo (2015), a comunicação é essencial para o desenvolvimento das sociedades. Fuchs (2017) afirma que a comunicação tem papel básico nos sistemas sociais, que é a maneira pela qual os seres humanos se relacionam simbolicamente e estabelecem e produzem relações sociais.

No entanto, é importante compreender a atuação dos meios de comunicação social a partir das perspectivas teóricas que predominaram ao longo do tempo. Durante todo esse processo, os meios de comunicação fizeram parte das discussões trazidas pelos movimentos sociais e correntes teóricas. Em diversas oportunidades, a questão do desenvolvimento sustentável teve destaque nas mídias, como ocorreu na realização de grandes eventos, tais como os dois ocorridos no Rio de Janeiro, Brasil: a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio 92), em 1992, e a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio +20), em 2012.

Percebe-se que a perspectiva de desenvolvimento esteve vinculada às questões econômicas, não sendo considerados os aspectos globais. Vinculada ao paradigma dominante, em que o desenvolvimento era centrado na modernização, nasceu o modelo de comunicação denominado de difusionista, em que a comunicação é realizada no sentido de divulgar as inovações e incentivar as mudanças de hábitos e os meios de comunicação como rádio e televisão são tidos como importantes para a difusão desses novos padrões (PERUZZO, 2015).

Com essa visão, para Hansen (2011), os meios de comunicação de massa desempenham papel crucial em levar questões e problemas ambientais para a atenção pública e política, se destacando como "arena pública" para divulgar essas problemáticas. No entanto, Lima *et al.* (2015, p. 215) trazem o dualismo existente no campo comunicacional em que, "por um lado, destaca-se o aspecto estratégico da comunicação para a manutenção do discurso de desenvolvimento hegemônico, ao mesmo tempo que, por outro lado, a mesma comunicação é chamada para alertar a sociedade sobre os riscos de um consumo que não se sustenta".

Segundo Servaes (2012), Everett Rogers introduziu, ainda na década de 1960, a teoria da difusão no contexto dos estudos e práticas do desenvolvimento. Servaes (2012, p. 21, tradução nossa) afirma que "aqui, a modernização é concebida como um processo de difusão pela qual os indivíduos se movem de um estilo de vida tradicional a um diferente, mais tecnicamente desenvolvido e mais rapidamente modificado". Esse modelo pode ser percebido nos dias atuais, em que a comunicação é focada a partir da divulgação de informações, não levando em consideração fatores que relacionam essa divulgação com o receptor, que não é um sujeito passivo.

Esse ponto de vista ratifica o que Hansen (2011) destacou sobre a importância dos meios de comunicação massivos e interpessoais, na divulgação das inovações, voltados para a "modernização" das sociedades "atrasadas", buscando mudanças de hábitos. Nesse período, a comunicação estava caracterizada por uma visão funcionalista, comportamentalista e positivista (LEMUS POOL, 2017).

Para Almeida (2016, p. 95), os meios de comunicação de massa sistematizam "as mensagens que serão repassadas para a coletividade e servirão como arma para instigar os indivíduos a consumirem mercadorias e objetos, mesmo que muitos deles não tenham nenhuma utilidade para os indivíduos". Nessa perspectiva, Acosta (2016) declara que os meios de comunicação são utilizados para promoverem o consumo e o individualismo, decidindo sobre os valores e as culturas que devem sem difundidas. Para o autor, os grandes meios de comunicação deixam à margem os conteúdos que contrariam a lógica do poder, surgindo instituições que convertem cidadãos em autores da própria alienação.

No entanto, Peruzzo (2015, p. 192) afirma que essa comunicação foi "sendo questionada e permeada por discursos e práticas comprometidos com um tipo de mudança social favorável ao desenvolvimento humano".

Diante da percepção da comunicação vertical antidemocrática, Beltrán (1981) afirmou que a busca pela democratização da comunicação, tanto o seu conceito quanto na prática, iniciou na década de 1970, em distintos lugares. Beltrán (1981) trouxe um modelo de

Comunicação Horizontal, que é composto pelo acesso, diálogo, participação, comunicadores, direito a comunicação, necessidade de comunicação, recurso de comunicação, liberdade, igualitarismo e influência.

Ainda no final da década de 1980, Melo (1989, p. 20) falou da importância da comunicação voltada para o desenvolvimento, destacando o investimento da ação estatal em iniciativas comunitárias e coletivas:

> [...] para produzir e difundir informações destinas a fomentar o incremento e melhoria da agricultura, da indústria, da saúde, da educação, da religião etc. nesses sentido, convém estimular a posse dos meios de comunicação pelas comunidades locais e regionais, tanto nas áreas rurais quanto nas pequenas cidades, bem como organizar grupos de ouvintes e telespectadores, de leitores e de espectadores cinematográficos, para exercitarem a crítica das mensagens captadas nos grandes e nos pequenos meios.

Mais de 30 anos depois, ainda, ocorre essa necessidade de fomentar a comunicação voltada para o desenvolvimento das comunidades locais, pois, mesmo diante do avanço tecnológico, ocorrido ao longo dos anos, a realidade apresentada, ainda, é de uma comunicação com objetivo comercial, que não estimula a crítica do receptor ao que está sendo transmitido, a comunicação vertical em detrimento a uma alternativa de comunicação horizontal.

Nos últimos anos, as relações de produção de conteúdo e audiência foram modificadas, tendo o desenvolvimento de novas mídias digitais alterado a relação de emissor e receptor nesse processo comunicacional (TUFTE, 2013). Diferentemente do que se defendia na teoria da “agulha hipodérmica”, de uma comunicação realizada de cima para baixo, em que os receptores não participavam do processo, a dinâmica mudou e o receptor passou, também, a produzir conteúdo.

No entanto, para Araújo (2020), mesmo diante do avanço tecnológico percebido na atualidade, uma parte da humanidade está apartada do acesso à informação e de serviços de saúde, saneamento, moradia, entre outros. O autor defende que é fundamental promover a inclusão dessa parcela populacional. Em compensação, a outra parte tem acesso à grande volume de informações, por meio do uso de dispositivos como smartphones, notebooks, tablets.

Araújo e Cordeiro (2020) destacam a comunicação como um direito, ampliando a visão para além da comunicação, como um processo de transmissão de informação, sendo pautada na participação e em uma melhor distribuição, sendo entendido por meio do direito ao acesso à informação e ao direito à voz. Araújo e Cordeiro (2020, p. 221) afirmam, ainda, que “a luta dos movimentos das minorias ou das maiorias silenciosas tem sido uma luta pelo

direito a voz, pelo protagonismo no que concerne aos seus interesses e a uma atuação na vida que não seja terceirizada, intermediada".

Diante dessas discussões, avança-se, cada vez mais, sobre a participação da Comunicação Social para o Desenvolvimento Sustentável, trazendo como pontos importantes o direito ao acesso e à voz, a democratização da informação e dos meios de comunicação e os desafios enfrentados para o uso dos meios de comunicação, de forma a diminuir as desigualdades existentes na sociedade.

A partir da aproximação da relação da Comunicação Social com o Desenvolvimento Sustentável, passou a ser denominada Comunicação para o Desenvolvimento. No entanto, essa nomenclatura vem sofrendo críticas por se vincular ao modelo difusionista, sendo considerado um conceito limitado. Nesse sentido, Peruzzo (2015, p. 191) afirma que a denominada "comunicação para o desenvolvimento" possui perspectiva difusionista, ou seja, a comunicação continua sendo usada mais para o viés de divulgação do desenvolvimento do que para as discussões que envolvem questões econômicas, sociais e ambientais.

No entanto, Valdiviezo (2020, p. 8, tradução nossa) afirma que, apesar dessa perspectiva difusionista ter herdado questões do paradigma da modernidade e da teoria da dependência, a comunicação para o desenvolvimento traz como perspectiva o reconhecimento do direito do cidadão à informação, considerando que "um dos fatores determinantes do Subdesenvolvimento é a informação escassa a que os habitantes do terceiro mundo estão expostos". Para o autor, é a partir da obtenção de informação que os cidadãos conseguem fazer uma interpretação da realidade.

Segundo Peruzzo e Volpato (2019, p. 20), novas expressões foram sendo utilizadas para ampliar o significado de desenvolvimento em sua relação com a comunicação, buscando refletir a proposta de sustentabilidade apoiada no ser humano, "tais como, comunicação para a mudança social, comunicação para a cidadania, comunicação participativa, comunicação para a transformação social".

Como contraponto à limitação do conceito de comunicação para o desenvolvimento, os estudiosos passaram a trabalhar com pesquisas sobre Comunicação para a Mudança Social, ampliando a comunicação para além da divulgação de informações, defendendo a capacidade de fazer modificações na sociedade, a partir de uma visão horizontal da comunicação, possibilitando um maior número de produtores de informação.

Para Bautista (2018), os meios de comunicação para a mudança social são definidos a partir dos objetivos voltados para a educação, finalidade social e a participação comunitária no processo e produtos comunicativos. Já segundo Tufte (2013, p. 65), há o "ressurgimento

de práticas ‘de baixo para cima’ (*bottom-up*) de Comunicação para mudança social, uma infinidade de ações em que voz, cidadania e a ação coletiva estão no centro do palco como valores essenciais, de princípios e práticas”.

Servaes (2012) agrupa a relação entre as teorias de desenvolvimento e comunicação em dois grandes modelos: o difusionista e o participativo. Servaes (2012, p. 7-8, tradução nossa) argumenta que a comunicação para o desenvolvimento sustentável possui enfoque limitado em relação à denominada comunicação para a mudança social, pois “este modelo da difusão é uma perspectiva vertical e de só um sentido da comunicação e que a ativa participação no processo de comunicação em si mesmo de aceleraria o desenvolvimento”.

Conteçote (2015) afirma que o paradigma da modernização é orientado para um horizonte (*telos)* exógeno, que tem como modo de fazer comunicação vertical e a proposta de outros desenvolvimentos orientam o fazer comunicacional horizontal, de maneira a atingir o horizonte desejado de forma autônoma e autodeterminada.

No entanto, a denominação comunicação para a mudança social também sofre críticas. Segundo Lemus Pool (2017, p. 59), a Comunicação para a Mudança Social foi institucionalizada em meados de 1990 e foi um conceito que aglutinou as pesquisas latino-americanas que haviam sido realizadas anteriormente, mas “sua aplicação fazia parte de estratégias para tornar sustentáveis os investimentos em desenvolvimento e não havia mais os embates entre o capital financeiro e a essência da transformação social, inerente à comunicação alternativa”.

Para Barranquero (2012), esse conceito herdou do conceito original de comunicação para o desenvolvimento social a característica de ser pouco reflexivo e acrítico. O autor afirma ainda que esse novo conceito traz a comunicação como simples ferramenta subsidiária ao objeto que se anexa a partir do uso da preposição “para”: comunicação para o desenvolvimento, comunicação para a saúde, comunicação para o meio ambiente, etc. Com isso, desconsidera a autonomia comunicacional para articular as diversas áreas de conhecimento.

Além disso, Barranquero (2012) traz como crítica a visão universalista dessa definição, partindo, principalmente de um sentido único de desenvolvimento defendido ainda no início das discussões sobre a temática, uma visão orientada para o desenvolvimento econômico e progresso do ser humano sobre o meio ambiente.

Nesta mesma linha, Trujillo, Gómez e Quiceno (2016) afirmam que a comunicação deve ser entendida como um processo e não somente uma ferramenta, em que as comunidades

possam se apropriar do poder da palavra, gerando processos de socialização que permitam refletir sobre o passado para que o futuro seja modificado.

Para Araújo e Cordeiro (2020, p. 220), comunicação tem uma dimensão instrumental, no entanto, “a ênfase nesta perspectiva operacional oculta as demais dimensões, sobretudo, aquelas mais afeitas ao entendimento da comunicação como processo social permanente de produção, circulação e apropriação dos sentidos da vida e do mundo”.

Com isso, percebe-se que a relação entre a comunicação e o desenvolvimento também não possui um único caminho de investigação. As pesquisas foram sendo modificadas ao longo dos anos e a partir do lugar de fala do pesquisador. Concorda-se que, atualmente, a comunicação não pode ser vista somente como uma ferramenta, mas como uma ciência que está inserida no contexto social e que se deve levar em consideração esse contexto.

3.1 Comunicação comunitária

Quando se fala em comunicação comunitária é preciso trazer à tona a percepção de comunicação alternativa. Afinal, a comunicação comunitária é uma forma alternativa em relação aos meios hegemônicos. Para Lemus Pool (2017), a comunicação alternativa tem origem em um contexto histórico, no qual diversos movimentos e propostas, juntamente com as discussões em torno do papel da comunicação para o desenvolvimento, a democracia e a soberania nacional se tornaram mais fortes.

Nesse contexto, segundo Lemus Pool (2017), a comunicação alternativa se apresenta com a função de suprir a ausência de interpretação da complexa realidade político-econômica e sociocultural, em que os denominados países do terceiro mundo se encontravam. Com isso, outras categorias de comunicação foram sendo criadas e entre elas está a comunicação comunitária.

Os meios de comunicação comunitários, também, podem ser conhecidos como terceiro setor, diferenciando-os dos meios comerciais e públicos. Para Mañas e Medeiros (2012, p. 20), o terceiro setor abrange diferentes organizações da sociedade civil e surgiu a partir da “ineficiência do Estado em relação à sociedade, com o papel de reduzir a pobreza e promover o desenvolvimento”.

No entanto, terceiro setor é mais um conceito controverso, considerando que não se tem um consenso científico. Para Parente e Quintão (2014), existem limitações na designação de terceiro setor, seja por pressupor hierarquia entre os setores, seja pela conceituação ser abrangente, de maneira a ser confundida com o setor terciário. Camargo (2019, p. 619) reforça

a crítica, quanto à fragmentação da realidade social, ao afirmar que “as correntes às quais o conceito em questão deriva entendem a sociedade de forma fragmentada e setorializada, como é o caso das abordagens positivista, estruturalista e funcionalista, entre outras”.

Nessa perspectiva, a sociedade é dividida em primeiro setor, que seria representado pelo Estado e suas instituições; do segundo setor, que compreenderia o mercado, sendo representado pelas empresas; e o terceiro setor, representado pelas atividades desempenhadas pela sociedade civil. Para Camargo (2019, p. 629), essa fragmentação desvincula “as dimensões econômicas e políticas e claramente associando a dimensão social às dimensões culturais e comunicacionais, que exaltam a vivência do indivíduo e o responsabilizam pela sua condição de vida”.

Mesmo diante da falta de consenso do conceito, a Resolução do Parlamento Europeu (2008) apresenta a definição dos meios de comunicação do terceiro setor, como aqueles sem fins lucrativos, responsáveis perante à comunidade a quem servem, prevalecendo o controle dos interesses da comunidade, abertos à participação dos membros da comunidade para a criação de conteúdos em todos os aspectos operacionais e de gestão.

Segundo Miani (2011, p. 28), a constituição de uma comunidade se dá por meio do processo participação dos integrantes, “ou seja, a busca permanente por uma participação que se estabeleça como exercício do poder de forma democrática ou partilhada é condição indispensável para a constituição e consolidação de uma comunidade”.

Falando mais especificamente sobre a realidade europeia, Lewis e Mitchell (2015, p. 250, tradução nossa) afirmam, ainda, que “a experiência contemporânea de comunidade equivale a pertencer a múltiplas comunidades, muitas das quais ultrapassam o critério de localização geográfica (comunidades de interesse) e, graças ao uso da internet, se expandem à escala global”. Com isso, a relação direta com a comunidade está, cada dia mais, deixando de ser algo limitado ao espaço físico, pois amplia para o sentido de pertencimento daquela comunidade, mesmo que esteja distante geograficamente daquela realidade. Isso também pode ser percebido na realidade da América Latina.

Nesse sentido, Paiva e Gabbay (2017) destacam a definição de “comunidade do afeto”, em que, no contexto de tecnologia fortemente presente na sociedade e com alto fluxo de informação, as formas de troca de mensagens se apresentam de maneira específica para o novo formato de estar junto. Para os autores, o contexto atual se apresenta como fator definidor em relação às conexões dos sujeitos e na maneira que estes se colocam em relação à coletividade.

Paiva e Gabbay (2017, p. 166-167) destacam, ainda, que a comunidade do afeto faz sentido a partir da “formação de agrupamentos ligados pelos laços de afeto e estabelecidos em

bases comunicacionais alternativas segue-se a geração de novos modos de expressão e novas formas de relação com o tempo, com o território e com os mecanismos comunicacionais em si". Para os autores, é necessário superar as grandes expectativas, vislumbrando os movimentos contínuos do cotidiano de produção do comum como potência transformadora.

Paiva, Malerba e Custódio (2013, p. 250) trazem para a discussão a definição de "comunidade gerativa", que é designada como "o conjunto de ações (norteadas pelo propósito do bem comum) que podem ser executadas por um grupo e/ou conjunto de cidadãos". Segundo os autores, os grupos minoritários e oposicionistas podem realizar ações inclusivas, buscando, efetivamente, o florescimento harmônico entre os cidadãos no contexto histórico e social, sendo necessária ações de composições mais sólidas do que as que são realizadas. Nesse sentido, Paiva, Malerba e Custódio (2013, p. 250) afirmam, ainda, que "a comunidade gerativa propõe-se a agir em resposta ao atomismo social, à política centrada no mercado e ao predomínio de um Estado gerencial e burocrático".

Peruzzo e Volpato (2019, p. 21) afirmam que a perspectiva participatória ocorre com um interesse por parte do desenvolvimento do cidadão, sendo desenvolvido um trabalho autônomo, que é criado a partir das necessidades dos grupos sociais, buscando o favorecimento da coletividade. Isso é percebido nos meios de comunicação comunitária, popular e alternativa quando:

> [...] é forjada e protagonizada no seio de segmentos subalternos organizados e em processo de reivindicação e conquista de seus direitos, mas também na linha da comunicação local desde que, mesmo figurando institucionalmente como empresa, mantém-se firme a vocação de favorecer estratégias de participação popular, construindo e promovendo as identidades locais, primando pelo desenvolvimento integral de seu entorno, aberta à multiplicidade e até à contestação de instituições dominantes ou de instâncias de poder.

Percebe-se que a comunicação comunitária está intimamente ligada à democracia. Democratizar a comunicação está ligada ao poder de ter voz, ter visibilidade, ser parte ativa no processo, ter representatividade.

Durante a formação desses meios de comunicação comunitária, o que se viu foi a prática preceder a teoria. Segundo Lewis e Mitchell (2015), os primeiros modelos foram criados nos finais dos anos de 1940, sendo eles, Kpfa, em Berkeley, na Califórnia e, ainda, Rádio Sutatenza, na Colômbia.

São evidentes as mudanças ocorridas nos meios de comunicação, principalmente após a inclusão da tecnologia da informação (TI) e o maior acesso à internet. A participação da comunidade na produção de conteúdo se tornou cada vez maior, como pôde ser visto ao longo

desses anos de inclusão da internet, seja por meio dos blogs, dos fotologs e das redes sociais. Com isso, destaca-se que a comunicação por meio da internet passou a fazer parte do cotidiano das pessoas, mas não excluiu os meios de comunicação mais tradicionais, tais como, a televisão e o rádio.

No entanto, foi possível verificar modificações ocorridas no modo de fazer desses meios mais tradicionais, havendo uma adaptação dos meios comerciais e o aumento dos meios de comunicação comunitários. Peruzzo (2009) afirma que a comunicação comunitária possui algumas características importantes, tais como, é baseada em princípios públicos, não tem fins lucrativos, há participação ativa da população, tem propriedade coletiva e difunde conteúdos com finalidade de desenvolver educação, cultura e cidadania.

Diferente dos meios de comunicação comercial, que tem como objetivo o lucro, Berti (2014, p.05) afirma que os meios de comunicação comunitários devem "fazer comunicação diferencial, preocupada e proativa à própria comunidade, falando dela, nela e para ela, mas também antenada com o que ocorre a seu redor e atuando em termos da construção da sociedade em geral, incluindo outras comunidades". O autor destaca, ainda, que a comunicação comunitária não é caracterizada pelo meio de comunicação utilizado, mas pela intenção comunicacional, em que as comunidades são representadas e socialização do processo produtivo.

3.2 Legislações relacionadas ao setor de comunicação

O Código Brasileiro de Telecomunicações foi instituído pela Lei n. 4.117, de 27 de agosto de 1962 (BRASIL, 1962), e continua em vigor, mesmo depois de quase 60 anos de sua elaboração, tendo sofrido modificações para adaptação às novas realidades, ocorridas durante esses anos. Entre as classificações das telecomunicações, a citada Lei traz o serviço de radiodifusão, que compreende a transmissão de sons (radiodifusão sonora) e de sons e imagens (televisão) e tem destinação direta e livre ao público em geral.

Por ser considerado meios de comunicação de interesse nacional, o Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963 (BRASIL, 1963, p. 42), que aprova o regulamento dos serviços de radiodifusão, é claro ao afirmar que são dadas concessões e permissões para o uso, não constituindo direito de propriedade da entidade e, em seu artigo 42, estabelece que "nenhuma estação de radiodifusão poderá iniciar a execução do serviço sem a autorização para funcionamento em caráter provisório ou a licença de funcionamento".

Pela Lei 4.177/62 (BRASIL, 1962), foram estabelecidos alguns requisitos que as concessionárias e permissionárias precisam cumprir. Dentre eles, é necessário destacar as finalidades educativas, culturais e informativa que o serviço de radiodifusão possui. Sobre essa última, o artigo 38, alínea e, estabelece a obrigatoriedade de retransmissão, de segunda à sexta, dentro do horário de 19:00 h às 21:00 h, dos programas oficiais com informações dos três Poderes da República. Além disso, a alínea h do mesmo artigo traz como requisito a destinação de, no mínimo, cinco por cento do tempo para a transmissão de notícias.

No Brasil, mesmo sendo uma concessão pública, a estrutura midiática é predominantemente voltada para o modelo comercial, em que a posse do veículo de comunicação é de uma pessoa ou grupo de pessoas e o trabalho realizado é voltado para o lucro, sendo possível a percepção do domínio hegemônico de alguns grupos empresariais sobre os principais meios de comunicação do país. Isso é refletido, também, no modo de comunicar dessas empresas.

Medeiros (2020) afirma que a radiodifusão brasileira é baseada em uma legislação ultrapassada e que não leva em consideração os avanços tecnológicos que já foram assimilados pelos ouvintes e empresas de comunicação. Para o autor, a radiodifusão brasileira está estagnada. Essa crítica se dá diante do fato de as principais legislações brasileiras sobre meios de comunicação serem ainda da década de 1960.

Mesmo diante das alterações sofridas ao longo dos anos, as legislações ainda em vigor não abarcam as mudanças ocorridas na sociedade ao longo desses quase 60 anos e acaba se apresentando, muitas vezes, como fator limitante para a atuação nos meios de comunicação brasileiro.

Quanto à legislação sobre os meios de comunicação em outros países da América Latina, as discussões estão em processo. Percebem-se tentativas, mesmo que a princípio frustradas, de avançar nessa discussão com a criação de leis em alguns países, manutenção de legislações antigas em outros e mesmo falta de legislação.

Entre os países que buscaram atualizar a legislação na América Latina, destaca-se a Argentina, que aprovou a Lei 26.522 de 2009 (ARGENTINA, 2009), que trata de serviços de comunicação audiovisual. A citada Lei traz como objetivo o desenvolvimento de mecanismos destinados à promoção, descentralização e fomento da competência, com a finalidade de barateamento, democratização e universalização do aproveitamento das novas tecnologias da informação e comunicação. Nesta citada lei define-se, ainda, que os serviços de comunicação audiovisual podem ser prestados por gestão estatal e privada, com ou sem fins lucrativos.

Para Fernandes e Chagas (2015, p. 99), a Lei de Meios Audiovisuais da Argentina "passou a ser considerada paradigma de legislação, em um ambiente sociocultural no qual as tecnologias da informação e comunicação são centrais para o desenvolvimento humano". Para as autoras, durante do percurso desde a proposta de lei, tiveram opositores e motivações políticas, que a fizeram avançar até sua aprovação.

Enquanto que, no Uruguai, foi aprovada a Lei n. 19.307 (URUGUAI, 2015), de serviços de comunicação audiovisual. Segundo o artigo sexto da citada lei, os serviços de comunicação audiovisual são de interesse público, considerando que são os principais meios de informação da sociedade, permitindo o exercício pleno da liberdade de expressão da cidadania. Os serviços de comunicação audiovisuais podem ser prestados por pessoas físicas ou jurídicas, privadas ou públicas, estatais ou não estatais.

Na Lei n. 19.307 (URUGUAI, 2015), tem-se, ainda, no artigo 11, que o Estado deve garantir a pluralidade e diversidade do sistema de comunicação audiovisual, reconhecendo e promovendo os serviços de comerciais, públicos e comunitários, buscando prevenir a formação de oligopólios e monopólios de empresas de comunicação.

No México, foi realizada reforma constitucional em matéria de telecomunicações, em junho de 2013. Segundo Plata (2016, p. 20, tradução nossa), essa reforma "gerou uma enorme expectativa para transformar a estrutura midiática em um país sobrecarregado pela enorme concentração em televisão aberta, televisão paga, telefonia fixa, telefonia móvel e internet". No entanto, o problema de concentração dos meios de comunicação não foi resolvido com a reforma constitucional no México e as ações impostas não foram suficientes para modificar o status quo dos setores de radiodifusão e telecomunicações (PLATA, 2016).

3.3 Radiodifusão

Quando se fala sobre rádio, deve-se trazer para a discussão, sua história e importância como meio de comunicação nos diferentes lugares. Segundo Ferraretto (2014), os anos iniciais do rádio no Brasil tem-se dúvida quanto à primeira entidade a instalar uma estação de rádio ponto-massa, sendo o pioneirismo disputado pela Rádio Clube de Pernambuco e a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro. Segundo o autor, considerando os documentos existentes, a primeira entidade a se reunir foi a Rádio Clube de Pernambuco, fundada em 1919, mas devido à impossibilidade de ter certeza que a entidade se enquadrava como radioamadores ou radiodifusores; e se a fundação da entidade ocorreu de fato na data estipulada no estatuto, sendo reorganizada somente quatro anos depois. Entretanto, não há dúvida sobre a

importância das duas emissoras no início do rádio no país. Desde sua chegada ao Brasil, passaram-se mais de cem anos de sua atuação em território nacional.

No entanto, ao longo dos anos, os estudos sobre a história do rádio no Brasil foram sendo vistos, não somente a partir de um grande evento que, oficialmente, se origina no país. Segundo Raddatz *et al*. (2020, p. 22), "nos últimos 20 anos, contudo, acumulam-se evidências de que o rádio foi sendo construído em momentos distintos, protagonizados por diferentes atores, nos mais diversos pontos do território nacional".

Com essa visão, Ferraretto (2018) destaca duas experiências de demonstrações de tecnologias de comunicação por ondas eletromagnéticas ocorridas no Brasil, entre 1910 e 1920, e que tiveram relevância. Foram experiências desenvolvidas por empresas de eletroeletrônica estrangeiras: sistema Telefunken, desenvolvido pelo consórcio Gesellschaft für drahtlose Telegraphie mbH, no ano de 1911, no Estado da Bahia; e Marconi's Wireless Telegraph Company, no Rio de Janeiro, no ano de 1920.

Ao trazer experiências anteriores à exposição de indústria dos Estados Unidos, que ocorreu durante as comemorações do centenário da Independência do Brasil e passou a ser caracterizado como chegada oficial do rádio no país, Ferraretto (2018) reforça a importância das iniciativas que foram realizadas em diferentes momentos. Até mesmo quanto ao pioneirismo da emissora de rádio no país, o autor destaca que tanto Rádio Clube de Pernambuco quanto a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro exerceram papel importante para a implantação e desenvolvimento da rádio no Brasil.

Para Ferraretto (2014), o rádio teve início a partir de interesses educativo e cultural dos pioneiros compostos por pessoas da elite. Entretanto, os interesses econômicos e políticos preponderaram a partir da década de 1930.

Farias e Zuculoto (2017) afirmam que, desde as primeiras transmissões radiofônicas no Brasil, os avanços tecnológicos afetaram diretamente esse meio de comunicação. Os autores afirmam, ainda, que esse meio de comunicação passou por diversas fases, destacando as últimas décadas, que foram marcadas pela digitalização, em que as rádios passaram a ser retransmitidas no ambiente da internet; e a convergência tecnológica, em que as rádios se adaptaram e se fizeram presentes em multiplataformas. Com isso, a radiodifusão vem deixando sua marca na vida da população brasileira.

Nos últimos anos, vê-se que, com o avanço tecnológico, o rádio tem se adaptado à nova realidade, se fazendo presente em plataformas diversas e não mais somente ao aparelho físico e modificando a forma de consumir o conteúdo propagado. Segundo Farias e Zuculoto (2017, p. 144), "a tecnologia a serviço do meio aumentou a possibilidade de interação do

ouvinte, que agora sai de uma condição de passividade, sendo peça importante no fazer rádio e no consumir informação".

Para Ferreira (2018), essa convergência midiática contradiz o paradigma, que defendia que as novas mídias substituiriam as velhas. As discussões não devem ser pautadas sobre se o rádio, como meio de comunicação, vai acabar ou não, mas sim pelo seu poder, influência e uso social, consequência direta para a sobrevivência e maior reconhecimento das próprias rádios comunitárias, inclusive como elementos cidadãos, pois percebe-se que o rádio é um meio de comunicação, que tem se adaptado às novas realidades apresentadas na sociedade.

Segundo Gomes (2015, p. 351), mesmo devido às diversas mudanças ocorridas ao longo do tempo, esse meio de comunicação continua sendo "uma das mais acessíveis fontes de informação para a grande parcela da população que não sabe nem ler, nem escrever, nem contar, o rádio tem um importante papel educativo e uma ação potencial no controle social das políticas públicas".

Segundo a Pesquisa Brasileira de Mídia de 2016 (BRASIL, 2016), que analisou os hábitos de consumo das mídias, o rádio é a terceira mídia mais utilizada pela população. Durante a pesquisa, buscou-se descobrir, a partir dos questionários aplicados, a "confiança expressa pelos usuários, a concomitância de uso-atividades que são feitas enquanto se utiliza o meio – e a frequência do consumo das mídias" (BRASIL, 2016, p. 10). Foi constatado que a média de tempo destinada pelos usuários para ouvir rádio, durante a semana, é de três horas e oito minutos por dia, enquanto que, nos fins de semana, é de duas horas e quarenta minutos por dia.

Ainda, na Pesquisa Brasileira de Mídia de 2016 foi observado como um ponto que merece destaque as alterações quanto ao consumo dos meios de comunicação, em que, 60% dos pesquisados afirmaram que ouvem os aparelhos tradicionais de rádio, 17% afirmaram que utilizam celulares para ouvir rádio e, ainda, que 14% ouvem rádio no carro (BRASIL, 2016).

Com os dados atualizados até o primeiro mês do ano de 2021, a Anatel (2021) registrou 10.379 rádios existentes no Brasil, sendo 4.908 rádios comunitárias. A quantidade total de rádios é quase o dobro do número de municípios do país. No entanto, o rádio não está presente em todos os municípios, devido à forma como foi realizada a distribuição dessas emissoras.

Diante disso, Medeiros (2020) destaca o que é caracterizado como zonas de silêncio da radiodifusão, que são as localidades em que não possuem rádio ou televisão locais. Para o autor, essas zonas de silêncio são menores devido à abrangência que o rádio tem em todo o país, o que possibilita que chegue em comunidades que não possuem outro meio de comunicação local. No entanto, devido ao fato de muitos municípios ainda não possuírem

rádios legalizadas, Medeiros (2020, p. 375) afirma, ainda, que as zonas de silêncio existentes são problemas, considerando que, em muitos lugares, a única forma de acesso às informações é por meio do rádio, pois "é o rádio que muitas vezes faz o papel de relógio e de portador de recados entre moradores, noticia objetos perdidos e compartilha com os sinos das igrejas os avisos de falecimentos e horários de missas".

Segundo Raddatz *et al*. (2020, p. 24), o rádio é um meio de comunicação que articula e mobiliza as questões regionais, sendo um "espaço sonoro para prestação de serviços de utilidade pública, para informação (por meio de noticiários, entrevistas, debates), para representação social e cultural e construção de identidades individuais e coletivas, um sentido de comunidade".

A partir do exposto, percebe-se o paradoxo presente no rádio, considerando que, ao mesmo tempo que é utilizado de forma a garantir a manutenção de pequenos grupos no poder, quando prioriza os interesses pessoais; se apresenta como um meio de comunicação importante para a população em que está inserido, sendo, muitas vezes, utilizado como forma de levar informações relevantes para as pessoas de uma comunidade.

3.4 Rádios comunitárias

As rádios comunitárias nasceram como um meio de comunicação alternativo aos meios de comunicação tradicionais que predominavam. Segundo Lemus Pool (2017), o contexto histórico do surgimento dos meios de comunicação alternativos ajudou o processo de consolidação e sua relevância como projeto de resistência e autonomia. O mundo era marcado por guerra fria, por teorias desenvolvimentistas, hegemonia dos países ricos e a comunicação voltada para uma perspectiva funcionalista.

Ainda segundo Lemus Pool (2017, p. 52, tradução nossa), "o cenário de luta ideológica, mal-estar econômico e vulnerabilidade democrática, gerar meios de comunicação foi um meio de resistência social e também uma esperança de ação transformadora da realidade".

Tarbift e Medina (2019) afirmaram que as rádios livres e comunitária se apresentavam a partir dos fins orientados para a democratização da comunicação, da educação e da cidadania, possibilitando a inclusão de temáticas ausentes dos meios de comunicação comerciais. Outro ponto destacado pelos autores é que esses meios de comunicação alternativos não devem obedecer a interesses particulares.

No contexto da Argentina, Nicoletti (2017) afirma que as rádios comunitárias são formadas a partir de um contexto de ausência do Estado, atuando na solução de problemas locais e fortalecendo esses setores da sociedade, que foram historicamente relegados. Nicoletti (2017) afirma, ainda, que as rádios comunitárias são economicamente acessíveis e populares e têm como motor propulsor a própria comunidade a que se dirigem, diferente das rádios comerciais, que a finalidade é o lucro.

Segundo Martinez-Roa e Ortega-Erazo (2018), na Colômbia, os primeiros regramentos sobre as rádios comunitárias e interesse público surgiram na segunda metade do século XX, tendo sido dadas as licenças para as primeiras 564 emissoras comunitárias, em um contexto de pouco apoio institucional e orientação para colocar em prática a sua função social. Para os autores, as rádios comunitárias colombianas são percebidas pelos cidadãos a partir de duas perspectivas, a participativa e a difusão de informação local. Os autores afirmaram, ainda, que o aspecto participativo se encontra mais em um ideal do que de uma realidade apresentada de fato.

Para Cavalcanti (2018, p. 272), as rádios comunitárias brasileiras "nascem a partir da organização das rádios livres como movimento e da disseminação destas entre as classes populares, que passam a fazer uso do rádio como veículo de entretenimento e organização social". Ainda, segundo Cavalcanti (2018), o movimento de rádios livres brasileiras sofreu influência europeia, principalmente, a partir da década de 1980, tendo Felix Guattari como personalidade importante na divulgação das rádios livres europeia no território brasileiro.

Santos, Prata e Medeiros (2019) afirmaram que as rádios comunitárias no Brasil foram criadas na clandestinidade, já que não havia uma legislação específica para esse tipo de rádio, com características que buscavam dar visibilidade à parcela da população, que não tinha vez nos meios de comunicação tradicionais.

Valdiviezo (2020, p. 16) define rádio comunitária como àquela criada "com o intuito de favorecer uma comunidade ou um núcleo populacional do país, cujo interesse é o desenvolvimento e a transformação social da sua comunidade e o seu fortalecimento". Para o autor, nessas emissoras busca-se a participação mais próxima dos ouvintes e são comprometidas com a comunidade em que estão inseridas, fornecendo informações adequadas de interesse da população local.

No Brasil, as rádios comunitárias passaram a ser legisladas por meio da criação da lei nº 9.612 (BRASIL, 1998), em que se estabeleceu a definição desse tipo de meio de comunicação e suas características. Na citada Lei, foi estabelecida a cobertura restrita das rádios comunitárias ao atendimento da comunidade e/ou vila em que está inserida. Na portaria

n. 3.443, do Ministério das Comunicações (BRASIL, 2015), foi limitada a área de cobertura máxima das rádios comunitárias de um raio de um quilômetro, a partir da antena transmissora.

A limitação da área de cobertura é um dos pontos de discussão relevante. A lei nº 9.612 (BRASIL, 1998), atualmente, estabelece potência limitada a um máximo de 25 Watts ERP, no entanto, o projeto de lei do Senado número 513, que tramita desde 2017, propõe alteração desse limite para 300 Watts ERP. Caso seja aprovada, essa alteração permitirá que a área de prestação de serviço das rádios comunitárias seja maior do que o estipulado atualmente.

Logo no primeiro artigo da Lei 9.612 de 1998 (BRASIL, 1998), é destacado o conceito de rádios comunitárias como "a radiodifusão sonora, em frequência modulada, operada em baixa potência e cobertura restrita, outorgada a fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, com sede na localidade de prestação do serviço". Além disso, é destacado que a finalidade é o atendimento das necessidades da comunidade em que está inserida.

A lei nº 9.612 (BRASIL, 1998) está distante de se caracterizar como democrática, como tantos movimentos sociais lutaram. No entanto, a Lei 9.612/98 buscou abranger questões importantes para as rádios comunitárias, estabelecendo pontos relevantes da programação, assegurando que as rádios comunitárias devem destinar espaço na programação para a divulgação de entidades cuja finalidade seja o desenvolvimento da comunidade, além de garantir o direito de qualquer cidadão da comunidade de emitir suas opiniões e manifestar suas ideias, sendo observados, apenas, a adequação da programação para que o mesmo realize sua manifestação.

Depois de mais de 20 anos da criação, a lei nº 9.612 (BRASIL, 1998) continua a sofrer diversas críticas dos movimentos sociais e de associações, devido às poucas alterações e atendimento das demandas ocorridas durante esse tempo. Uma dessas demandas se refere à arrecadação de verba para a manutenção da rádio. Em seu artigo 18, é dito que é admitido o patrocínio às rádios comunitárias somente por meio de apoio cultural, sendo restrito aos estabelecimentos situados na área em que a comunidade atua. Com isso, percebe-se que esse artigo restringe as rádios comunitárias quanto à arrecadação de dinheiro para melhorias a serem realizadas na própria emissora, pois, apesar de não ter fins lucrativos, as rádios precisam de dinheiro para a sua manutenção e melhoria da qualidade.

Para Paiva, Malerba e Custódio (2013, p. 254), a lei nº 9.612/98 restringe, causando repressão estatal e há ineficiência na liberação das outorgas: "a eficácia do Estado em reprimir não coincide com sua rapidez em conceder outorgas para rádios comunitárias. Apesar de recentemente anunciar uma reestruturação do setor, o Ministério das Comunicações pode

demorar anos para analisar um pedido". De lá para cá, não ocorreram muitas mudanças nesse quadro.

Paiva, Malerba e Custódio (2013, p. 254) afirmam, ainda, que "é recorrente a denúncia de que diversas entidades com intuitos meramente político-partidários e/ou comerciais têm ocupado o já exíguo espaço legal reservado para as comunitárias". Nesse mesmo sentido, Medeiros (2009) afirma que muitos políticos utilizam a lei 9.612/98 para obter mais de uma concessão de rádio comunitária, utilizando como instrumento para se projetarem politicamente na comunidade e se candidatarem a cargos eletivos, como vereador, prefeito ou outras instâncias do poder.

Essas dificuldades apresentadas fazem com que muitas rádios comunitárias continuem funcionando de forma clandestina, correndo o risco de serem fechadas a qualquer momento. Segundo Santos, Prata e Medeiros (2019), isso acontece devido à burocracia exigida para a concessão de outorgas, os custos de produção e pelas exigências legais de constituição de uma associação.

Para Berti (2019), enquanto há em torno de quatro mil emissoras de rádios legalizadas, existem 25.000 (vinte e cinco mil) emissoras em funcionamento de forma clandestina. O autor destaca, ainda, que a lei é importante, pois deu garantias às emissoras de terem suas vozes reconhecidas, mas que as limitações impostas inviabilizam as lutas contemporâneas e essas limitações podem ser percebidas nessa grande quantidade de rádios que não possuem o status de rádio legalizada, mas que continuam atuando nas sociedades em que estão inseridas.

Desde 2016, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) do Brasil criou o Plano Nacional de Outorgas (PNO). Neste documento são apresentadas diretrizes para tentar regulamentar e promover uma distribuição mais justa nas concessões das rádios comunitárias pelo território brasileiro, inclusive tentando garantir que, todos os municípios sejam abrangidos com, pelo menos, uma emissora comunitária radiofônica. Representa uma tentativa de promover, mais ainda, a cidadania (BRASIL, 2018).

No Brasil, houve aumento no número de rádios comunitárias legalizadas. Segundo o Plano Nacional de Outorgas (PNO) 2018-2019, até dezembro de 2017 já haviam sido concedidas 4.830 outorgas de rádios comunitárias em todo o país, representando que 71,6% dos municípios do território nacional possuía, pelo menos, uma emissora de rádio. Em levantamento realizado por meio dos dados apresentados pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), até fevereiro de 2020, foram identificadas 4.890 rádios comunitárias. Com isso, percebe-se que o número encontrado é abaixo da estimativa de

aumento de 697 novas outorgas realizada pelo PNO, que previu um incremento de 6,1% da cobertura existente em 2017.

Para além do que é definido na legislação, as rádios comunitárias são importantes meios de comunicação para as comunidades em que estão inseridas. Para Miani (2011, p. 230), a produção e veiculação de conteúdo dessas emissoras estão diretamente relacionados ao interesse da comunidade, considerando que são produzidos dentro da própria comunidade, buscando "atender à demanda de informação e conhecimento de cada um dos indivíduos e do coletivo ao mesmo tempo".

Sobre a importância do serviço prestado pelas rádios comunitárias, Santos, Prata e Medeiros (2019, p. 136) afirmam que:

> Enquanto incluídas na comunidade, têm condições de informar melhor que qualquer outro meio sobre os acontecimentos relevantes para aqueles sujeitos, podem ser representativas ao executar programações musicais próximas do que as pessoas do lugar ouvem ou até mesmo utilizando sotaques, gírias e expressões próprias durante as locuções. Além disso, essas emissoras têm o compromisso de dar visibilidade aos serviços de utilidade pública e de estimular o lazer e a cultura local. Dessa forma é possível inferir a importância das rádios comunitárias em áreas isoladas e em lugares com pouco acesso a fontes de informação.

Com isso, essa importância se dá a partir da atuação da comunidade na produção da rádio, em que é possível perceber o seu uso para atender à demanda local, a transmitir informações pertinentes à comunidade, com transmissão, inclusive, de músicas mais voltadas para o público local. Cabe destacar, também, o sentimento de pertencimento que vai sendo criado com essa proximidade da comunidade com a rádio comunitária.

Segundo Medeiros (2009), a democratização dessas emissoras é garantida a partir de dois pilares, a gestão e a produção. Esses dois pilares devem ser voltados para atender às necessidades da comunidade, possibilitando a participação dos membros da comunidade, tanto nas decisões e na produção da programação. Medeiros (2009, p. 393) afirma, ainda que:

> A estrutura organizacional de uma rádio comunitária, como também a sua produção radiofônica, deve configurar-se como processos e práticas sociais que contribuem para a democratização da comunicação. Nesse sentido, somente com a inserção da comunidade nas decisões da emissora e com uma abertura para a população tornar-se sujeito do processo produtivo da rádio e expressar-se através dos programas que vão ao ar cotidianamente, é que poderá se caracterizar como uma emissora democrática e participativa.

Para Tarbift e Medina (2019, p. 187, tradução nossa), "a participação da cidadania determina a finalidade e funcionalidade da rádio comunitária que reivindica o direito à comunicação". Nesse sentido, Medeiros (2020) afirma que parte da função social das rádios é o destaque em assuntos que não tem espaço na grande mídia e que afeta diretamente as

pessoas da comunidade, assumindo um papel na constituição de subjetividade, dialogismo e relações sociais.

Na visão de Lewis e Mitchell (2015, p. 255, tradução nossa), “a oportunidade de trabalhar com os meios atrai pessoas na qualidade de voluntárias que, no geral, não chegaram aos sistemas educativos formais ou cujas experiência educativa original foi decepcionante”. Além disso, o trabalho nos meios de comunicação possibilita o aumento na conscientização em relação aos meios de comunicação dominantes e o aprendizado de negociação para a melhoria do projeto por meio, por exemplo, da busca de financiamento. Com isso, percebe-se que as atividades realizadas nas rádios comunitárias possibilitam crescimento pessoal e profissional para os voluntários, ampliando seu conhecimento e suas possibilidades de exercer a profissão em outros meios de comunicação de forma remunerada.

Para Ferreira (2018), o rádio é um meio de comunicação que possui características que são capazes de contribuir para a construção do desenvolvimento local. As características de fácil acesso, caráter mobilizador, próximo ao local e integrador são destacadas pelo autor, que se refere, também, às características do desenvolvimento local como sendo o envolvimento da população, possibilidade de integração/criação de redes, mobilização de pessoas, estar próximo da população/contexto local. Para o autor, essas semelhanças permitem analisar essa convergência entre rádio e desenvolvimento local.

Nessa mesma linha de pensamento, Bautista (2018, p.35, tradução nossa) também acredita que as rádios comunitárias favorecem o desenvolvimento das comunidades, partindo do pressuposto que elas satisfazem as necessidades de comunicação da comunidade, possibilitando a participação da população no processo produtivo, promovendo “o desenvolvimento social, os valores, a construção de cidadania e o fortalecendo as identidades culturais e sociais”. Para o referido autor, é necessário fortalecer a capacidade comunicativa da comunidade, pois é a partir dessa capacidade que os cidadãos passam a se expressar através dos meios de comunicação comunitários.

Na próxima seção serão apresentadas as questões relacionadas ao semiárido brasileiro a partir das visões ampliadas de sustentabilidade, sendo considerado o contexto histórico e socioambiental da região.

4 SEMIÁRIDO BRASILEIRO: MUITO ALÉM DA SECA

BRAZILIAN SEMI-ARID: MUCH BEYOND THE DROUGHT

SEMIÁRIDO BRASILEÑO: MUCHO MÁS ALLÁ DE LA SEQUÍA

Elinara Soares Barros de Sousa
Wilza Gomes Reis Lopes
Orlando Maurício de Carvalho Berti

Resumo: Neste artigo, realizou-se reflexão sobre a visão negativa relacionada ao semiárido brasileiro, que, durante muito tempo, foi visto como um lugar de miséria e subdesenvolvimento. Busca-se trazer como essa região é apresentada, passando pelos programas de desenvolvimentos voltados para o combate à seca e chegando à realidade atual, de busca por programas de convivência com o semiárido, apresentando-se como novo paradigma. Destacou-se, ainda, críticas que vem sendo levantadas sobre esse novo olhar sobre o semiárido. Além disso, são apresentados projetos e ações que vêm sendo desenvolvidos voltados para a realidade local. Como metodologia, foi realizada uma revisão bibliográfica sobre a temática, trazendo diferentes pontos de vista sobre o semiárido brasileiro. Foi constatado que é necessária a discussão e divulgação de novos pontos de vista sobre a região, para que novos projetos sejam viabilizados, considerando as características locais e, ainda, que as ações de convivência com o semiárido que estão sendo difundidas se tornem mais frequentes. Dessa forma, espera-se que, por meio de políticas públicas e de iniciativas de pesquisadores da região, seja possível viabilizar a permanência e a convivência da população local, consolidando a visão positiva da região.

Palavras-chave: Convivência com o semiárido; Mudança social; Desenvolvimento sustentável; Piauí.

Abstract: In this article, we intend to reflect on the negative view related to the Brazilian semiarid, which, for a long time, was seen as a place of misery and underdevelopment. It seeks to bring how this region is presented, going through development programs to combat drought and reach the current reality, searching for programs for living with the semiarid region, presenting itself as a new paradigm. It is also intended to highlight criticisms that have been raised about this new perspective on the semiarid region. In addition, projects and actions are presented, which have been developed focused on the local reality. As a methodology, it was based on research and discussion of literature. It was found that it is necessary to discuss and disseminate new points of view about the region, so that new projects are made possible, considering the local characteristics and, also, that the actions of living with the semiarid that are being disseminated become more frequent. Thus, it is expected that, through public policies and initiatives by researchers in the region, it will be possible to enable the local population to remain and live together, consolidating the positive vision of the region.

Keyword: Living with the semi-arid region; Social change; Sustainable development; Piauí.

Resumen: En este artículo, pretendemos reflexionar sobre la visión negativa relacionada con el semi árido brasileño, que durante mucho tiempo fue visto como un lugar de miseria y subdesarrollo. Se busca acercar cómo se presenta esta región, pasando por programas de desarrollo orientados a combatir la sequía y llegar a la realidad actual, buscando programas para convivir con el semi árido, presentándose como un nuevo paradigma. También se pretende resaltar las críticas que se han levantado sobre esta nueva perspectiva sobre la región semiárida. Además, se presentan proyectos y acciones que se han desarrollado enfocados a la realidad local. Como metodología, se basó en la investigación y discusión de la literatura. Se constató que es necesario discutir y difundir nuevos puntos de vista sobre la región, para que nuevos proyectos se hagan factibles, considerando las características locales y, además, que se hagan más frecuentes las acciones de convivencia con el semi árido que se están difundiendo. Así, se espera que, a través de políticas públicas e iniciativas de investigadores de la región, sea posible posibilitar que la población local permanezca y conviva, consolidando la visión positiva de la región.

Palabra clave: Viviendo con el semi árido; Cambio social; Desenvolvimiento sustentable; Piauí.

4.1 Introdução

Ao se falar da Região Nordeste, além da beleza de seu litoral, sua imagem, ainda hoje, está associada à pobreza, à fome, às áreas áridas sem vegetação, caracterizada, por ser uma região marcada pelo êxodo, em que as pessoas saem de seus locais de nascimento em busca de lugares com mais oportunidades.

Em pesquisa sobre o êxodo rural, Camarano e Abramovay (1999) afirmaram que no período entre os anos de 1950 até a metade dos anos de 1990, o Nordeste foi a região com maior número de migrantes durante o período estudado. Com exceção dos anos de 1960, todas as outras décadas apontam o Nordeste como principal ponto de saída dos seus habitantes. Os autores afirmaram, ainda, que a imigração dos nordestinos estava relacionada a fatores ocorridos na época, tais como, a construção da nova capital federal, a migração para áreas metropolitanas e as secas nordestinas, durante a década de 1950.

Ainda, segundo Camarano e Abramovay (1999), podem ser citadas, como razões para o êxodo, as maiores oportunidades de migrações inter-regionais e de trabalho assalariados, de baixa qualificação, durante a década de 1970. Além disso, houve predomínio de migração intrarregional, durante a década de 1980 e nos primeiros cinco anos da década de 1990, sendo o êxodo rural brasileiro um fenômeno nordestino, representando 54,6% do total nacional.

Quando o assunto é a questão regional, destaca-se o Semiárido brasileiro, partindo, primeiramente, de sua terminologia, que muitas vezes é utilizado como sinônimo de Sertão.

Enquanto o termo Semiárido, também usado para designar essa parte do País, tem como referência a questão climática predominante na região (ARAÚJO, 2011; TEIXEIRA, 2016), o termo sertão é mais abrangente, considerando outros aspectos além do espacial ou climático (TEIXEIRA, 2016).

Albuquerque Júnior (2018) traz uma perspectiva mais crítica, tanto quanto ao conceito de sertão quanto ao de semiárido. Para o autor, o conceito de sertão foi elaborado ligado à identidade nacional, sendo relacionado aos espaços desconhecidos, longe do litoral, pelos românticos, ainda, durante do século XIX. Albuquerque Júnior (2018, p. 21) afirma que, a partir da emergência da região Nordeste, já no século XX,

> [...] o conceito de sertão começou a ser instrumentalizado pelos discursos políticos, intelectuais e artísticos de agentes que se identificavam como pertencentes a esse espaço. Notadamente, a partir do sucesso nacional do chamado Romance de 30 e do consequente impacto no imaginário nacional das várias coberturas que a imprensa nacional passou a fazer das agruras do Nordeste, no momento das secas, que o conceito de sertão também começa a ser praticamente monopolizado pelos discursos em torno desse espaço.

Com o monopólio do discurso de sertão vinculado ao Nordeste do País, como é denominado pelo autor, as demais regiões foram deixando de serem denominadas como sertão, passando a ser apenas interior. Com isso, segundo o citado autor, o livro Grande Sertão: Veredas, de Guimarães Rosa, passou a ser confundido como se a história se passasse no sertão nordestino, quando, na verdade, os personagens estão alojados nos chamados sertões das Gerais.

Quanto à generalidade que o uso do termo semiárido ao identificar a região do Nordeste, é um equívoco limitar os problemas do Nordeste às características climáticas, que, inclusive, não se apresentam como um todo homogêneo. Nesse mesmo sentido, Nunes e Silva (2020) defendem a necessidade de se analisar o processo histórico e cultural para entender melhor essa região, destacando que a ocupação e expansão da região Nordeste, juntamente com o contexto socioeconômico e político tornam possível a compreensão que os problemas existentes na região vão além da seca. Os autores comentam fatores que alteram o quadro atual do Nordeste, destacando o estigma quanto à seca da região semiárida, o gerenciamento e utilização de técnicas para maior aproveitamento dos recursos disponíveis

No presente texto, por se tratar de um trabalho interdisciplinar, serão consideradas questões sociais, culturais, econômicas e ambientais da região designada, oficialmente, como semiárido (SUDENE, 2017a; SUDENE, 2017b). Por esse motivo, os termos semiárido e sertão serão utilizados como sinônimos, considerando a importância da delimitação espacial, juntamente com os demais aspectos.

Diante disso, o artigo tem como objetivo apresentar reflexões sobre as questões relacionadas à visão do semiárido brasileiro, que durante muito tempo foi visto de forma negativa, como um lugar de miséria e subdesenvolvimento, sendo modificada através do avanço do paradigma da convivência com a seca, destacando ações voltadas para o desenvolvimento sustentável que leva em consideração as características da região.

4.2 Sobre o semiárido

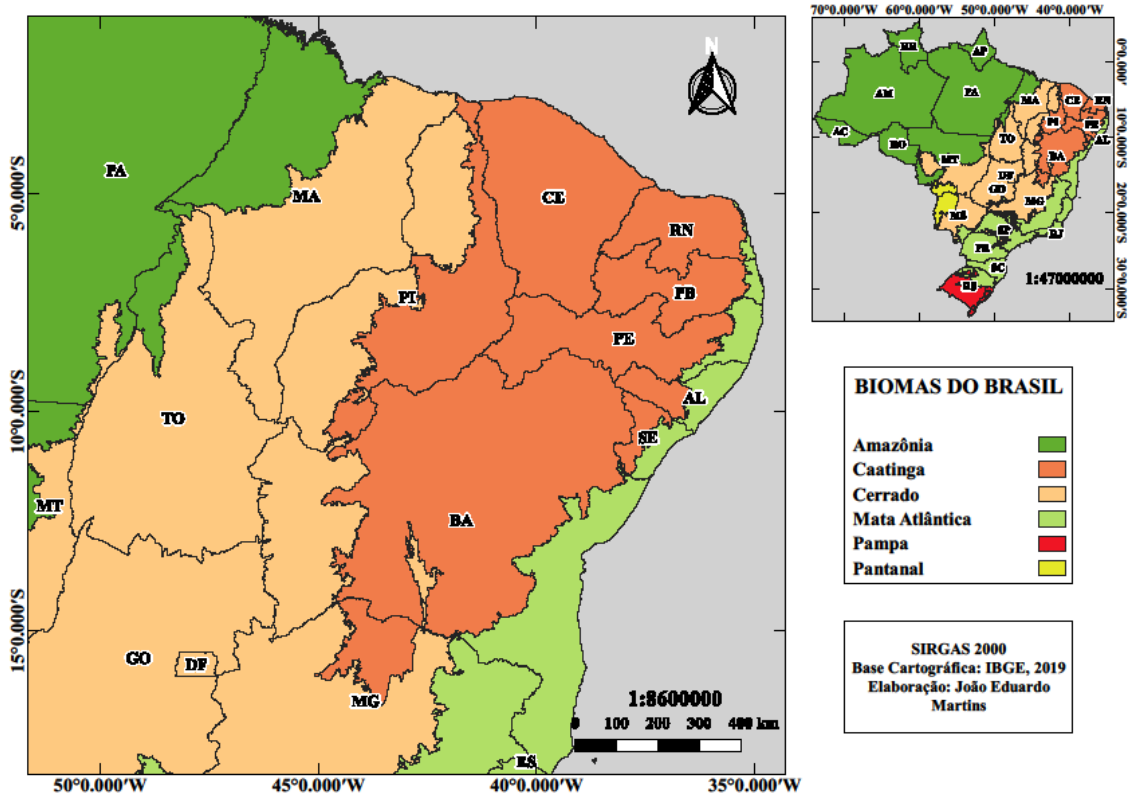
A delimitação do Semiárido Brasileiro foi definida pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) por meio da Resolução nº 107/2017 (BRASIL, 2017a) e abrange 1.262 municípios de 10 estados brasileiros, correspondendo aos nove estados do Nordeste e, ainda, Minas Gerais. Essa região do país tem como características, altas temperaturas, precipitação pluviométrica média igual ou inferior a 800mm ao ano e, como consequência disso, secas recorrentes. Isso impacta diretamente na qualidade de vida dos cidadãos que lá residem e, por muito tempo, acreditou-se que também influenciava nas decisões de emigração da região.

Destaca-se que existem diferenças entre os municípios estabelecidos como semiárido pela resolução da Sudene. Mesmo havendo características específicas para ser considerado semiárido, os municípios que fazem parte do semiárido não são um todo homogêneo e apresentam níveis de desenvolvimento distintos. Verifica-se a presença de municípios mais vulneráveis, com taxas mais altas de analfabetismo e de desemprego; e outros menos vulneráveis, com taxas mais baixas desses problemas.

Silva (2018, p.16) afirma que “talvez, o maior crime ambiental cometido por essa centralização do discurso regional na questão da seca foi a sistemática, invisível e quase irrecuperável destruição do bioma caatinga”. Ao realizarem políticas públicas de combate à seca, em que, muitas vezes, predominava as grandes obras de engenharia, não considerando as características geográficas da região, o bioma caatinga foi sendo destruído.

No mapa (Figura 4.1), em que são apresentados os biomas do território brasileiro, pode ser observada a prevalência dos biomas Caatinga e Cerrado no Nordeste do Brasil, com destaque para o estado do Piauí.

Figura 4.1 – Biomas do Nordeste do Brasil



Fonte: Adaptado de IBGE (2019).

Segundo informações do Ministério do Meio Ambiente (BRASIL, 2019), tem-se que 8,8% da biodiversidade do bioma caatinga é protegida por meio de unidades de conservação, sendo composto por 208 unidades de conservação, das quais 60 são de proteção integral, enquanto que 148 são de uso sustentável. Já a biodiversidade do Cerrado é protegida por unidades de conservação em apenas 8,44%, sendo composta por 444 unidades, em que 144 são de proteção integral e 300 unidades são de uso sustentável. Cabe destacar, ainda, que unidade de conservação pode abranger mais de um bioma (BRASIL, 2019). A instituição dessas unidades de conservação é importante para diminuir os impactos negativos sofridos por esses biomas, assim como ocorre a conservação dos outros biomas existentes no Brasil.

4.3 Contexto do semiárido na perspectiva de combate à seca

Segundo Albuquerque Júnior (2018), foi a partir da denominada Grande Seca (1877-1879) que emergiu o discurso da seca. A Lei Federal n. 175, de 7 de janeiro de 1936 (BRASIL, 1936), instituiu o Polígono das Secas, apresentando um plano sistêmico contra os efeitos das secas nos então denominados estados do Norte, abrangendo somente o Ceará, Bahia, Alagoas, Pernambuco e Rio Grande do Norte. Segundo o artigo 1º da Lei 175/1936, o plano

compreendia as obras e serviços de execução normal e permanente e as obras de emergência e serviços de assistência às populações. Albuquerque Júnior (2018, p. 20) afirma que:

> [...] esse Polígono foi sendo ampliado ao longo do século XX, a partir da reivindicação e pressão política das elites dirigentes de outros estados da federação que percebem o quanto era vantajoso pertencer a essa delimitação espacial dita climática e ambiental, pois, afinal, esse pertencimento garantia o acesso a recursos, obras e cargos públicos, o que interessava diretamente aos grupos locais.

Albuquerque Júnior (2018) destaca, ainda, que no início do século XX, foi criada a Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), órgão federal para tratar exclusivamente do problema das secas. A IOCS foi instituída no artigo 6º da lei 175/1936, sendo destinado, também, o orçamento para obras e serviços novos e em prosseguimento. O autor faz diversas críticas sobre o uso do discurso da seca, que se originou antes mesmo da ideia da delimitação do Nordeste e contribuiu para que a seca seja vista como o único problema ambiental dessa região, permitindo que outros problemas ambientais e sociais da região fossem ignorados, tais como, a destruição dos manguezais da região, a destruição do bioma caatinga e a especulação imobiliária desenfreada. Com isso, foi retirada a responsabilidade do uso predatório dos recursos naturais que vem sendo realizado ao longo de muitos anos.

Para Andrade e Dantas (2020), o Semiárido enquanto conceito de categoria de Estado veio para substituir o denominado "polígono das secas" e tem sua primeira conceituação legal por meio da Lei Federal nº 7.827, de 27 de setembro de 1989 (BRASIL, 1989), que instituiu o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO).

A Lei 7.827/89 foi criada para regulamentar o artigo 159, inciso I, alínea c da Constituição Federal e o seu artigo 2º traz que o FNO, FNE e FCO foram criados com a finalidade de contribuir para o desenvolvimento econômico e social das regiões especificadas, por meio de instituições financeiras federais de âmbito regional. Para Andrade e Dantas (2020), o conceito de Semiárido foi instituído como tentativa do poder público federal mitigar os problemas sociais causados em decorrência das secas.

Silva (2018) afirma que, a partir da crença do combate à seca e seus efeitos, foram adotadas tecnologias da engenharia para a solução hídrica, buscando modificar o ambiente e corrigindo os limites das atividades econômicas com o armazenamento de água. Segundo o autor, as políticas públicas incentivam e realizam obras de engenharia hidráulicas como a construção de açudes de grande, médio e pequeno porte e a perfuração de poços, assim como,

principalmente na década de 1990, a realização de obras de adutoras e canais para garantir o fornecimento de água para o ser humano.

Ojima, Costa e Calixta (2014) refletem sobre se a pertinência dessa relação da migração da região está diretamente associada com as questões ambientais. Para tanto, pesquisaram o contexto de emigração do semiárido setentrional, região do semiárido mais castigada pelas secas. Com um recorte de 754 municípios localizados ao norte do Rio São Francisco, os autores confirmam a dificuldade de se encontrar uma relação da migração com fatores climáticos e ambientais. No entanto, perceberam que as políticas sociais se apresentaram como fatores de retenção da população na região pesquisada.

Ojima, Costa e Calixta (2014, p. 164) afirmaram, ainda, que:

> [...] pela análise conduzida aqui, haveria mais emigrantes conforme os programas sociais de transferência de renda se tornem menos importantes na região. Ou seja, a seca é muito menos importante do que a existência de mecanismos de proteção social para a ocorrência de emigração na região.

Um ponto importante que deve ser destacado é o baixo índice de desenvolvimento humano da região Nordeste e, consequentemente, do semiárido, fazendo com que essa região seja lembrada mais por conta das secas, da pobreza e das questões que envolvem as políticas públicas realizadas na região. No entanto, não se pode negar que esses índices têm influência no desenvolvimento da região.

Segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2010), em que são utilizados dados do Censo 2010, no *ranking* do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), 1.399 municípios estão classificados com faixa de desenvolvimento humano considerado baixo (0,500 – 0,599) ou muito baixo (0,000-0,499). Desses, 750 municípios estão localizados no semiárido, o que equivale a 53,60%.

Com isso, percebe-se que, de todo o território nacional, mais da metade dos municípios mais pobres estão no Semiárido, o que retrata a realidade encontrada nessa região, em que o nível de escolaridade é mais baixo e a renda das famílias é menor. A partir dos dados do IDHM desses municípios mais pobres, percebe-se a necessidade de se investir na melhoria das condições de vida para a sua população. No entanto, percebe-se que, ao longo dos anos, as políticas adotadas para essa região não foram adequadas.

Segundo Sena *et al.* (2016), a região semiárida do Brasil apresenta níveis de problema mais elevados se comparados com outros municípios que não fazem parte da região, tais como, indicadores de taxa de mortalidade infantil e nível de analfabetismo mais alto, esperança de vida e acesso à água potável mais baixos. Com isso, percebe-se que ações

voltadas para a concretização das metas propostas nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são fundamentais para a melhoria de vida da população.

Ainda, segundo Sena *et al.* (2016, p. 680):

> O conjunto de problemas ambientais, econômicos e sociais existentes na região do semiárido do Brasil somado à baixa concentração de investimentos em saúde e educação produzem diversos impactos que retroalimentam a pobreza e as vulnerabilidades dessa região, a exemplo de doenças, desemprego, analfabetismo, migração, entre outros.

Ao abordarem o alto nível de analfabetismo, Sena *et al.* (2016) afirmam que a realização de uma política adequada de acesso à educação para jovens e adultos poderia eliminar o analfabetismo e que o acesso a conhecimento e habilidades, que promovam o desenvolvimento sustentável, pode contribuir para que esses indicadores sociais e econômicos negativos, existentes na região, sejam melhorados. Cabe destacar, ainda, a defesa da promoção de aprendizagem que possibilite o desenvolvimento do potencial local e não, apenas, a recepção de conhecimento vindo de fora.

Para Nunes e Silva (2020), o contexto do nível de desenvolvimento econômico do Nordeste em relação às demais regiões teve contribuição de diversos fatores, com ênfase na formação econômica, no processo de imigração e na falta de investimento em capacitação da população.

Um dos principais programas sociais brasileiro é o Programa Bolsa Família (PBF), que é vinculado ao Ministério da Cidadania e foi criado por meio da Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004 (BRASIL, 2004). O programa é destinado às ações de transferência de renda e possui algumas condições para a participação, sendo o benefício básico destinado às famílias que estão em situação de extrema pobreza.

Segundo dados do Cadastro Único (BRASIL, 2021) de fevereiro de 2021, 14.264.964 famílias foram beneficiadas com o Programa Bolsa Família. O valor transferido pelo programa no ano de 2020 foi de R$ 103.057.321.671,45. No quadro 4.1 são apresentados os quantitativos de famílias beneficiadas do PBF distribuídos pelas cinco regiões do país.

Quadro 4.1 – Quantidades de Famílias Beneficiadas pelo PBF em Fevereiro de 2021

Região	**Quantidade de famílias beneficiadas**
Centro-Oeste	685.332
Nordeste	7.044.959
Norte	1.783.540
Sudeste	3.834.220
Sul	916.913
TOTAL	**14.264.964**

Fonte: Cadastro Único, (Brasil, 2021).

A partir dos dados apresentados, percebe-se que, aproximadamente, 49,38% de todos os beneficiários do PBF residem na região Nordeste, ou seja, quase metade das famílias beneficiadas estão divididas em nove estados, enquanto a outra metade é distribuída nos outros 17 estados e Distrito Federal. No Quadro 4.2 são apresentados como as famílias estão distribuídas por estado no Nordeste.

Quadro 4.2 – Quantidades de Famílias Beneficiadas Pelo PBF no Nordeste, em Fevereiro de 2021

Estado	**Quantidade de famílias beneficiárias**
Alagoas	407.296
Bahia	1.826.820
Ceará	1.076.411
Maranhão	955.245
Paraíba	516.064
Pernambuco	1.168.560
Piauí	451.090
Rio Grande do Norte	359.605
Sergipe	283.868
Total	**7.044.959**

Fonte: Cadastro Único, (Brasil, 2021).

Segundo os dados apresentados pela Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC) até junho de 2020, o estado do Piauí possuía 1.343.852 pessoas beneficiadas no Programa, sendo 53,88% formado por mulheres e 46.12% de homens. Ainda nos dados apresentados pode-se perceber que as pessoas na faixa etária entre 7 e 15 anos, que é a idade escolar, são as maiores beneficiadas, totalizando 22,70%.

Ainda sobre o programa Bolsa Família, Sena *et al.* (2016) afirmaram que 93% das famílias beneficiadas são chefiadas por mulheres e que a participação delas nas tomadas de decisões e direito a igualdade para a liderança são metas de ação que impactam o desenvolvimento sustentável da região do semiárido.

Para Gomes e Heller (2016), a falta de acesso a políticas públicas traz como nítida consequência a vulnerabilidade da população rural do semiárido. No entanto, destaca-se que os aspectos culturais e ambientais da região são muitos e diversificados, como as manifestações culturais representadas por meio da música, das festas populares e religiosas, bem como as belezas naturais vistas nos Parques Nacionais.

4.4 Paradigma da convivência com o semiárido brasileiro

A partir de visões e conceitos elaborados ao longo do tempo, surgem algumas questões importantes para entender essa região, destacando-se como e se o desenvolvimento

sustentável vem sendo efetivado no semiárido brasileiro. Também, é importante aprofundar reflexões sobre o modelo de gestão predominante na região e como isso tem afetado a realidade existente atualmente na região.

Por muito tempo, o semiárido foi associado, apenas, à contrariedade, fome e pobreza. Os discursos da "indústria da seca", em que se afirmava a necessidade de combater ou amenizar seus efeitos sobre os cidadãos, foram, historicamente, hegemônicos, enquanto que as ações políticas, baseadas nesses discursos, foram pontuais e emergenciais quanto aos problemas existentes nessa parte do País.

Para Silva (2018, p. 76), a "Indústria da Seca" se refere à exploração política da miséria e das estiagens ocorridas no Semiárido, em que as oligarquias dominantes da região intermediavam as ações do Governo Federal nos momentos de seca e "podiam se apropriar da mão-de-obra paga com o dinheiro público para construir reservatórios de água, abrir e recuperar estradas e outras obras de benfeitoria nas suas propriedades particulares, fortalecendo a estrutura socioeconômica dominante".

Ao longo dos anos, percebeu-se que as políticas de combate à seca eram limitadas e que não resolviam os problemas. O modelo de desenvolvimento que não leva em consideração as particularidades dos lugares e que transfere "soluções" de países desenvolvidos para realidades distintas foi o que predominou por um tempo nas sociedades ocidentais e no semiárido brasileiro não foi diferente.

Para Albuquerque Júnior (2018), o fenômeno climático não tem como ser resolvido, o que se precisa é aprender a conviver com as características naturais da região, devendo ser adotadas medidas nas diversas dimensões, possibilitando que a população, nas diferentes atividades econômicas tenham condições de realizar suas atividades, apesar da existência da seca. Para o autor citado, a promessa de acabar com a seca chega a ser ridícula e não passa de falácias discursivas muito utilizadas.

O discurso de imposição de desenvolvimento transposto de outros lugares vem sendo alterado e novos atores sociais e políticos entraram em ação, como Organizações Não-Governamentais (ONGs) e instituições públicas de pesquisa. Para Silva (2018, p. 85), a motivação política desses novos atores se deu, devido ao fracasso das políticas de combate à seca e à modernização econômica ocorrida no país, em que se passou "a defender alternativas baseadas na sustentabilidade do desenvolvimento, disputando os processos de formulação de políticas públicas". Dessa forma, passou-se a discutir uma concepção que se contrapõe à política de combate à seca, que é denominada de "Convivência com o Semiárido".

Diniz e Lima (2017) afirmam que essa é uma concepção alternativa, voltada para as maneiras de planejamento do desenvolvimento regional, valorizando-se o desenvolvimento de propostas empíricas e sociopolíticas, o que implicaria na valorização do envolvimento das populações locais.

Silva (2010) conceitua esse tipo de convivência como parte de uma proposta cultural, que visa a contextualização de saberes e práticas, sendo elas econômicas, tecnológicas e políticas, apropriadas às questões climáticas da região, valorizando a regionalidade e a localidade. Ainda, segundo o autor, atuando dessa forma, em seus próprios lugares, essas populações constroem e desconstroem suas ocupações ao longo da História.

Para Marinho e Oliveira (2013), o paradigma de convivência com a seca ainda dá os primeiros passos, tendo como atores principais as ONGs e associações, enquanto o Estado destina escassos recursos para a efetivação de políticas estruturais que contribuam para a convivência com o semiárido e efetivação de planos.

Silva (2010, p. 222) conjuga a convivência com o Semiárido em três componentes:

> 1) em primeiro lugar, trata-se de um resgate do "pensamento crítico" sobre o combate à seca e sobre a modernização conservadora, que marcaram as formas de intervenção do poder público na região, e que vem sendo acumulado desde o início do século XX;
> 2) em segundo lugar, é uma leitura contextualizada da transição paradigmática das propostas e modelos de desenvolvimento, reinterpretando a sustentabilidade a partir do reconhecimento das potencialidades e fragilidades dos ecossistemas locais;
> 3) em terceiro lugar, é a expressão de um novo projeto político para a Região, protagonizado por um conjunto de organizações da sociedade civil, fundamentado num conjunto de experiências e vivências tecnológicas, produtivas e socioeducativas, apropriadas ao ambiente Semiárido, e que buscam ampliar os espaços públicos decisórios, de formulação e controle social nas políticas públicas.

No entanto, para Silva (2018), há uma nova postura política na formulação e implantação de ações do governo no Semiárido brasileiro. Programas como o Fome Zero e Plano Brasil sem Miséria (PBSM) e o programa Água para Todos (APT) são alguns dos exemplos dessas políticas.

Na atualidade, os programas implementados pelo governo foram sendo modificados e outros foram criados. A exemplo disso, tem-se a ação Inclusão Produtiva Rural, sob o comando do Ministério da Cidadania, que incorpora programas voltados para o acesso à água, por meio do Programa Nacional de Apoio à Captação de água de chuva e outras Tecnologias Sociais de Acesso à Água (Programa Cisternas); e acesso a alimentos, por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

O Programa Cisternas foi instituído por meio da Lei 12.873, de 24 de outubro de 2013 (BRASIL, 2013), mas já era financiado pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS)

desde 2003. O programa tem como finalidade a promoção do acesso à água para consumo humano, animal e para a produção de alimentos, por meio da implantação de tecnologias sociais de baixo custo. Os beneficiários são as famílias rurais de baixa renda atingidas pelas consequências da seca ou pela falta regular de água.

Segundo o site do Ministério da Cidadania (BRASIL, 2020), a região do semiárido é prioritária para a execução do programa, sendo voltado para a promoção de convivência com a escassez de chuva. O programa engloba a construção de cisternas familiares, que armazena 16 mil litros de água potável, e cisternas escolares, que são instaladas em escolas no meio rural e têm capacidade de armazenamento de 52 mil litros de água potável.

Ressalta-se que o artigo 12 da Lei 12.873/2013 (BRASIL, 2013) aponta um rol de entidades que a União pode firmar parcerias para a execução do Programa Cisternas, como também, podem ser contratadas entidades privadas sem fins lucrativos, mediante a realização de chamada pública daquelas previamente credenciadas. Diante disso, mais informações sobre a execução desse projeto serão tratadas no próximo tópico, quando forem apresentadas as ações da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), que é uma organização parceira na execução desse programa.

O outro programa destacado na ação de Inclusão Produtiva Rural é o de Aquisição de Alimentos, que foi instituído pelo artigo 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003 (BRASIL, 2003), que foi alterada pela Lei 12.512, de 14 de outubro de 2011 (BRASIL, 2011), que instituiu o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais. As finalidades do programa são, entre outras, o incentivo à agricultura familiar e o consumo e valorização desses produtos e a promoção do acesso à alimentação, em quantidade e qualidade necessárias, das pessoas em situação de insegurança alimentar.

No artigo 16 da Lei 12.512/2011 (BRASIL, 2011), destaca-se que a aquisição de produtos para o PAA pode ser feita diretamente dos agricultores e familiares e dos demais beneficiários e, indiretamente, por meio de suas cooperativas. A lei 13.465/2017 (BRASIL, 2017) deu nova redação ao artigo 18 da lei 12.512/2011, estabelecendo as seguintes modalidades sobre a destinação dos produtos adquiridos pelo PAA: “I - promoção de ações de segurança alimentar e nutricional; II - formação de estoques; e atendimento às demandas de gêneros alimentícios e materiais propagativos por parte da administração pública, direta ou indireta, federal, estadual, distrital ou municipal” (BRASIL, 2017, p.05). Esses dois projetos do governo são exemplos de ações das mudanças nas políticas públicas, voltadas para o semiárido brasileiro.

Cunha e Paulino (2014) questionam se a convivência com o semiárido é um paradigma que busca instalar um novo padrão civilizatório ou com uma perspectiva conservantista, que mantem os modos de vida já existentes. Para os autores, ao mesmo tempo que há crítica aos padrões dominantes de modernização, a convivência com o semiárido é uma proposta de modernização, operando com diferentes mecanismos, destacando a mudança técnica e a educação como fatores de transformações sociais.

Cunha e Paulino (2014), refletem sobre as contradiçoes existentes na noção de convivência com o semiárido. Para os autores, são duas as direções de mobilização ideológicos, que envolvem a adoção do paradigma da convivência: convencimento dos governos, de organizações e de atores locais, buscando a institucionalização do paradigma; e cursos e mecanismos de formação oferecidos aos atores sociais envolvidos na temática do desenvolvimento, objetivando a construção de sua legitimidade.

A crítica apresentada por Cunha e Paulino (2014) se dá em relação ao discurso de políticas de desenvolvimento, fundamentadas no “excepcionalismo dos pobres”, diante do fato de os defensores desse paradigma assumirem que as populações rurais devem adotar modelos de desenvolvimento próprio. Com isso, os autores afirmam que é a partir dos pressupostos do excepcionalismo que se pode compreender o porquê das políticas serem voltadas para uma população com o objetivo de mantê-los como grupo diferenciado.

Com isso, percebe-se que o paradigma da convivência com o Semiárido apresenta diferentes pontos de vista sobre um mesmo lugar. A compreensão da região do semiárido, com suas características próprias, é um fator importante para que mais ações sejam realizadas e possa haver o desenvolvimento sustentável dessa região.

4.5 Ações de convivência com o semiárido

A partir das discussões apresentadas até o momento, destacam-se algumas ações de convivência com o Semiárido que vêm sendo desenvolvidas, com destaque da rede de Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), associação da sociedade civil, e do Instituto Nacional do Semiárido (INSA), órgão vinculado ao Governo Federal. Também, são apontadas ações pontuais desenvolvidas por pesquisadores de universidades e por organizações não governamentais, com destaque para ações desenvolvidas no estado do Piauí. Com isso, apresentam-se ações institucionais e que partem de iniciativas de pesquisadores, colocando o semiárido como centro das discussões.

Segundo Diniz e Lima (2017), foram duas fases que possibilitaram a emergência desse novo processo de convivência com o semiárido. A primeira é a quebra de paradigma sobre o desenvolvimento regional, saindo do campo de combate à seca. Enquanto que, a segunda se refere à experimentação social que leva em consideração a convivência com o semiárido. Essa segunda fase tem a participação ativa dos atores coletivos que passam a fazer parte do processo e que concebem o programa denominado Programa de Formação e Mobilização para a Convivência com o Semiárido: Um Milhão de Cisternas Rurais, executado pela ASA.

O Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido abriga outros programas desenvolvidos pela rede e busca colocar em ação essa relação do sertanejo com o local em que vive. Em 2002, foi criada a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) denominada Associação Programa Um Milhão de Cisternas (AP1MC) (SANTOS, 2019). Segundo Nogueira, Milhorance e Mendes (2020), o P1MC teve início em 2001 por meio de convênio da ASA com o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e a Associação foi criada com a finalidade de administrar a implantação do P1MC, repassando os recursos para as comissões responsáveis pelas execuções das ações.

Nogueira, Milhorance e Mendes (2020) afirmam, ainda, que a parceria com o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA) foi o que deu impulso que o P1MC precisava para alcançar um número maior de pessoas. Para os autores, o P1MC tem papel importante na democratização de acesso à água no Semiárido do Brasil por meio das inovações metodológicas e de gestão.

Além do programa P1MC, a ASA desenvolve mais três ações: o programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2), Cisternas nas Escolas e o Manejo da Agrobiodiversidade: sementes do Semiárido. Dessa forma, percebe-se, a partir da realização de diferentes projetos, a tentativa de promover o desenvolvimento da região por meio de atividades que aproximam o cidadão da realidade em que vive, buscando alternativas para as problemáticas existentes e potencializar os pontos positivos.

Segundo Nunes e Silva (2020, p.157), as iniciativas desenvolvidas pela ASA contribuem com o desenvolvimento e sustentabilidade da região, considerando que dão condições “para os moradores permanecerem em suas localidades (evitando assim o processo de migração), desenvolver suas atividades sem preocupação com a falta de água”. Os autores destacam, ainda, a necessidade de conservação para evitar os desperdícios tanto dos recursos financeiros investidos, como do recurso natural. Predominam, entre as prioridades da região, a importância de promover o acesso à água, recurso natural necessário para a sobrevivência humana e da qual a região sofre com o pouco acesso.

Na mesma linha de pensamento, Santos (2019) afirma que essas ações possibilitaram a aproximação dos laços comunitários de solidariedade entre os cidadãos das áreas beneficiadas, sendo percebida a distribuição de água das cisternas das famílias que possuem cisternas em suas residências para aqueles que ainda não tem. O reforço dos laços comunitárias é uma característica positiva para que haja o compartilhamento desse recurso natural, de maneira que mais pessoas conseguem ser beneficiadas com a cisterna.

Ainda em relação ao P1MC, Gomes e Heller (2016) desenvolveram pesquisa empírica sobre a percepção dos beneficiários residentes no semiárido de Minas Gerais, identificando que 82% dos entrevistados consideram que houve melhoria na qualidade de vida, após a instalação de cisternas e 85% informaram que a água armazenada é suficiente para beber, cozinhar e escovar os dentes.

Outro ponto levantado por Gomes e Heller (2016) foi o cuidado que os moradores têm com a manutenção das cisternas, demonstrando que essa tecnologia, implementada na região, tem impacto positivo na vida dessas populações, caso contrário seriam encontradas cisternas abandonadas ou em péssimas condições de uso. Durante seu estudo, os pesquisadores encontraram 63% das cisternas em bom estado de pintura e 85% situadas em locais com boas condições.

Para Silva (2018, p. 86), a diversificação de políticas e ações hídricas está diretamente relacionada ao novo paradigma de convivência com as questões ambientais da região, que passa pelo manejo sustentável dos recursos naturais como forma de melhor aproveitamento das águas da chuva, buscando conciliar os limites impostos pela natureza com a intervenção humana, dando atenção especial às problemáticas hídricas da região.

No entanto, segundo Nogueira, Milhorance e Mendes (2020, p. 10), a criação do programa Água Para Todos, em 2011, no contexto do Plano Brasil Sem Miséria (PBSM) trouxe modificações nas ações realizadas no semiárido. Segundo os autores, o objetivo da criação do APT foi a aceleração da execução e instalação de tecnologias de captação de água e para isso houve mudanças nas metodologias utilizadas no semiárido do Brasil, sendo alvo de diversas críticas, pois “tais mudanças resultaram em modificações no papel e na autonomia de determinadas instituições envolvidas, no padrão de alocação de recursos federais, e na metodologia e no objetivo final do APT em relação ao P1MC”.

Nogueira, Milhorance e Mendes (2020) destacaram, ainda, as duras críticas recebidas a respeito da simplificação do modelo metodológico, que passou a ser utilizadas também as cisternas de polietileno, e a descaracterização dos elementos inovadores realizados no P1MC, que incluía a capacitação das famílias beneficiadas com a cisterna, a geração de renda e a

movimentação da economia local. Para os autores, a cisterna proporciona autonomia para as famílias rurais do semiárido, sendo necessário o uso sustentável da água armazenada e compreensão sobre o tratamento da água para o consumo humano. Por isso, é necessário que haja a ampliação de programas de distribuição de cisternas na região, mas que seja realizada com transparência e responsabilidade.

Destaca-se, também, o Instituto Nacional do Semiárido (INSA), que foi criado no ano de 2004 pela Lei nº 10.860 (BRASIL, 2004) como uma unidade de pesquisa integrante da estrutura básica do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e regulamentada pela portaria do, então denominado, Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) nº 5.5150/2016 (BRASIL, 2016). Com sede em Campina Grande, Paraíba, o Instituto tem como finalidade a promoção do desenvolvimento científico e tecnológico da região, assim como a execução e divulgação de estudos e pesquisas para o fortalecimento do desenvolvimento sustentável da região.

Ao longo dos 17 anos de existência, pesquisadores do INSA, em parceria com pesquisadores de diversas instituições de ensino superior, desenvolveram estudos sobre a realidade do semiárido brasileiro, tais como: a avaliação da influência de cenários referentes às mudanças climáticas na germinação e vigor de sementes de Mimosa tenuiflora e Cenostigma pyramidalis (CUNHA; FERREIRA; SILVA, 2021) e a avaliação da qualidade da água de fontes diversas, armazenadas em cisternas, no semiárido da Paraíba (NERY *et al*., 2021).

O Renova-Semiárido, lançado em 2021, é um projeto desenvolvido pelo INSA e fomentado pelo Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) que se caracteriza como plataforma digital de projetos de energia solar, eólica, biodigestores, bioágua e ecofogão na região do semiárido. A plataforma divulga casos de sucesso e inclui produtos e protótipos desenvolvidos por professores e estudantes (INSA, 2021).

Trazendo para a realidade específica do Piauí, é possível identificar ações pontuais de pesquisadores do Estado quanto a ações voltadas para o Semiárido. Em 2019, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) lançou edital de chamamento para a escolha de experiências inovadoras para promoção do desenvolvimento local. Com o objetivo de "identificar experiências e metodologias inovadoras implantadas que estejam alinhadas aos temas e/ou cadeias de produção mapeados" (PNUD, 2019a, p. 02), buscavam-se experiências que estavam sendo realizadas que impactaram positivamente na promoção do desenvolvimento sustentável local.

Foram selecionadas 12 experiências, que receberam R$ 100 mil cada um para ampliação, aprimoramento e continuidade das iniciativas. O edital PNUD contemplou o Piauí e Amazonas, em que foram escolhidos seis projetos em cada estado.

O projeto de intitulado “Energia Solar para bombeamento de água no semiárido piauiense” foi uma das iniciativas selecionadas. O projeto é desenvolvido por pesquisadores da Universidade Federal do Piauí (UFPI) e tem como objetivo a difusão de sistemas fotovoltaico de bombeamento que são destinados à irrigação utilizada na agricultura familiar que são instaladas em comunidades do semiárido do Piauí que não são atendidas por energia elétrica (PNUD, 2019b). A tecnologia utilizada busca se adequar à realidade local, considerando que o Piauí é um dos estados com maior incidência de radiação solar do Brasil (PEREIRA et al., 2017). Com isso, a promoção do uso de energia solar para a agricultura familiar é uma forma de utilizar os recursos naturais disponíveis na região para benefício da população.

Outra iniciativa contemplada foi a do Coletivo de Comunicação Cidadão, antes vinculado ao Instituto Comradio, que utiliza metodologia de rede social digital, sistematizando informações geradas pelos usuários do aplicativo, notadamente voltados para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU, com sugestões de boas práticas, possibilitando a contribuição para a solução de problemas (PNUD, 2019b). Nesse projeto percebe-se o uso da comunicação voltada para o desenvolvimento sustentável por meio do uso das redes sociais.

Dentro da perspectiva das iniciativas da comunicação para a promoção da convivência com o semiárido, destaca-se o projeto “Ações de Capacitação e de Divulgação de Informações Tecnológicas para Apoio à Inclusão Produtiva Rural”, realizado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), tendo como foco os municípios incluídos no Plano Brasil Sem Miséria (PBSM) e tem como objetivo a disseminação de informação e capacitação de mediadores para socializar práticas agrícolas sustentáveis, de forma a contribuir para o desenvolvimento sustentável rural (BELTRÃO *et al*., 2017).

Segundo Beltrão *et al*. (2017), o projeto desenvolvido pela Embrapa nos territórios do Agreste Alagoano e o Alto Sertão Sergipano possibilita que os atores sociais da região tenham voz por meio da capacitação dos cidadãos locais como estratégia de comunicação que ampliasse a divulgação das informações sobre o PBSM. A capacitação dos agentes foi realizada por meio de oficinas de comunicação comunitária. Beltrão *et al*. (2017) afirmam que a estratégia utilizada possibilitou que os resultados permanecessem mesmo após o término do projeto.

Ainda sobre o uso da comunicação comunitária para a convivência com o semiárido, destacam-se as rádios comunitárias, que são os meios de comunicação mais presentes nessa região (BERTI, 2018).

Para Santos, Prata e Medeiros (2019, p. 136), “as emissoras comunitárias têm a possibilidade de prestar um importante serviço para a população em seu entorno”. Para os autores, as rádios comunitárias são importantes em lugares isoladas e com pouco acesso de fonte de informação, dando visibilidade às necessidades da comunidade em que estão inseridas. No semiárido do Piauí, muitos lugares ainda são carentes de fontes de informação locais, tendo predomínio os meios de comunicação de alcance nacional. Com isso, as emissoras de rádios comunitárias se apresentam como alternativas de produção de conteúdo voltado para os interesses da comunidade.

Como ação prática desenvolvida junto às rádios comunitárias do semiárido piauiense, destacam-se as reflexões realizadas no 1º Encontro Regional de Rádios Comunitárias do Sertão do Piauí, realizado pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI) em 2017, na cidade de São Francisco de Assis do Piauí (distante 500 quilômetros da capital do estado). O evento foi destinado aos comunicadores da emissora de rádio comunitária do município, além de comunicadores em geral e membros da comunidade. Segundo Berti (2018), o evento priorizou o compartilhamento de conhecimento e as experiências de comunicação alternativa e popular entre os participantes.

Berti (2018) defende a necessidade de levar reflexões de instituições de ensino superior através de projetos de extensão para as diferentes comunidades e, no caso específico das rádios comunitárias, ter-se a confluência entre o que é realizado na prática das emissoras, as comunidades e a academia. Para o autor, o papel da academia é estar presente no que acontece na sociedade.

A realização de eventos como esse possibilita aos comunicadores de rádios comunitárias e a população como um todo discutirem o fazer comunicacional e a importância que essas emissoras têm para a comunidade em que estão inseridas, sendo levadas em consideração as características do município e possibilitando a participação da comunidade local.

4.6 Considerações finais

Foi constatado que mesmo sendo projetos pontuais, muitas pesquisas voltadas para a realidade da região vêm sendo desenvolvidas por pesquisadores que continuam abordando a

região semiárida do Brasil, com destaque para o estado do Piauí, inclusive com implantação de ações efetivas, para beneficiar a população local.

A partir das reflexões realizadas, percebe-se que a visão do combate à seca ainda se faz presente nas ações governamentais, como o uso de carros-pipas, que buscam tratar os problemas mais imediatos da sociedade do semiárido brasileiro. No entanto, ao mesmo tempo, a evidência dessas ações realizadas no semiárido brasileiro demonstra as diversas vertentes trabalhadas e crescente ações de convivência com o semiárido, tanto da iniciativa de projetos de políticas públicas, quanto de iniciativa da sociedade civil através de ONGs e de pesquisadores de instituições de ensino.

Foram apresentadas algumas das ações práticas que têm como objetivo modificar a realidade apresentada no semiárido brasileiro a partir das características da região, levando uma tecnologia social que utiliza as potencialidades da população local. A partir dos exemplos trazidos, destaca-se a importância das modificações que vem sendo realizadas na percepção da região, com o fortalecimento da perspectiva da convivência com o semiárido.

Os meios de comunicação também podem ser utilizados de maneira a fortalecer o paradigma de convivência com o semiárido, seja por meio do discurso, levando informação para a sociedade; seja por meio de ações prática promovidas pelas emissoras locais comunidade no sentido de sensibilizar a população sobre questões importantes como cuidados com a água armazenada, maneiras de coleta seletiva, os problemas causados pelas queimadas, entre outros.

Os três projetos da área de comunicação destacados neste texto foram realizados em diferentes localidades, mas apresentaram como ponto em comum a capacitação de pessoas da própria comunidade, de modo que possam se tornar agentes ativos na perspectiva do desenvolvimento sustentável a partir da convivência com o semiárido.

Ações realizadas em conjunto por instituições da sociedade civil com os órgãos governamentais e instituições de ensino podem ajudar a consolidar, cada vez mais, o paradigma da convivência com a seca, considerando que as ações ainda são realizadas de forma fragmentada. A prática que leva em consideração as características da região, com suas potencialidades e fragilidades, tende a trazer soluções de longo prazo para a região, diminuindo a dependência de ajuda econômica existente na atualidade e que muitas vezes foram realizadas de maneira a beneficiar pequenos grupos locais, deixando a grande maioria da população em situação de miserabilidade.

As reflexões sobre os aspectos sociais e ambientais do semiárido brasileiro apresentadas ao longo do artigo geram conhecimento de uma das regiões que precisa ser mais estudada, em que os projetos de convivência com a seca sejam divulgados de modo que as iniciativas eficientes possam ser realizadas em outros lugares. Já não se pode limitar o semiárido ao estereótipo de lugar pobre e de sofrimento. É necessário o avanço para a nova realidade que vem sendo construída ao longo dos anos, em que ações que valorizam as características da região estão cada vez mais presentes nas políticas públicas, nas pesquisas e nos projetos de ONGs.

Diante disso, percebe-se que, no semiárido, por muito tempo, o ideal de desenvolvimento foi imposto, buscando mudar as características ambientais e socioculturais da região. O processo para o paradigma da convivência com o semiárido tem alterado a percepção da realidade na região.

4.7 Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. A aridez das ideias: a questão ambiental do Nordeste em busca de práticas e discursos inovadores. *In*: SANTOS, A. P; ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M.; BRAGA, R. A. (Org.). **O encolhimento das águas**: o que se vê e o que se diz sobre crise hídrica e convivência com o semiárido. Campina Grande: INSA, 2018, p. 13-24.

ANDRADE, L. E. A.; DANTAS, M. S. S. Áreas protegidas e sociobiodiversidade no Semiárido brasileiro. **Anuário Antropológico**, Brasília, v. I, p. 69-96, 2020.

ARAÚJO, S. M. S. A região semiárida do Nordeste do Brasil: questões ambientais e possibilidades de uso sustentável dos recursos. **Revista Rios**, Paulo Afonso, v. 1, n. 5, p. 89-98, 2011.

ATLAS BRASIL. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. 2010. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/ranking>. Acesso em: 21 jan. 2021.

BELTRÃO, S. L. L. *et al*. **Ações de comunicação para a convivência com o Semiárido**, Brasília, DF: Embrapa, 2017. 62 p.

BERTI, O. M. C. Ações, debates e reflexões comunicacionais. O caso e as consequências do 1º Encontro Regional de Rádios Comunitárias do Sertão do Piauí. **Revista Alterjor**, v. 1, n. 17, p. 72-89, 2018.

BRASIL. Lei n. 175, de 7 de janeiro de 1936. Regula o disposto no art. 177 da Constituição. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, RJ, seção 1, 13 jan. 1936, p. 946.

BRASIL. Lei n. 7.827, de 27 de setembro de 1989. Regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo

Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, seção 1, 28 set. 1989.

BRASIL. Lei n. 10.696, de 2 de julho de 2003. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, seção 1, 03 jul. 2003, p. 01.

BRASIL. (2004a) Lei n. 10.836, de 9 de janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, seção 1, 12 jan. 2004, p. 01.

BRASIL. (2004b). Lei nº 10.860, de 14 de abril de 2004. Dispõe sobre a criação do Instituto Nacional do Semi-Árido - INSA, unidade de pesquisa integrante da estrutura básica do Ministério da Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, seção 1, 15 abr. 2004, p. 02.

BRASIL. Lei n. 12.512, de 14 de outubro de 2011. Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais; altera as Leis nºs 10.696, de 2 de julho de 2003, 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e 11.326, de 24 de julho de 2006. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, seção 1, 17 out. 2011, p. 01.

BRASIL, Lei n. 12.873, de 24 de outubro de 2013. Autoriza a Companhia Nacional de Abastecimento a utilizar o Regime Diferenciado de Contratações Públicas... **Diário Oficial da União**, seção 1, 25 out. 2013, p. 01.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações. Portaria nº 5150, de 14 de novembro de 2016. Aprova o Regimento Interno do Instituto Nacional do Semiárido. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, seção 1, 16 nov. 2016, p. 33.

BRASIL. Lei n. 13.465, de 11 de julho de 2017. Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana... **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, seção 1, 08 set. 2017.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Painel Unidades de Conservação Brasileira**. 2019. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiMjUxMTU0NWMtODkyNC00NzNiLWJiNTQtNGI3NTI2NjliZDkzIiwidCI6IjM5NTdhMzY3LTZkMzgtNGMxZi1hNGJhLTMzZThmM2M1NTBlNyJ9>. Acesso em: 05 fev. 2021.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Programa Cisternas**. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/inclusao-produtiva-rural/acesso-a-agua-1/programa-cisternas>. Acesso em: 20 fev. 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Cadastro Único**. 2021. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmps/bolsafamilia/index.html>. Acesso em: 26 fev. 2021.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil:** panorama dos últimos 50 anos. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 1999.

CUNHA, M. C. L.; FERREIRA, T. C.; SILVA, R. P. S. Cenários de mudanças climáticas influenciando a germinação e vigor de sementes de Mimosa tenuiflora e Cenostigma pyramidalis. **Revista principia**, João Pessoa, n. 54, p. 62-70, 2021.

CUNHA, L. H.; PAULINO, J. S. Convivência com o semiárido: um novo paradigma para políticas públicas no Nordeste? In: NEVES, D.; GOMES, R.; LEAL, P. (org.). **Quadros institucionais em políticas públicas**. Campina Grande: EDUEPB, 2014. p. 27-59.

DINIZ, P. C. O.; LIMA, J. R. T. Mobilização social e ação coletiva no Semiárido Brasileiro: convivência, agroecologia e sustentabilidade. **Redes**, Santa Cruz do Sul: Universidade de Santa Cruz do Sul, v. 22, n. 2, maio/ago., 2017.

GOMES, U. A. F.; HELLER, L. Acesso à água proporcionado pelo Programa de Formação e Mobilização Social para Convivência com o Semiárido: Um Milhão de Cisternas Rurais: combate à seca ou ruptura da vulnerabilidade? **Engenharia Sanitária e Ambiental**, Rio de Janeiro, v. 21 n. 3, p. 623-633, jul./set., 2016.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Mapa de Biomas do Brasil**. 2019. Disponível em: https://geoftp.ibge.gov.br/informacoes_ambientais/estudos_ambientais/biomas/mapas/biomas_5000mil.pdf. Acesso em: 07 jan. 2021

INSA. Instituto Nacional do Semiárido. **Renova Semiárido:** energias renováveis. 2021. Disponível em: <https://renovasemiarido.insa.gov.br/static/media/Cartilhas%20compactadas.2d56e3b9.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2021.

MARINHO, J. R. O.; OLIVEIRA, V. P. V. Os Paradigmas Orientadores do Desenvolvimento do Semiárido Brasileiro e suas Implicações para o Manejo dos Recursos Naturais. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 44, n. especial, p. 239-250, jun. 2013.

NERY, J. F. *et al*. Águas Inseguras? Monitoramento da qualidade da água estocada em cisternas no semiárido paraibano. **Revista Principia**, João Pessoa, n. 54, p. 113-120, 2021.

NOGUEIRA, D.; MILHORANCE, C; MENDES, P. Do Programa Um Milhão de Cisternas ao Água para Todos: divergências políticas e bricolagem institucional na promoção do acesso à água no Semiárido brasileiro, **Revista Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade**, n. 15, p. 01-22, 2020. DOI:https://doi.org/10.4000/ideas.7219

NUNES, M. G. P.; SILVA, C. N. M. Nordeste Brasileiro: Um Olhar Sobre o Semiárido e a Convivência Com a Seca. **GEOTemas**, Pau dos Ferros, RN, v. 10, n. 3, p. 148-160, set./dez., 2020.

OJIMA, R.; COSTA, J. V.; CALIXTA, R. K. “Minha Vida é Andar por esse País...”: A Emigração Recente no Semiárido Setentrional, Políticas Sociais e Meio Ambiente. **Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana**, Brasília, Ano XXII, n. 43, p. 149-167, jul./dez., 2014.

PEREIRA, E. B. et al. **Atlas brasileiro de energia solar.** 2 ed. São José dos Campos: INPE, 2017, 80p.

PNUD. (2019a). **Edital de chamamento: Experiências inovadoras para promoção do desenvolvimento local**: fomento de plataformas e redes locais de desenvolvimento. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/presscenter/articles/2019/pnud-seleciona-projetos-de-inovacao-no-amazonas-e-no-piaui.html>. Acesso em: 17 abr. 2021.

PNUD. (2019b) **Conheça os 12 projetos de inovação selecionados pelo PNUD no Amazonas e no Piauí**. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/presscenter/articles/2019/conheca-os-12-projetos-de-inovacao-selecionados-pelo-pnud-no-ama.html>. Acesso em: 17 abr. 2021.

SANTOS, T. A. Dilemas políticos para o semiárido brasileiro: um breve panorama até crise do lulismo. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 22, n. 46, p. 170-194, jan./abr., 2019.

SANTOS, E.; PRATA, N.; MEDEIROS, R. Rádios comunitárias no Brasil: entre a clandestinidade e a relevância social. **Chasqui. Revista Latinoamericana de Comunicación**, Quito, n. 140, p. 129-146, abr./jul., 2019.

SENA, A. *et al*. Medindo o invisível: análise dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em populações expostas à seca. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 671-683, mar., 2016.

SILVA, R. M. A. **Entre o combate à seca e a convivência com o semiárido:** Transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2010.

SILVA, R. M. A. As Políticas das Águas no Semiárido Brasileiro. *In*: SANTOS, A. P.; ALBUQUERQUE JR., D. M.; BRAGA, R. A. (org.). **O encolhimento das águas**: o que se vê e o que se diz sobre crise hídrica e convivência com o semiárido. Campina Grande: Insa, 2018, p. 74-91.

SUDENE. Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. Resolução n. 107, de 27 de 27 de julho de 2017. (2017a). Estabelece critérios técnicos e científicos para delimitação do Semiárido Brasileiro e procedimentos para revisão de sua abrangência. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, ed. 176, seção 1, 13 set. 2017, p. 48.

SUDENE. Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. Resolução n. 115, de 23 nov. 2017. (2017b). Aprova a Proposição nº 113/2017, que acrescenta municípios a relação aprovada pela Resolução CONDEL nº 107, e 27 de julho de 2017. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, ed. 232, seção 1, 05 dez. 2017, p. 32-34.

TEIXEIRA, M. N. O sertão semiárido: uma relação de sociedade e natureza numa dinâmica de organização social do espaço. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, n. 3, 769-797, 2016.

5. A RÁDIO COMUNITÁRIA E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: ESTUDO NO SEMIÁRIDO DO PIAUÍ, BRASIL [1]

COMMUNITY RADIO AND SUSTAINABLE DEVELOPMENT: STUDY IN THE SEMI-ARID REGION OF PIAUÍ, BRAZIL

RADIO COMUNITARIA Y DESARROLLO SOSTENIBLE: UN ESTUDIO EN LA REGIÓN SEMIÁRIDA DE PIAUÍ, BRASIL

Elinara Soares Barros de Sousa
Wilza Gomes Reis Lopes
Orlando Maurício de Carvalho Berti

Resumo: Neste trabalho, tem-se como objetivo analisar a presença e distribuição das rádios comunitárias legalizadas no semiárido do estado do Piauí, Brasil. Para isso, foram utilizados dados da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), elaborando-se um mapa com suas localizações. São apresentadas, ainda, reflexões sobre a relevância destas rádios para as comunidades em que estão inseridas, relacionando-as a dados da realidade local, como população e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Foi constatado que menos da metade dos municípios na região possui rádios comunitárias, ou seja, a maior parte deles não possui meios de comunicação local, que podem ser usados para representar, efetivamente, os anseios das comunidades.

Palavras-chave
Comunidade; Comunicação Comunitária; Semiárido; Sustentabilidade; Piauí; Brasil.

Resumen: En este trabajo, el objetivo es analizar la presencia y distribución de radios comunitarias legalizadas en la región semiárida del estado de Piauí, Brasil. Para ello se utilizaron datos de la Agencia Nacional de Telecomunicaciones (ANATEL) y se elaboró un mapa con sus ubicaciones. También se presentan reflexiones sobre la relevancia de estas radios para las comunidades en las que operan, relacionándolas con datos de la realidad local, como población e Índice de Desarrollo Humano Municipal (IDHM). Se encontró que menos de la mitad de los municipios de la región cuentan con radio comunitaria, es decir, la mayoría no cuenta con medios de comunicación que representen efectivamente los deseos de las comunidades locales.

Palabras clave
Comunidad; Comunicación comunitaria; Semi-árido; Sustentabilidad; Piauí; Brasil.

Abstract: In this work, the objective is to analyze the presence and distribution of legalized community radio stations in the semi-arid region of the state of Piauí, Brazil. For this, data from the National Telecommunications Agency (NTA) were used, and a map was prepared, with their locations. Reflections about the relevance of these radios to the communities in which they operate are also presented, relating them to data from the local reality, such as

[1] Publicado na Revista **Espacio Abierto**, Cuaderno Venezolano de Sociología. Caracas, v. 30, n. 1, p. 33-55, 2021.

population and Municipal Human Development Index (MHDI). It was found that less than half of the municipalities in that region have community radios, that is, most of them do not have means of communication that effectively represent the wishes of local communities.

Keywords
Community; Community Communication; Semi-arid; Sustainability; Piauí; Brazil.

5.1 Introdução

Tratar sobre desenvolvimento sustentável é mais do que pensar apenas na dimensão ambiental, é discutir, também, as relações sociais e econômicas. No entanto, parte-se de uma discussão da relação ser humano e meio ambiente realizada, principalmente, a partir da década de 1960, como consequência do uso irracional dos recursos ambientais e elevados padrões de produção e consumo (LEFF, 2012).

As ciências ambientais dialogam diretamente com a ciência da comunicação. Segundo Lima *et al.* (2015, p. 77), as mudanças globais são causas de novas problemáticas e para os estudos no campo ambiental observa-se a necessidade de

> [...] lançar mão dos recursos de comunicação que garantam sua visibilidade na agenda pública, como também das melhores formas de gestão de informação e comunicação, e de estratégias de promoção de participação e mobilização social para avançar democraticamente.

No entanto, Fortunato e Almeida Júnior (2017, p. 9, tradução nossa) afirmam que os "estudos sobre a cobertura das questões ambientais permanecem fragmentados e precisam ser incentivados, visto que é uma questão fundamental para a resolução da crise ambiental". Para os autores, os veículos de comunicação são decisivos na reprodução dos discursos sobre a questão ambiental, mas são percebidos problemas nessa atuação, muitas vezes sendo reproduzidos discursos acríticos, cujos interesses pessoais se sobressaem.

As mudanças ocorridas ao longo dos anos na sociedade também são refletidas no modo de fazer comunicação, ou seja, existe uma relação entre essas duas áreas de conhecimento. Ao longo dos anos, percebeu-se que os estudiosos da comunicação passaram a tratar mais dessa relação, o que passou a ser denominado de Comunicação para o Desenvolvimento.

Tufte (2013, p. 80) defende a existência de três gerações de Comunicação para o Desenvolvimento:

> A primeira é a da difusão de inovações, com foco na divulgação de informações e intimamente ligada à Comunicação de mudança de comportamento. A segunda é o foco nas habilidades para a abordagem de Comunicação, promovendo o desenvolvimento de habilidades para a vida ou competências centrais com base principalmente na Comunicação Educativa. A terceira é a da Comunicação para a

> transformação social, que emerge da pedagogia libertadora de Paulo Freire e os princípios da Comunicação dialógica.

Mesmo Tufte (2013) fazendo essa divisão das gerações, é importante deixar claro que uma não substitui a outra. Pelo contrário, é possível perceber a presença das três gerações em uma mesma sociedade.

Diante dessa realidade, Carniello *et al.* (2016) afirmam que a comunicação para o desenvolvimento, por estar fora da lógica capitalista, acaba sendo marginalizada e que esse tipo de comunicação tem maior probabilidade de ser desenvolvida em regiões menos representativas como mercados consumidores.

A utilização da comunicação como ferramenta de sensibilização do cidadão é um ponto que vem sendo discutido, considerando a importância da mudança de atitude. No entanto, a comunicação é mais do que uma simples ferramenta, destacando-se, nesta perspectiva, a comunicação comunitária, que traz o cidadão para o centro da produção comunicacional.

Segundo Peruzzo (2009), a comunicação comunitária é baseada em princípios públicos, não tem fins lucrativos, há participação ativa da população, tem propriedade coletiva e difunde conteúdos com finalidade de desenvolver educação, cultura e cidadania. Peruzzo (2009, p. 56) afirma, ainda, que se trata, "não apenas do direito do cidadão à informação, enquanto receptor – tão presente quando se fala em grande mídia –, mas do direito ao acesso aos meios de comunicação na condição de produtor e difusor de conteúdos". Com isso, percebe-se a importância social dessas rádios para as comunidades, pois a produção de conteúdo deve ser voltada para a população local.

Dentre os meios de comunicação comunitária existentes no Brasil, destaca-se o rádio. Segundo a Pesquisa Brasileira de Mídia de 2016, que foi realizada pela Secretaria Especial de Comunicação Social e buscou verificar os hábitos de consumo das pessoas que utilizam diferentes mídias, o rádio é a terceira mídia mais utilizada pela população, sendo ouvido por 30% dos entrevistados e ficando atrás da TV, que é utilizada por 89%, e da Web, que possui 49% (BRASIL, 2016). As rádios comunitárias desempenham papel importante nas pequenas cidades do interior do país devido às desigualdades sociais existentes entre as regiões brasileiras, muitas vezes sendo utilizadas para informar, educar, reforçar tradições (SANTOS, PRATA, MEDEIROS, 2019).

Berti (2017) ressalta que as rádios comunitárias devem estar presentes fisicamente dentro da comunidade, devendo ter sua programação voltada para atender às demandas e

necessidades da população em que está inserida, como também contar com a participação ativa de grupos da comunidade, na escolha de sua programação.

A rádio comunitária, na visão de Santos, Prata e Medeiros (2019, p. 141), "concebe os valores sociais do lugar em que está inserida, já que surge da comunidade, com características partilhadas com a população, retratando a realidade com base nos diferentes componentes identitários". Dessa forma, tais rádios são elementos importantes, que podem contribuir para manter a identidade e o patrimônio cultural de cada local.

Oliveira Neto e Pinheiro (2013, p. 529) reforçam, também, a importância das rádios comunitárias para a saúde coletiva, por representarem um "espaço inserido dentro da comunidade dos usuários de saúde, onde as relações entre estes estão fortalecidas, um espaço representante da cultura local e potencialmente democrático".

Por outro lado, Torres (2012) destaca a ameaça que as rádios comunitárias vêm passando no Brasil, devido à apropriação dessas emissoras, a partir de interesses comerciais e políticos. Segundo Torres (2012, p. 303), muitas emissoras que possuem a autorização de rádio comunitária, na verdade não são administradas como tal, pois "muitas associações fantasmas foram criadas por políticos, arregimentando a participação popular graças às práticas clientelistas, que envolvem um indiscriminado intercâmbio de favores".

Embora estas interferências políticas e religiosas possam estar ligadas à realidade das rádios comunitárias, é inegável a sua relevância para as comunidades em que estão inseridas, destacando-se que podem ser utilizadas para o desenvolvimento sustentável local. Desta forma, considera-se necessária a realização de estudos voltados para este tema.

Em relação à extensão territorial, o Semiárido brasileiro abrange estados da região Nordeste e parte do Norte de Minas Gerais. O estado do Piauí, com total de 251.576,644 km^2 de área, apresenta, atualmente, 185 municípios inseridos no Semiárido brasileiro (SUDENE, 2017a; SUDENE, 2017b).

Considerando as características das rádios comunitárias, parte-se da hipótese de que a presença dessas rádios nos municípios do semiárido do Piauí podem ser instrumentos para a atuação no desenvolvimento sustentável da comunidade, por meio de uma comunicação voltada para a realidade local, como também da participação ativa da população na produção do conteúdo do que vai ser veiculado.

Diante do exposto, tem-se como objetivo deste trabalho, analisar a presença e distribuição das rádios comunitárias legalizadas no semiárido piauiense.

Foi realizada pesquisa bibliográfica a fim de obter aprofundamento teórico-conceitual do objeto de estudo, enfocando aspectos ligados à comunicação comunitária e ao semiárido

piauiense, visando embasar a análise e discussão dos dados. Para a obtenção das informações quantitativas, foi utilizada pesquisa documental na base de dados da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) e o Atlas Brasil, sendo realizada análise quantitativa das rádios comunitárias regulamentadas existentes, no Brasil, no Piauí e no semiárido piauiense, até o mês de fevereiro de 2020, elaborando-se mapa com localização das rádios existentes no semiárido piauiense. As informações colocadas em tabelas e gráficos foram discutidas, relacionando-as, ainda, a dados da realidade local, como população e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM).

5.2 Comunicação comunitária

Tratar sobre comunicação comunitária é trazer à tona, também, questões sobre comunidade. Sobre isso, Miani (2011, p. 226-227) afirma que, dentro de uma dinâmica social, os indivíduos "se reconhecem como construtores de um sentimento coletivo de pertencimento no interior de um grupo social". Esse pertencimento deve ser concretizado com a busca constante da participação, caso contrário é apenas um conjunto de pessoas.

Em relação à comunicação comunitária, Trujillo, Gómez e Quiceno (2016, p. 87, *tradução nossa*) definem "como aqueles processos por meio dos quais as comunidades organizadas visibilizam sua realidade local com sua própria voz". Entende-se que, é dar voz às necessidades e anseios da comunidade, por meio de seus próprios membros e não de pessoas externas.

A partir dessa visão, percebe-se que o cidadão deve ter participação ativa na produção desse tipo de comunicação. Já não se fala em comunicação vertical, em que aquele que produz e o que recebe a informação estão em posições hierárquicas distintas. Estabelecem-se, então, relações horizontais, em que se possibilita a ampliação da cidadania.

Segundo Miani (2011), a comunicação comunitária é uma alternativa em relação ao monopólio dos grandes meios de comunicação nacionais e internacionais e na disputa pela hegemonia no campo comunicacional. Miani (2011, p. 229) afirma, ainda, que:

> Considerando a comunicação comunitária como o processo de produção de experiências comunicativas, portanto uma prática social, desenvolvido no âmbito de uma comunidade com vistas à conquista da cidadania, através de práticas participativas, e possibilitando aos indivíduos interagentes a construção de uma nova sociabilidade, admitimos que essa modalidade de prática comunicativa participa de maneira significativa no processo de disputa pela hegemonia no campo da comunicação.

Peruzzo e Volpato (2010) afirmam que se pode considerar a radiodifusão comunitária no Brasil como herdeiras das rádios livres, datadas da década de 1970, por meio da iniciativa de jovens, que utilizaram as transmissões radiofônicas para o exercício de liberdade de expressão, protestando contra o sistema de controle dos meios de comunicação de massa.

Sobre a formação histórica das rádios comunitárias, Peruzzo e Volpato (2010, p. 39) afirmam, ainda, que:

> [...] movimentos sociais e comunidades enxergaram na radiodifusão uma forma de ampliar sua comunicação e ousaram colocar emissoras no ar, mesmo sem respaldo legal, razão pela qual também iniciam sua história como uma espécie de rádios livres. A diferença entre rádios livres e rádios livres comunitárias é que estas últimas estiveram e estão vinculadas as comunidades e a serviço delas, ou seja, desenvolveram uma perspectiva coletiva que as rádios livres não tiveram.

Já Malerba (2017, p. 19) destaca que a inspiração das primeiras rádios comunitárias era o pensamento ligado à esquerda de sua época: "institucionalizadas e representativas nas comunidades; com decisões tomadas democraticamente pela maioria; em uma ação política fundamentada num movimento unificado, organizado e hierárquico".

No entanto, a legalização das rádios comunitárias, no Brasil, ocorreu a partir da criação da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998 (BRASIL, 1998), que instituiu o serviço de radiodifusão comunitária no Brasil, estabelecendo os critérios necessários para que uma emissora tenha essa licença. Segundo o art. 1º da Lei 9.612 (BRASIL, 1998, p. 1), é denominada radiodifusão comunitária a "radiodifusão sonora, em frequência modulada, operada em baixa potência e cobertura restrita, outorgada a fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, com sede na localidade de prestação do serviço" (BRASIL, 1998).

A importância do serviço de radiodifusão comunitária, para o atendimento da comunidade, é visualizada em seus objetivos, constantes no artigo 3º da Lei 9.612 (BRASIL, 1998, p. 1), descritos a seguir:

> I - dar oportunidade à difusão de ideias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;
> II - oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;
> III - prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;
> IV - contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;
> V - permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.

É necessário trazer a temática para a além da questão legal. Na visão de Torres (2012), a rádio comunitária é um veículo de expressão social que opera em "mão dupla", pois além

de ouvir, proporciona à comunidade a oportunidade de participar, efetivamente, como produtor de conteúdo.

Dessa forma, percebe-se que as rádios comunitárias têm uma função social de suma importância para a comunidade em que está inserida, principalmente a partir da participação efetiva na produção da rádio.

Peruzzo e Volpato (2010, p. 40) destacaram a realidade das emissoras legalizadas:

> [...] nem todas as emissoras legalizadas como rádios comunitárias primam, na prática, por uma programação voltada para desenvolvimento social local ao reproduzirem os mesmos padrões e práticas das emissoras comerciais. É o caso de emissoras usadas com fins comerciais, proselitista-religioso e/ou político-partidários.

Além da dificuldade encontrada para conseguir uma outorga de autorização como emissora de rádio comunitária, as organizações sem fins lucrativos têm como empecilho, por exemplo, a existência local de uma rádio, denominada comunitária, mas que não é utilizada como tal, mas para atender interesses comerciais ou políticos. Como consequência disso, percebe-se a distância existente entre a teoria do que determina a lei e a realidade apresentada.

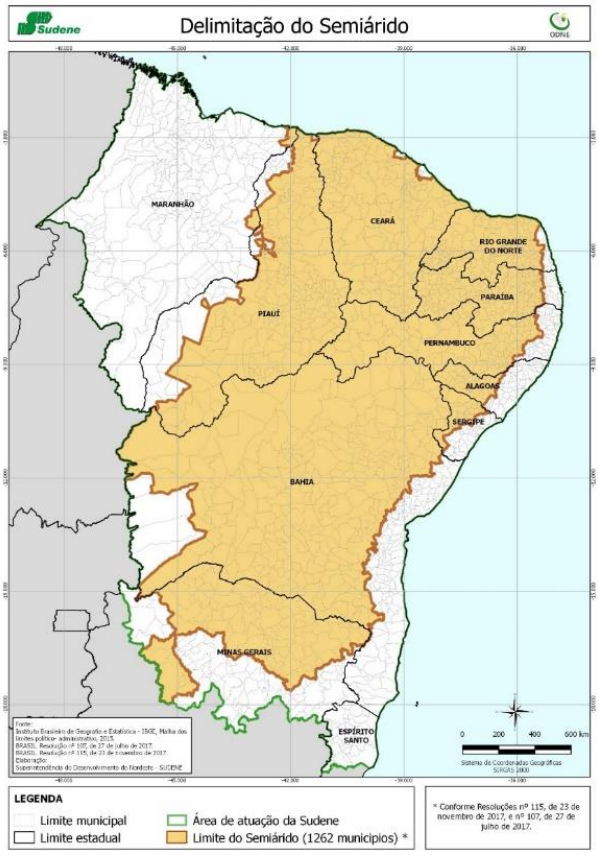
5.3 Características do semiárido brasileiro

A referência climática é uma das características da definição do ecossistema semiárido, com baixo índice de pluviosidade, o restrito período de chuvas a três ou quatro meses do ano, o grande índice de insolação e altas temperaturas (TEIXEIRA, 2016). O ecossistema semiárido existe em todos os continentes, sendo dividido em Semiárido frio, que tem maior incidência na Ásia, e Semiárido quente, que possui maior área de abrangência na África e na Austrália (SANTOS *et al*., 2013).

Na América Latina, as pautas culturais comuns vinculam os países em aspectos antropológicos, sociais e políticos (SANTOS *et al*., 2013), aproximando as realidades apresentadas nesses países. No Brasil, a abrangência da maior parte do Semiárido é na região Nordeste (SUDENE, 2017a).

O semiárido do Brasil é composto por 1.262 municípios, distribuídos pelos estados de Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Minas Gerais, conforme pode ser visualizado na Figura 5.1.

Figura 5.1 - Mapa de Delimitação do Semiárido



Fonte: SUDENE (2017c)

Para serem considerados pertencentes ao território semiárido brasileiro, os municípios devem atender a pelo menos um dos critérios técnicos e científicos estabelecidos na Resolução nº 107/2017 (SUDENE, 2017b), descritos a seguir: "I – Precipitação pluviométrica média anual igual ou inferior a 800 mm; II – Índice de Aridez de Thorntwaite igual ou inferior a 0,50; III – Percentual diário de déficit hídrico igual ou superior a 60%, considerando todos os dias do ano".

No entanto, ainda que os municípios apresentem os critérios estabelecidos na lei, que os caracterizam como semiárido, é possível perceber que há uma realidade bem complexa nessa região, existindo municípios mais desenvolvidos e outros com baixo índice de desenvolvimento. Dessa forma, são vários os "semiáridos", com realidades distintas.

Para Ojima e Fusco (2017), a região do semiárido se consolidou em uma região de expulsão da população. Ojima, Costa e Calixta (2014, p. 154) afirmam que a literatura destaca os fatores climáticos como causa básica de emigração dessa região, "enquanto um deslocamento forçado e uma das poucas estratégias de sobrevivência da população mais pobre frente aos desafios impostos por essa redução da capacidade de suporte".

Porém, é complexa a análise das causas dessa migração. Ojima e Fusco (2017, p. 336-337) afirmam que:

> [...] até que sejam investigados de maneira longitudinal, ou seja, em pesquisas específicas que visem acompanhar uma corte de indivíduos acompanhando suas histórias migratórias, dificilmente será possível entender com tanta precisão as motivações e características psicossociais envolvidas nos fluxos migratórios.

Por muito tempo, a região do semiárido foi associada somente à seca, fome e pobreza. Os discursos em que se afirmava ser necessário combater ou amenizar seus efeitos sobre os cidadãos, foram, historicamente, hegemônicos. As ações políticas foram, então, baseadas nesses discursos, destacadas as ações pontuais e emergenciais quanto às problemáticas existentes na região.

Segundo Santos (2019), as elites regionais propagaram que a seca deveria ser resolvida por meio de seu combate, o que traria como consequência o fim de todos os males que atingiam a região. Teixeira (2016, p. 785) afirma que essas políticas de combate à seca ficaram conhecidas ironicamente como Indústria da Seca, devido ao fato de ser realizada uma "política regional de mobilização de enorme soma de recursos públicos federais e regionais direcionados ao combate à seca e, ao mesmo tempo, tinha como objetivo fomentar a emergência das grandes indústrias agropecuárias do sertão".

Ainda sobre as ações de combate à seca, aos poucos esse quadro foi sendo modificado. Santos (2019, p. 177) afirma que:

> A "indústria da seca", a troca de água por voto, a reprodução de uma imagem fatalista sobre a realidade do semiárido, entre outros aspectos que definiam o quadro político dessa porção do país, particularmente nos períodos de estiagem, passaram a ser duramente criticados pelas organizações e movimentos sociais.

Segundo Sena *et al.* (2016), a região semiárida do Brasil apresenta níveis de problema mais elevados se comparados com outros municípios, que não fazem parte da região, tais como, indicadores de taxa de mortalidade infantil e nível de analfabetismo mais alto, esperança de vida e acesso à água potável mais baixos. Com isso, ressalta-se que ações voltadas para a concretização das metas propostas nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são fundamentais para a melhoria de vida da população. Neste sentido, Sena *et al.* (2016, p. 680) afirmam que:

> O conjunto de problemas ambientais, econômicos e sociais existentes na região do semiárido do Brasil somado à baixa concentração de investimentos em saúde e educação produzem diversos impactos que retroalimentam a pobreza e as vulnerabilidades dessa região, a exemplo de doenças, desemprego, analfabetismo, migração, entre outros.

Quando Sena *et al.* (2016) abordam o alto nível de analfabetismo, afirmam que a realização de uma política adequada de acesso à educação para jovens e adultos poderia eliminar o analfabetismo e que o acesso a conhecimento e habilidades que promovam o desenvolvimento sustentável pode contribuir para que esses indicadores sociais e econômicos negativos, que prevalecem na região, sejam melhorados. Cabe destacar, ainda, a defesa da promoção de aprendizagem que desenvolva o potencial local e não em uma recepção de conhecimento vindo de fora.

Segundo Lemos (2020), as instabilidades climáticas e uso de tecnologias inadequadas, não adaptadas às dificuldades da região, implicam de forma decisiva na formação e distribuição de renda, acesso à educação e saneamento, causando vulnerabilidades sociais e econômicas. Lemos (2020, p. 246) afirma, ainda, que o Nordeste brasileiro possui a grande maioria dos municípios do semiárido, "as maiores dificuldades associadas a esse ecossistema também são observadas na região. Não é por acaso que nela se concentra a maior população que depende das transferências do Governo Federal".

Um dos principais programas sociais desenvolvidos no semiárido nordestino é o Bolsa Família, que é vinculado ao Ministério da Cidadania e foi criado por meio da Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004. O programa é destinado às ações de transferência e possui algumas condições para a participação, sendo o benefício básico destinado às famílias que estão em situação de extrema pobreza (BRASIL, 2004).

Como forma de demonstrar a proximidade encontrada nas realidades do Semiárido da América Latina, destaca-se o estudo realizado por Aguilar e Ortiz (2018) na região semiárida do estado de Novo Leão, localizado no Nordeste do México. A partir do primeiro reconhecimento do campo por meio de visitas exploratória e análise de documentos, foram identificadas as problemáticas da região em diversos âmbitos: pobreza, marginalização, aridez, desemprego, baixa remuneração, etc. No entanto, Aguilar e Ortiz (2018, p. 22) concluíram que:

> A utilização do clima, da flora, da fauna, da orografia e de outros elementos da estrutura ambiental, permite não só a satisfação das necessidades de abrigo, saúde e alimentação, mas também o desenvolvimento de intersubjetividades, interações e relações sociais, que alcançam para formar a base de processos culturais mais complexos, incluindo o de uma identidade regional que transcende as fronteiras da localidade e do país.

Voltando para a realidade brasileira, ao longo dos anos, percebeu-se que as políticas de combate à seca, que eram desenvolvidas na região, eram limitadas e que não resolviam o

problema, passando a discutir uma concepção que contrapõe essa política, que é denominada de convivência com o semiárido.

Na visão de Diniz e Lima (2017, p. 191), tem-se

> [...] uma concepção alternativa à forma convencional de planejamento do desenvolvimento regional que, por sua vez, passou a resgatar e a desenvolver propostas e práticas sócio-políticas orientadas pela ideia de que a sustentabilidade do desenvolvimento no semiárido implica na concepção da convivência com o semiárido e na valorização do envolvimento das populações locais, notadamente a partir de suas experiências no campo da agroecologia.

No entanto, a transição para outro paradigma está em processo. Segundo Marinho e Oliveira (2013, p. 240), a proposta de convivência com o semiárido surge "como paradigma orientador do desenvolvimento sustentável" e, também, como alternativa para esgotamento das políticas de combate às secas, que trouxeram como consequências a degradação do bioma Caatinga e empobrecimento das populações rurais. Dessa forma, tem ocorrido alteração na percepção de desenvolvimento na região semiárida do país, não mais em uma tentativa de mudar o presente, mas uma alternativa diferente, ou seja, aprender a conviver com as características da região, buscando soluções voltadas para uma realidade concreta.

Diniz e Lima (2017) afirmam que esse ciclo alternativo foi estabelecido no início da década de 1990, em um contexto histórico do retorno da democracia no Brasil, após anos de ditadura militar e as discussões sobre desenvolvimento sustentável, ocorridas na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio 92). Ressalta-se, então, que a convivência com o semiárido traz como ponto principal a questão do desenvolvimento sustentável, mas levando em consideração as suas características da região.

Com isso, a convivência com o semiárido é representada pelo que Silva (2010, p. 195) afirma, em que "não é o ambiente que tem que ser modificado ou adaptado às atividades produtivas". É necessário adaptar a produção ao ambiente climático da região. Para o citado autor, a convivência com o semiárido é um novo modelo de desenvolvimento, que se pretende construir na realidade semiárida e que a sustentabilidade do desenvolvimento exige práticas contextualizadas e que devem considerar as dimensões ambiental, econômica, política, social e cultural.

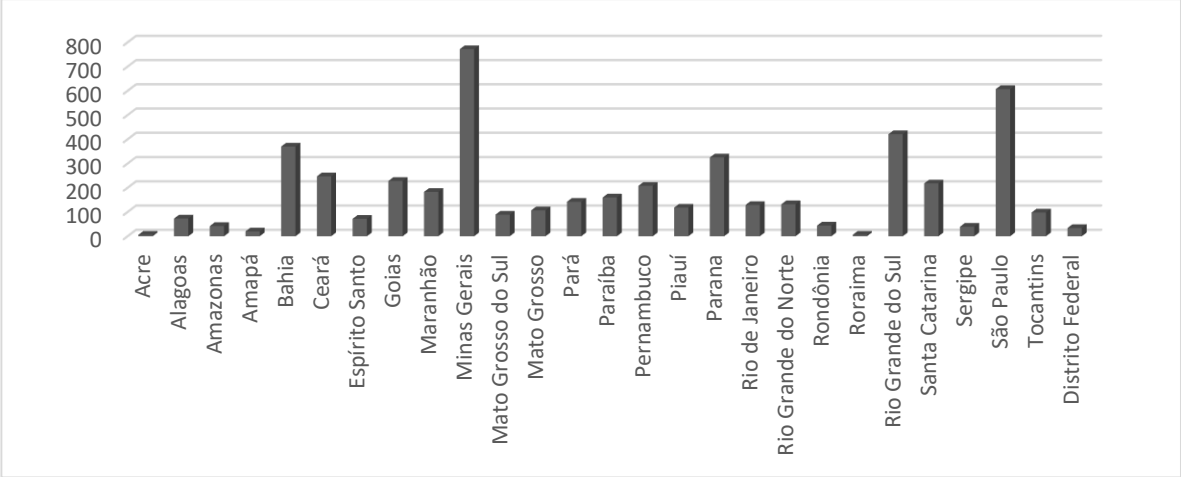
Nesse contexto de mudanças de paradigma, destaca-se o papel das rádios comunitárias localizadas nessa região, que devem atuar de forma mais sensível às realidades apresentadas nas comunidades. O processo produtivo dessas rádios deve ser voltado, também, para trazer e discutir a visão que a comunidade tem do espaço físico, das questões ambientais, das questões sociais e da convivência com a seca.

Cabe destacar, também, a importância que muitas rádios possuem como prestadores de serviço à comunidade em que está inserida, informando sobre acontecimentos relevantes, utilidade pública, cultura e lazer em locais que possuem acesso somente a esse meio de comunicação.

5.4 Caracterização quantitativa das rádios comunitárias

Segundo dados disponibilizados pela Anatel, até o final do primeiro trimestre de 2020, foram identificadas, em todo o território brasileiro, 4.890 rádios comunitárias legalizadas. No gráfico 5.1 destaca-se a distribuição das rádios comunitárias legalizadas em todos os estados e no Distrito Federal.

Gráfico 5.1 - Quantidade de Rádios Comunitárias por Estado Brasileiro



Fonte: Dados Sistema de Controle de Radiodifusão/Anatel (2020).

Ao se considerar o número total de rádios, destaca-se o estado de Minas Gerais, com 772 rádios, como aquele que detém a maior quantidade de rádios comunitárias autorizadas. Depois dele, tem-se o estado de São Paulo, com 607 rádios comunitárias, seguido do Rio Grande do Sul, que apresenta 421 rádios comunitárias legalizadas. Enquanto os que possuem a menor quantidade são os estados do Acre e Roraima, com seis rádios comunitárias cada um.

Convém destacar que enquanto Minas Gerais é o estado brasileiro com maior número de municípios, com 853, o estado de Roraima possui apenas 15 municípios. Por isso, cabe observar proporcionalmente o número de rádios por estado. Mesmo com um número menor de municípios, o estado do Acre possui cobertura de apenas 23% de seus municípios com rádios comunitárias autorizadas, se destacando com a menor porcentagem de cobertura das rádios; Roraima aparece com a segunda menor porcentagem de rádios, apenas 40%. Já Minas

Gerais aparece com 74% e São Paulo e Rio Grande do Sul com 72% cada. Com isso, pode-se perceber que os estados com maior número de rádios não representam melhor distribuição das rádios nos municípios.

O estado com maior porcentagem de municípios com rádios comunitárias é o Amapá, com 94%; seguido do Ceará, com 93%; e do Mato Grosso do Sul, com 90%. No entanto, a alta porcentagem da distribuição de rádios comunitárias nos municípios, por si só, não significa o grau de desenvolvimento sustentável desses estados.

Ultrapassa os limites da proposta do presente artigo avaliar se de fato todas as rádios comunitárias, legalizadas do Brasil, atuam em prol das comunidades em que estão inseridas. No entanto, pode-se afirmar que a inserção, cada vez maior, de rádios comunitárias nos municípios se caracteriza como um instrumento a mais para as discussões sobre o desenvolvimento sustentável desses locais, caso essas emissoras sejam utilizadas de fato pela e à serviço das comunidades, conforme estabelece a legislação brasileira.

Na Tabela 5.1 são apresentados os dados divididos por região do país. É importante observar os dados percentuais por região do país, verificando a cobertura existente. Esse levantamento quantitativo de rádios comunitárias em todo o território brasileiro foi importante para se verificar se havia discrepâncias entre as regiões, considerando que existem diferenças sociais significativas entre elas, em que umas se apresentam como social e economicamente mais desenvolvidas do que outras.

Tabela 5.1 – Quantidade de Outorga de Autorização de Rádios Comunitárias por Região

Região	Número total de municípios Municípios	Município com pelo menos uma rádio comunitária	Em relação ao total de municípios da região (%)	Em relação ao total de municípios do País (%)
Centro-Oeste	467	353	75,58	6,34
Norte	450	301	66,88	5,40
Nordeste	1794	1241	69,17	22,28
Sudeste	1668	1235	74,04	22,17
Sul	1191	845	70,94	15,17
Total	5570	3975	-	71,36

Fonte: Elaboração própria com dados do Sistema de Controle de Radiodifusão/Anatel (2020).

A partir da análise da Tabela 5.1, foi possível verificar que, percentualmente, a região Norte aparece com menor inserção de rádios comunitárias em seus diferentes municípios e o Centro-Oeste é a que possui maior abrangência, sendo uma diferença significativa de 8,7% entre essas duas regiões. Os dados apresentados, também, mostram que existem rádios comunitárias legalizadas em 3.975 municípios brasileiros, representando aproximadamente

71,36%. Essa porcentagem nacional pode servir como base para a análise dos estados de forma individualmente. Foi possível perceber que 12 estados apresentam percentual de municípios com rádios comunitárias legalizadas abaixo da média nacional.

No entanto, as localidades a serem contempladas com novas outorgas de rádio comunitárias no Brasil são listadas no Planos Nacionais de Outorgas (PNO), enquanto que os critérios utilizados para a inserção da localidade no PNO são estabelecidos pelo artigo 16, §3º, da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, (ANATEL, 2015, p. 71), conforme segue: "I – atendimento a localidades onde não existam entidades autorizadas para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária; e II – atendimento a Cadastros de Demonstração de Interesse registrados". Com isso, o Plano busca atender a uma demanda reprimida das comunidades e os dados apresentados na Tabela 5.1 podem ser usados como referência para se perceber quais as regiões com menor percentual de municípios com rádios comunitárias. Entretanto, o segundo critério definido também deve ser atendido, sendo necessário que as entidades sem fins lucrativos desses municípios demonstrarem interesse em obter a autorização.

No PNO é disponibilizada a lista com os municípios que serão contemplados nos editais a serem lançados. O PNO 2018/2019, lançado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), a partir de dados apresentados até o ano de 2017, tinha como previsão o aumento de 697 novas outorgas de rádios comunitárias, sendo contemplados 340 municípios que ainda não possuíam nenhuma entidade autorizada, o que representaria um total de 77,61% dos municípios do país com ao menos uma emissora de rádio comunitária.

Até o primeiro trimestre de 2020 foi identificado o aumento de 60 rádios comunitárias, em relação às existentes em dezembro de 2017, número bem abaixo da expectativa apresentada pelo documento. No entanto, cabe destacar, também, que todos os editais previstos no PNO 2018/2019 foram lançados e existem processos em andamento, sendo possível o aumento no quantitativo das rádios comunitárias.

Em relação às rádios comunitárias existentes no semiárido brasileiro, foram identificadas 1.036 rádios comunitárias autorizadas, divididas pelos estados que compõem a sub-região. O semiárido brasileiro possui 1.262 municípios, sendo que, segundo dados da Anatel, 872 municípios possuem rádios comunitárias em seu território e 390 municípios não possuem rádios comunitárias, conforme pode ser percebido na Tabela 5.2.

Tabela 5.2 – Distribuição das Rádios Comunitárias pelos Municípios do Semiárido

Estado	Municípios no semiárido	Municípios no semiárido com rádios comunitárias	Em relação ao total de municípios no semiárido do estado (%)
Alagoas	38	22	57,89
Bahia	278	206	74,1
Ceará	175	162	92,57
Maranhão	2	2	100
Minas Gerais	91	59	64,83
Paraíba	194	123	63,4
Pernambuco	123	107	86,99
Piauí	185	86	46,48
Rio Grande do Norte	147	94	63,94
Sergipe	29	11	34,48
Total	1262	872	69,09

Fonte: Sistema de Controle de Radiodifusão/Anatel (2020).

Observa-se que, em termos percentuais, Maranhão, Ceará e Pernambuco são os estados com maior quantidade de rádios comunitárias em seu território semiárido, com 100%, 92,57% e 86,99%, respectivamente. Cabe destacar que o Maranhão possui somente dois municípios no semiárido, o que tornou possível chegar aos 100% de cobertura das rádios comunitárias de forma mais rápida. Já o Ceará possui 175 municípios no semiárido, sendo que 162 deles têm rádios comunitárias legalizadas. No entanto, cabe destacar, mais uma vez, que não se pode confirmar, somente pela análise quantitativa, se essas rádios estão sendo utilizadas para a comunidade, mas são municípios que possuem maiores possibilidades de discutir as questões locais a partir da presença desses meios de comunicação, por serem mais próximos dessa realidade do que os meios de comunicação nacionais.

No estado do Ceará, somente 13 municípios localizados no semiárido não possuem rádios comunitárias. No entanto, talvez isto seja consequência do interesse de usar tais rádios para fins de propaganda política. Segundo Nunes (2015, p. 232), as exigências trazidas lei 9.612/1998 “praticamente inviabilizou a existência da maior parte das experiências autenticamente comunitárias, favorecendo, na prática, a sobrevivência das emissoras ligadas a políticos e comerciantes”.

Nunes (2015, p. 233-234), em pesquisa realizada sobre o uso de rádios comunitárias do Ceará nos processos eleitorais, afirma ainda:

> Vários políticos profissionais no Estado, que querem se eleger pela primeira vez ou que tentam a reeleição ou mesmo empresários, montaram verdadeiras redes de rádios comunitárias, com o objetivo de utilizá-las durante o período eleitoral. Procurando reproduzir a programação das emissoras comerciais, apresentando uma composição comunitária artificial, reunindo associações comunitárias forjadas em sua maioria pela ação de cabos eleitorais, essas emissoras indevidamente chamadas

> de “comunitárias” apropriam-se do espaço comunitário, privatizando a dimensão pública do que seria um espaço coletivo de articulação, de organização e de conscientização políticas das comunidades que não dispõem de instrumentos de comunicação próprios.

Os estados que possuem menos rádios comunitárias em seus municípios do semiárido são Sergipe, Piauí e Alagoas, com 34,48%, 46,48% e 57,89%, respectivamente. Esses números são preocupantes, considerando que muitos desses municípios não possuem um meio de comunicação local que represente as necessidades da comunidade e, consequentemente, se apresentam como zonas de silêncio.

Quando trata sobre as zonas de silêncio da radiodifusão, que são as localidades em que não possuem rádio ou televisão locais, Medeiros (2020) afirma que essas zonas são menores devido à abrangência que o rádio tem em todo o Brasil, o que possibilita que chegue em comunidades que não possuem outro meio de comunicação local. No entanto, Medeiros (2020, p. 375) afirma, ainda, que as zonas de silêncio existentes são problemas, considerando que em muitos lugares a única forma de acesso às informações é por meio do rádio, pois “é o rádio que muitas vezes faz o papel de relógio e de portador de recados entre moradores, noticia objetos perdidos e compartilha com os sinos das igrejas os avisos de falecimentos e horários de missas”.

Dessa maneira, os três estados com menor quantidade de rádios comunitárias em seu território semiárido se apresentam com as maiores zonas de silêncio dessa sub-região, considerando que não possuem outros meios de comunicação local legalizados para atuarem em prol da população.

Em relação ao estado do Piauí, que é formado por 224 municípios, tem-se que 185 deles estão inseridos na região semiárida, sendo que, 79,71% da extensão territorial do estado possuem as características dessa região, conforme estabelecido pela resolução nº 107/2017 (SUDENE, 2017b).

No Piauí, por apresentar grande extensão de seu território inserida no semiárido, percebe-se a existência de realidades diferenciadas entre os diversos municípios, localizados nessa região, tendo a presença de municípios com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) variados. Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (2010, p. 21), esse índice “é uma medida resumida das condições básicas de vida de uma população, centrada nas dimensões saúde, conhecimento e padrão de vida/renda”.

Na dimensão saúde, a variável utilizada é a expectativa de vida ao nascer, em que as informações são dadas em anos. Na dimensão do conhecimento foi utilizada como variável os anos médios de estudos combinados com os anos esperados de escolaridade. Já na dimensão

renda é utilizada a Renda Nacional Bruta (RNB), que é medida pelo Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* (PNUD, 2010).

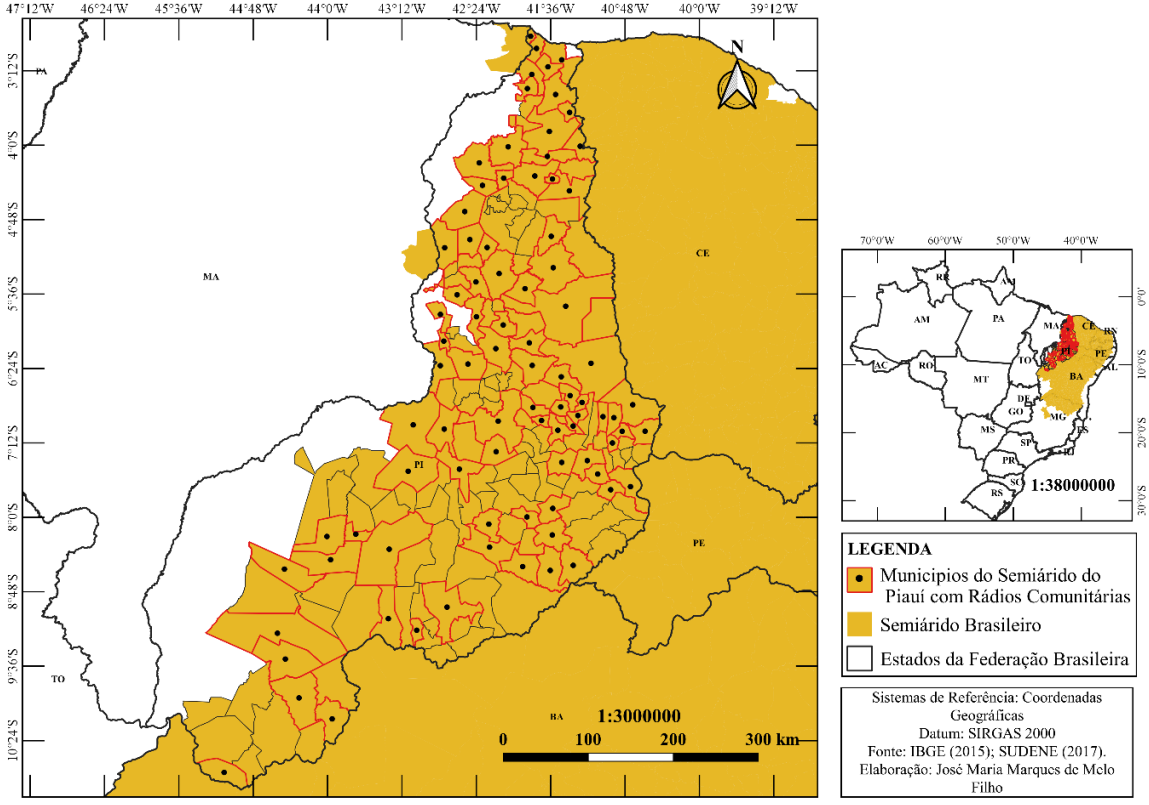
As faixas de desenvolvimento humano definidas pelo IDH vão de 0 a 1, sendo divididas da seguinte forma: muito alto (0,800 - 1,000), alto (0,700 - 0,799), médio (0,600 - 0,699), baixo (0,500 - 0,599), e muito baixo (0,000 – 0,499) (ATLAS, 2010).

No Brasil, foi desenvolvido o IDHM, que trata do índice em âmbito municipal, o que abriu novas possibilidades para a utilização das informações disponíveis, incluindo o monitoramento das políticas públicas locais e regionais (PNUD, 2010).

Nos municípios do semiárido piauiense, percebeu-se a grande diversidade desses índices, que vão desde o considerado alto, tais como, Teresina (0,751) e Floriano (0,700); como também com índices considerados muito baixos, como São Francisco de Assis do Piauí (0,485) e Caxingó (0,488) (ATLAS BRASIL, 2010).

Sobre as rádios comunitárias autorizadas no Nordeste do país, foram identificadas 1.530 rádios, das quais 118 estão localizadas no Piauí, sendo 99 inseridas no semiárido do Estado (Anexo A) e distribuídas em 86 municípios (ANATEL, 2020), conforme pode ser visualizado na figura 5.2.

Figura 5.2 – Municípios do semiárido piauiense com rádios comunitárias outorgadas até primeiro trimestre de 2020



Fonte: Adaptado de SUDENE (2017a).

Conforme já afirmado anteriormente, mais da metade do semiárido piauiense não possui rádio comunitária legalizada. Além disso, o número total apresentado pela Anatel mostra que 119 municípios piauienses não possuem rádios comunitárias, ou seja, 53,12% de todo o território. Com isso, percebe-se que mais da metade dos municípios do Piauí não possuem rádios comunitárias que possibilitem à população uma participação ativa no fazer comunicacional.

Entre as razões para o número reduzido de rádios comunitárias legalizadas pode ser considerada a dificuldade de se obter a autorização. Segundo Paiva, Malerba e Custódio (2013, p. 252), a legislação brasileira é restritiva com "repressão estatal, o excesso de burocracia e ineficiência na liberação de outorgas têm levado diversas emissoras para a ilegalidade".

A partir do quantitativo de rádios comunitárias localizadas no semiárido, analisou-se a relação com os Índices de Desenvolvimento Humano dos municípios (IDHM) em que esses meios de comunicação estão presentes. Na tabela 5.3 são apresentados os percentuais dos municípios que possuem rádios comunitárias localizadas no semiárido piauiense em relação ao IDHM.

Tabela 5.3 – Quantitativo de rádios comunitárias legalizadas no semiárido piauiense em função do IDHM

Faixas de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)	**Municípios do semiárido**	**Municípios do semiárido com rádio comunitária**	**Municípios do semiárido com rádios comunitárias (%)**
Alto	2	2	100
Médio	31	19	64,51
Baixo	146	61	41,78
Muito baixo	6	4	66,66
Total	**185**	**86**	

Fonte: Atlas Brasil (2010); Sistema de Controle de Radiodifusão/Anatel (2020).

Foi observado que, entre todos os municípios do semiárido piauiense, seis estão classificados com IDHM muito baixo (0,000-0,499), 146 municípios, como baixo (0,500-0,599), 31 municípios são considerados como médio (0,600-0,699) e apenas dois municípios possuem o IDH considerado alto (0,700-0,799), sendo predominante os municípios com IDHM baixo.

Um dos municípios do semiárido que apresenta IDH alto é Teresina (0,751), capital do estado. Com população estimada, em 2020, de 868.075 habitantes (IBGE, 2020), é o

município mais desenvolvido do estado do Piauí, ficando em primeiro lugar no ranking estadual do Produto Interno Bruto (PIB) per capita.

Só a cidade de Teresina possui sete rádios comunitárias, 13 rádios com modulação em frequência (FM) e nove rádios com modulação em amplitude (AM), totalizando 29 emissoras de radiodifusão outorgadas. Além disso, o município conta com cinco emissoras de televisão (ANATEL, 2020). Com isso, percebe-se que há diversas opções de meio de comunicação local para os moradores do município, dando aos ouvintes e telespectadores poder de escolha da rádio ou canal televisivo que vai acompanhar.

Diferente do que ocorre em Teresina, há vários municípios do estado que sequer possuem uma emissora de rádio comunitária. Tal como foi apresentado na tabela 3, quatro dos seis municípios do semiárido com IDH muito baixo possuem rádios comunitárias, são eles: São Francisco de Assis do Piauí, Caxingó, Cocal, Cocal dos Alves.

Quando analisados os dados de São Francisco de Assis do Piauí, que possui o menor IDH do estado, percebe-se que o município possui problemas graves, além dos três parâmetros analisados pelo índice, como possuir apenas 3,7% de saneamento adequado, 5,8% da população com ocupação formal e a taxa média de mortalidade infantil do município é de 46.15 para cada 1.000 nascidos vivos (ATLAS, 2010).

Esses quatro municípios com IDH considerado muito baixo possuem uma emissora de rádio comunitária cada. Diante de uma situação com dados tão precários sobre a taxa de desenvolvimento humano desses municípios, a comunicação pode ser utilizada como um instrumento para o início de uma mudança dessa realidade, ao se levar informações de interesse para essa população. Por serem pessoas da própria comunidade que participam do processo comunicacional das rádios, há uma identificação com os problemas locais, podendo também serem realizadas parcerias com instituições para a qualificação desses colaboradores, de maneira que possam atuar como propagadores desses conhecimentos.

A partir dos dados gerais, percebe-se que os municípios do semiárido com IDH baixo possuem a maior demanda por um meio de comunicação, que atenda aos anseios da sociedade. São 58,22% municípios que não possuem rádios comunitárias. Entre os outros municípios do semiárido que não possuem rádios comunitárias, 35,49% apresentam IDH médio, enquanto que 33,34% estão com IDH muito baixo.

Rádios comunitárias legalizadas podem ser utilizadas nesses municípios para atendimento das necessidades locais, possibilitando à comunidade trabalhar questões importantes para o desenvolvimento, por meio da comunicação. No entanto, não se pode

afirmar que todas as rádios comunitárias autorizadas que estão localizadas no semiárido do Piauí são, de fato, utilizadas em prol dos anseios e necessidades da sociedade.

Paiva, Malerba e Custódio (2013, p. 254) afirmam que "é recorrente a denúncia de que diversas entidades com intuitos meramente político-partidários e/ou comerciais têm ocupado o já exíguo espaço legal reservado para as comunitárias". Nesse mesmo sentido, Medeiros (2009) afirma que muitos políticos utilizam da lei 9.612/1998 (BRASIL, 1998), para obter mais de uma concessão de rádio comunitária e as utilizam como instrumentos para se projetarem politicamente na comunidade e se candidatarem a cargos eletivos, como vereador, prefeito ou outras instâncias do poder.

Essas dificuldades apresentadas fazem com que muitas rádios comunitárias funcionem de forma clandestina, correndo o risco de serem fechadas a qualquer momento. Segundo Santos, Prata e Medeiros (2019), isso acontece devido à burocracia exigida para a concessão de outorgas, os custos de produção e pelas exigências legais de constituição de uma associação.

Conforme já apresentado, em municípios com IDH alto, geralmente, existem outros meios de comunicação que possibilitam aos moradores maior acesso a informações e participação. Já em municípios com baixo índice de desenvolvimento, as rádios comunitárias se apresentam, muitas vezes, como único meio de comunicação local, tornando-se mais importante para a comunidade em que está inserida. No entanto, muitas vezes essas rádios acabam sendo usadas com interesses pessoais e se apresentam como rádios comerciais, havendo, dessa forma, desvio da função da rádio comunitária e não servindo de meio de comunicação voltado para a população, de forma democrática.

As rádios comunitárias podem ser usadas no processo de construção de uma realidade voltada para o desenvolvimento sustentável da região. A presença de rádios comunitárias em municípios com baixo IDH já pode ser caracterizado como um ponto importante, pois essas localidades têm a possibilidade de sair da zona de silêncio comunicacional. A comunicação pode ser transmitida a partir da realidade vivenciada nesses locais, em que os interesses da comunidade se fazem presentes em todo o processo comunicacional da rádio.

Esse olhar de dentro para fora é a perspectiva defendida pelo novo paradigma do desenvolvimento do semiárido brasileiro, em que há a necessidade de desenvolver a partir da convivência com o semiárido e não introduzir soluções prontas de outros lugares e que não são relevantes nessa região.

5.5 Considerações finais

As rádios comunitárias têm como ponto positivo o fato que seus produtores devem ser integrantes da própria comunidade, tornando-se uma comunicação horizontal, em que produtor e receptor falam como iguais. São os próprios cidadãos que fazem parte e, dessa forma, conhecem mais as limitações e necessidades das comunidades.

Foi constatado que mais da metade dos municípios do semiárido no estado do Piauí não possuem representação por meio de rádios comunitárias, mesmo diante do que essas emissoras podem representar para a comunidade em que está inserida. Isso demonstra que muitas comunidades, ainda, não possuem vozes para a produção de conteúdo nos meios de comunicação, ficando limitadas às informações e conteúdos produzidos em outros municípios, distantes de suas realidades.

A partir da análise quantitativa foi possível verificar as demandas existentes por rádios comunitárias em todo o semiárido brasileiro, especificamente no estado do Piauí. Ressalta-se que, mesmo apresentando maior parte do seu território inserido no semiárido, a quantidade de rádios comunitárias nessa região é de apenas 99, que corresponde a 46,48% dos municípios. Trata-se do segundo estado brasileiro localizado no semiárido, que tem a menor porcentagem de rádios comunitárias, perdendo apenas para o estado de Sergipe.

Ressalta-se que as rádios são mais do que instrumentos para informar a comunidade. Podem fazer parte, também, do processo de desenvolvimento social, econômico e ambiental a partir da construção de um meio de comunicação que envolva de fato a comunidade em que está inserida.

A atuação de rádios comunitárias, que são dirigidas e voltadas para a realidade da população na sensibilização quanto a questões importantes, como preservação ambiental, serviços de utilidade pública e educação, tornam possível a representatividade da comunidade, tendo voz ativa para os problemas existentes em cada localidade, buscando soluções, também, locais.

O mesmo vale quando se pensa nos meios de comunicação disponíveis para essas comunidades. As informações são apresentadas, muitas vezes, a partir da perspectiva de grandes centros do país, tais como São Paulo e Rio de Janeiro, trazendo realidades distantes do que é vivido, diariamente, nessas comunidades. Tratam-se de questões que não fazem parte da vida desses cidadãos, que muitas vezes precisam, primeiramente, saber onde ocorrerá atendimento médico, quando serão as matrículas escolares, onde possui disponibilidade de emprego, entre outras necessidades.

Para que haja mudanças mais significativas, é importante dar voz às comunidades, destacando-se que o aumento significativo no número de rádios comunitárias nessa região é uma opção para que mais ações voltadas para as necessidades das comunidades sejam atendidas e haja, de fato, um desenvolvimento sustentável, respeitando as peculiaridades de cada comunidade, a partir das suas três dimensões: social, econômica e ambiental.

5.6 Referências

AGUILAR, A. C.; ORTIZ, G. E. C. Reproducción social doméstica de familias rurales en el contexto semiárido del noreste mexicano. **Espacio Abierto**, Caracas, v. 27, n. 3, p. 5-26, 2018.

ANATEL. Agência Nacional de Telecomunicações. **Sistema de Controle de Radiodifusão**. 2020. Disponível em: https://sistemas.anatel.gov.br/srd/Consultas/ConsultaGeral/TelaListagem.asp?NumServico=231&SISQSmodulo=7995. Acesso em: 03 mar. 2020.

ANATEL. Agência Nacional de Telecomunicações. Portaria n. 4.334, de 17 de setembro de 2015. **Diário Oficial da União**, Seção 1, n. 180, p. 71, 2015.

ATLAS BRASIL. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**, 2010. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/ranking. Acesso em: 21 jan. 2021.

BERTI, O. M. C. Rádios comunitárias brasileiras na internet: faces e interfaces da democratização da comunicação comunitária em tempos de tecnologias atuais no Nordeste. **PAULUS: Revista de Comunicação da FAPCOM**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 111-120, 2017.

BRASIL. Lei n. 9.612, de 19 de fevereiro de 1998. Institui o serviço de radiodifusão comunitária e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, seção 1, 1998, p. 11.

BRASIL. Lei n. 10.836, de 9 de janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, seção 1, 12 jan. 2004, p. 01.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Pesquisa brasileira de mídia 2016**: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira. Brasília: Secom, 162p, 2016.

CARNIELLO, M. F. et al. Comunicação para o desenvolvimento: considerações para uma construção de interfaces temáticas. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 12, n. 4, p. 3-30, 2016.

DINIZ, P. C. O.; LIMA, J. R. T. Mobilização social e ação coletiva no Semiárido Brasileiro: convivência, agroecologia e sustentabilidade. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 22, n. 2, maio/ago., 2017.

FORTUNATO, I. ALMEIDA JR, A. R. La compleja relación tripartita: ambiente, sociedad y medios de comunicación. **Espacio Abierto Cuaderno Venezolano de Sociología**, Caracas, v. 26, n. 2, p. 5-10, 2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados**: Teresina. 2020. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/teresina/panorama. Acesso em: 04 jan. 2021.

LEFF, E. **Saber Ambiental:** sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

LEMOS, J. J. S. Vulnerabilidades Induzidas no Semiárido Brasileiro. **Desenvolvimento Regional em Debate**, v. 10, p. 245-268, 2020.

LIMA, M. D. V. *et al*. A comunicação ambiental e suas potencialidades no enfrentamento dos dilemas socioambientais. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 34, p. 75-84, 2015.

MALERBA, J. P. Uma questão de princípios: o tema da autenticidade na radiodifusão comunitária. *In:* Encontro Anual da Compós, 26, 2017, São Paulo. **Anais...**, São Paulo, 2017. Disponível em: <http://www.compos.org.br/data/arquivos_2017/trabalhos_arquivo_D3HDC4PUM9GLUIV7EK2M_26_5418_20_02_2017_17_40_48.pdf>. Acesso em 03 fev. 2020.

MARINHO, J. R. O.; OLIVEIRA, V. P. V. Os Paradigmas Orientadores do Desenvolvimento do Semiárido Brasileiro e suas Implicações para o Manejo dos Recursos Naturais. **Revista Econômica do Nordeste,** Fortaleza**,** v. 44, n. especial, p. 239-250, 2013.

MEDEIROS, H. P. Rádio comunitária x democratização: dez anos de trajetórias descontínuas. In: KLÖCKNER, L.; PRATA, N. **História da Mídia Sonora**: experiências, memórias e afetos de Norte a Sul do Brasil. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009, p. 381-395.

MEDEIROS, R. Função Social do Rádio Local Entre Desertos de Notícia e Zonas de Silêncio: reverberações da migração AM – FM. **Âncora.** Revista Latino-americana de Jornalismo, João Pessoa, ano 7, v. 7, n.1, p. 360-378, jan./jun., 2020.

MIANI, R. Os pressupostos teóricos da comunicação comunitária e sua condição de alternativa política ao monopólio midiático. **Intexto**. Porto Alegre, v. 2, n. 25, p. 221-233, dez., 2011.

NUNES, M. V. O Rádio como Arma Política no Ceará. **Revista Passagens.** Fortaleza, v. 6, n. 2, p. 227-243, 2015.

OJIMA, R.; COSTA, J. V.; CALIXTA, R. K. "Minha Vida é Andar por esse País...": A Emigração Recente no Semiárido Setentrional, Políticas Sociais e Meio Ambiente. **Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana.** Brasília, ano 22, n. 43, p. 149-167, 2014.

OJIMA, R.; FUSCO, W. Migração no Semiárido Setentrional: Dinâmica Recente, Retorno e Políticas Sociais. **Mediações**, Londrina, v. 22, n. 1, p. 325-349, 2017.

OLIVEIRA NETO, A.; PINHEIRO, R. O que a saúde tem a ver com rádio comunitária? Uma análise de uma experiência em Nova Friburgo – RJ. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, p. 527-536, 2013.

PAIVA, R.; MALERBA, J. P.; CUSTÓDIO, L. "Comunidade Gerativa" e "Comunidade de Afeto": Propostas Conceituais para Estudos Comparativos de Comunicação Comunitária. **Revista interamericana de Comunicação Midiática**, Santa Maria, v. 12, n. 24, 2013.

PERUZZO, C. M. K. Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados e as reelaborações no setor. **ECO-Pós**, Rio de Janeiro, v.12, n. 2, p. 46-61, maio/ago., 2009.

PERUZZO, C. M. K.; VOLPATO, M. O. Rádio Comunitária e Liberdade de expressão no Brasil. **Chasqui:** Revista Latinoamericana de Comunicación, Quito, n. 109, p. 39-42, 2010.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Relatório de Desenvolvimento Humano – Brasil 2009/2010: **Valores e Desenvolvimento Humano 2010**. (2010). Disponível em: <https://www.undp.org/content/dam/brazil/docs/RelatoriosDesenvolvimento/undp-br-PNUD_HDR_2010.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2020.

SANTOS, T. A. Dilemas políticos para o semiárido brasileiro: um breve panorama até crise do lulismo. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 22, n. 46, p. 170-194, jan./abr., 2019.

SANTOS, A. P. S. *et al*. **O Semiárido brasileiro: riquezas, diversidades e saberes**. Campina Grande: INSA/MCTI, 2013.

SANTOS, E.; PRATA, N.; MEDEIROS, R. Rádios comunitárias no Brasil: entre a clandestinidade e a relevância social. **Chasqui. Revista Latinoamericana de Comunicación**, Quito, n. 140, p. 129-146, abr./jul., 2019.

SENA, A. *et al*. Medindo o invisível: análise dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em populações expostas à seca. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 671-683, mar., 2016.

SILVA, R. M. A. **Entre o combate à seca e a convivência com o semiárido:** Transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2010.

SUDENE. Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. Resolução n. 107, de 27 de 27 de julho de 2017. (2017a). Estabelece critérios técnicos e científicos para delimitação do Semiárido Brasileiro e procedimentos para revisão de sua abrangência. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, ed. 176, seção 1, 13 set. 2017, p. 48.

SUDENE. Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. Resolução n. 115, de 23 nov. 2017. (2017b). Aprova a Proposição nº 113/2017, que acrescenta municípios a relação aprovada pela Resolução CONDEL nº 107, e 27 de julho de 2017. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, ed. 232, seção 1, 05 dez. 2017, p. 32-34.

SUDENE. Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. **Mapa Delimitação do Semiárido**. (2017c). Disponível em: <http://antigo.sudene.gov.br/images/arquivos/semiarido/arquivos/mapa-semiarido-1262municipios-Sudene.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2021

TEIXEIRA, M. N. O sertão semiárido: uma relação de sociedade e natureza numa dinâmica de organização social do espaço. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, n. 3, p. 769-797, 2016.

TORRES, B. A. Panorama das Rádios Comunitárias. In: Nélia R. Del Bianco. (Org.). O Rádio Brasileiro na Era da Convergência. **Intercom**: São Paulo, 1ed, v. 5, p. 303-322, 2012.

TRUJILLO, H. A. B.; GÓMEZ, C. B.; QUICENO, E. Z. Medios de comunicación para el cambio social y comunicación para el fortalecimento del tejido social. **Comunicación**. Medelin, n. 34, p. 85-97, jan./jun. 2016.

TUFTE, T. O renascimento da Comunicação para a transformação social: redefinindo a disciplina e a prática da "Primavera Árabe". **Intercom**, São Paulo, v. 36, n. 2, p. 61-90, jul./dez. 2013.

6. A SUSTENTABILIDADE NA VISÃO DE COLABORADORES DE RÁDIOS COMUNITÁRIAS: ESTUDO NO SEMIÁRIDO DO PIAUÍ[2]

SUSTAINABILITY IN THE VIEW OF COMMUNITY RADIO EMPLOYEES: A STUDY IN THE SEMI-ARID REGION OF PIAUÍ

SOSTENIBILIDAD EN LA VISTA DE LOS EMPLEADOS DE RADIO COMUNITARIAS: UN ESTUDIO EN EL SEMIÁRIDO DE PIAUÍ

Elinara Soares Barros de Sousa
Wilza Gomes Reis Lopes
Orlando Maurício de Carvalho Berti

Resumo: O presente artigo tem como objetivo analisar a percepção dos colaboradores de rádios comunitárias do Semiárido do Piauí, estado do Nordeste do Brasil, quanto ao desenvolvimento sustentável e como esta questão é tratada nos programas das rádios. A pesquisa foi realizada em oito municípios e foram realizadas 25 entrevistas, em visitas *in loco* ocorridas no mês de agosto de 2019. Foi possível perceber que vinculam desenvolvimento sustentável mais intensamente à dimensão ambiental e que essa temática é tratada apenas nos programas jornalísticos, não tendo espaço nos programas musicais; algumas das rádios pesquisadas possuem a autorização de rádio comunitária, mas atuam como rádio comercial; e que o pouco número de colaboradores e a falta de qualificação dos colaboradores são fatores limitantes para as produções dessas rádios.

Palavras-chave
Comunicação Comunitária; Sustentabilidade; Percepção; Piauí.

Abstract: This article aims to analyze the perception of collaborators of community radio stations in the Semi-arid of Piauí, state in Northeast of Brazil, regarding sustainable development and how they deal with the issue in programs. The survey was carried out in eight municipalities and 25 interviews were carried out during on-site visits that took place in August 2019. It was possible to notice that employees link sustainable development more intensely to the environmental dimension and that this theme is only addressed in journalistic programs, having no space in musical programs; some of the radios surveyed have the authorization of community radio, but act as commercial radio; and that the low number of employees and the lack of qualification of employees are limiting factors for the production of these radios.

Keywords
Community Communication; Sustainability; Perception; Piauí.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo analizar la percepción de los colaboradores de radios comunitarias en el Semiárido de Piauí, estado del Nordeste brasileño, sobre el desarrollo sostenible y cómo se trata este tema en los programas de radio. La investigación se llevó a cabo en ocho municipios y 25 entrevistas, en visitas in loco que se realizaron en agosto de 2019. Se pudo percibir que vinculan más intensamente el desarrollo sustentable con la

[2] Publicado na Revista **Contracampo**. Niterói, v. 40, n.1, 2021.

dimensión ambiental y que este tema es tratado solo en programas periodísticos, sin espacio en programas musicales; algunas de las radios encuestadas cuentan con la autorización de radio comunitaria, pero actúan como radio comercial; y que el bajo número de colaboradores y la falta de calificación de los colaboradores son factores limitantes para la producción de estas estaciones de radio.

Palabras clave
Comunicacion Comunitaria; Sustentabilidad; Percepción; Piauí.

6.1 Introdução

As áreas de conhecimento da comunicação social e do desenvolvimento sustentável são influenciadas mutuamente. O desenvolvimento, para qualquer sociedade, sempre esteve relacionado à necessidade de interação. A comunicação também é relacionada com comunidades, desde quando o termo meio de comunicação abrangia, tanto o sentido de meio de transporte como o de meio de informação.

Neste sentido, Martino (2019) afirma que até meados do século XX, o termo meio de comunicação estava intimamente ligado à designação de barcos, estradas e caminhos de ferro. Na sociedade após a Revolução Industrial, percebe-se a ideia de um mundo em movimento e em conexão crescente, procurando a comunicação sem muros e sem fronteiras. Sartoretto (2014, p. 117) reforça a importância da comunicação, afirmando que seu exercício é um direito, que deve ser "analisado a partir do ponto de vista dos sujeitos que reivindicam o acesso à comunicação e o direito de comunicar".

Partindo da premissa que as rádios comunitárias são importantes para as localidades em que estão inseridas, neste artigo tem-se como objetivo, analisar a percepção dos colaboradores de rádios comunitárias do Semiárido do Piauí quanto ao desenvolvimento sustentável local e como tratam a questão nos programas das emissoras.

Devido à existência de quatro Parques Nacionais no território piauiense, essa unidade de conservação foi escolhida diante da sua importância para proteção dos biomas existentes na região, em que os recursos naturais são utilizados de forma indireta.

A partir dos critérios selecionados, foram identificados nove municípios que estão inseridos tanto no semiárido quanto em áreas que fazem parte de Parques Nacionais. Atualmente, o Piauí possui quatro Parques Nacionais, são eles: Serra da Capivara, Serra das Confusões, Sete Cidades e Nascentes do Rio Parnaíba.

6.2 Metodologia

Foi utilizado o método descritivo-analítico, baseando-se na observação e interpretação da realidade do objeto, utilizando-se de pesquisa bibliográfica e de campo. Buscando abranger o Semiárido a partir de seu contexto ambiental, estabeleceu-se como critérios de seleção, cidades que possuem área de conservação ambiental classificada como Parque Nacional.

No Piauí (BRASIL, 2019), existem 11 unidades de conservação de uso sustentável e cinco unidades de conservação de proteção integral nacionais nos biomas Cerrado e Caatinga, conforme especificado no quadro 6.1.

Quadro 6.1 – Lista de Unidades de Conservação Nacional no Piauí

Tipo de Unidade	Denominação	Bioma
Unidade de conservação de uso sustentável	Reserva particular do Patrimônio Natural Fazenda Boqueirão dos Frades	Caatinga
	Reserva particular do Patrimônio Natural Fazenda Centro	Caatinga
	Reserva particular do Patrimônio Natural Santa Maria de Tapuã	Caatinga
	Reserva particular do Patrimônio Natural Fazenda Boqueirão	Caatinga
	Reserva particular do Patrimônio Natural Marvão	Caatinga
	Área de Proteção Ambiental Chapada do Araripe	Caatinga
	Floresta Nacional de Palmares	Cerrado
	Reserva particular do Patrimônio Natural Recanto da Serra Negra	Cerrado
	Reserva Extrativista Marinha do Delta do Parnaíba	Caatinga/Cerrado
	Área de Proteção Ambiental Delta do Parnaíba	Caatinga/Cerrado
	Área de Proteção Ambiental Serra da Ibiapaba	Caatinga/Cerrado
Unidades de conservação de proteção integral	Parque Nacional Serra da Capivara	Caatinga
	Parque Nacional Serra das Confusões	Caatinga
	Parque Nacional de Sete Cidades	Cerrado
	Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba	Cerrado
	Estação Ecológica de Uruçuí – UMA	Cerrado

Fonte: Ministério do Meio Ambiente, (BRASIL, 2019).

Devido à existência de quatro Parques Nacionais no território piauiense, essa unidade de conservação foi escolhida diante da sua importância para proteção dos biomas existentes na região, em que os recursos naturais são utilizados de forma indireta.

A partir dos critérios selecionados, foram identificados nove municípios que estão inseridos tanto no semiárido quanto em áreas que fazem parte de Parques Nacionais. Atualmente, o Piauí possui quatro Parques Nacionais, são eles: Serra da Capivara, Serra das Confusões, Sete Cidades e Nascentes do Rio Parnaíba.

O Parque Nacional Serra da Capivara está inserido nos municípios de Brejo do Piauí, Coronel José Dias, João Costa e São Raimundo Nonato. É importante destacar que mesmo os quatro municípios fazendo parte do semiárido piauiense, somente São Raimundo Nonato possui rádio comunitária legalizada. Com isso, a pesquisa foi realizada somente neste município (BRASIL, 2019).

Já o Parque Nacional Serra das Confusões é abrangido pelos municípios de Alvorada do Gurguéia, Bom Jesus, Brejo do Piauí, Canto do Buriti, Caracol, Cristino Castro, Curimatá, Guaribas, Jurema, Redenção do Gurguéia, Santa Luz e Tamboril do Piauí. Mais uma vez todos esses municípios abrangidos no Parque Nacional Serra das Confusões fazem parque do semiárido, mas somente os seguintes municípios possuem rádios comunitárias autorizadas: Alvorada do Gurgueia, Bom Jesus, Canto do Buriti, Caracol, Curimatá e Redenção do Gurgueia (BRASIL, 2019).

O Parque Nacional Sete Cidades é abrangido pelos municípios de Brasileira e Piracuruca, sendo que os dois possuem rádios comunitárias legalizadas em seu território (BRASIL, 2019).

O quarto Parque Nacional é o das Nascentes do Rio Parnaíba, que abrange municípios de quatro estados: Alto Parnaíba, no Maranhão; Formosa do Rio Preto, na Bahia; Mateiros, São Félix do Tocantins e Lizarda, no Tocantins; e Barreira do Piauí, Corrente, Gilbués e São Gonçalo do Gurgueia, no estado piauiense. No entanto, desses, somente os municípios de Corrente e São Gonçalo do Gurgueia fazem parte do semiárido, mas não possuem rádios comunitárias autorizadas (BRASIL, 2019).

Foram levantadas as informações sobre os municípios em que as rádios estudadas estão inseridas, destacando os dados de quantitativo da população, densidade demográfica, IDH, taxa de mortalidade e esgotamento sanitário adequado nos domicílios (Quadro 6.2).

Quadro 6.2 – Características dos municípios pesquisados

Município	**Área (km²)**	**População estimada (2020)**	**Densidade demográfica (habitantes/km²)**	**IDHM**
Bom Jesus	5.469,367	25.387	4,14	0,668
Caracol	1.610,959	10.964	6,34	0,552
Canto do Buriti	4.325,643	21.258	4,63	0,576
Redenção do Gurgueia	2.468,072	8.796	3,4	0,589
Curimatá	2.344,655	11.426	4,6	0,607
São Raimundo Nonato	2.415,599	34.877	13,38	0,661
Brasileira	880,341	8.347	9,04	0,577
Piracuruca	2.369,210	28.874	11,57	0,596

Fonte: IBGE, 2020.

Bom Jesus tem em seu território o Parque Nacional da Serra das Confusões. O município possui população estimada em 2020 de 25.387 habitantes, sendo considerada a 22ª cidade com maior população do estado do Piauí. Com a área territorial de 5.469,367 km², o município possui densidade demográfica de 4,14 habitantes/km². Bom Jesus possui índice de desenvolvimento humano de 0,668, que é considerado médio. A taxa média de mortalidade infantil de 14.99 para cada 1.000 nascidos vivos e apresenta uma taxa de apenas 9,2% de domicílios com esgotamento sanitário adequado (IBGE, 2020).

Outro município que também está inserido no território do Parque Nacional da Serra das Confusões é Caracol. O município possui população estimada de 10.964 habitantes, com área territorial de 1.610,959 km² e densidade demográfica de 6,34 habitantes/km². O IDH do município é de 0,552, considerado baixo, o que reflete na taxa de mortalidade infantil média da cidade no valor de 40.40 para 1.000 nascidos vivos. Já quando se trata do esgotamento sanitário adequado, o município apresenta taxa de 34,6% de domicílios (IBGE, 2020).

Canto do Buriti é o terceiro município do semiárido que tem o Parque Nacional da Serra das Confusões em seu território. Com população estimada em 21.258 habitantes, em área territorial de 4.325,643 km², a densidade demográfica do município é de 4,63 habitantes/km². Canto do Buriti também possui taxa de IDH baixa, de 0,576, mas possui taxa de mortalidade infantil média de 22.39 para 1.000 nascidos vivos, número bem abaixo do apresentado no município de Caracol. Entretanto, quando se trata de esgotamento sanitário adequado, o município apresenta somente 2,7% de domicílios (IBGE, 2020).

O município de Redenção do Gurgueia também está inserido no território do Parque Nacional da Serra das Confusões e possui população estimada em 8.796 habitantes. A área territorial do município é de 2.468,072 km², tendo densidade demográfica de 3,4 habitantes/km². O índice de desenvolvimento humano do município também é considerado baixo, sendo 0,589. A taxa de mortalidade infantil do município é de 7.09 para 1.000 nascidos vivos e apresenta 39,2% de domicílios com esgotamento sanitária adequado (IBGE, 2020).

Curimatá é o quinto município do Semiárido abrangido pelo Parque Nacional da Serra das Confusões que possui rádio comunitária. O município possui 11.426 habitantes com área territorial de 2.344,655 km² e densidade demográfica de 4,6 habitantes/km². O IDH do município é de 0,607, considerado médio. A taxa de mortalidade infantil média do município é de 16.13 para 1.000 nascidos vivos e a apresenta 4,9% dos domicílios com esgotamento adequado (IBGE, 2020).

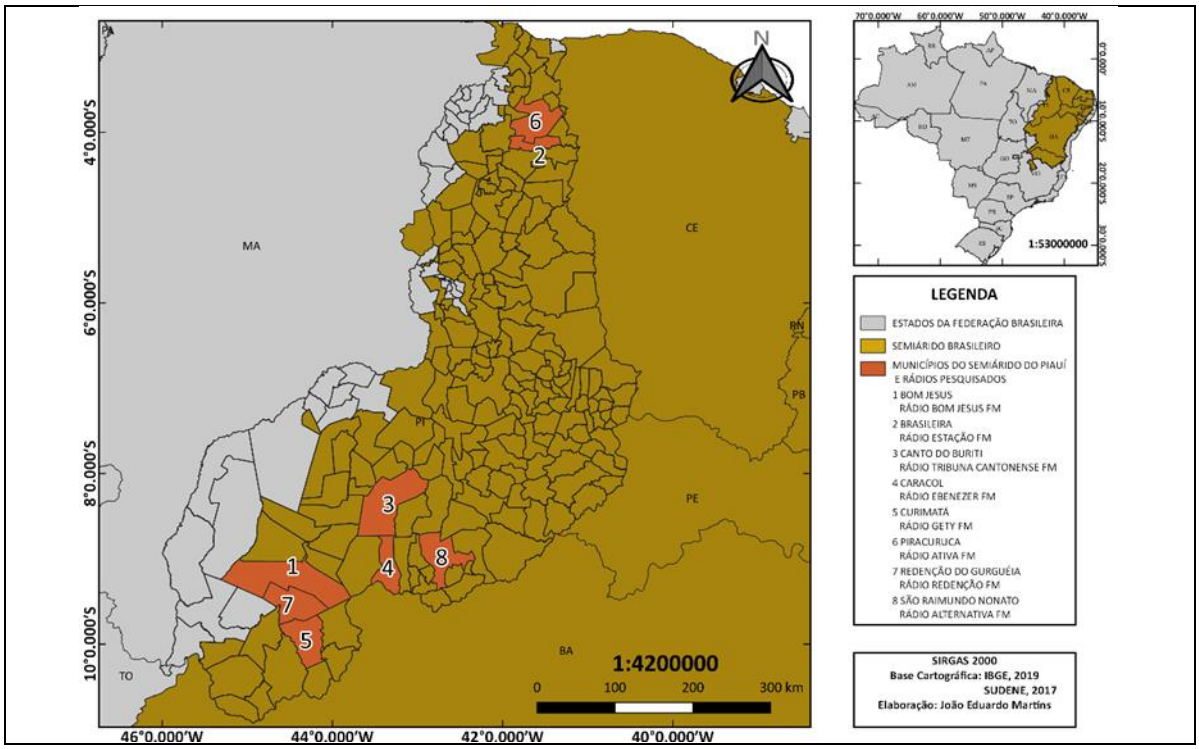
São Raimundo Nonato é o único município que está inserido no Parque Nacional Serra da Capivara que atendeu ao critério estabelecido. Com população estimada de 34.877 habitantes, o município possui área territorial de 2.415,599 km² e densidade demográfica 13,38 habitantes/km². Com IDH de 0,661, o município é o terceiro selecionado com índice considerado médio, mas possui taxa de mortalidade infantil média de 17.13 para 1.000 nascidos vivos e apresenta somente 4,4% de domicílios com esgotamento sanitário adequado (IBGE, 2020).

O município de Brasileira está inserido no Parque Nacional Sete Cidades e possui população estimada em 2020 de 8.347 habitantes. Com área territorial de 880,341 km², o município possui densidade demográfica de 9,04 habitantes/km². O IDHM é considerado baixo, com taxa de 0,577, e representa também a taxa de mortalidade infantil média de 20.00 para 1.000 nascidos vivos e possui 27,5% de domicílios com esgotamento sanitária adequado (IBGE, 2020).

Piracuruca também está inserido no Parque Nacional Sete Cidades e tem população estimada em 28.874 habitantes no ano de 2020. Com área territorial de 2.369,210 km², o município possui densidade demográfica de 11,57 habitantes/km². O IDHM de Piracuruca também é considerado baixo, com taxa de 0,596. O município apresenta taxa de mortalidade infantil média de 15.42 para 1.000 nascidos vivos e apenas 9,6% dos domicílios com esgotamento sanitário adequado (IBGE, 2020).

Foram identificadas nove rádios comunitárias. No entanto, a rádio Gurgueia FM, localizada no município de Alvorada do Gurgueia, não estava em funcionamento durante a pesquisa de campo. Por esse motivo foi excluída do *corpus*. No mapa da Figura 6.1 estão identificadas a localização e os nomes das rádios pesquisadas.

Figura 6.1 - Mapa com identificação de rádios comunitárias do semiárido do Piauí selecionadas para estudo



Fonte: Adaptado de Sudene (2017c).

Foram realizadas 25 entrevistas semiestruturadas com colaboradores diretos das rádios que atendiam aos critérios estabelecidos. Segundo Marconi e Lakatos (2009, p. 279), esse tipo de entrevista ocorre "quando o entrevistador tem liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direção que considere adequada. É uma forma de poder explorar mais amplamente a questão".

As entrevistas foram realizadas em agosto de 2019 a partir de um roteiro semiestruturado (Apêndice B). Sempre que necessário foram abordadas questões pertinentes aos objetivos da pesquisa que não foram trazidos no roteiro inicial. Todos os entrevistados concordaram em participar da pesquisa e assinaram Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice A), em que foram esclarecidos os objetivos e procedimentos utilizados na pesquisa. O projeto foi submetido e aprovado por Comitê de Ética em Pesquisa, credenciado ao Conselho Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), aprovado pelo número CAAE nº 09923019.4.0000.5214.

Para a realização das entrevistas foi utilizada amostragem não probabilística com critério de inclusão adotados: ser colaborador de uma rádio comunitária localizada no semiárido piauiense e aceitar participar voluntariamente da pesquisa. Foram excluídos os indivíduos que não se enquadraram nos critérios pré-estabelecidos.

Cabe ainda destacar que durante as entrevistas realizadas alguns pontos perguntados aos entrevistados foram: como a sustentabilidade é abordada nas rádios e se existe programa específico sobre a questão ambiental, como são abordadas as questões econômicas e sociais da comunidade, como se dá a participação da comunidade no processo produtivo e como a rádio atua na comunidade em que está inserida.

A partir das entrevistas, fez-se um levantamento do perfil dos colaboradores, considerando informações pessoais e atuação nas rádios. Além disso, a questão da sustentabilidade foi levantada a partir da ótica em três dimensões: ambiental, social e econômica. A princípio, quando se falava em sustentabilidade, os entrevistados associavam apenas com a dimensão ambiental, por esse motivo foi perguntado sobre a temática econômica e social à parte.

6.3 A comunicação e o desenvolvimento sustentável

A comunicação tem papel importante para o desenvolvimento social. Nicoletti (2017) afirma que a comunicação popular proporciona espaço para os setores excluídos, possibilitando que se apropriem do seu ambiente, gerando uma construção comunitária. A atuação dos meios de comunicação populares traz à tona o papel ativo da comunidade em busca de seu próprio desenvolvimento, deixando de ser apenas um receptor passivo, construindo uma comunicação voltada para a realidade e os interesses da comunidade.

Vinculada ao paradigma dominante, em que o desenvolvimento era centrado na modernização, nasceu o modelo de comunicação denominado de difusionista, em que como destaca Peruzzo (2015), é realizado no sentido de divulgar as inovações e incentivar as mudanças de hábitos,

Tratar sobre desenvolvimento sustentável vai além de percepção de crescimento, devendo considerar as características culturais, ambientais e econômicas de determinado lugar. Trata-se de respeitar as particularidades de cada região, de aprender a conviver com as diferenças e a valorizar a cultura e o povo local. Neste sentido, Fernandes (2002, p.257) afirma que, na proposta para o Desenvolvimento Sustentável, é importante focar na “valorização de processos sociais tradicionais e locais”.

Nesse contexto, as rádios comunitárias devem estar incluídas em um modelo de desenvolvimento participativo que, conforme afirma Servaes (2012), se caracteriza não mais como uma comunicação vertical, mas de uma comunicação horizontal, em que o receptor passa a ser também produtor de conteúdo, discutindo a informação e não apenas recebendo.

Então, em tese, os conteúdos disponibilizados pelas rádios passariam a refletir melhor as demandas da comunidade.

Peruzzo (2015) afirma que a comunicação se torna parte das dinâmicas transformadoras quando as pessoas são participantes do processo que possibilita seu crescimento integral. Com isso, essa importância se dá a partir da atuação da comunidade na produção dos meios comunicacionais, sendo possível perceber seu uso para atender à demanda local, transmitindo informações pertinentes à comunidade. Essas afirmações concatenam com as questões das rádios comunitárias. Segundo Medeiros (2020), como parte da função social das rádios destaca-se a apresentação de assuntos que não têm espaço na grande mídia e que afetam, diretamente, às pessoas da comunidade, assumindo um papel na constituição de subjetividade, dialogismo e relações sociais.

6.4 Rádios comunitárias como meios de comunicação para a sustentabilidade

As rádios comunitárias fazem parte da comunicação sonora enquanto emissoras. Cada uma delas tem seu modo e intencionalidade de reverberar, através de sons, processos comunicacionais, com vivências, confluências e consequências próprias. Esses adjetivos tornam o meio de comunicação um dos maiores e mais heterogêneos formatos de pluralização da comunicação.

Segundo Ferreira (2018), o rádio é um meio articulado para contribuir na construção do desenvolvimento sustentável local, considerando suas características, entre elas o fácil acesso, caráter mobilizador e a proximidade do local.

Para Santos *et al.* (2019), as rádios comunitárias podem prestar serviços para a população em que estão inseridas ao informar sobre os acontecimentos locais, ao dar visibilidade aos serviços de utilidade pública e estimular lazer e cultura. Já Bautista (2018) destaca que o papel da rádio é com interesse social como ator chave que pode gerar proposta de educação, seja ela formal ou informal.

Estar próximo às comunidades ajuda as emissoras comunitárias a fazer mais pelos ambientes nos quais estão inseridos. Isso acontece porque a maioria, ou quase a totalidade, dos agentes comunitários dessas emissoras estão inseridos no próprio ambiente local, conhecendo a fundo as demandas comunitárias, muitas vezes tendo sido nascidos e criados naqueles ambientes. Fatos estes que instigam maiores compromissos comunicacionais dessas rádios.

No Brasil, a Lei 9.612/98 (BRASIL, 1998) tentou clarear esse poder comunicacional, mas não foi realizada como um ato de democratização da comunicação, mas sim via uma pressão social, notadamente dos movimentos de rádio comunitária. Para Malerba (2017, p. 19), "na letra da lei 'venceu' um modelo de entendimento de rádio comunitária como ente comunitário, representativo e mobilizador: típico modelo organizativo de ação política hegemônico da época".

Já Miani (2017) afirma que a Lei 9.612 se apresentou mais como "armadilha" contra rádios, considerando entraves apresentados para a criação e manutenção de uma emissora comunitária, tais como a excessiva burocracia para a obtenção de autorização, limitação no sinal da emissora, proibição de propagandas e impedimento de formação de redes para produção radiofônica.

6.5 A região do semiárido brasileiro

Conforme estabelecido pelas Resoluções 107/2017 (SUDENE, 2017a) e 115/2017 (SUDENE, 2017b), da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), o Semiárido brasileiro possui 1.262 municípios distribuídos por dez estados do Brasil. A Resolução 107/2017 (SUDENE, 2017a) estabelece os critérios técnicos e científicos que delimitam o Semiárido brasileiro.

Segundo Sena *et al.* (2016), a região semiárida apresenta níveis de problemas mais elevados se comparados com outros municípios que não fazem parte da região, tais como indicadores de taxa de mortalidade infantil e nível de analfabetismo mais alto, esperança de vida e acesso à água potável mais baixos.

Quando Sena *et al.* (2016) abordam o alto nível de analfabetismo, afirmam que a realização de uma política adequada de acesso à educação para jovens e adultos poderia eliminar o analfabetismo e, também, que o acesso a habilidades e conhecimentos que promovam o desenvolvimento sustentável pode contribuir para que esses indicadores sociais e econômicos negativos na região sejam melhorados. Cabe destacar, ainda, a defesa da promoção de aprendizagem que desenvolva o potencial local e não em uma recepção de conhecimento vindo de fora.

Gomes e Heller (2016) afirmam que a falta de acesso a políticas públicas traz como nítida consequência a vulnerabilidade da população rural do semiárido. No entanto, não se pode desconsiderar que nessa região as questões culturais e ambientais são diversificadas e peculiares. As características ambientais também são marcantes na região, destacando a baixa

precipitação pluviométrica média, a aridez do solo e o alto percentual de déficit hídrico (SUDENE, 2017a). Entretanto, também é composta de paisagens naturais que precisam ser conservadas. Por isso, unidades de conservação da natureza são encontradas nessa região.

No Brasil, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) foi instituído por meio da Lei 9.985, de 18 de julho de 2000 (BRASIL, 2000), que estabelece os critérios para a criação de unidades de conservação federais, estaduais e municipais, dividindo em dois grupos: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável. O artigo 7º da citada Lei estabelece os objetivos desses grupos, sendo o primeiro a preservação da natureza, admitido o uso indireto dos seus recursos, destacando as exceções dos casos previstos na legislação; e o segundo tornar compatível a conservação da natureza com seu uso sustentável.

As Unidades de Proteção Integral são divididas em cinco categorias: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre (BRASIL, 2000). O Parque Nacional, categoria escolhida como critério se seleção dos municípios analisados, tem como objetivo preservar ecossistemas naturais relevantes, "possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico" (BRASIL, 2000). Atualmente, existem 74 parques nacionais (ICMBIO, 2020) (Anexo C), sendo que 12 estão inseridos em municípios localizados no Semiárido (Anexo D).

6.6 A Percepção dos comunicadores comunitários do semiárido do Piauí sobre a temática de desenvolvimento sustentável

Foi elaborado o perfil dos comunicadores (Quadro 6.3), a partir de dados obtidos nas entrevistas realizadas. Tais informações são importantes para se conhecer um pouco mais da realidade das pessoas envolvidas nas rádios comunitárias estudadas.

Quadro 6.3 – Perfil dos colaboradores entrevistados

Gênero	28% Mulher 72% Homem
Idade	12% entre 20 e 30 anos 40% entre 31 e 40 anos 20% entre 41 e 50 anos 16% entre 51 e 60 anos 12% mais de 61 anos
Escolaridade	4% ensino fundamental incompleto 68% ensino médio completo 28% ensino superior completo
Curso de capacitação	56% realizaram 44% não realizaram

Renda Familiar	8% até ½ salário mínimo 24% mais de ½ até 1 salário mínimo 24% mais de 1 até 2 salários mínimo 20% mais de 2 até 3 salários mínimo 8% mais de 3 até 5 salários mínimo 16% não declararam

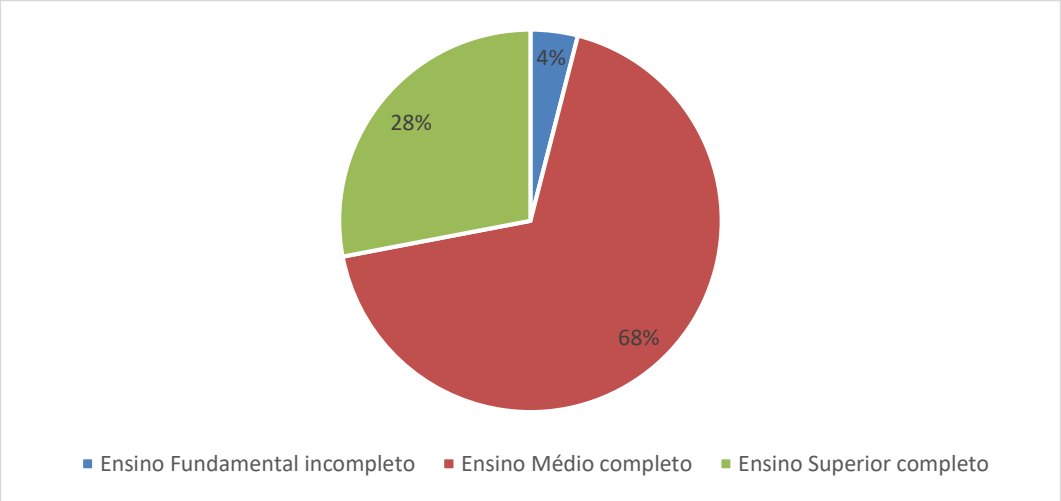
Fonte: Elaborado pela autora.

No perfil dos entrevistados, percebeu-se a predominância do gênero masculino entre os colaboradores, com 72%. Isso é uma realidade notada não só no Semiárido piauiense, mas em todo o Brasil e no mundo. Madsen (2015), em pesquisa sobre a presença de mulheres nos meios de comunicação no período de 1995 a 2015, percebeu a predominância do gênero masculino no jornalismo e em posições de tomada de decisão na comunicação, enquanto em posições consideradas de menor status a predominância é feminina, destacando as desigualdades raciais existentes nessas participações.

A predominância masculina nas rádios pesquisadas reflete esse contexto apresentado pela autora. Para Rios, Bastos e Barros. (2015, p. 11), o papel assumido por homens e mulheres "se sustenta numa rígida divisão sexual do trabalho que tem, historicamente, relegado à mulher um papel secundário no trabalho, na vida política, nas lutas sociais, responsabilizando-a pelo trabalho não-visível". No entanto, com as diversas mudanças ocorridas na sociedade, essa divisão rígida foi sendo reavaliada e os papeis exercidos pelos gêneros foram se modificando. Rios, Bastos e Barros (2015) ainda tratam da maneira estereotipada com que a região do semiárido do Nordeste brasileiro é apresentada e o ser homem e ser mulher também se apresentam dentro de um estereótipo, que não condiz com a realidade. Segundo os autores, ao pensar as formas de convivência com o semiárido, é necessário considerar as questões importantes em relação aos gêneros para a configuração desse novo momento.

Outro ponto de destaque é quanto ao grau de instrução dos entrevistados. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD contínua) (IBGE, 2019), o Piauí possui a terceira maior taxa de analfabetismo do Brasil entre o público de 15 anos ou mais, com 16%. Ficando atrás apenas dos estados de Alagoas (17,1%) e Paraíba (16,1%). Esses dados mostram a realidade da educação no estado do Piauí e pode ser percebido que os colaboradores das rádios estão dentro dessa realidade, devido ao fato de sua maioria ter realizado até o Ensino Médio, conforme é apresentado no gráfico 1.

Gráfico 6.1 – Nível de escolaridade dos entrevistados



Fonte: Elaborado pela autora.

Quando se amplia a análise da educação para os dados nacionais, percebe-se que os prognósticos apresentados pela PNAD Contínua 2019 sobre a região Nordeste, em que fica localizado a maior parte do Semiárido brasileiro, são os mais críticos de todas as regiões. A taxa de analfabetismo de pessoas com mais de 15 e menos de 60 anos do Nordeste é de 13,9%, enquanto as regiões Sul e Sudeste aparecem com as menores taxas, no valor de 3,3%, Centro-Oeste apresenta taxa de 4,9% e a região Norte aparece com taxa de 7,6% de taxa.

Esses dados do Nordeste são preocupantes, considerando que a alta taxa de analfabetismo e os poucos anos de estudos representam a necessidade de melhoria significativa da educação de sua população. Esse contexto social representa a população para qual as rádios comunitárias são voltadas, em que se apresentam como meios de comunicação que falam diretamente para essa população com pouca escolaridade, sendo necessário aproximação dos colaboradores por meio do seu um discurso de fácil acesso.

O conhecimento adquirido ao longo de anos de estudos formais influencia diretamente no modo como os colaboradores atuam nas rádios comunitárias, possibilitando ter uma visão mais crítica dos temas abordados. Nesse sentido, Gomes (2015) destaca a necessidade de elevar o conhecimento dos colaboradores para que estejam habilitados a discutirem com o público sobre questões sociais emergenciais de forma mais crítica, trazendo um novo significado para a rádio.

Mesmo sem uma formação de nível superior, os colaboradores compartilham e vivenciam as necessidades da comunidade, pois representam, de fato, as pessoas que a compõe. No entanto, além do conhecimento comum, que é relevante para o entendimento da comunidade quanto à sua atuação como formadores de opinião, a busca por qualificação, de

maneira que possibilite trazer questões importantes para a comunidade, é um ponto chave para que a rádio volte a ter seu valor educativo.

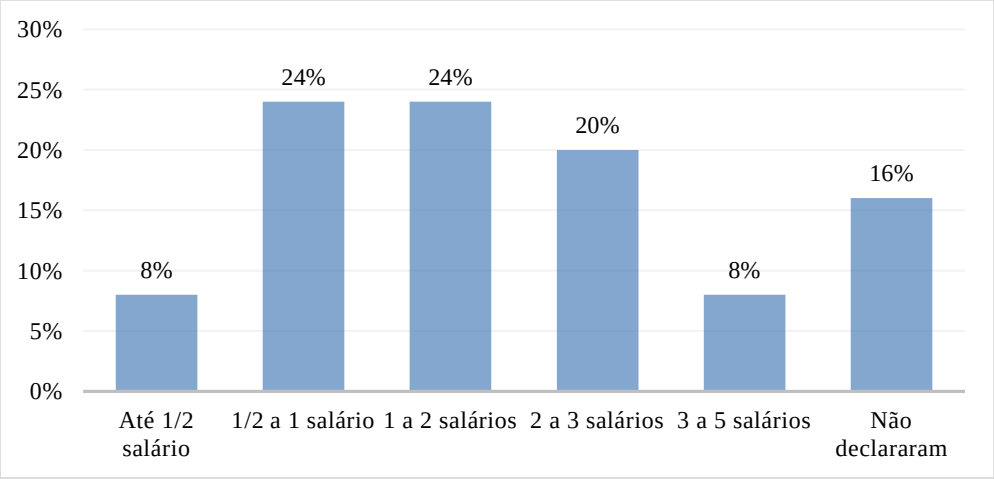
Quanto à capacitação dos colaboradores, dos entrevistados, 56% já realizaram algum tipo de curso na área de comunicação. A maioria foi qualificado a partir de formações oferecidas pelo Governo Estadual. Com isso, a qualificação dos colaboradores tem ligação com a oportunidade que apareceu e incentivo das rádios em que atuam, ou seja, mesmo os colaboradores que possuem curso de capacitação já estavam atuando em rádios comunitárias antes da realização de cursos. Com isso, o aprendizado sobre rádios foi sendo adquirido ao longo das experiências práticas.

A partir das entrevistas, pôde-se perceber que os locutores iniciaram nas rádios comunitárias e, posteriormente, a maioria deles, realizaram cursos de capacitação na área. Os colaboradores acabam utilizando como parâmetro as rádios comerciais e muitas vezes reproduzem nas rádios comunitárias, não conseguindo perceber as diferenças que existem entre os meios de comunicação comunitário e comercial. Quanto a essa capacitação, o Instituto ComRádio do Brasil foi a instituição mais citada entre os entrevistados, devido aos cursos de capacitação que realizou no interior do estado.

Os curso de capacitação em rádio comunitária ajudam esses colaboradores a conhecerem mais sobre a produção nas rádios comunitárias ao discutir sobre a temática e não somente colocar em prática. Para Gomes (2015, p. 355), “desafios, como baixa escolaridade, tênue participação popular e pouca qualificação são condições a serem enfrentadas e trabalhadas nos espaços articuladores de formação”. Esses desafios são enfrentados pelas rádios pesquisadas, em que muitas vezes são questões interligadas, considerando que a baixa escolaridade e a pouca qualificação do colaborador influenciam na maneira como atuam nas rádios e isso pode ser refletido em como a população participa das rádios.

A renda familiar também é um fator que influencia na participação desses colaboradores nas rádios comunitárias, pois a atuação nessas rádios não devem gerar vínculos empregatícios, conforme estabelece a legislação vigente. Com isso, os colaboradores precisam obter renda para o próprio sustento em atividades remuneradas, o que faz com que muitos cidadãos não queiram participar mais ativamente das rádios comunitárias. No gráfico 2 é demonstrado a renda familiar informada pelos entrevistados.

Gráfico 6.2 – Renda familiar dos entrevistados



Fonte: Elaborado pela autora.

A falta de remuneração é um fator apontado pelos entrevistados para justificar o baixo número de colaboradores em algumas das rádios pesquisadas. A necessidade de se ter um trabalho para seu sustentado faz com que grande parte da comunidade não se dedique à participar das rádios comunitárias. Para Suzina (2019), a falta de recursos financeiros é um dos problemas que torna concreto a concentração das mídias, considerando que inibe as iniciativas dos grupos que estão dispostos a expressarem suas vozes no debate público, reforçando as desigualdades já existentes.

No sentido dado por Suzina (2019), percebe-se que a falta de remuneração dos colaboradores é apenas um dos pontos que demonstra que a questão financeira é um problema pela qual as rádios comunitárias passam. Mesmo sendo um meio de comunicação que não visa o lucro, as rádios precisam de estabilidade financeira para se manterem e a legislação se apresenta como um empecilho ao proibir anúncios publicitários nas rádios, estabelecendo sua sobrevivência por meio de doações e apoio cultural, dificultando a manutenção financeira desses meios de comunicação. Gomes (2015) já havia trazido, entre outras, a questão da sustentabilidade financeira como uma dificuldade apresentadas pela maioria das emissoras de baixa potência no Brasil.

O perfil dos colaboradores possibilita visão geral das rádios pesquisadas. Gomes (2015, p. 353) compreende o radialista como um formador de opinião e como “o grande responsável pela mudança da qualidade das informações geradas nos seus programas”. Assim como também é apresentado, de forma mais simplificado, o reflexo da comunidade em que as rádios estão inseridas. No entanto, também foram analisados as percepções desse

colaboradores quanto à atuação dessas rádios nas comunidades em que estão inseridas com relação ao desenvolvimento sustentável.

Segundo informações coletadas por meio das entrevistas, as rádios estudadas apresentam variedades de temáticas que são abordadas ao longo de suas programações, algumas possuem temas mais voltados para a realidade local e suas peculiaridades e outras a programação é mais musical. Com relação aos temas abordados nos programas apresentados, destaca-se a importância dos colaboradores que atuam como locutores, pois o programa é realizado a partir das escolhas de cada colaborador. Isso vai ao encontro do que Gomes (2015) afirmou ao trazer o colaborador da locução como o grande responsável pela qualidade dos programas que são apresentados.

Observou-se que, nas rádios em que os colaboradores têm mais liberdade de atuação, os temas abordados são mais diversificados, além de possibilitar a participação mais ativa dos ouvintes. No entanto, essa liberdade não foi verificada em todas as rádios pesquisadas. Em duas rádios os entrevistados informaram que precisam de autorização do "dono" para abordar determinados assuntos. Com isso, percebe-se que essa definição de propriedade vai contra o que estabelece a legislação brasileira, pois a rádio comunitária deve servir a uma comunidade e não interesses particulares. Sobre essa questão, Volpato (2015) afirma que o interesse da gestão das rádios comunitárias é refletido no conteúdo apresentado pelas emissoras, assim como as motivações e participações da comunidade.

Quanto à participação da comunidade no processo produtivo, os entrevistados afirmaram que essa participação acontece mais por meio de solicitação de músicas. Entretanto, informaram que há também participação da comunidade com reclamações e informações sobre questões que ocorrem na comunidade, como pode ser observado na fala de dois dos entrevistados transcritas a seguir: "Eles [ouvintes] ligam para fazer reclamações de alguma rua que está faltando água, luz, calçamento, lixo solto, essas questões eles são participativos também" (C, 46 anos); "Na hora do jornal o pessoal liga de qualquer lugar e não só do município, mas da região, reclamam, elogia, faz a crítica, isso aqui é uma característica da rádio desde seu início" (S, 51 anos).

Nas entrevistas, percebeu-se que os colaboradores que estão a mais tempo nas rádios pesquisadas sentem saudades dos tempos áureos dessas rádios no município. Lembranças de como as rádios recebiam mais participações dos ouvintes, das cartas e bilhetes recebidos durante o dia, o reconhecimento dos locutores quando estavam na rua foram algumas das citadas pelos entrevistados. Com as novas formas de comunicação, através do uso de celulares e mensagens de texto e de voz, essa forma de participação mudou.

Atualmente, predomina o envio de mensagem pelo aplicativo *Whatsapp* em detrimento das ligações e envio de cartas e bilhetes. Nesse ponto é importante discutir também como o rádio está em constante mudança, se adaptando às novas tecnologias de comunicação com o uso de redes sociais.

Ainda quanto à essa participação, cabe destacar que nem todas as rádios possibilitam aos ouvintes a participação ao vivo, ou seja, é feita triagem do que será transmitido ao se impor a participação apenas por mensagem escrita ou por áudio. A falta de participação ao vivo do cidadão é um fator que vai de encontro à característica de comunicação democrática que as rádios comunitárias possuem. Esse fator limitante da participação dos ouvintes foi demonstrado mais intensamente nas rádios em que os colaboradores informaram que existe uma pessoa como proprietária.

Esse contexto corrobora com o pensamento de Volpato (2015, p. 328), que destaca a gestão das rádios como ponto importante para motivar essa participação, "por isso se diz que uma emissora comunitária precisa ter gestão da 'comunidade', quando os próprios cidadãos vão administrá-la em benefício de suas principais necessidades e a partir de sua realidade, produzindo uma comunicação autóctone e participativa". No entanto, não é isso que se percebe em todas as rádios comunitárias pesquisadas, sendo que algumas possuem características de rádios comerciais, em que interesses particulares são colocados à frente dos interesses da comunidade. Nas rádios em que as lideranças se sentem proprietárias, tem-se como reflexo a pouca participação da população no fazer comunicacional.

Esse aspecto da participação da comunidade é parâmetro importante para a percepção da atuação dessas emissoras quanto à democratização. A falta de espaço para que a comunidade participe demonstra que essas emissoras atuam como rádios comerciais, em que o controle é exercido por uma ou pequeno grupo de pessoas e os temas abordados passam a ser os que interessam aos que estão à frente da rádio e não à comunidade em que está inserida.

Nesse sentido, Miani (2017, p. 67) afirma que há muitas emissoras de rádios comunitárias que apresentam desvio de conduta e até mesmo de concepção, em que receberam autorização para atuar como rádios comunitárias, mas "não respeitam a legislação e nem praticam os seus pressupostos políticos". Das rádios pesquisadas, pelo menos em duas delas os entrevistados deixaram claro que há a figura do "proprietário", que utiliza, dessa maneira, a rádio para interesses comerciais e não da comunidade. Enquanto que, nas outras seis rádios estudadas, não foi possível identificar, por meio das falas dos entrevistados, que exista atuação de forma comercial.

Outra característica que merece destaque é a ampliação da propagação do conteúdo ao utilizarem outros meios de comunicação na produção das rádios comunitárias. As rádios expandem sua propagação por meio do uso de redes sociais (Facebook, Instagram) e da transmissão pela internet por meio de aplicativos de rádios e de sites próprios. Silva e Dantas (2014) afirmam que é cada vez mais comum que as rádios comunitárias passem a transmitir seu conteúdo em tempo real em outras plataformas, permitindo maior acesso às informações transmitidas por essa rádio, que, legalmente, o alcance é limitado a um quilômetro.

Para Suzina (2019), desde a década de 1990 houve avanço na incorporação de tecnologias nas experiências de mídias populares brasileira, considerando os meios de comunicação impresso e áudio visual. Segundo a autora, esse fato foi influenciado pela combinação de fatores: vulgarização de tecnologias, sendo ampliado o acesso às novas tecnologias através da digitalização e estratégias comerciais; ampliação ao direito à comunicação; e da integração de práticas de comunicação às lutas sociais.

Das oito rádios pesquisadas, três são transmitidas através da internet. Com isso, elas também recebem participações de pessoas que estão fora no raio de propagação da antena, expandido essa "comunidade" para além do espaço físico. Para Silva e Dantas (2014, p.167), mesmo que o objetivo dessas rádios seja atingir a comunidade em que está inserida, "uma realidade cada vez mais regida por discursos midiatizados acaba por instigar a necessidade do uso das novas tecnologias de informação e comunicação".

Destaca-se que, apesar da maior inclusão de tecnologias nos meios de comunicação populares, não há distribuição uniforme, sendo possível perceber que muitas rádios comunitárias não possuem essas tecnologias, como pode ser verificado na amostra estudada, pois, segundo Suzina (2019), os meios de comunicação populares ainda possuem desafio de manter estrutura básica, então a manutenção de estrutura extra com tecnologia, tal como a manutenção de um site, inserção em redes sociais, é desafio maior ainda.

Existem diferenças no fazer comunicacional das rádios pesquisadas, cada uma com suas peculiaridades e níveis de adaptação tecnológicas. Algumas delas já possuem transmissão via internet, o que possibilita ir além do limite imposto pela antena, entretanto, outras possuem uma sede ainda em condições precárias. A realidade percebida na rádio Ebenezer, localizada no município de Caracol, é a pouca estrutura para a manutenção da rádio. Instalada em um pequeno cômodo, possui uma aparelhagem mínima para a transmissão dos programas, sendo somente um computador e um microfone, que o locutor divide com o convidado, e nenhum conforto para o colaborador, que não tem disponível ao menos um ventilador para amenizar as altas temperaturas da região.

Figura 6.2 – Estrutura da Rádio Comunitária Ebenezer (Caracol-PI)



Fonte: elaborada pela autora.

Realidade distinta foi percebida na rádio Alternativa, localizada no município do São Raimundo Nonato. Mesmo estando entre as emissoras que não estão inseridas na internet, sendo sua transmissão limitada à abrangência da antena, a sede da rádio é mais estruturada, com aparelhagem composta por dois computadores, três microfones e um ambiente que possibilita conforto aos colaboradores, com ar condicionado e cadeiras confortáveis para os locutores e convidados.

Diante da realidade encontrada, percebeu-se que a estrutura da rádio é mais um fator que influencia na atuação dessas emissoras na comunidade, considerando que muitas vezes as necessidades enfrentadas para a manutenção dificultam uma ação mais efetiva junto à população.

Figura 6.3 – Estrutura da Rádio Comunitária Alternativa FM (São Raimundo Nonato – PI)



Fonte: Elaborada pela autora.

Isso foi percebido quando se partiu para a percepção dos colaboradores sobre a questão do desenvolvimento sustentável, a partir de suas três dimensões: ambiental, social e econômico.

Em relação à questão de como a sustentabilidade ambiental é abordada nos programas, em nenhuma das rádios estudadas existe um programa específico que trata das questões ambientais. Pôde-se perceber também ausência quanto à temática de forma geral, sendo falado esporadicamente. Foi destacado que o assunto é tratado mais em programas que tem o cunho jornalísticos e não nos programas de entretenimento. Das rádios pesquisadas, somente três possuem programas jornalísticos em sua programação, nas outras cinco rádios predomina a programação musical. Mesmo nas emissoras que possuem programas jornalístico, a temática é abordada de forma esporádica, sendo utilizados os critérios de noticiabilidade como justificativa, conforme pode ser percebido na fala do entrevistado transcrita a seguir:

> [...] precisa estar de acordo com o que está acontecendo no momento, do que é notícia. Nós temos momentos que é a questão do feminicídio, que isso a gente trabalha, contextualiza, tem o momento que está na onda essa questão de queimadas, a gente traz a informação, contextualiza com a nossa realidade, dando inclusive algumas orientações, é muito relativo (R, 51 anos).

Foi informado, também, que o assunto é tratado mais especificamente quando acontece algum fato de relevância nacional, tal como ocorreu com o rompimento da barragem de rejeitos em Brumadinho (em Minas Gerais) e nas épocas de queimadas.

Nas rádios comunitárias pesquisadas, verificou-se que a maioria reproduz conteúdo de sites quanto às questões ambientais que tiveram repercussão nacional. Esse quadro demonstra que há falta de atenção quanto às questões ambientais locais, mesmo as rádios pesquisadas estando localizadas dentro de municípios com parques nacionais. Esse quadro pode ser justificado pelo distanciamento dos colaboradores com a temática, tendo como alternativa a formação técnica voltada para o assunto.

Volpato (2015, p. 335) já havia identificado a característica de reprodução de conteúdo ao afirmar que “a maioria das informações jornalísticas veiculadas pelas emissoras é construída com base em notícias da mídia comercial, seja da região ou da grande mídia, algumas retiradas da internet, de jornais da própria cidade ou de cidades vizinhas”. O autor ainda destacou que as informações locais são repassadas de forma tímida. Corroborando com isso, os entrevistados informaram que, quando a temática ambiental é tratada, as informações são retiradas de sites com abrangência nacional ou regional, sendo que estas são produzidas, principalmente, na capital Teresina.

Cabe destacar que as informações transmitidas a partir da capital do Piauí não representam a realidade vivenciada nos mais diversos municípios do estado, considerando que as características econômicas, sociais e ambientais de Teresina são diferentes dos municípios mais distantes.

Ainda sobre a questão ambiental, percebeu-se que a temática foi vinculada ao agronegócio, queimadas, preservação ambiental, assuntos mais próximos da realidade estudada, mesmo quando o destaque dado é uma notícia nacional. Alguns dos entrevistados justificaram a falta de abordagem da temática à pequena quantidade de colaboradores que as rádios possuem. A falta de retorno financeiro foi identificada como fator determinante para esse pequeno número de colaboradores, considerando que todas as atividades da rádio devem ser realizadas de forma voluntária.

Com a pouca abordagem local sobre a temática ambiental ou a reprodução de notícias nacionais ou de regiões distantes, a comunidade acaba recebendo informações que não abrangem totalmente a realidade local e não trata da problemática ambiental da comunidade, incluindo a questão de plantio, colheita e criação, de acordo com as necessidades da população local.

Das rádios pesquisadas, duas destacaram que abordam a questão ambiental focada nos parques nacionais próximos, foram: São Raimundo Nonato, que traz questões que envolvem o parque Serra da Capivara; e Redenção do Gurgueia, que realiza atividades sobre questões do parque Serra das Confusões. Sobre a abordagem da temática relacionada ao Parque Nacional em que a rádio está inserida, destaca-se o depoimento a seguir:

> O parque nacional [...] sempre tem questão de queimadas, dessas coisas aí. Aí sempre a gente tá passando pra população tentando conscientizar esse problema que é das queimadas, então a gente tem agora mesmo tá tendo aí uma questão que foi instalada aqui a polícia ambiental aqui na cidade e a gente tá acompanhando porque agora já teve prisões aqui de pessoas que estavam com animais em cativeiro em casa e tal e a gente tá sempre noticiando isso aí. (J, 37 anos).

Os colaboradores das rádios localizadas nos outros municípios em que os dois parques citados estão inseridos não os destacaram como fator importante para abordagem ambiental. Além disso, as duas rádios próximas ao Parque Nacional Sete Cidades não realizam ações voltadas para a sensibilização quanto às questões ambientais ou mesmo quanto à importância e preservação do parque.

Com isso, percebeu-se que a inserção das rádios em município com unidade de conservação de proteção integral parque nacional não se caracteriza como fator de influência na abordagem da temática ambiental. Ressalta-se que, mesmo os colaboradores das rádios que

afirmaram tratar do assunto, o fazem a partir de critérios de noticiabilidade, ou seja, a partir de algum acontecimento que faz com que os parques sejam notícias e não como um processo contínuo de educação ambiental e de valorização dessa área de proteção ambiental.

Ainda sobre a questão da sustentabilidade ambiental, percebe-se que a temática é abordada de forma pontual, partindo mais do interesse de cada colaborador, como traz o depoimento transcrito a seguir: "Eu mesmo costumo falar sobre a questão ambiental. Agora mesmo que a gente está em uma época seca, já aconteceu e quase todo ano acontece de a gente fazer um programa levado a essa conscientização de queimadas e orientação da falta de água" (U, 28 anos).

Já quanto às dimensões econômico e social, percebeu-se que estão mais presentes no dia a dia das rádios comunitárias. Em todas as rádios, os colaboradores destacaram que as informações são repassadas aos ouvintes a partir do que chega à rádio. Oportunidades de emprego, apresentações culturais, problemas com falta de água, calçamento, etc. são repassadas a partir da solicitação da comunidade. No entanto, como não são todas as rádios que a comunidade tem livre acesso. Em uma das rádios é necessária autorização prévia da "direção" para a divulgação das informações, conforme pode ser percebido no depoimento a seguir: "Chega a informação, por exemplo, a empresa está disponibilizando 10 vagas no setor X, chega aqui: Você pode fazer esse aviso? Aí eu aguardo um pouquinho. Vou ali na direção para ver se me autorizam e assim vai" (R, 40 anos).

A partir das falas dos locutores, pôde-se perceber que o fato da rádio possuir uma liderança que se considera dona faz com que seja limitada até mesmo para tratar de questões de desenvolvimento sustentável. É necessário aprovar antecipadamente o que vai ser transmitido na rádio, os locutores possuem informações que não podem ser ditas no ar.

Não se pode negar que as rádios pesquisadas atuam como uma forma de entretenimento para a comunidade, principalmente em seus programas musicais e isso é um fator da dimensão social importante, mas limitar a isso faz com que a rádio, como um meio de comunicação democrático e voltado para a comunidade, seja subutilizada. Para assumir apenas o papel de transmissão de músicas já existem rádios comerciais ou aplicativos de músicas, não necessitando de autorização de uma rádio comunitária.

Nesse sentido, Volpato (2015) afirma a necessidade de saber qual identidade locais essas rádios comunitárias brasileiras estão construindo nas comunidades em que estão inseridas, se é uma identidade mais localista, em que as mensagens e conteúdos são intrínsecos à realidade da comunidade, ou se é uma identidade que legitima as instituições dominantes, a partir de reproduções de programas e conteúdo da grande mídia, utilizando-a como fonte

jornalísticas, não dando visibilidade para as questões locais e a efetiva participação da população.

6.7 Considerações finais

A partir das entrevistas, foi possível perceber questões importantes para o entendimento da atuação dessas rádios comunitárias quanto ao desenvolvimento sustentável local. A primeira é que os colaboradores, na maioria das vezes, iniciam nas rádios sem ter realizado um curso de capacitação na área, sendo qualificados somente após já estarem atuando nas rádios. Com isso, essas rádios se apresentam como um local que auxilia na formação prática do ofício de locutor, considerando que já foram realizadas parcerias com o governo do estado para a realização de cursos voltados para os colaboradores de rádios comunitárias.

No entanto, essa não é a realidade de todas as rádios. Uma das rádios é formada por comunicadores amadores e que mesmo trabalhando há vários anos na rádio comunitária não tiveram a oportunidade de realizar curso de capacitação na área. São pessoas que resistem e continuam atuando na rádio por amor ao meio de comunicação, mesmo somente com o conhecimento prático. Percebeu-se que há uma relação de sentimento que faz com que permaneçam ainda que diante de dificuldades.

Outra percepção da realidade encontrada foi a utilização dessas rádios para fins comerciais e, até mesmo, particulares. Em duas das rádios pesquisadas, foi repetidamente falado que as lideranças se consideram proprietárias. Os entrevistados deixaram bem claro e informaram que é necessária a autorização para a divulgação de determinadas informações, não sendo possível a participação ao vivo dos ouvintes. Diferente do que determina a legislação, há um posicionamento de propriedade por parte dos que estiveram à frente da legalização. A existência de um sentimento de propriedade limita a participação da comunidade no processo produtivo, sendo basicamente o pedido de música.

Com isso, mesmo com a autorização de rádio comunitária, essas rádios não se apresentam como tal. A comunicação, que deveria ser realizada de forma horizontal, possui características de rádio comercial, havendo uma verticalização da comunicação. É importante destacar que as rádios comunitárias não são empresas e sim instituições sem fins lucrativos, mesmo que as atuações de diversas emissoras busquem o lucro, descaracteriza a rádio como comunitária e aproxima das características de rádio comercial.

Esse tipo de situação é um ponto negativo para as comunidades em que se encontram essas rádios, pois o meio de comunicação que é destinado a ser a voz do povo, em que a comunidade faça parte, é utilizada como um meio de comunicação que tem como o objetivo o lucro e não o bem estar da comunidade.

Foi possível verificar, ainda, que quando se fala em desenvolvimento sustentável, os colaboradores associam o termo às questões ambientais, descartando as outras duas dimensões: social e econômica. Quando questionados diretamente sobre os três pontos, percebe-se que a abordagem da questão ambiental é limitada ao vínculo com os programas jornalísticos, não sendo tratada da temática dentro de um programa musical.

A abordagem da dimensão ambiental ser feita em programas de cunho jornalístico é uma associação natural realizada pelos colaboradores, considerando que as notícias são mais divulgadas nesses programas. No entanto, é necessário ampliar o campo de visão e tornar a temática mais presente no dia a dia dos ouvintes, incluindo sua abordagem em programas de entretenimento, trazendo dicas que são importante para as mudanças de hábitos dos cidadãos, como a separação de resíduos sólidos, a economia no uso de água e luz, os cuidados com os rios, a conservação do solo, entre outros. Além disso, é preciso voltar o olhar para os Parques Nacionais, incluindo as informações dessa unidade de conservação no cotidiano da população. Não se pode achar que a temática deve ser informada apenas quando ocorre grandes tragédias ambientais.

Além disso, foi possível perceber, também, que as rádios pesquisadas possuem limitações quanto à realização de programas mais voltados para a abordagem da questão do desenvolvimento sustentável. As limitações vão desde o pouco número de colaboradores; passa pela estrutura organizacional das rádios, sendo algumas utilizadas como rádios comerciais; o pouco interesse da comunidade em fazer parte da produção da programação das rádios; e em algumas rádios a falta de qualificação dos colaboradores. Cabe destacar, também, que a gestão das rádios norteia como os colaboradores que atuam na locução vão guiar os programas que apresentam, sendo que, em alguns casos, percebe-se que a gestão se apresenta como mais um fator limitante à maior atuação junto à comunidade em que está inserida.

As rádios pesquisadas se apresentam mais como ferramenta de divulgação de informação, sendo que as rádios que possuem líderes que se consideram proprietários atuam de forma mais limitada ainda, considerando que as informações precisam ser aprovadas antes da divulgação. Nesse sentido, pode-se perceber que a identidade local dessas comunidades é construída a partir de um viés de manutenção do *status quo*. No entanto, é possível a essas rádios a promoção de ações diretas de melhoria das condições de vidas dos cidadãos ao levar

especialistas que possam tratar sobre assuntos pertinentes para a realidade local, firmar parceria com instituições públicas para a realização de cursos de capacitação para seus colaboradores e pessoas da comunidade, estimular a participação efetiva da comunidade em que está inserida na produção da programação ao abrir as portas para que pessoas atuem na redação de textos para a rádio, na pesquisa por notícias ou no contato com entrevistados.

6.8 Referências

BAUTISTA, L. A. N. La radio comunitaria en función del desarrollo. **Revista Estudios del Desarrollo Social: Cuba y América Latina**, Havana, v. 6, n. 2, maio/ago., 2018.

BRASIL. Lei n. 9.612, de 19 de fevereiro de 1998. Institui o serviço de radiodifusão comunitária e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, seção 1, 1998, p. 11.

BRASIL. Lei. N. 9.985, de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, seção 1, 19 jul. 2000, p. 01.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Painel Unidades de Conservação Brasileira**. 2019. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiMjUxMTU0NWMtODkyNC00NzNiLWJiNTQtNGI3NTI2NjliZDkzIiwidCI6IjM5NTdhMzY3LTZkMzgtNGMxZi1hNGJhLTMzZThmM2M1NTBlNyJ9>. Acesso em: 05 fev. 2021.

FERNANDES, M. Desenvolvimento sustentável: antinomias de um conceito. **Raízes**, Campina Grande, v. 21, n. 02, p. 246-260, 2002.

FERREIRA, D. J. N. Rádio no contexto da convergência midiática: contribuições para o desenvolvimento local. **Revista Rádio-Leituras**, Mariana-MG, v. 09, n. 01, p. 93-115, jan./jun., 2018.

GOMES, A. L. Z. Dificuldades e tendências na trilha das rádios comunitárias. In: PERUZZO, C. M. K.; OTRE, M. A. C. **Comunicação Popular, Comunitária e Alternativa no Brasil:** Sinais de resistência e de construção da cidadania. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2015, p. 349-364.

GOMES, U. A. F.; HELLER, L. Acesso à água proporcionado pelo Programa de Formação e Mobilização Social para Convivência com o Semiárido: Um Milhão de Cisternas Rurais: combate à seca ou ruptura da vulnerabilidade? **Engenharia Sanitária e Ambiental**, Rio de Janeiro, v. 21 n. 3, p. 623-633, jul./set., 2016.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD contínua)**: educação 2019. Disponível em: https://bityli.com/hdaH4. Acesso em: 15 dez. 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. "**Cidades e Estados**". 2020. Disponível em: < https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 20 jan. 2021.

ICMBIO. **Parques Nacionais**. 2020. Disponível em: https://bityli.com/1QL15. Acesso em: 17 dez. 2020.

MADSEN, N. Mulheres e Comunicação no Brasil: 1995 a 2015. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)**. 2015. Disponível em: https://bityli.com/45mwm. Acesso em: 20 dez. 2020.

MALERBA, J. P. Por uma genealogia das rádios comunitárias brasileiras. **LOGOS: Comunicação e Universidade**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 01, p. 08-22, 2017.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E.M. **Metodologia Científica.** 5 ed. São Paulo, Atlas: 2009.

MARTINO, L. C. Sobre o conceito de comunicação: ontologia, história e teoria. **Questões Transversais – Revista de Epistemologias da Comunicação**, Porto Alegre, v. 7, n. 14, p. 13-25, 2019.

MEDEIROS, R. Função Social do Rádio Local Entre Desertos de Notícia e Zonas de Silêncio: reverberações da migração AM – FM. **Âncora.** Revista Latino-americana de Jornalismo, João Pessoa, ano 7, v. 7, n. 1, p. 360-378, jan./jun., 2020.

MIANI, R. A. O papel das rádios comunitárias no contexto de desenvolvimento sociopolítico local no Paraná. **Ação Midiática**, Curitiba, n. 13, p. 55-74, 2017.

NICOLETTI, F. N. Comunicación popular, historia y medios comunitarios. **Question**, Buenos Aires, v. 1, n. 56, e012, out./dez., 2017.

PERUZZO, C. M. K. Comunicação popular e comunitária em práticas de desenvolvimento rural na região de Borborema (PB – Brasil). **Comunicação & Sociedade**, São Bernardo do Campo, v. 37, n. 2, p. 183-208, maio/ago., 2015.

RIOS, P. P. S.; BASTOS, A.S.; BARROS, E. R. Mulheres no Semiárido Brasileira: uma história invisibilizada. **Revista Ouricuri**, Juazeiro, v. 5, n. 2, p. 01-17, 2015.

SANTOS, E. *et al*. Rádios comunitárias no Brasil: entre a clandestinidade e a relevância social. **Chasqui. Revista Latinoamericana de Comunicación**, Quito, n. 140, p. 129-146, 2019.

SARTORETTO, P. Explorando a dimensão empírica da cidadania comunicativa e direito à comunicação. **Observatorio (OBS*) Journal**, v. 8, n. 3, p. 115-129, 2014.

SENA, A. *et al*. Medindo o invisível: análise dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em populações expostas à seca. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 671-683, mar., 2016.

SERVAES, J. Comunicación para el desarrollo sostenible y el cambio social: Una visión general. Cuadernos de Información y Comunicación, v. 17, p. 17-40, 2012. DOI**:**https://doi.org/10.5209/rev_CIYC.2012.v17.39256

SILVA, A. C. M.; DANTAS, J. B. A. Web Rádio Como Extensão das Ondas Hertzianas da Rádio Comunitária. **Razón y Palabra**, Quito, v. 18, n. 86, p. 156-169, 2014.

SUDENE. Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. (2017a). Resolução n. 107, de 27 de 27 de julho de 2017. 2017a. Estabelece critérios técnicos e científicos para delimitação do Semiárido Brasileiro e procedimentos para revisão de sua abrangência. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, ed. 176, seção 1, 13 set. 2017, p. 48.

SUDENE. Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. (2017b). Resolução n. 115, de 23 nov. 2017. Aprova a Proposição nº 113/2017, que acrescenta municípios a relação aprovada pela Resolução CONDEL nº 107, e 27 de julho de 2017. Diário Oficial da União, Brasília, DF, ed. 232, seção 1, 05 dez. 2017, p. 32-34.

SUDENE. Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. (2017c). **Mapa Delimitação do Semiárido**. Disponível em: <http://antigo.sudene.gov.br/images/arquivos/semiarido/arquivos/mapa-semiarido-1262municipios-Sudene.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2021.

SUZINA, A. Evolução das mídias populares no Brasil (1980-2015): avanços, desafios e perspectivas. **Revista de Comunicação Dialógica**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 166-195, 2019.

VOLPATO, M. O. Configurações e tendências das rádios comunitárias do interior paulista. In: PERUZZO, C. M. K.; OTRE, M. A. C (Org). **Comunicação Popular, Comunitária e Alternativa no Brasil:** Sinais de resistência e de construção da cidadania. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2015, p. 326-348.

7 ATUAÇÃO DAS RÁDIOS COMUNITÁRIAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: ANÁLISE DA PROGRAMAÇÃO DE RÁDIOS COMUNITÁRIAS DO SEMIÁRIDO DO PIAUÍ, BRASIL

COMMUNITY RADIOS PERFORMANCE FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT: ANALYSIS OF COMMUNITY RADIO PROGRAMS IN THE SEMIARID OF PIAUÍ, BRAZIL

DESEMPEÑO DE RADIOS COMUNITARIAS PARA EL DESARROLLO SOSTENIBLE: ANÁLISIS DE LA PROGRAMACIÓN DE RADIO COMUNITARIAS DE EL SEMI ÁRIDO DE EL PIAUÍ, BRASIL

Elinara Soares Barros de Sousa
Wilza Gomes Reis Lopes
Orlando Maurício de Carvalho Berti

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar se e como o desenvolvimento sustentável é apresentado na programação das rádios comunitárias do semiárido do Piauí. Para a análise da programação das rádios, foi utilizado o método de semana construída, em que cada rádio foi gravada durante os sete dias de semanas distintas. Foram considerados quatro eixos: participação da comunidade, programação local, conteúdo musical e apoio cultural. A partir do que foi percebido nesses eixos, fez-se uma análise das dimensões do desenvolvimento sustentável: social, econômica e ambiental. Como resultado, percebeu-se que as rádios pesquisadas possuem uma programação muito próxima de rádios comerciais, em que o foco é a transmissão de músicas do eixo comercial que estão nas paradas de sucesso das rádios e aplicativos de músicas. Com isso, as necessidades da comunidade não são trazidas durante os programas, fazendo com que as rádios não atuem de forma efetiva para a mudança da realidade local.

Palavras-chave: Programação. Sustentabilidade. Semiárido. Comunicação Comunitária. Piauí.

Abstract: This article aims to analyze how community radio stations in the semi-arid region of Piauí act in terms of sustainable development and the dissemination of local culture, based on programming. For the analysis of radio programming, the built week method was used, in which each radio was recorded during the seven days of different weeks. For the analysis, four axes were considered: Community participation, Local programming, Music content and Cultural Support. Based on what was perceived in these axes, an analysis was made of the dimensions of sustainable development: social, economic and environmental. As a result, it was noticed that the radio stations surveyed have a schedule very close to commercial radio stations, in which the focus is on the transmission of songs that are on the charts. As a result, the needs of the community are not brought up during the programs, so that the radio stations do not act effectively to change the local reality.

Keywords: Sustainability. Semiarid. Community Communication. Piauí.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo analizar cómo las radios comunitarias de la región semiárida de Piauí actúan en términos de desarrollo sostenible y difusión de la cultura local, a partir del programa. Para el análisis de la programación de radio se utilizó el método de la semana construida, en el cual cada radio se grabó durante los siete días de diferentes semanas. Para el análisis se consideraron cuatro ejes: Participación de la comunidad, Programación local, Contenidos musicales y Apoyo cultural. A partir de lo percibido en estos ejes, se realizó un análisis de las dimensiones del desarrollo sostenible: social, económica y ambiental. Como resultado, se notó que las estaciones de radio encuestadas tienen un horario muy cercano a las estaciones de radio comerciales, en las que el foco está en la transmisión de canciones que están en las listas de éxitos. Como resultado, las necesidades de la comunidad no se plantean durante los programas, lo que hace que las estaciones de radio no actúen de manera efectiva para cambiar la realidad local.

Palavras clave: Programación. Sustentabilidad. Semi árido. Comunicación comunitaria. Piauí.

7.1 Introdução

Para tratar da relação comunicação e desenvolvimento sustentável é necessário ir além do que vem sendo desenvolvido pelos meios de comunicação comercial, é tratar de uma temática que vem crescendo significativamente e vai muito além da simples divulgação da temática ambiental nos meios de comunicação e mais ainda em um contexto histórico como o que se vive atualmente. Durante a pandemia da COVID-19, os meios de comunicação tradicionais atuaram de forma ativa ao informar a população sobre os números de pessoas atingidas pela doença, ao apresentar as maneiras de se evitar o contágio, ao defender a quarentena e isolamento social, ao tratar de como a doença interferiu diretamente na economia e no meio ambiente.

Nesse sentido, Nicoletti (2017) afirma que os meios de comunicação populares e alternativos geram um espaço em que setores, historicamente excluídos, têm a possibilidade de se apropriar do seu entorno e comunicar o que é conveniente, gerando um espaço de construção comunitária. Para o autor, enquanto os meios de comunicação massivos têm como finalidade o consumo de informação e propaganda institucional, em que promove condutas comerciais, os meios de comunicação comunitárias têm como fim a própria comunidade a que se dirige.

Tratando especificamente das rádios, Gomes (2015) destaca o importante papel educativo e potencial controle social de políticas públicas das rádios comunitárias devido à acessibilidade às informações, inclusive para a população que não sabe ler e escrever.

A Lei 9.612/1998 (BRASIL, 1998), que regula as rádios comunitárias, apresenta, em seu artigo quarto, os princípios que as rádios comunitárias legalizadas devem seguir em sua programação, descritos a seguir:

> Art. 4º As emissoras do Serviço de Radiodifusão Comunitária atenderão, em sua programação, aos seguintes princípios:
> I - preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade;
> II - promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade e da integração dos membros da comunidade atendida;
> III - respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;
> IV - não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções político-ideológico-partidárias e condição social nas relações comunitárias.

Conforme pode ser percebido, na Lei 9.612/1998 é destacado o uso das rádios comunitárias em benefício do desenvolvimento local, partindo da finalidade educativa, artística, cultural e informativa, mas também promovendo atividades junto à comunidade. No entanto, verificou-se que há um distanciamento do que está estabelecido legalmente e o que de fato é realizado.

As rádios comunitárias se apresentam a partir da realidade em que estão inseridas. Volpato (2015), em pesquisa realizada no interior do estado de São Paulo, identificou que as rádios seguem a linha de fluxo de informação dominante, não apresentando interesse ou conhecimento para contestar o *status quo*. Já Berti (2017) verificou realidade distinta ao analisar a emissora Serra FM, localizada no município de São Francisco de Assis do Piauí, única emissora de rádio comunitária operando no município e que é responsável por levar as informações locais para a comunidade e atua na tentativa de transformar a realidade de uma das cidades mais pobres do estado, esclarecendo as questões relacionadas aos direitos humanos e cidadania.

Diante da importância dos meios de comunicação comunitária, com ênfase no papel desempenhado pelas rádios comunitárias para as populações em que estão inseridas, ressalta-se os estudos voltados para a programação destas rádios existentes em cidades, localizadas em regiões mais carentes, que têm no rádio, um meio muito usado de comunicação. Faz-se necessário o entendimento de como e se, realmente, essas rádios estão atuando em prol do desenvolvimento sustentável local, considerando aspectos ambientais, sociais e econômicos.

Diante disso e buscando entender a realidade presente no semiárido do Piauí, analisa-se a atuação das rádios comunitárias relativas ao desenvolvimento sustentável, enfocando como os aspectos de sustentabilidade e culturais são abordados na programação das rádios locais.

7.2 Comunicação comunitária e o desenvolvimento sustentável

O campo da comunicação está inserido no contexto das discussões trazidas pelos movimentos sociais sobre as questões do desenvolvimento sustentável, seja quando é utilizado como instrumento para a criação de novas necessidades, induzidas pelo marketing e propaganda, seja quando é usado como instrumento informal de educação ambiental ou, ainda, na divulgação de notícias sobre as questões ambientais e a definição de comunicação ambiental (AGUIAR, CERQUEIRA, 2012; LIMA *et al.*, 2014; CAMPELLO, 2012).

Na relação entre comunicação e desenvolvimento sustentável, destacam-se os meios de comunicação comunitários, em que se ressalta o papel dos rádios. Segundo Peruzzo, Escudero e Villanueva (2019), os meios de comunicação comunitária se apresentam de diferentes formas, a depender do país, mas há uma tendência comum nessas emissoras, que é manifestada no trabalho realizado em favor do comum e das comunidades, que intervém na construção de novas narrativas, a partir de um compromisso que responde a três princípios básicos: ética, ecologia e equidade. Para os autores, o princípio da ética implica em colocar como centro a interdependência do ser humano com o planeta; a ecologia a partir do uso dos recursos naturais sem a destruição dos ecossistemas; e a equidade baseada em uma economia capaz de redistribuir as riquezas.

Miani (2011, p. 221) afirma que "a comunicação comunitária é considerada, em tempos de globalização, uma importante alternativa para se contrapor ao monopólio midiático imposto pelas grandes corporações nacionais e internacionais de comunicação". Nesse mesmo sentido, Trujillo, Gómez e Quiceno (2016, p. 87, tradução nossa) afirmam que comunicação comunitária é uma alternativa aos meios de comunicação massivos e define como "processos por meio dos quais as comunidades organizadas tornam sua realidade local visível com sua própria voz".

Os meios de comunicação comunitária também contribuem para a comunidade, em aspectos que vão além da democratização da informação. Segundo Lewis e Mitchell (2015), esses meios de comunicação atuam de modo relevante no aprendizado permanente, sendo que a formação é parte integrante da atividade, seja na alfabetização midiática, como também, no estímulo ao espirito empreendedor.

Entre esses meios, destacam-se as rádios comunitárias, que, para Volpato (2015, p. 341), devido às formas de atuação, proporcionam "a ampliação da consciência, capacidades e possibilidades dos cidadãos", representando, com isso, progresso na democratização das

comunidades em que estão inseridas, promovendo a cidadania dos que colaboram e não somente a veiculação de conteúdo.

A atuação mais ativa das rádios comunitárias pode trazer informações para uma população que, muitas vezes, não tem acesso direto aos grandes meios de comunicação e à educação. Por isso, a atuação desses meios de comunicação no processo de construção da sociedade é realizada cotidianamente, a partir do que apresenta para a população.

Para Santos, Prata e Medeiros (2019, p. 141), a rádio comunitária nasce com os valores sociais do local em que estão inseridas e "se configura também como prestadora de serviços e tem forte participação na busca pela resolução de problemas sociais das suas comunidades". Nesse sentido, Carniello *et al.* (2016) destacam o papel que os meios de comunicação exercem para o empoderamento da sociedade, ao trazer o debate sobre temas de seu interesse e, também, ao dar voz aos diferentes grupos sociais.

Já Malespín (2016) traz uma perspectiva distinta, ao afirmar que as rádios comunitárias não possuem o mesmo significado de quando foram criadas, por isso, precisam ser ressignificadas, regressando ao seu ponto de partida, valorizando a crítica, os pontos convergentes e divergentes e as diferentes visões de mundo. Para a autora, ressignificar é sair do campo das palavras e passar para a ação, dando voz ao público que não tem.

Valdiviezo (2020), também, afirma sobre a necessidade de ressignificar as rádios comunitárias, de forma que seja deixado de lado os interesses pessoais e sejam preservados os costumes e tradições de cada comunidade. Valdiviezo (2020, p. 24) afirma, ainda, que "o modelo da rádio comunitária é de uso social, promotora de conhecimentos emanados do contexto físico, cultural e territorial onde está inserida e produz, constrói e divulga discursos que dialogam empaticamente com o público".

7.3 Metodologia

Para a escolha das rádios estudadas, entre as existentes no semiárido do Piauí, foram estabelecidos os seguintes critérios: a) estar legalizada pelo Ministério de Comunicações; b) estar localizada em um município do semiárido do Piauí que possua unidade de conservação denominada de Parque Nacional; e c) ser transmitida via internet. Diante desses critérios, foram identificadas três emissoras de rádios comunitárias, são elas: Bom Jesus FM, do município de Bom Jesus (603 km da capital); Estação FM, do município de Brasileira (155 km da capital); e Ativa FM, de Piracuruca (202 km da capital).

Ainda para a análise do objeto, a programação das rádios selecionadas foram gravados a partir da técnica de semana construída, em que foram gravadas sete dias de semanas diferentes que estão na internet. A gravação foi realizada do período de novembro de 2020 a janeiro de 2021. Após o término das gravações, todo a programação foi transcrita e analisada seu conteúdo.

É importante destacar que, durante o processo para se chegar aos sete dias de gravações, dificuldades foram se apresentando, tal como a instabilidade da internet das emissoras, fazendo com que a rádio ficasse fora do ar durante algumas horas da programação ou mesmo o dia inteiro. Esse problema inviabilizou que as gravações fossem realizadas de forma continua, sendo necessário 12 semanas para finalizar todas as gravações necessárias, conforme datas demonstradas no Quadro 7.1.

Quadro 7.1 – Semana construída das programações das rádios comunitárias

Rádio	**Município**	**Dias gravados**
Bom Jesus FM	Bom Jesus	Segunda-feira – 04/01/2021
		Terça-feira – 17/11/2020
		Quarta-feira – 25/11/2020
		Quinta-feira – 03/12/2020
		Sexta-feira – 11/12/2020
		Sábado – 19/12/2020
		Domingo – 27/12/2020
Estação FM	Brasileira	Segunda-feira – 28/12/2020
		Terça-feira – 12/01/2021
		Quarta-feira – 27/01/2021
		Quinta-feira – 03/12/2020
		Sexta-feira – 11/12/2020
		Sábado – 23/01/2021
		Domingo – 20/12/2020
Ativa FM	Piracuruca	Segunda-feira – 14/12/2020
		Terça-feira – 22/01/2020
		Quarta-feira – 06/01/2021
		Quinta-feira – 05/11/2020
		Sexta-feira – 20/11/2020
		Sábado – 28/11/2020
		Domingo – 06/12/2020

Fonte: Elaborado pela autora.

A partir de uma semana construída, foi possível analisar como as rádios se apresentam através da programação, destacando os programas que são realizados nas comunidades, quais os programas que são retransmitidos de outras locais, como se dá a participação dos ouvintes na construção desses programas, as temáticas abordadas e como esse conjunto de informação traz pontos positivos para o desenvolvimento sustentável local.

Buscando abranger o conteúdo apresentado pelas emissoras de rádio, foram definidos eixos de análise, focando mais especificamente nas questões relacionadas ao desenvolvimento sustentável em suas três dimensões: social, ambiental e econômico.

De maneira a priorizar a produção da comunidade local, destacando a participação da comunidade como fator importante, esse foi o primeiro eixo definido na análise. Para esse eixo, foram estabelecidos três aspectos: quanto à produção de conteúdo, como ouvintes, questões abordadas durante a participação. O segundo eixo diz respeito à programação local transmitida, com destaque para os seguintes aspectos: tipos de programas, temas abordados nos programas, programação jornalística.

Foram definidos, ainda, outros dois eixos considerados importantes na análise das programações das rádios: o conteúdo musical, que buscou verificar o estilos musicais predominantes, as transmissões de músicas de autores locais e de músicas fora do eixo comercial; e a presença de apoio cultural, como forma das rádios se manterem financeiramente. Os quatro eixos definidos são demonstrados no Quadro 7.2.

Quadro 7.2 – Eixos e aspectos avaliados nas programações

Eixos	**Aspectos analisados**
Participação da comunidade	Quanto à produção de conteúdo Como ouvintes Questões abordadas durante a participação
Programação local	Tipos de programas Temas abordados nos programas Programação jornalística
Conteúdo musical	Estilos musicais Músicas de autores locais Músicas fora do eixo comercial
Apoio Cultural	Apoio do comércio local na programação

Fonte: Elaborado pela autora.

No eixo participação da comunidade foi verificada, a partir das programações, como se dá atuação dos cidadãos na realização dos programas, seja à frente de um programa ou como ouvintes, buscando verificar, também, as temáticas abordadas durante essas participações. Nesse primeiro eixo a intenção é examinar a participação da comunidade na rádio, se faz parte da programação diretamente através de ligações ou envio de mensagem e quais os assuntos tratados durante essas participações.

De forma interligada com ao anterior, o segundo eixo diz respeito à programação local, buscando perceber a presença de programas locais, quais os temas que são trazidos na

programação, se durante a programação as questões locais são foco da temática e verifica a existência de programação jornalística.

O terceiro eixo foi voltado para o conteúdo musical transmitidos pelas emissoras selecionadas, considerando os estilos de música, a transmissão de músicas de compositores locais e se as músicas tocadas são somente as que estão no circuito comercial ou se existe um incentivo da transmissão de músicas fora desse circuito.

O quarto eixo diz respeito ao incentivo do comércio local para a manutenção financeira da rádio através do apoio cultural. Afinal, a questão econômica da rádio é importância para a manutenção das necessidades da rádio.

7.4 Análise das programações das rádios

Quando se trata de comunicação comunitária é necessário pensar além do que é realizado pelos meios de comunicação comercial. No entanto, a realidade se apresenta de forma distinta, muitas vezes esses dois modos de comunicação são confundidos, em que o primeiro reproduz o segundo.

A partir da análise de quatro eixos, foi possível refletir sobre como as rádios apresentam as três dimensões do desenvolvimento sustentável: econômico, social e ambiental. Alguns fatores foram decisivos para se verificar a ausência de discussão sobre essas dimensões durante a programação e são esses fatores que serão discutidos agora.

Analisar as rádios comunitárias a partir da percepção do desenvolvimento sustentável local diz respeito à maneira como estas se apresentam para a sociedade em que estão inseridas. Volpato (2015) destaca que não existe um modelo predeterminado para o fazer comunicacional, pois cada rádio possui características que partem do contexto sociocultural, econômico e político do local em que está inserida e, principalmente, à gestão adotada pelos colaboradores. Sobre esse último fator, Volpato (2015) afirma, ainda, que refere-se ao contexto de surgimento das rádios, determinado por sua motivação e finalidade; circunstancias de outorgas; formas e conteúdo da programação; e manutenção econômica. Para o autor, as mídias comunitárias podem contribuir para o fortalecimento de identidades locais.

Cabe destacar que o contexto da pandemia da COVID-19 também atingiu as rádios comunitárias do semiárido do Piauí. Por ser uma pesquisa que vem sendo construída ao longo de três anos, perceberam-se mudanças nas programações das rádios a partir da declaração da pandemia.

Se os meios de comunicação comerciais se voltaram para a questão da pandemia, trazendo a temática em seus principais meios de comunicação brasileiros, em que os profissionais que faziam parte do grupo de risco passaram a ficar em casa e os jornalistas que continuaram na ativa se colocavam em risco para levar as informações à população durante à quarentena, os meios de comunicação comunitários também foram atingidos diretamente com a quarentena.

Após o surgimento da pandemia Covid-19 e o período de quarentena, considerando que as rádios comunitárias são meios de comunicação sem fins lucrativos e seus colaboradores são pessoas da própria comunidade, que não recebem salários para o exercício de suas atividades nas rádios, alguns deles passaram a não mais realizar suas atividades. Com isso, nas rádios comunitárias, durante a quarentena, as programações sofreram modificações, sendo constatado em uma das rádios estudada, que a sua programação passou a ser exclusivamente com transmissão de músicas.

Por esse motivo, a existência da pandemia não pode ser desconsiderada na análise deste trabalho, ponderando o impacto que teve em toda a sociedade, por se tratar de uma doença que afetou, não só a saúde das pessoas, mas, também, aspectos econômicos e ambientais em todo mundo.

7.4.1 Participação da comunidade

Os meios de comunicação comunitários, historicamente, são caracterizados pela participação popular. Para Peruzzo (2008), esses meios representam espaços de participação democrática, em que o povo é o protagonista principal. A comunicação é feita pelo e para o povo, visando a transformação das estruturas sociais opressoras.

Valdiviezo (2020, p. 08-09, tradução nossa) traz em evidência a participação como fator importante no processo de desenvolvimento, considerando a formação de estruturas democráticas, em que "reconhece todas as pessoas como fontes de informação e conhecimento, incluindo destinatários e remetentes. Desaparece, então, a concepção verticalista de comunicação, prevalecendo a horizontalidade, favorecendo as mudanças sociais".

No entanto, quando se trata de participação, é necessário destacar as diferentes formas de participação. Peruzzo (2004) divide a participação em três modalidades: participação passiva, em que se assume uma postura de espectador e de conformismo, delegando o poder a outra pessoa; participação controlada, em que apresenta como característica a limitação,

sendo possível apenas em alguns aspectos, e a manipulação, em que se adequa aos interesses de quem detém o poder; e participação-poder, que tem como base a participação democrática, em que o poder é compartilhado.

Nas gravações, uma das rádios comunitárias pesquisadas tem uma programação limitada à transmissão de músicas, intercaladas por apoios culturais e spots com dicas para se proteger de doenças. Essa situação foi consequência da decretação da pandemia da COVID-19, que influenciou as programações das rádios comunitárias. Diante desse contexto, nesta rádio comunitária não há participação da comunidade como colaborador de locução ou participação ativa da comunidade como ouvintes, em que se utilizam do espaço para pedidos música ou envio de recados.

Na segunda emissora a participação da comunidade se dá a partir de duas perspectivas: como colaborador na locução e com pedidos de músicas e envio de recados. Quanto ao aspecto da produção de conteúdo, os colaboradores se adaptam ao público para qual o programa é voltado, como pode ser percebido no programa religioso, em que existe um momento de reflexão e da palavra de Jesus Cristo; nos programas musicais, em que os locutores utilizam uma narrativa mais voltada o envio de recados e pedidos de músicas; e no programa jornalístico, em que o colaborador assume uma narrativa mais séria, trazendo destaque de questões relacionadas ao município em que está inserido e aos municípios vizinhos.

A terceira emissora também possui participação da comunidade como colaborador e como ouvinte. Constituída por programas musicais, jornal e programas evangélicos, os ouvintes participam de forma indireta com músicas e enviam recados. Os colaboradores também assumem posturas diferentes, a depender da temática do programa. Vale destacar que os dois programas musicais que compõem a programação se diferem pelo fato de um deles implementar notícias.

Foi observado que, assim como foi relatado pelos colaboradores que atuam como locutores, a participação dos ouvintes se efetiva principalmente no pedido de música e envio de recados nos programas transmitidos. Além disso, foi possível perceber que essa participação é de forma indireta, normalmente os locutores fazem a leitura das mensagens enviadas, raramente há a participação direta, via ligação telefônica, em que o ouvinte tem a liberdade de expressar suas opiniões.

Na rádio comunitária que possui programação exclusiva de músicas, os ouvintes assumem uma postura passiva, em que aceitam as escolhas realizadas pela liderança na sequência de música apresentada. Não há uma movimentação para modificar essa realidade. Já nas outras duas rádios estudadas, percebe-se que a participação é mais próxima da

participação controlada, em que os ouvintes são levados a participarem, mas os locutores atuam como limitantes da participação, ao controlarem as mensagens que vão ser transmitidas.

Para Conteçote (2015), o modelo de participação de participação-poder é o que mais se aproxima do ideal para as rádios comunitárias atuarem em uma mudança da realidade local, e, consequentemente, é o modelo que mais se aproxima de uma atuação em prol do desenvolvimento sustentável em suas comunidades. Segundo Peruzzo (2004), esse modelo de participação o agente é sujeito de ação, agindo de modo ativo, autônomo. Por mais que, por vezes, não atinja todas as decisões, não é passivo e nem manipulado.

Com isso, cabe destacar o programa Eufonia, uma experiência existente que pode servir para se usar como modelo nas rádios comunitárias. Segundo Santos e Alves (2019), o programa é resultado do projeto de extensão intitulado "Rádio Universitária da Uneb", cadastrado junto à Universidade do Estado da Bahia (Uneb) e que está no ar há 12 anos e é produzido por professores e alunos do curso de Jornalismo em Multimeios. Santos e Alves (2019, p. 68) afirmam que a definição de como o programa se apresentaria se deu a partir de consulta realizada junto à comunidade acadêmica da Uneb, campus de Juazeiro, sendo definido que teria "um conteúdo educativo que desse visibilidade aos fatos regionais e a diversidade cultural produzida nos territórios semiáridos, além de abrir espaço para os artistas que normalmente não estão na mídia comercial". Nesse ponto, percebe-se a importância da participação da comunidade nas tomadas de decisões, em que todos se responsabilizam pelas escolhas realizadas.

Quando há o controle tanto do colaborador por parte das lideranças das rádios quanto da comunidade enquanto ouvinte passivo, o que se percebe é que o processo continua vertical, mesmo se tratando de uma rádio com autorização para funcionar como comunitária. A participação ativa da comunidade é importante para que o processo de torne horizontal, em que prevaleça os interesses da comunidade.

Para Valdiviezo (2020, p. 11, tradução nossa), quando a rádio foca em se manter como uma entidade sem fins lucrativos e com o objetivo de "funcionar e desenvolver projetos viáveis e sustentáveis para a sociedade, atinge um cenário comunicativo onde se elevam vozes, interesses e expectativas da vida local em função do desenvolvimento e a mudança social". No entanto, o que se presencia no contexto estudado são vozes silenciadas através do controle do que será dito pela comunidade ou mesmo através da falta de abertura para que os cidadãos participem da produção de conteúdos e se sinta parte de uma comunidade.

O contexto estudado demonstra que a atuação de uma liderança personalista faz com que a rádio comunitária se apresente mais próximo do interesse de um pequeno grupo, em

detrimento da comunidade como um todo. Sobre esse tema, Peruzzo, Escudero e Villanueva (2019) já haviam afirmado que o conceito e a prática da comunicação comunitária apresentam nuances diferentes, pois dependem do contexto em que estão inseridas, que possuem como elementos que diferem a situação político-ideológica, o grau de consciência dos cidadãos, a percepção da comunidade, a gestão, o senso comunitária, entre outros.

7.4.2 Programação Local

As rádios comunitárias se fazem presentes em diversos lugares na América Latina. No entanto, Malespín (2016) afirma que essa expansão das rádios comunitárias não implicam que sejam meios de comunicação, de fato, relevantes para as comunidades em que estão presentes, se comparar com meios como a televisão ou as redes sociais. Para o autor, a programação e os conteúdos transmitidos são fatores decisivos para motivar ou não o público.

Duas das rádios pesquisadas possuíam programação local, com programas realizados por pessoas da comunidade. Os horários semanais da programação são bem divididos em cada rádio e há uma programação diferenciada nos sábados e domingos.

Um ponto importante considerado para a pesquisa é a transmissão de programas locais produzidos pelos moradores da comunidade, em que se destacassem conteúdos voltados para o contexto vivido na sociedade em que a rádio está inserida. Volpato (2015) afirma que as rádios comunitárias podem desenvolver processos educativos nos conteúdos veiculados e nos agentes envolvidos na produção dos programas. No entanto, isso não ocorre quando não há uma programação local na rádio, como ocorre atualmente em uma das rádios pesquisadas.

Nas outras duas rádios, foi percebido que a programação local abrange uma pequena parte do tempo de transmissão, sendo utilizado como estratégia de ocupação da programação a transmissão de músicas programadas ou a retransmissão de programas produzidos em outros lugares, levando a uma programação distantes da realidade local.

O uso das rádios comunitárias para o desenvolvimento sustentável local está diretamente relacionada à produção local que é realizada na rádio ou os conteúdos apresentados nos programas retransmitidos pela emissora, sendo limitado o potencial dessas rádios ao utilizarem o tempo disponível somete para a transmissão de música.

Para Peruzzo, Escudero e Villanueva (2019, p. 38, tradução nossa), a sociedade civil tem buscado “construir novas bases de convivência comunitária e melhoria das condições de vida de estratos sociais organizados em comunidades, bem como de grupos com afinidades socioculturais em comum”. Além disso, tem realizado práticas comunicativas com o objetivo

de contribuir com as mudanças necessárias para essas sociedades, estando os meios de comunicação comunitários empenhados nessa mudança.

No entanto, não foi isso que foi encontrado durante a pesquisa. Percebeu-se que as emissoras pesquisadas funcionam com uma programação semelhante com o que se encontra nas rádios comerciais, em que a programação musical é o centro. Possuírem uma programação próxima à de rádios comerciais, faz com que as rádios comunitárias se apesentem como agentes da manutenção do *status quo*, em que há pouca abordagem de temáticas voltadas para as demandas na comunidade local, focando mais no entretenimento.

Além disso, foi percebido que, nos programas musicais, os colaboradores se limitam à transmitir músicas e repassar os pedidos de músicas e recados enviados pelos ouvintes. Não foi identificada a abordagem de assuntos voltados para a comunidade, deixando de abarcar pontos que seriam pertinentes para a comunidade nos diversos horários da programação.

Os assuntos importantes para a comunicação são abordados nos programas jornalísticos locais apresentados pelas duas emissoras com programação local. No horário desses jornais foram identificadas realizações de entrevistas e discussão sobre política. No entanto, também são apresentadas questões ocorridas na capital do estado e assuntos de importância nacional. Quanto à produção desses programas, locutores das emissoras afirmaram que os assuntos são escolhidos a partir de uma percepção do próprio colaborador, o que faz com que partam de quem está à frente do programa.

Um agente importante na construção das programações é o colaborador que atua como locutor dos programas. Valdiviezo (2020) afirma que muitos locutores locais iniciam o trabalho nas rádios comunitárias com a percepção que carregam da rádio tradicional, buscando imitar os locutores das rádios comerciais. No entanto, a linguagem de rádios comerciais são distintas da linguagem de uma rádio comunitária. Nesta deve predominar a emoção e a proximidade, demonstrando que é mais um integrante da mesma comunidade do ouvinte.

A promoção do desenvolvimento sustentável pelas rádios comunitárias está diretamente ligada ao conteúdo transmitidos em suas programações, as temáticas que são abordadas. Para Fortunato e Almeida Júnior (2017), as coberturas ambientais realizadas pelos meios de comunicação controlam os discursos, não promovendo alterações profundas nos sistemas sociais. Os autores afirmam que as coberturas sobre a temática apresentam distorções que levam o público a conclusões equivocadas em que os meios de comunicação, muitas vezes, atuam como espaços privados movidos por interesses particulares.

Nesse sentido, as rádios comunitárias são importantes para a abordagem da temática de forma a trazer o interesse público e em busca de mudanças profundas na sociedade, mas

especificamente da comunidade em que estão inseridas. No entanto, a ausência dessa temática nas programações prevalece, contribuindo assim para a manutenção da situação em que a sociedade se encontra. Para Fortunato e Almeida Júnior (2017), a cobertura das questões ambientais devem ser estimuladas, pois os meios de comunicação são decisivos na reprodução desses discursos.

Com isso, percebe-se a importância dos locutores para a construção de discursos voltados para a comunidade local e a qualificação desses colaboradores é um fator relacionado à maneira como atuam nas produções.

Mais uma vez enfatiza-se o programa Eufonia, que tem uma produção de conteúdos voltados para a realidade local, um programa que busca trazer um conteúdo fora de uma programação comercial. Para Santos e Alves (2019, p. 79), "o programa leva aos ouvintes todas as semanas informações que, dificilmente, ouviriam numa programação comercial. Seja numa indicação de livro, de filme ou de uma música, o Eufonia segue promovendo educação a cada semana, sem repetir uma única edição".

Por se tratar de uma experiência vinculada à uma instituição educacional, percebe-se que os produtores de conteúdos possuem conhecimento especializado, situação que não se encontra na prática das rádios comunitárias. Além disso, a produção mais elaborada de um programa como esse pode não ser de interesse dos colaboradores das rádio. No entanto, é possível pensar em parcerias a serem realizadas pelas rádios comunitárias e as instituições de ensino do estado do Piauí como estratégias para as produções realizadas nesses meios de comunicação, em que o espaço existente na programação pode ser utilizado para a transmissão de programas produzidos por universidades inseridas na região semiárida. Parceria de rádios comunitárias com instituições de ensino são bem vindas para a melhoria da qualidade do conteúdo transmitido nas rádios comunitárias.

Santos e Alves (2019) destacam o programa como um espaço que vai além do exercício do texto jornalístico no rádio para os alunos que participam do projeto, mas como um espaço de prática para aliar a comunicação com a educação, em que contribui para a reflexão da sociedade sobre a realidade, buscando, a partir disso, independência com justiça social e oportunidades para toda a comunidade.

Para Peruzzo, Escudero e Villanueva (2019), a comunicação comunitária não é limitada aos meios de comunicação e canais mediados pela tecnologia, mas que a ênfase está no processo, com diálogo que favoreça a constituição do comum e o espírito comunitário. Os conteúdos apresentados com proximidade do que é apresentado em rádios comerciais

confirmam que não são os meios regulamentados que caracterizam o processo comunicacional como sendo uma produção da e para a comunidade.

Os espaços livres entre os programas são preenchidos com conteúdos musicais e, com isso, questiona-se porque não se utiliza esse espaço para mais produções locais ou mesmo transmissões de conteúdos próximos da realidade dos municípios. A gestão mais centralizada realizada nessas rádios pode justificar a ausência de outras colaborações na programação. Além disso, por essas rádios se apresentarem bem próximos das rádios comerciais, percebe-se que a visão dos gestores vai na contramão de uma gestão horizontal.

Diante do contexto analisado, fica evidente que as rádios se apresentam muito mais como rádios comerciais, em que o foco é a transmissão de músicas e com o controle das participações existentes nos programas, do que como uma rádio comunitária, em que o foco são os interesses do população local e essas característica distanciam os conteúdos transmitidos do desenvolvimento sustentável local da sociedade em que estão inseridas.

7.4.3 Conteúdo musical

As três rádios pesquisadas são predominantemente musicais, considerando o tempo disponibilizado em suas programação para a transmissão de músicas. A música é tão presente nas rádios que uma delas se encontra sem colaboradores de locução, fazendo com que sua programação seja toda voltada para a transmissão musical.

Santos e Alves (2019, p. 66) afirmam que a rádio se apresenta como um ambiente de formação para os produtores de conteúdos, como “uma oportunidade para dar visibilidade a questões locais que nem sempre encontram espaço em outros suportes para debater assuntos de interesse da comunidade”. Ao darem prioridades à transmissão de músicas, essas rádios comunitárias deixam de utilizar o espaço para a produção de um conteúdo voltado para a comunidade.

A partir da percepção dessas rádios como emissoras predominantemente musicais, a análise realizada foi quanto aos tipos de músicas que são transmitidas pelas rádios. Por se apresentarem como rádios próximas à realidade encontrada nas rádios comerciais, foi percebido que nas rádios comunitárias pesquisadas as músicas transmitidas são de artistas que estão no circuito musical comercial, destacando as músicas que estão nos topos das paradas de sucesso nas rádios e nos aplicativos de músicas.

Por ter como foco a transmissão de músicas, as emissoras trazem em suas chamadas a aproximação das rádios com a música, tais como: “só toca o que é top”, “as melhores músicas tocam aqui” e “os ritmos que contagiam você”.

Quando se pensa em rádios comunitárias se volta para uma utopia de ser um meio de comunicação que é uma alternativa aos meios de comunicação comerciais. Isso vale também para se pensar nas músicas a serem transmitidas nas suas programações. Ver as rádios comunitárias como espaços para os músicos e compositores locais poderem divulgar seus trabalhos, ter um espaço que não conseguem no circuito comerciais das rádios.

No entanto, o que se verifica é uma reprodução do que vem sendo realizado nas rádios comerciais de todo o país. As três rádios pesquisadas são voltadas para as músicas que estão em alta, para os lançamentos musicais de grandes artistas e para a consolidação de artistas de nível nacional e internacional.

Trazendo novamente para o foco o exemplo do programa Eufonia, segundo Santos e Alves (2019, p. 70) “as músicas veiculadas pelo programa são de artistas com um trabalho alternativo e nem sempre comercial, ou o ‘lado B’ de cantores consagrados que pouca gente conhece, canções que não fizeram tanto sucesso comercial e/ou não foram facilmente comercializadas”. Tocar esses artistas em sua programação é ser útil para uma categoria de cantores e compositores que não possuem espaço para divulgarem suas obras, incluindo nesse grupo os artistas locais.

Os meios de comunicação que seriam para a atuação como uma alternativa, estão se apresentando como integrante do grupo hegemônico, em que prevalece os artísticas vinculados à grandes grupos de produtora, enquanto os artistas que estão fora do circuito comercial ficam, também, de fora dos meios que seriam alternativos.

Santos e Alves (2019, p. 70) afirmam que a experiência repassada no programa Eufonia se dá, de fato, pela possibilidade de acesso a produções que estão fora do circuito musical das grandes mídias e também das rádios comunitárias, considerando que estas reproduzem o formato comercial, “dessa forma, os ouvintes conhecem um outro repertório e os artistas tem espaço para divulgar sua obra”.

7.4.4 Apoio cultural

O quarto aspecto analisado na programação foi o apoio cultural do comércio local. Como as rádios comunitárias são impedidas de transmitirem propagandas, a legislação

brasileira trouxe, como alternativa para que as rádios conseguissem se manter financeiramente, o apoio do comercio local.

O apoio cultural é necessário para a manutenção financeira de uma rádio comunitária. Como há gastos básicos para que uma rádio continue no ar, o apoio do comércio local se apresenta como uma maneira de arrecadar dinheiro para o pagamento de gastos como conta de luz, água, telefone, manutenção de equipamentos etc.

Para Valdiviezo (2020, p. 20), "do ponto de vista econômico, um projeto é sustentável quando obtém recursos materiais e é capaz de utilizá-los de acordo com seus propósitos. Assim, os gastos de uma rádio comunitária devem ser utilizados para dar continuidade aos seus projetos". Esse é um dos pontos mais discutidos das rádios comunitárias, principalmente considerando a sua sustentabilidade econômica.

Nas programações foram percebidas dois pontos quanto ao apoio cultural: as rádios pesquisadas trouxeram em sua programação os anúncios de empresas locais durante os intervalos dos programas; e foram apresentados também anúncios de empresas locais realizadas pelos próprios colaboradores que atuam como locutores durante o programa.

Ainda quanto anúncios, foi percebido que, durante a programação de retransmissão de outras emissoras comerciais, as propagandas também são retransmitidas, muitas vezes anúncios de empresas de outros estados, distantes geograficamente da comunidade em que está sendo transmitida.

Não se pode retirar dessas rádios a importância que essas empresas locais possuem para que as rádios continuem no ar. Por esse motivo, identificar a presença desse apoio cultural nas rádios pesquisadas se apresenta como um fator decisivo para a continuação dessas rádios no ar, inclusive a rádio que possui uma programação exclusiva de transmissão de música.

7.5 Considerações finais

Desde de sua criação, o rádio é um meio de comunicação que tem a oralidade como ponto central para a transmissão de mensagens. No entanto, com o avanço das tecnologias da informação, esse meio de comunicação foi se modificando e se adaptando às novas tecnologias, sendo verificada a convergência midiática, em que as rádios se fazem presente em multiplataformas.

A análise das programações das rádios comunitárias evidencia diversos aspectos que envolvem esse meio de comunicação. A realidade apresentada é de uma atuação das rádios comunitárias a partir de uma visão de rádios comerciais. Com isso, percebeu-se que as rádios

comunitárias não apresentam uma programação que promovem o fortalecimento das identidades locais, apresentando uma programação que poderia ter sido produzida em qualquer lugar do país, não tendo como foco as questões e as necessidades da comunidade.

Uma programação voltada quase que exclusivamente para a transmissão de músicas, com pouquíssimas exceções na transmissão de um jornal local. Não se defende neste momento a produção de uma programação voltada para a transmissão de notícias, mas que a rádio comunitária seja utilizada em prol das demandas existentes na comunidade e que atue também em uma construção educacional, trazendo informações importantes, produzindo programas que envolva a maior quantidade de pessoas.

A realidade encontrada foi de ausência de aspectos importantes para que uma rádio, de fato, atue como comunitária. A pouca participação da comunidade na produção de sua programação ou mesmo a maneira de se apresentar como uma rádio com características próximas às rádios comerciais são pontos importantes que levaram à ausência de uma atuação para o desenvolvimento sustentável da comunidade.

Partindo especificamente das três dimensões do desenvolvimento sustentável, percebe-se que a predominância da dimensão social, em que a comunidade encontra entretenimento ao ligar o rádio. Além disso, as emissoras apresentam jornais locais que possibilitam à comunidade o acesso à informações importantes, no entanto, a questão social é mais ampla e poderia ser tratada sob a perspectiva de levar conhecimento para a população, possibilitar o acesso à músicas de compositores locais, promover debates sobre questões importantes, entre outras possibilidades que uma rádio comunitária tem.

Quanto à dimensão econômica, o que se percebeu foi a temática sendo abordada nos jornais, quando o assunto atendia aos critérios de noticiabilidade. Em uma situação de crise, como a que se vive durante uma pandemia, a questão econômica entra como um ponto importante de ser discutido, mas, mesmo assim, percebeu-se que não se tornou uma constante durante as programações analisadas.

Analisou-se, também, como a dimensão ambiental se faz presente nas rádios estudadas e percebeu-se um silenciamento quanto à essa temática. O fato de a rádio estar inserida em um município com Parque Nacional em nada alterou a ausência da temática na programação das rádios. Os colaboradores já haviam informado a respeito da ausência da temática durante a programação, em que alguns afirmaram que o tema era trazido de forma pontual.

O equilíbrio que se busca em relação às três dimensões não foi encontrada. Quanto mais as rádios comunitárias se aproximam das rádios comerciais, mais se distanciam de

questões que colocam a comunidade como o centro e o desenvolvimento sustentável dessa comunidade também é deixada de lado.

7.6 Referências

AGUIAR, S.; CERQUEIRA, J. F. Comunicação Ambiental como campo de práticas e de estudos. **Comunicação e Inovação**, São Caetano do Sul, v. 13, n. 24, jan./jun., 2012.

BERTI, O. M.C. Rádios Comunitárias e direitos humanos. O caso da rádio serra FM: desafios e atitudes do fazer comunicação comunitária em um dos municípios de menor IDH do país. **Mídia e cotidiano**, Niterói, v. 11, n. 1, p. 30-45, abr. 2017.

BRASIL. Lei n. 9.612, de 19 de fevereiro de 1998. Institui o serviço de radiodifusão comunitária e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, seção 1, 1998, p. 11.

CAMPELLO, L. O. S. A contribuição do Jornal Gazeta de Sergipe para a discussão da problemática ambiental entre os anos de 1972 e 1992: o papel da imprensa escrita para o desenvolvimento social. **Razón y Palabra**, Quito, n. 80, out. 2012.

CARNIELLO, M. F. *et al*. Comunicação para o desenvolvimento: considerações para uma construção de interfaces temáticas. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté-SP: v. 12, n. 4, p. 3-30, 2016.

CONTEÇOTE, M. L. Metodologias de Desenvolvimento comunitário: um olhar interdisciplinar. In: PERUZZO, C. M. K.; OTRE, M. A. C. **Comunicação Popular, Comunitária e Alternativa no Brasil:** Sinais de resistência e de construção da cidadania. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2015, p. 79-102.

FORTUNATO, I.; ALMEIDA JÚNIOR, A. R. La compleja relación tripartita: ambiente, sociedad y medios de comunicación. **Espacio Abierto Cuaderno Venezolano de Sociología,** Caracas, v. 26, n. 2, p. 5-10, abr/jun, 2017.

GOMES, A. L. Z. Dificuldades e tendências na trilha das rádios comunitárias. In: PERUZZO, C. M. K.; OTRE, M. A. C. **Comunicação Popular, Comunitária e Alternativa no Brasil:** Sinais de resistência e de construção da cidadania. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2015, p. 349-364.

LEWIS, P. M.; MITCHEL, C. Fomento de la cohesión social: el papel de los medios de comunicación comunitarios. In: ESCUDERO, M. C. (ed.). **Medios de proximidad: participación social y políticas públicas**. iMedea/Comandalucía, Málaga, 2015, p. 248-269.

LIMA, M. D. V. *et al*. Os dilemas da Comunicação Ambiental no contexto do desenvolvimento hegemônico. **Revista Comunicação, mídia e consumo**, São Paulo, ano 2, v. 11, n. 32, set./dez., 2014.

MALESPÍN, Gretta Paiz. La Radio Comunitaria ¿Cómo resignificarla hoy? **Ciencia e Interculturalidad**, Managua, v. 18, ano 9, n. 1, jan./jun., 2016.

MIANI, R. A. Os pressupostos teóricos da comunicação comunitária e sua condição de alternativa política ao monopólio midiático. **Intexto**, Porto Alegre, v. 2, n. 25, p. 221-233, dez., 2011.

NICOLETTI, F. N. Comunicación popular, historia y medios comunitarios. **Question**, Buenos Aires, v. 1, n. 56, e012, out./dez., 2017.

PERUZZO, C. M. K. **Comunicação nos Movimentos Populares:** a participação na construção da cidadania. São Paulo: Vozes, 2004, 342p.

PERUZZO, C. M. K. Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados e as reelaborações no setor. **Palabra clave:** revista da Faculdad de Comunicación. Cundinamarca, Colombia, v. 11, n. 2, p. 367-379, dez., 2008.

PERUZZO, C. M. K.; ESCUDERO, M. C.; VILLANUEVA, E. R. T. Comunicación comunitaria, políticas y ciudadanía. **Chasqui**: Revista Latinoamericana de Comunicación, Quito, n. 140, p. 75-94, abr./jul., 2019.

SANTOS, F. M. R.; ALVES, M. J. A. Eufonia: Radiojornalismo Educativo no Semiárido. **Revista Observatório**, Palmas, v. 5, n. 4, p. 63-80, jul./set., 2019.

SANTOS, E.; PRATA, N.; MEDEIROS, R. Rádios comunitárias no Brasil: entre a clandestinidade e a relevância social. **Chasqui. Revista Latinoamericana de Comunicación**, Quito, n. 140, p. 129-146, abr./jul., 2019.

TRUJILLO, H. A. B.; GÓMEZ, C. B.; QUICENO, E. Z. Medios de comunicación para el cambio social y comunicación para el fortalecimento del tejido social. **Comunicación**. Medelin, n. 34, jan./jun. 2016.

VALDIVIEZO, C. T. S. Radio comunitaria para el desarrollo y el cambio social. Entre Comunicación para el Desarrollo y Comunicación para el Cambio Social. **Questión**, Buenos Aires, v.2, n. 67, dez. 2020.

VOLPATO, M. O. Configurações e tendências das rádios comunitárias do interior paulista. In: PERUZZO, C. M. K.; OTRE, M. A. C. (org.). **Comunicação Popular, Comunitária e Alternativa no Brasil:** Sinais de resistência e de construção da cidadania. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2015, p. 326-348.

8 CONCLUSÕES

Na pesquisa realizada sobre a atuação das rádios comunitárias do semiárido do Piauí, constatou-se que as rádios comunitárias analisadas possuem atuação tímida para o desenvolvimento sustentável das comunidades em que estão inseridas, confirmando a hipótese levantada inicialmente. O desempenho verificado traz como decorrência a insuficiência de debates sobre a temática, sendo abordada de forma muito pontual. Com isso, percebe-se que a atuação junto à sensibilização da comunidade não ocorre por ausência do debate, em que o enfoque dado pelas emissoras pesquisadas ocorre, principalmente, para o entretenimento por meio da transmissão de músicas.

Foi possível perceber que há diversas dificuldades que as rádios comunitárias enfrentam para, de fato, atuarem em suas comunidades de forma mais efetiva para uma mudança social, econômica e ambiental, o que responde ao segundo questionamento norteador: quais os fatores que se apresentam como limitantes dessa atuação?

A identificação de como as rádios comunitárias legalizadas são distribuídas em todo o Brasil e, principalmente, no semiárido piauiense foi importante para o estudo. A análise de como as rádios comunitárias atuam parte, primeiramente, na presença desses meios de comunicação na região semiárida. Mesmo que a alta porcentagem de rádios comunitárias nos municípios não signifique, por si só, maior grau de desenvolvimento sustentável, a falta de um meio de comunicação local se apresenta como um ponto negativo para a comunidade.

A ausência de rádios comunitárias legalizadas na maioria dos municípios do semiárido piauiense (53,52%) foi uma dificuldade percebida. A ausência de um meio de comunicação local tolhe as possibilidades de os anseios da população serem mais amplamente tratados e há o predomínio de meios de comunicação de âmbito nacional, que trazem questões relacionadas a uma realidade externa, distante da vivida no semiárido. Nesse ponto, percebe-se que as rádios comunitárias possibilitam que sejam efetivadas ações voltadas para a comunidade, trazendo questões importantes para a realidade local e não apenas a recepção passiva de informações nacionais.

Torna-se difícil discutir desenvolvimento sustentável em meios de comunicação locais se nem ao menos rádios comunitárias autorizadas esses municípios possuem. O primeiro grande desafio desses municípios é a autorização para o funcionamento de uma rádio comunitária para atuar nessas comunidades. O excesso de exigências e altos custos, além da burocracia existente no processo de legalização de uma emissora de rádio comunitária faz com que a emissora espere vários anos para obter a autorização de funcionamento. Essa dificuldade

é uma realidade que se apresenta não somente no semiárido piauiense, mas no Brasil como um todo.

A dificuldade apresentada na legalização de uma emissora de rádio comunitária tem como consequência a existência de muitas rádios funcionando de forma ilegal, correndo riscos de serem fechadas e os responsáveis responderem juridicamente. O funcionamento na ilegalidade é capaz de fragilizar a atuação de uma rádio junto à sociedade, considerando que está sempre em risco de sair do ar, tendo o trabalho interrompido.

Outra consequência é o crescente número de rádios que funcionam exclusivamente pela internet. Com custo de funcionamento menor do que uma rádio comunitária legalizada, as web rádios são uma alternativa para que a comunidade tenha voz. No entanto, as web rádios não abrangem muitos cidadãos que não possuem internet em suas residências, sendo acessível a um número bem menor do que os que possuem um aparelho de rádio.

Diante disso, as web rádios são boas alternativas para preencher parte da lacuna existente na sociedade, possibilitando que diferentes comunidades passam a ter voz, mas, devido à não universalização do acesso à internet existente no Brasil, as rádios comunitárias ainda se apresentam como meios de comunicação que a população carente consegue ter acesso mais facilmente.

Quanto à questão quantitativa, percebeu-se que o universo pesquisado tem como desafio a autorização de rádios comunitárias em todos os municípios do semiárido. Atualmente, oitenta e seis municípios do semiárido piauiense possuem rádios comunitárias legalizadas, isso representa aproximadamente 46,48% do território. Com menos da metade de todos os municípios do semiárido do Piauí sem uma rádio comunitária autorizada, compreende-se que há uma necessidade urgente de dar voz a essas comunidades. São territórios que se utilizam dos grandes meios de comunicação para obter informações e, para as informações locais, têm acesso à emissoras de rádios comunitárias de municípios próximos ou contam como emissoras de rádios comunitárias ilegais, que podem ser fechadas a qualquer momento.

Essas duas últimas possibilidades não são ideais para a garantia da população ao acesso à informação local. Primeiro, porque a transmissão de rádios comunitárias são limitadas ao alcance de suas antenas, não chegando a grandes distâncias com boa estabilidade nos municípios próximos. Já a manutenção de emissoras ilegais por membros das comunidades pode trazer como consequência processos legais para os seus responsáveis, ao mesmo tempo que podem ter os equipamentos apreendidos pelos órgãos fiscalizadores. Mesmo não sendo os melhores recursos a serem utilizados, muitas comunidades em todo o Brasil utilizam de

emissoras de rádio ilegais para a divulgação das necessidades locais, com ação efetiva em prol de mudança social positiva para a comunidade.

Como outra questão levantada, tem-se a importância das rádios autorizadas para atuarem, de fato, como rádios comunitárias, visando que a população possa participar dessas emissoras e vice-versa. Defende-se, ainda, que as rádios comunitárias inseridas no semiárido piauiense podem ser utilizadas para uma mudança na sociedade, atuando de forma democrática na comunidade, induzindo e permitindo a participação dos cidadãos, possibilitando, assim, o crescimento pessoal e profissional dos colaboradores, a partir da realização de cursos de capacitação, o que possibilitaria a inserção de parte da população que, geralmente, fica à margem nas representações sociais.

Ao longo do estudo, quando as rádios deixaram de ser números e passam a ser representadas por experiências reais e com pessoas reais, percebe-se que são várias as realidades apresentadas nas rádios comunitárias inseridas no semiárido piauiense. Cada rádio comunitária carrega uma história de criação, em que a atuação da população local é tão importante na solicitação de autorização junto ao Ministério das Comunicações, e os passos dados pelas lideranças, seja nas emissoras mais antigas ou nas mais recentes, influenciam na construção de como a rádio comunitária na comunidade em que está inserida.

Buscou-se compreender como a questão do desenvolvimento sustentável é presente ou não no fazer comunicacional das rádios pesquisadas. Ao serem analisadas as percepções de colaboradores de oito rádios, que estão localizadas em municípios onde estão inseridos parques nacionais, verificou-se que a presença desses parques não impacta de forma significativa na produção das rádios, considerando que somente eventualmente os parques foram citados.

Levando-se em consideração a percepção dos colaboradores, foi constatada que a atuação das rádios comunitárias se apresenta de forma limitada em relação ao desenvolvimento sustentável local. A visão de desenvolvimento sustentável privilegia a dimensão ambiental, não sendo consideradas as dimensões social e econômica. Além disso, percebeu-se, fortemente, o predomínio da atuação dessas rádios na divulgação de informações, sem discussões aprofundadas. Acredita-se que isto ocorra devido a diferentes razões, entre elas: uma gestão mais rígida ocorrida em algumas das rádios, não permitindo a manifestação por parte dos colaboradores; a falta de interesse dos comunicadores em discutir os assuntos; e a pouca qualificação para aprofundar as questões.

Nas rádios estudadas, foi observado que, a posição da liderança como proprietário da rádio, característica existente em rádios comerciais, é marcante e pode definir o caminho que

a rádio está seguindo, influenciando até na sua programação. Tal fato se configura como uma outra dificuldade para as rádios comunitárias, o que pode contribuir para uma atuação menos ativa em prol da comunidade.

A presença de uma liderança não democrática faz com que a rádio seja gerenciada a partir de interesses de um pequeno grupo de pessoas, muitas vezes, desconsiderando as necessidades da comunidade. Nos casos estudos, essa maneira de gerenciar as rádios comunitárias se apresenta como mais um empecilho para a participação mais efetiva da comunidade, sendo informado que não teria vagas para mais participações como locutores, não era permitida a participação do ouvinte ao vivo nos programas, determinados assuntos não podiam ser tratados. Gerenciamentos desse tipo desvirtuam a função das rádios comunitárias como meio de comunicação democrático e voltado para a comunidade em que está inserida.

A verificação de desvios nas funções sociais das rádios comunitárias é uma das problemáticas percebidas durante a pesquisa. A emissora legalizada existe em determinado município, mas na realidade é uma rádio apresentada muito próxima a uma rádio comercial, com interesses pessoais como foco, tirando a oportunidade de uma associação propor aos órgãos responsáveis a criação de uma emissora que tenha como prioridade a comunidade, utilizando o espaço em favor da maioria.

Entretanto, convém destacar que a rádio, por si só, pode representar um impacto na comunidade em que está presente, pois, mesmo que de forma limitada, essas emissoras abrem possibilidades de mudança nessa sociedade, ao se vê representada com seus sotaques, com assuntos voltados para a realidade local, com transmissão de músicas a partir do interesse da população. A mudança na gestão das rádios ou mesmo da realização de um trabalho voltado para a qualificação dos colaboradores dessas emissoras são maneiras de diminuir as limitações existentes em algumas emissoras de rádios comunitárias.

Durante a análise das programações das rádios pesquisadas, foi constatado que a participação da comunidade é pouca ou controlada por aqueles que estão à frente da gestão da rádio. Ressalta-se, ainda, a existência do predomínio de uma programação de rádio comercial, em que se prioriza a transmissão de músicas de artistas nacionais e realidades distantes da comunidade. Dessa forma, é restrita a divulgação da música e da cultura local.

Privilegiar espaços distantes geograficamente da realidade em que as emissoras de rádios comunitárias estão inseridas, é desvalorizar as questões locais e as pessoas que ali vivem. É importante o conhecimento de notícias que afetam todo o mundo, tal como o aumento do dólar. No entanto, essas informações a população do semiárido do Piauí consegue

obter em um telejornal de alcance nacional ou em uma busca na internet. As rádios comunitárias trazerem notícias sobre a economia dos Estados Unidos ou sobre conflitos entre países não interessam e afetam tanto à população de um pequeno município do interior do Piauí como a divulgação das datas que a justiça itinerária está realizando casamentos na cidade, ou sobre o resultado do jogo do futebol do time da cidade, ou ainda a data que um médico estará atendendo.

A partir da análise realizada, é possível concluir que as rádios comunitárias estudadas são subutilizadas, em relação ao seu potencial de mudança social. Os motivos apontados para isso vão desde o uso inadequado dessas emissoras, atuando como uma emissora com características de rádio comercial, em que priorizam os interesses pessoais em detrimento aos interesses públicos, à falta de melhor estrutura física e maior conhecimento técnico para ampliar as possibilidades. Além disso, observa-se, também, a falta de interesse da população de perceber essas emissoras como um meio de desenvolvimento sustentável dessa comunidade, um meio que busca democratizar a comunicação.

A realidade encontrada nas rádios comunitárias estudadas traz questões importantes para o avanço das discussões sobre a atuação dessas emissoras para a promoção da mudança social nas comunidades em que estão inseridas. A atuação das rádios comunitárias é reflexo de um conjunto de fatores que está diretamente relacionado à realidade local. As rádios comunitárias apresentam realidades distintas a partir do contexto em que estão inseridos.

Ressalta-se que ações podem ser realizadas de maneira que os pontos positivos possam abranger o maior número de rádios possível. A democratização da comunicação comunitária está intimamente ligada à participação da comunidade, sendo necessário a promoção e o estímulo da participação nas produções das rádios. A atuação das rádios comunitárias para o desenvolvimento sustentável está diretamente vinculada à inclusão da comunidade, de maneira que a construção social promovida pela rádio seja para o bem comum.

A constatação de falta de qualificação por parte de muitos colaboradores das rádios é um ponto que pode ser trabalhado mais ativamente, por meio de parceria com instituições de ensino superior, promovendo cursos de extensão, para que as comunidades tenham multiplicadores do conhecimento. Mais do que, apenas, a promoção de cursos voltados para a prática das rádios, seria proveitoso, também, a promoção de discussões, que abordem assuntos importantes para a comunidade local, como a saúde, meio ambiente, direitos sociais, entre outros. A sensibilização da comunidade se dá nas discussões sobre as diversas temáticas, ampliando a visão da comunidade que faz parte da construção da programação das rádios comunitárias.

As rádios comunitárias são meios de comunicação importantes que podem contribuir para uma mudança social que leve a comunidade ao desenvolvimento sustentável nas dimensões social, econômica e ambiental. A contribuição pode vir desde a transmissão de informações que esclareçam sobre os diversos assuntos até parceria com instituições que promovam ações voltadas para a comunidade, como apoio para a melhoria da educação local, a realização de cursos para a qualificação da população e divulgação de empregos disponíveis.

A mudança social de uma comunidade diz respeito a um conjunto de ações que devem ser desenvolvidas pelos órgãos públicos e também privados. Ter a consciência do papel exercido para que a comunidade se modifique de forma positiva é o primeiro passo para que se tenha uma mudança de atitude. Mais do que atuação no entretenimento da comunidade por meio da transmissão de músicas, as rádios comunitárias são meios de comunicação que dão voz a muitas comunidades excluídas e que desenvolvem um trabalho sério, que tem a comunidade como centro, construindo uma realidade mais justa para os cidadãos.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, A. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. Tradução de Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária, 2016. 257 p.

AGUIAR, S.; CERQUEIRA, J. F. Comunicação Ambiental como campo de práticas e de estudos. **Comunicação e Inovação**, São Caetano do Sul, v. 13, n. 24, jan/jun 2012.

AGUILAR, A. C.; ORTIZ, G. E. C. Reproducción social doméstica de familias rurales en el contexto semiárido del noreste mexicano. **Espacio Abierto**, Caracas, v. 27, n. 3, p. 5-26, 2018.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. A aridez das ideias: a questão ambiental do Nordeste em busca de práticas e discursos inovadores. *In*: SANTOS, A. P; ALBUQUERQUE JR., D. M.; BRAGA, R. A. (Org.). **O encolhimento das águas**: o que se vê e o que se diz sobre crise hídrica e convivência com o semiárido. Campina Grande: INSA, 2018, p. 13-24.

ALCANTARA, L. C. S.; SAMPAIO, C. A. C. Bem Viver como paradigma de desenvolvimento: utopia ou alternativa possível? **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 40, p. 231-251, abr. 2017. DOI: 10.5380/dma.v40i0.48566.

ALMEIDA, F. M. Tempo livre e consumo na sociedade capitalista. **Sinais**, Vitória, v. 1, n. 19, p. 87-107, 2016.

AMARANTE, M. I. Rádio Comunitária e inclusão étnica e de gênero. **Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, v. 03, ed. especial, p. 01-15, dez., 2017. DOI: https://doi.org/10.23899/relacult.v3i3.611

AMARO, R. R**.** Desenvolvimento ou Pós-Desenvolvimento? Des-Envolvimento e... Noflay! **Cadernos de Estudos Africanos**, Lisboa, v. 34, p. 75-111, 2017.

ANATEL. Agência Nacional de Telecomunicações. Portaria n. 4.334, de 17 de setembro de 2015. **Diário Oficial da União**, Seção 1, n. 180, p. 71, 2015.

ANATEL. Agência Nacional de Telecomunicações. **Sistema de Controle de Radiodifusão**. 2020. Disponível em: https://sistemas.anatel.gov.br/srd/Consultas/ConsultaGeral/TelaListagem.asp?NumServico=231&SISQSmodulo=7995. Acesso em: 03 mar. 2020.

ANATEL. Agência Nacional de Telecomunicações. **Sistema de Controle de Radiodifusão**. 2021 Disponível em: https://sistemas.anatel.gov.br/srd/?SISQSmodulo=0. Acesso em: 01 fev. 2021.

ANDRADE, L. E. A.; DANTAS, M. S. S. Áreas protegidas e sociobiodiversidade no Semiárido brasileiro. **Anuário Antropológico**, Brasília, v. I, p. 69-96, 2020.

ARAÚJO, S. M. S. A região semiárida do Nordeste do Brasil: questões ambientais e possibilidades de uso sustentável dos recursos. **Revista Rios**, Paulo Afonso, v. 1, n. 5, p. 89-98, 2011.

ARAÚJO, C. A. A. A Missão da Ciência da Informação na Era da Pós-Verdade. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v.30, n. 4, p. 1-19, out./dez. 2020.

ARAUJO, I. S.; CORDEIRO, R. A. A pandemídia e o pandemônio: Covid-19, desigualdade e direito à comunicação. **Revista Latinoamericana de Comunicación**, Quito, n. 145, p. 215-234, dez/2020-mar/2021.

ARGENTINA. **Lei 26.522**, de 10 de outubro de 2009. Regulam-se os Serviços de Comunicação Audiovisual em todo o âmbito territorial da República Argentina. 2009. Disponível em: https://www.argentina.gob.ar/normativa/nacional/ley-26522-158649/actualizacion. Acesso em: 25 jan. 2021.

ASSADOURIAN, E. Reconstruindo Culturas para Criar uma Civilização Sustentável. In: ASSADOURIAN, E.; PRUGH, T. (Org). **Estado do mundo 2013:** Sustentabilidade ainda é possível? Salvador: UMA editora, 2013, p. 65-77.

ATLAS BRASIL. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. 2010. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/ranking. Acesso em: 21 jan. 2021.

BARCELLOS, C. Uma nova geografia e o direito à informação e comunicação: a sobrevida em meio à pandemia de Covid-19. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 461-72, abr./jun., 2020.

BARRANQUERO, A. De la comunicación para el desarrollo a la justicia ecosocial y el buen vivir. **Cuadernos de Información y Comunicación**, Madri, v. 17, p. 63-78, 2012.

BAUTISTA, L. A. N. La radio comunitaria en función del desarrollo. **Revista Estudios del Desarrollo Social: Cuba y América Latina**, Havana, v. 6, n. 2, p. 52-64, maio/ago., 2018.

BELTRÁN, L. R. Adeus a Aristóteles: comunicação horizontal. **Revista Comunicação & Sociedade**, São Paulo, n. 6, p. 5-35, set. 1981.

BELTRÁN, L. R. La Comunicación para el Desarrollo en Latinoamérica: Un Recuento de Medio Siglo. **Anagramas Rumbos y Sentidos de la Comunicación**, Medellín, v. 4, n. 8, p. 53-76, jan./jun., 2006.

BELTRÃO, S. L. L. *et al*. **Ações de comunicação para a convivência com o Semiárido**, Brasília, DF: Embrapa, 2017. 62 p.

BERTI, O. M. C. Rádios comunitáras na internet: novas possibilidades cidadãs no status das tecnologias atuais. **Mídia e Cotidiano**, Niterói, n. 5, dez. 2014.

BERTI, O. M. C. Rádios comunitárias brasileiras na internet: faces e interfaces da democratização da comunicação comunitária em tempos de tecnologias atuais no Nordeste. **PAULUS: Revista de Comunicação da FAPCOM**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 111-120, 2017.

BERTI, O. M.C. Rádios Comunitárias e direitos humanos. O caso da rádio serra FM: desafios e atitudes do fazer comunicação comunitária em um dos municípios de menor IDH do país. **Mídia e cotidiano**, Niterói, v. 11, n. 1, p. 30-45, abr. 2017.

BERTI, O. M. C. Ações, debates e reflexões comunicacionais. O caso e as consequências do 1º Encontro Regional de Rádios Comunitárias do Sertão do Piauí. **Revista Alterjor**, v. 1, n. 17, p. 72-89, 2018.

BERTI, O. M. C. Vinte e um anos da lei das rádios comunitárias no Brasil. Pontos e contrapontos. **Revista Rádio-Leituras**, Mariana-MG, v. 10, n. 02, p. 150-171, jul./dez. 2019.

BRASIL. Lei n. 175, de 7 de janeiro de 1936. Regula o disposto no art. 177 da Constituição. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, RJ, seção 1, 13 jan. 1936, p. 946.

BRASIL. Lei n. 4.117, de 27 de agosto de 1962. Institui o código brasileiro de telecomunicações. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, seção 1, 17 dez. 1962, p. 10413.

BRASIL. Decreto n. 52.795, de 31 de outubro de 1963. Aprova o regulamento dos serviços de radiodifusão. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, seção 1, 12 nov. 1963, p. 9525.

BRASIL. Lei n. 7.827, de 27 de setembro de 1989. Regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, seção 1, 28 set. 1989.

BRASIL. Lei n. 9.612, de 19 de fevereiro de 1998. Institui o serviço de radiodifusão comunitária e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, seção 1, 1998, p. 11.

BRASIL. Lei. N. 9.985, de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, seção 1, 19 jul. 2000, p. 01.

BRASIL. Lei n. 10.696, de 2 de julho de 2003. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, seção 1, 03 jul. 2003, p. 01.

BRASIL. (2004a) Lei n. 10.836, de 9 de janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, seção 1, 12 jan. 2004, p.01.

BRASIL. (2004b). Lei nº 10.860, de 14 de abril de 2004. Dispõe sobre a criação do Instituto Nacional do Semi-Árido - INSA, unidade de pesquisa integrante da estrutura básica do Ministério da Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, seção 1, 15 abr. 2004, p. 02.

BRASIL. Lei n. 12.512, de 14 de outubro de 2011. Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais; altera as Leis nºs 10.696, de 2 de julho de 2003, 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e 11.326, de 24 de julho de 2006. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, seção 1, 17 out. 2011, p. 01.

BRASIL, Lei n. 12.873, de 24 de outubro de 2013. Autoriza a Companhia Nacional de Abastecimento a utilizar o Regime Diferenciado de Contratações Públicas... **Diário Oficial da União**, seção 1, 25 out. 2013, p. 01.

BRASIL. Ministério das Comunicações. **Portaria n. 4.334**, de 17 de setembro de 2015, dispõe sobre o serviço de radiodifusão comunitária. Diário Oficial, Brasília, DF, ed. 180, seção 1, 21 set. 2015, p. 71.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações. Portaria nº 5150, de 14 de novembro de 2016. **Aprova o Regimento Interno do Instituto Nacional do Semiárido. Diário Oficial da União**, Brasília, DF, seção 1, 16 nov. 2016, p. 33.

BRASIL. Presidência da República. **Pesquisa brasileira de mídia 2016**: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira. Brasília: Secom, 2016, 162 p.

BRASIL. Lei n. 13.465, de 11 de julho de 2017. Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana... **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, seção 1, 08 set. 2017.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **Plano Nacional de Outorgas 2018/2019:** Radiodifusão Comunitária. 2018. Disponível em: https://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/SERAD/radiofusao/detalhe_tema/radiodifusao_comunitaria.html. Acesso em: 20 jan. 2021.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Painel Unidades de Conservação Brasileira**. 2019. Disponível em: https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiMjUxMTU0NWMtODkyNC00NzNiLWJiNTQtNGI3NTI2NjliZDkzIiwidCI6IjM5NTdhMzY3LTZkMzgtNGMxZi1hNGJhLTMzZThmM2M1NTBlNyJ9. Acesso em: 05 fev. 2021.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Programa Cisternas.** 2020. Disponível em: https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/inclusao-produtiva-rural/acesso-a-agua-1/programa-cisternas. Acesso em: 20 fev. 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Cadastro Único**. 2021. Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmps/bolsafamilia/index.html. Acesso em: 26 fev. 2021.

BRITO, N. B. V. Capitalismo, meio ambiente e bioética: é possível alcançar a sustentabilidade? **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, v. 1, n. 190, p. 136-149, 2017.

BUENO, W. C. Comunicação e sustentabilidade: aproximações e rupturas. **Razón y palabra**, Quito, n. 79, maip/jul., 2012.

BUSS *et al*. Governança em saúde e ambiente para o desenvolvimento sustentável. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 6, p. 1479-1491, 2012.

CÁCERES, J. G. Ingeniería en comunicación social y opinión pública. Apunte a partir de la propuesta de Eulalio Ferrer. **Rizoma**, Santa Cruz do Sul, v. 3, n. 2, p. 35, dezembro, 2015.

CAMANA, A.; ALMEIDA, J. Da insustentabilidade do desenvolvimento: os discursos da produção de "vazios" no âmbito de um programa de cooperação internacional. **Civitas**, Porto Alegre, v. 19, n. 2, p. 391-408, maio/ago., 2019.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil:** panorama dos últimos 50 anos. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 1999.

CAMARGO, C. A. Os discursos do terceiro setor: sentidos de comunicação, trabalho e educação em ONGs de comunicação. **Extraprensa**, São Paulo, v. 12, n. esp., p. 613-632, set. 2019.

CAMPELLO, L. O. S. A contribuição do Jornal Gazeta de Sergipe para a discussão da problemática ambiental entre os anos de 1972 e 1992: o papel da imprensa escrita para o desenvolvimento social. **Razón y Palabra**, Quito, n. 80, out. 2012.

CARNIELLO, M. F. et al. Comunicação para o desenvolvimento: considerações para uma construção de interfaces temáticas. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 12, n. 4, 3-30, 2016.

CASTELLS, M. **O Poder da Identidade:** a era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e terra, 1999, v.2.

CAVALCANTI, C. Sustentabilidade: mantra ou escolha moral? Uma abordagem ecológico-econômica. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 74, n. 26, p. 35-50, 2012.

CAVALCANTI, M. A. P. Resistências nas Mídias a Comunicação Socializada: uma Breve História das Rádios Livres e Comunitárias no Brasil. **Periferia**, Duque de Caxias, v. 10, n. 2, p. 258-277, jul./dez., 2018.

CMMAD. Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2. ed, 1991.

CONTEÇOTE, M. L. Metodologias de Desenvolvimento comunitário: um olhar interdisciplinar. In: PERUZZO, C. M. K.; OTRE, M. A. C. **Comunicação Popular, Comunitária e Alternativa no Brasil:** Sinais de resistência e de construção da cidadania. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2015, p.79-102.

CUADRA, F. Buen Vivir: ¿Una auténtica alternativa post-capitalista? **Polis** [Online], n.40, 2015, Disponível em: http://journals.openedition.org/polis/10893. Acesso em: 29 abr. 2020.

CUNHA, L. H.; PAULINO, J. S. Convivência com o semiárido: um novo paradigma para políticas públicas no Nordeste? In: NEVES, D.; GOMES, R.; LEAL, P. (org.). **Quadros institucionais em políticas públicas**. Campina Grande: EDUEPB, 2014. p. 27-59.

CUNHA, M. C. L.; FERREIRA, T. C.; SILVA, R. P. S. Cenários de mudanças climáticas influenciando a germinação e vigor de sementes de Mimosa tenuiflora e Cenostigma pyramidalis. **Revista principia**, João Pessoa, n. 54, p. 62-70, 2021.

DINIZ, P. C. O.; LIMA, J. R. T. Mobilização social e ação coletiva no Semiárido Brasileiro: convivência, agroecologia e sustentabilidade. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 22, n. 2, maio/ago., 2017.

DOURADO, N. P.; GRADE, M. Decrescimento e bem viver: paradigmas para o mundo pós-pandemia? **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, São Paulo, v. 15, n. 4, p. 380-401, 2020.

ENGELMAN, R. Além do blablablá da sustentabilidade. In: ASSADOURIAN, E.; PRUGH, T. (Org). **Estado do mundo 2013:** Sustentabilidade ainda é possível? Salvador: UMA editora, 2013.

FANFA, M. S.; MARTELLO, C.; TEIXEIRA, M. R. F. Desafios ambientais pós pandemia. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, São Paulo, v. 15, n. 4, p. 488-506, 2020.

FARIAS, K. W.; ZUCULOTO, V. R. M. Ondas de mudança no rádio: do surgimento à migração do AM para FM. **Revista Rádio-Leituras**, Mariana-MG, v. 08, n. 02, p. 138-159, jul./dez., 2017.

FERNANDES, M. Desenvolvimento sustentável: antinomias de um conceito. **Raízes**, Campina Grande, v. 21, n. 02, p. 246-260, 2002.

FERNANDES, C. M.; CHAGAS, G. C. Lei de meios audiovisuais da República Argentina: paradigma para uma legislação brasileira? **Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura**, São Cristóvão, v. 17, n. 2, maio/ago., 2015.

FERRARETTO, L. A. De 1919 a 1923, os primeiros momentos do rádio no Brasil. **Revista Brasileira de História da Mídia**, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 11-21, jan./jun., 2014.

FERRARETTO, L. A. O rádio antes do rádio: o Brasil como mercado para a indústria eletroeletrônica (1910-1920). **Conexão** – Comunicação e Cultura, Caxias do Sul: UCS, v. 17, n. 33, p. 145-164, jan./jun. 2018.

FERREIRA, D. J. N. Rádio no contexto da convergência midiática: contribuições para o desenvolvimento local. **Revista Rádio-Leituras**, Mariana-MG, v. 09, n. 01, p. 93-115, jan./jun., 2018.

FORTUNATO, I.; ALMEIDA JÚNIOR, A. R. La compleja relación tripartita: ambiente, sociedad y medios de comunicación. **Espacio Abierto Cuaderno Venezolano de Sociología,** Caracas, v. 26, n. 2, p. 5-10, abr./jun, 2017.

FUCHS, C. Critical social theory and sustainable development: the role of class, capitalism and domination in a dialectical analysis of un/sustainability. **Sustainable Development**, n. 25, v. 5, p. 443-458, 2017.

GOMES, A. L. Z. Dificuldades e tendências na trilha das rádios comunitárias. In: PERUZZO, C. M. K.; OTRE, M. A. C. **Comunicação Popular, Comunitária e Alternativa no Brasil:** Sinais de resistência e de construção da cidadania. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2015, p. 349-364.

GOMES, U. A. F.; HELLER, L. Acesso à água proporcionado pelo Programa de Formação e Mobilização Social para Convivência com o Semiárido: Um Milhão de Cisternas Rurais: combate à seca ou ruptura da vulnerabilidade? **Engenharia Sanitária e Ambiental**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 623-633, jul./set., 2016.

HANSEN, A. Communication, media and environment: Towards reconnecting research on the production, content and social implications of environmental communication. **International Communication Gazette**, v.73, n. 1-2, p.7-25, fev./mar., 2011.

HOEVELER, R. C. Imperialismo e dependência versus interdependência: o lado silenciado de um embate teórico. **Estudos Internacionais: Revista de relações Internacionais**, Belo Horizonte, n. *5*, v. 3, p. 35-51, 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD contínua)**: educação 2019. Disponível em: https://bityli.com/hdaH4. Acesso em: 15 dez. 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Mapa de Biomas do Brasil**. 2019. Disponível em: https://geoftp.ibge.gov.br/informacoes_ambientais/estudos_ambientais/biomas/mapas/biomas_5000mil.pdf. Acesso em: 07 jan. 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados**. 2020. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/. Acesso em: 20 jan. 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados**: Teresina. 2020. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/teresina/panorama. Acesso em: 04 jan. 2021.

ICMBIO. **Parques Nacionais**. 2020. Disponível em: https://bityli.com/1QL15. Acesso em: 17 dez. 2020.

INSA. Instituto Nacional Do Semiárido. **Renova Semiárido:** energias renováveis. 2021. Disponível em: https://renovasemiarido.insa.gov.br/static/media/Cartilhas%20compactadas.2d56e3b9.pdf. Acesso em: 19 abr. 2021.

KAY, C. As contribuições latino-americanas para a teoria crítica de desenvolvimento. **Revista de Ciências Sociais do Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades da Universidade Federal da Bahia**, Salvador, v. 31, n. 84, p. 451-462, set./dez., 2018.

KEJVAL, L. De lo local a lo global en la lucha por la democratización de las comunicaciones. **Chasqui.** Revista Latinoamericana de Comunicación, Quito, n. 140, p. 75-94, abr./jul., 2019.

LEFF, E. **Saber Ambiental:** sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. 9 ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

LEMOS, J. J. S. Vulnerabilidades Induzidas no Semiárido Brasileiro. **Desenvolvimento Regional em debate**, Canoinhas, v. 10, p. 245-268, 2020.

LEMUS POOL, M. C. Líneas de investigación preponderante sobre comunicación alternativa: de los orígenes a la era digital. **Revista Internacional de Comunicación y Desarrollo**, Santiago de Compostela, n. 5, p. 49-66, 2017.

LEWIS, P. M.; MITCHEL, C. Fomento de la cohesión social: el papel de los medios de comunicación comunitarios. In: ESCUDERO, M. C. (ed.). **Medios de proximidad: participación social y políticas públicas**. iMedea/Comandalucía, Málaga, 2015, p. 248-269.

LIMA, M. D. V. *et al*. Os dilemas da Comunicação Ambiental no contexto do desenvolvimento hegemônico. **Revista Comunicação, mídia e consumo**, São Paulo, ano 2, v. 11, n. 32, p. 203-221, set./dez. 2014.

LIMA, M. D. V. *et al*. A comunicação ambiental e suas potencialidades no enfrentamento dos dilemas socioambientais. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 34, p. 75-84, ago., 2015.

LOTUFO, M. F. A teoria da dependência como matriz para um diálogo latino-americano. **Remate de Males**, Campinas-SP, v. 36, n.1, p. 31-50, jan./jun., 2016.

MADSEN, N. Mulheres e Comunicação no Brasil: 1995 a 2015. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)**. 2015. Disponível em: https://bityli.com/45mwm. Acesso em: 20 dez. 2020.

MALERBA, J. P. Uma questão de princípios: o tema da autenticidade na radiodifusão comunitária. *In:* Encontro Anual da Compós, 26, 2017, São Paulo. **Anais...**, São Paulo, 2017. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/arquivos_2017/trabalhos_arquivo_D3HDC4PUM9GLUIV7EK2M_26_5418_20_02_2017_17_40_48.pdf. Acesso em 03 fev. 2020.

MALERBA, J. P. Por uma genealogia das rádios comunitárias brasileiras. **LOGOS: Comunicação e Universidade**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 01, p. 08-22, 2017.

MALESPÍN, Gretta Paiz. La Radio Comunitaria ¿Cómo resignificarla hoy? **Ciencia e Interculturalidad**, Manágua, v. 18, ano 9, n. 1, jan./jun., 2016.

MANÃS, A. V.; MEDEIROS, E. E. Terceiro Setor: Um Estudo Sobre a sua Importância no Processo de Desenvolvimento Socio-Econômico. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 2, n. 2, p. 15-29, jul./dez., 2012.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E.M. **Metodologia Científica.** 5 ed. São Paulo, Atlas: 2009.

MARINHO, J. R. O.; OLIVEIRA, V. P. V. Os Paradigmas Orientadores do Desenvolvimento do Semiárido Brasileiro e suas Implicações para o Manejo dos Recursos Naturais. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 44, n. especial, p. 239-250, jun. 2013.

MARQUES, A. C. S.; MARTINO, L. M. S. **Não fale com estranhos:** solidariedade e comunicação entre identidade e alteridade. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, v. 24, n.2, ID24930, 2017.

MARTÍNEZ-ROA, O. G.; ORTEGA-ERAZO, E.G. Percepciones y participación en emissoras de radio comunitaria en Nariño-Colombia. **Comunicar**, Huelva, v. 26, n. 54, p. 81-90, 2018. https://doi.org/10.3916/C54-2018-08.

MARTINO, L. C. Sobre o conceito de comunicação: ontologia, história e teoria. **Questões Transversais – Revista de Epistemologias da Comunicação**, Porto Alegre, v.7, n. 14, p. 13-25, 2019.

MASSUGA, F. *et al*. Sustentabilidade Versus Capitalismo ou Capitalismo Sustentável? Uma Revisão Sistemática da Tendência Secular. **Revista Metropolitana de Sustentabilidade - RMS**, São Paulo, v. 9, n. 3, p. 194-219, set./dez., 2019.

MEDEIROS, H. P. Rádio comunitária x democratização: dez anos de trajetórias descontínuas. In: KLÖCKNER, L.; PRATA, N. **História da Mídia Sonora**: experiências, memórias e afetos de Norte a Sul do Brasil. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009, p. 381-395.

MEDEIROS, R. Função Social do Rádio Local Entre Desertos de Notícia e Zonas de Silêncio: reverberações da migração AM – FM. **Âncora.** Revista Latino-americana de Jornalismo, João Pessoa, ano 7, v. 7, n.1, p. 360-378, jan./jun., 2020.

MELO, J. M. (Org.). **Comunicação na América Latina:** Desenvolvimento e crise. Campinas, SP: Papirus, 1989.

MIANI, R. A. Os pressupostos teóricos da comunicação comunitária e sua condição de alternativa política ao monopólio midiático. **Intexto**, Porto Alegre, v. 2, n. 25, p. 221-233, dez. 2011.

MIANI, R. A. O papel das rádios comunitárias no contexto de desenvolvimento sociopolítico local no Paraná. **Ação Midiática**, Curitiba, n. 13, p. 55-74, 2017.

NASCIMENTO, E. P. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. **Estudos Avançados**, São Paulo, n. 26, v. 74, 2012.

NERY, J. F. *et al*. Águas Inseguras? Monitoramento da qualidade da água estocada em cisternas no semiárido paraibano. **Revista principia**, João Pessoa, n. 54, p. 113-120, 2021.

NICOLETTI, F. N. Comunicación popular, historia y medios comunitarios. **Question**, Buenos Aires, v. 1, n. 56, e012, out./dez., 2017.

NOGUEIRA, D.; MILHORANCE, C; MENDES, P. Do Programa Um Milhão de Cisternas ao Água para Todos: divergências políticas e bricolagem institucional na promoção do acesso à água no Semiárido brasileiro, **Revista Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade**, n. 15, p. 01-22, 2020. DOI:https://doi.org/10.4000/ideas.7219

NUNES, M. G. P.; SILVA, C. N. M. Nordeste Brasileiro: Um Olhar Sobre o Semiárido e a Convivência Com a Seca. **GEOTemas**, Pau dos Ferros, RN, v. 10, n. 3, p. 148-160, set./dez., 2020.

NUNES, M. V. O Rádio como Arma Política no Ceará. **Revista Passagens**, Fortaleza, v. 6, n. 2, p. 227-243, 2015.

OJIMA, R.; COSTA, J. V.; CALIXTA, R. K. "Minha Vida é Andar por esse País...": A Emigração Recente no Semiárido Setentrional, Políticas Sociais e Meio Ambiente. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, Ano XXII, n. 43, p. 149-167, jul./dez., 2014.

OJIMA, R.; FUSCO, W. Migração no Semiárido Setentrional: Dinâmica Recente, Retorno e Políticas Sociais. **Mediações**, Londrina, v. 22, n. 1, 325-349, 2017.

OLIVEIRA, J. R. F. Uma crítica ao conceito de desenvolvimento sustentável: um atentado aos valores culturais e ambientais regionais. **Revista Nuevo Humanismo**, Heredia, v. 5, n. 1, p. 81-91, jan./jun., 2017.

OLIVEIRA NETO, A.; PINHEIRO, R. O que a saúde tem a ver com rádio comunitária? Uma análise de uma experiência em Nova Friburgo – RJ. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, p. 527-536, 2013.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Transformando Nosso Mundo:** A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. 2015. Disponível em: https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf. Acesso em: 13 mar. 2020.

PAIVA, R.; GABBAY, M. Sobre a Comunidade do Afeto: comunicação alternativa e comunidade no contexto atual. **Parágrafo**, São Paulo, v.5, n.1, p. 160-169, jan./jun., 2017.

PAIVA, R.; MALERBA, J. P.; CUSTÓDIO, L. "Comunidade Gerativa" e "Comunidade de Afeto": Propostas Conceituais para Estudos Comparativos de Comunicação Comunitária. **Revista interamericana de Comunicação Midiática**, Santa Maria, v. 12, n. 24, p. 244-262, 2013.

PARENTE, C.; QUINTÃO, C. Uma abordagem eclética ao empreendedorismo social. In: **Empreendedorismo Social em Portugal**, Porto, Universidade do Porto, cap. 1, p.11-70, 2014.

PARLAMENTO EUROPEU. **Resolução de 25 de setembro de 2008 sobre de terceiro setor da comunicação**. 2008. Disponível em: https://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+TA+P6-TA-2008-0456+0+DOC+XML+V0//ES. Acesso em: 03 dez. 2020.

PEREIRA, E. B. *et al*. **Atlas brasileiro de energia solar.** 2 ed. São José dos Campos: INPE, 2017, 80p.

PERUZZO, C. M. K. **Comunicação nos Movimentos Populares:** a participação na construção da cidadania. São Paulo: Vozes, 2004, 342p.

PERUZZO, C. M. K. Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados e as reelaborações no setor. **Palabra clave:** revista da Faculdad de Comunicación. Cundinamarca, Colombia, v. 11, n. 2, p. 367-379, dez. 2008.

PERUZZO, C. M. K. Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados e as reelaborações no setor. **ECO-Pós**, Rio de Janeiro, v.12, n. 2, p. 46-61, maio/ago., 2009.

PERUZZO, C. M. K. Comunicação popular e comunitária em práticas de desenvolvimento rural na região de Borborema (PB – Brasil). **Comunicação & Sociedade**, São Bernardo do Campo, v. 37, n. 2, p. 183-208, maio/ago., 2015.

PERUZZO, C. M. K.; ESCUDERO, M. C.; VILLANUEVA, E. R. T. Comunicación comunitaria, políticas y ciudadanía. **Chasqui**: Revista Latinoamericana de Comunicación, Quito, n. 140, p. 75-94, abr./jul., 2019.

PERUZZO, C. M. K.; VOLPATO, M. O. Rádio Comunitária e Liberdade de expressão no Brasil. **Chasqui:** Revista Latinoamericana de Comunicación, Quito, n. 109, p. 39-42, 2010.

PERUZZO, C. M. K.; VOLPATO, M. O. Comunicação para o Desenvolvimento: Aspectos Teóricos Desde a Modernização ao "Buen Vivir". **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 15, n. 4, Edição Especial, p. 11-26, jul. 2019.

PLATA, G. S. Concentración de medios de comunicación, poder y nuevas legislaciones en América Latina. **El Cotidiano**, Cidade do México, n. 195, p.17-30, jan./fev., 2016.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Relatório de Desenvolvimento Humano – Brasil 2009/2010: **Valores e Desenvolvimento Humano 2010**. 2010. Disponível em: https://www.undp.org/content/dam/brazil/docs/RelatoriosDesenvolvimento/undp-br-PNUD_HDR_2010.pdf. Acesso em: 18 dez. 2020.

PNUD. (2019a). **Edital de chamamento:** Experiências inovadoras para promoção do desenvolvimento local - fomento de plataformas e redes locais de desenvolvimento. Disponível em: https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/presscenter/articles/2019/pnud-seleciona-projetos-de-inovacao-no-amazonas-e-no-piaui.html. Acesso em: 17 abr. 2021.

PNUD. (2019b). **Conheça os 12 projetos de inovação selecionados pelo PNUD no Amazonas e no Piauí**. Disponível em: https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/presscenter/articles/2019/conheca-os-12-projetos-de-inovacao-selecionados-pelo-pnud-no-ama.html. Acesso em: 17 abr. 2021.

RADDATZ, V. L. S *et al*. Uma (Re)Escrita da História do Rádio. *In*.: RADDATZ, V. L. S et al. **Rádio no Brasil [recurso eletrônico]:** 100 anos de história em (re) construção. Ijuí: Ed. Unijuí, 2020, p. 16-25.

RIOS, P. P. S.; BASTOS, A.S.; BARROS, E. R. Mulheres no Semiárido Brasileira: uma história invisibilizada. **Revista Ouricuri**, Juazeiro, v. 5, n. 2, p. 01-17, 2015.

SACHS, I. **Desenvolvimento**: includente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SANTOS, F. M. R.; ALVES, M. J. A. Eufonia: Radiojornalismo Educativo no Semiárido. **Revista Observatório**, Palmas, v. 5, n. 4, p. 63-80, jul./set., 2019.

SANTOS, A. P. S. *et al*. **O Semiárido brasileiro: riquezas, diversidades e saberes**. Campina Grande: INSA/MCTI, 2013.

SANTOS, E. *et al*. Rádios comunitárias no Brasil: entre a clandestinidade e a relevância social. **Chasqui. Revista Latinoamericana de Comunicación**, Quito, n. 140, p. 129-146, 2019.

SANTOS, E.; PRATA, N.; MEDEIROS, R. Rádios comunitárias no Brasil: entre a clandestinidade e a relevância social. **Chasqui. Revista Latinoamericana de Comunicación**, Quito, n. 140, p. 129-146, abr./jul., 2019.

SANTOS, T. A. Dilemas políticos para o semiárido brasileiro: um breve panorama até crise do lulismo. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 22, n. 46, p. 170-194, jan./abr., 2019.

SARTORETTO, P. Explorando a dimensão empírica da cidadania comunicativa e direito à comunicação. **Observatorio (OBS*) Journal**, v. 8, n. 3, p. 115-129, 2014.

SEIFFERT, M. E. B. **Gestão Ambiental**: instrumentos, esferas de ação e educação ambiental. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

SENA, A. *et al*. Medindo o invisível: análise dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em populações expostas à seca. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 671-683, mar., 2016.

SERVAES, J. Comunicación para el desarrollo sostenible y el cambio social: Una visión general. **Cuadernos de Información y Comunicación**, v. 17, p. 17-40, 2012. DOI**:**https://doi.org/10.5209/rev_CIYC.2012.v17.39256

SILVA, A. C. M.; DANTAS, J. B. A. Web Rádio Como Extensão das Ondas Hertzianas da Rádio Comunitária. **Razón y Palabra**, Quito, n. 86, p. 156-169, 2014.

SILVA, R. M. A. **Entre o combate à seca e a convivência com o semiárido:** Transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2010.

SILVA, R. M. A. As Políticas das Águas no Semiárido Brasileiro. *In*: SANTOS, A. P.; ALBUQUERQUE JR., D. M.; BRAGA, R. A. (Org.). **O encolhimento das águas**: o que se vê e o que se diz sobre crise hídrica e convivência com o semiárido. Campina Grande: INSA, 2018, p. 74-91.

SPERANDIO, D. G.; GOMES C. H. Variações globais nos níveis de NO2 durante a pandemia do Covid-19 (Coronavirus): uma breve discussão sobre Geologia e Antropoceno. **Holos**, Natal, ano 36, v. 5, p. 01-11, 2020.

SUDENE. Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. (2017a). Resolução n. 107, de 27 de 27 de julho de 2017. Estabelece critérios técnicos e científicos para delimitação do Semiárido Brasileiro e procedimentos para revisão de sua abrangência. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, ed. 176, seção 1, 13 set. 2017, p. 48.

SUDENE. Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. (2017b). Resolução n. 115, de 23 nov. 2017. Aprova a Proposição nº 113/2017, que acrescenta municípios a relação aprovada pela Resolução CONDEL nº 107, e 27 de julho de 2017. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, ed. 232, seção 1, 05 dez. 2017, p. 32-34.

SUDENE. Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. **Mapa Delimitação do Semiárido**. (2017c). Disponível em: http://antigo.sudene.gov.br/images/arquivos/semiarido/arquivos/mapa-semiarido-1262municipios-Sudene.pdf. Acesso em: 15 jan. 2021

SUZINA, A. Evolução das mídias populares no Brasil (1980-2015): avanços, desafios e perspectivas. **Revista de Comunicação Dialógica**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 166-195, 2019.

TARBIFT, A. M.; MEDINA, L. E. El Índice de Rentabilidad Social de las radios comunitarias, una herramienta para el fortalecimiento de la comunicación ciudadana. **Chasqui**. **Revista Latinoamericana de Comunicación**, Quito, n. 140, p. 195-214, abr./jul., 2019.

TEIXEIRA, M. N. O sertão semiárido: uma relação de sociedade e natureza numa dinâmica de organização social do espaço. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, n. 3, p. 769-797, 2016.

TORRES, B. A. Panorama das Rádios Comunitárias. In: Nélia R. Del Bianco. (Org.). O Rádio Brasileiro na Era da Convergência. **Intercom**: São Paulo, 1 ed, v. 5, p. 303-322, 2012.

TORRES, W.; FISCHER, R. Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Ética nos Tempos da Covid-19 na América Latina: Entrevista com Efrain Pantaleón Matamoros e Felipe Chibás Ortiz. **Extraprensa**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 163-182, jan./jun., 2020.

TOSCAN, T. S. C.; TOSCAN, G. F. Repensando o consumo em tempos de modernidade líquida: construindo sociedades mais sustentáveis no cenário pós pandemia. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, São Paulo, v. 15, n. 4, p. 190-204, 2020.

TRUJILLO, H. A. B.; GÓMEZ, C. B.; QUICENO, E. Z. Medios de comunicación para el cambio social y comunicación para el fortalecimento del tejido social. **Comunicación**. Medelin, n. 34, p. 85-97, jan./jun. 2016.

TUFTE, T. O renascimento da Comunicação para a transformação social: redefinindo a disciplina e a prática da "Primavera Árabe". **Intercom**, São Paulo, v. 36, n. 2, p. 61-90, jul./dez., 2013.

URUGUAI. **Lei n. 19.307**, de 14 de janeiro de 2015. Regulação da Prestação de Serviços de Rádio, Televisão e outros serviços de Comunicação Audiovisual. 2015. Disponível em: https://www.impo.com.uy/bases/leyes/19307-2014. Acesso em: 25 jan. 2021.

VALDIVIEZO, C. T. S. Radio comunitaria para el desarrollo y el cambio social. Entre Comunicación para el Desarrollo y Comunicación para el Cambio Social. **Questión**, Buenos Aires, n. 67, v. 2, p. 01-28, dez. 2020.

VOLPATO, M. O. Configurações e tendências das rádios comunitárias do interior paulista. In: PERUZZO, C. M. K.; OTRE, M. A. C (Org). **Comunicação Popular, Comunitária e Alternativa no Brasil:** Sinais de resistência e de construção da cidadania. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2015, p. 326-348.

APÊNDICE A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do projeto: RÁDIOS COMUNITÁRIAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: ESTUDO NO SEMIÁRIDO PIAUIENSE

Esta pesquisa faz parte de projeto de Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Piauí (TROPEN/PRODEMA)

Pesquisador responsável: Wilza Gomes Reis Lopes
Instituição/Departamento: Universidade Federal do Piauí/Departamento de Construção Civil e Arquitetura
E-mail para contato: wilza@ufpi.edu.br
Pesquisadora participante: Elinara Soares Barros de Sousa
E-mail para contato: elinarabarros@ufpi.edu.br

Você está sendo convidado (a) para participar, como voluntário, em uma pesquisa que se chama "Rádios comunitárias e desenvolvimento sustentável: estudo no Semiárido Piauiense". Você precisa decidir se quer participar ou não. Por favor, não se apresse em tomar a decisão. Leia cuidadosamente o que se segue e pergunte ao responsável pelo estudo qualquer dúvida que você tiver. Este estudo será conduzido pela pesquisadora Elinara Soares Barros de Sousa. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa você não será penalizado (a) de forma alguma. Em caso de dúvida você pode procurar o comitê de Ética e pesquisa da Universidade Federal do Piauí.

Descrição da pesquisa, objetivos, detalhamento dos procedimentos, forma de acompanhamento.

As rádios comunitárias têm função social, de suma importância, para a comunidade em que está inserida, tendo entre seus objetivos apresentar e discutir questões ambientais do

local. Então, é necessário fazer uma interface, mais aprofundada, entre comunicação e meio ambiente, considerando que a comunicação passaria a ser vista como um instrumento importante nas ações que têm como foco o desenvolvimento sustentável, podendo ser utilizada nas políticas públicas, pelas organizações e na sensibilização e conscientização do cidadão.

O objetivo desta pesquisa é analisar a atuação das rádios comunitárias para o desenvolvimento sustentável da comunidade em que estão inseridas, tendo como enfoque o semiárido piauiense. Você será entrevistado (a) para analisar a percepção de comunicação ambiental dos atores envolvidos no processo produtivo nas rádios e para verificar como tem sido sua atuação no processo produtivo.

Acredita-se que, não haverá riscos potenciais, durante a pesquisa, no entanto, poderia ser possível apresentar algum constrangimento ao responder algumas perguntas sobre dados pessoais, tais como: idade, renda, grau de instrução e estado civil.

Especificação dos riscos, prejuízos, desconforto, lesões que podem ser provocados pela pesquisa.

Para evitar os riscos, os participantes receberão esclarecimento prévio da pesquisa, haverá privacidade ao responder os questionamentos, será reforçada que a participação no estudo terá garantida a confidencialidade das informações, bem como o anonimato. Os participantes poderão interromper a entrevista a qualquer momento e desvincular-se do estudo se assim acharem necessário. Garantimos também que você pode buscar indenização na presença de qualquer prejuízo decorrente da pesquisa e que estamos à disposição.

Descrição dos benefícios decorrentes da participação na pesquisa

Por se tratar de uma pesquisa científica sobre a atuação das Rádios Comunitárias para o Desenvolvimento Sustentável: Estudo no Semiárido Piauiense, espera-se como resultado, identificar as rádios comunitárias oficiais localizadas no semiárido piauiense; elaborar mapa georreferenciado; analisar a percepção de comunicação ambiental dos atores envolvidos no processo produtivo nas rádios; entender os processos produtivos das rádios, levando em consideração o desenvolvimento sustentável da comunidade; avaliar a programação específica das rádios, fazendo uma relação com o ambiente em que está inserida.

Explicação de procedimentos, intervenções, tratamentos, métodos alternativos

Durante a entrevista, será seguido um roteiro de entrevista semiestruturada para as pessoas envolvidas no processo produtivo nas rádios comunitárias, com perguntas sobre como

se dá o processo produtivo da rádio e como o desenvolvimento sustentável é tratado durante esse processo.

Garantia de acesso

Serão assegurados acompanhamento e assistência durante toda pesquisa, inclusive considerando benefícios, quando houver. Também, será garantido o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, a tudo o que se deseja saber antes, durante e depois da sua participação. Além disso, também serão assegurados acompanhamentos posteriores ao encerramento e/ou a interrupção da pesquisa.

Em qualquer momento do estudo, para esclarecimento de eventuais dúvidas, avisos e agenda de entrevista e coleta de dados, você poderá ter acesso ao pesquisador através do telefone acima citado. Ao término da pesquisa, você também poderá ter acesso aos resultados obtidos.

Garantia de sigilo

Se você concordar em participar do estudo, seu nome e identidade serão mantidos em sigilo. A menos que requerido por lei ou por sua solicitação, somente o pesquisador, a equipe do estudo, representantes do patrocinador (quando presente) Comitê de Ética independente e inspetores de agências regulamentadoras do governo (quando necessário) terão acesso a suas informações para verificar as informações do estudo.

Esclarecimento do período de participação, término, direito de retirar o consentimento a qualquer tempo

Você terá acesso ao registro do consentimento sempre que solicitado. Sua participação na pesquisa será a partir das respostas dadas durante a entrevista. Reiteramos que você tem direito de retirar seu consentimento na pesquisa a qualquer momento.

Consentimento da participação da pessoa como sujeito

Eu,_____,
RG/_____, abaixo assinado, concordo em participar do estudo Rádios comunitárias e desenvolvimento sustentável: estudo no Semiárido Piauiense" como sujeito. Fui suficientemente informado a respeito das informações que li ou que foram lidas para mim, descrevendo o estudo. Eu discuti com a pesquisadora Elinara Soares Barros de Sousa, sobre a

minha decisão em participar nesse estudo. Ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes. Ficou claro, também, que minha participação é isenta de despesas e que tenho garantia do acesso aos pesquisadores, caso necessite. Concordo voluntariamente em participar deste estudo e poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidades ou prejuízo ou perda de qualquer benefício que eu possa ter adquirido, ou no meu acompanhamento.

Local e data

_____

Nome e Assinatura do sujeito ou responsável:

_____

(Somente para o pesquisador responsável pelo contato e tomada do TCLE)

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido deste sujeito de pesquisa ou representante legal para a participação neste estudo.

Teresina, 09 de abril de 2019.

Elinara Soares Barros de Sousa

Pesquisadora responsável

Todas as páginas deverão ser rubricadas pelo pesquisador responsável/pessoa por ele delegada e pelo responsável legal.
Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, entre em contato:
Comitê de Ética em Pesquisa - UFPI - Campus Universitário Ministro Petrônio Portela - Bairro Ininga.
Centro de Convivência L 09 e 10 – CEP 64.049.550 – Teresina – Piauí
Fone: (86) 3215 5734 – email: cep.ufpi@ufpi.edu.br web: ufpi.br/cep

APÊNDICE B

RÁDIOS COMUNITÁRIAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: ESTUDO NO SEMIÁRIDO PIAUIENSE

Roteiro de entrevista semiestruturada com as pessoas envolvidas no processo produtivo nas rádios comunitárias localizadas no semiárido piauiense

Esta pesquisa faz parte de projeto de Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Piauí (TROPEN/PRODEMA)

Orientadora: Wilza Gomes Reis Lopes
Coorientador: Orlando Maurício de Carvalho Berti
Aluna de doutorado: Elinara Soares Barros de Sousa

Entrevistadora: Elinara Soares Barros de Sousa

Rádio Comunitária: _____

Cidade: _____

Data da entrevista: ____/____/_____

INFORMAÇÕES DA RÁDIO

1. Quando e por quem a rádio foi fundada?

2. Quando a rádio foi legalizada? Como se deu o processo de legalização?

3. Como é formada a estrutura organizacional da rádio comunitária?

4. Quantas pessoas colaboram na rádio comunitária? E como?

5. Como a rádio é mantida?

6. Quem define a programação da rádio comunitária?

VÍNCULO COM A RÁDIO

7. Qual a sua ocupação na rádio?
_____

8. Possui outra ocupação?
( ) Sim. Qual: _____
( ) Não.
9. Possui algum curso de capacitação na área de comunicação social ou rádio comunitária?
( ) Sim. Qual: _____
( ) Não

10. Algum órgão, instituto, instituição ou outra organização disponibilizam assistência técnica, capacitação ou algum incentivo na produção da rádio comunitária?
( ) Sim. Quem: _____
( ) Não.

RELAÇÃO DA RÁDIO COMUNITÁRIA E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

11. Atualmente, como é a programação da rádio? Quais os programas que fazem parte?

12. Quais os principais temas abordados nos programas da rádio? E como são definidos esses temas?

13. Como são escolhidas as músicas que são tocadas na rádio? Há incentivo da música local?

14. Como a rádio comunitária atua na comunidade em que está inserida? São promovidas atividades junto aos cidadãos?

15. Como a questão da sustentabilidade é abordada na rádio comunitária? Na rádio, tem algum programa que trata das questões ambientais?

16. Como são repassadas informações sobre as questões econômicas e sociais da região? Como por exemplo: oportunidades de emprego, apresentações culturais, cursos de capacitação, etc.

17. Como se dá a participação da comunidade no processo produtivo da rádio comunitária?

18. Qual a importância da rádio para a comunidade em que está inserida?

DADOS PESSOAIS

19. Idade: _____ **20. Sexo:** ( ) Feminino ( ) Masculino
21. Estado Civil:
( ) Solteiro ( ) Casado ( ) Divorciado
( ) Viúvo ( ) União Estável

22. Grau de Instrução:
( ) Ensino Básico ( ) Ensino Médio
( ) Ensino Fundamental ( ) Ensino Superior
( ) Outro _____

23. Renda Mensal (R$):
( ) Até ½ salário
( ) Mais de ½ salário até 1 salário
( ) Mais de 1 até 2 salários
( ) Mais de 2 até 3 salários
( ) Mais de 3 até 5 salários
( ) Mais de 5 salários
( ) Sem declarar

ANEXO A

LISTA DAS RÁDIOS COMUNITÁRIAS AUTORIZADAS PELO MINISTÉRIOS DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES LOCALIZADAS NOS MUNICÍPIOS DO SEMIÁRIDO PIAUIENSE ATÉ 2020.

Nº	Município	Entidade
1	Alagoinha do Piauí	Associação Comunitária de Radiodifusão, Cultural, Esporte e Lazer de Alagoinhas do Piauí – ACRACELIA
2	Alto Longá	Fundação Marica Saraiva
3	Altos	Associação Comunitária de Notícias e Radiodifusão de Altos
4	Alvorada do Gurguéia	Associação Comunitária de Amigos de Alvorada do Gurguéia
5	Amarante	Fundação Álvaro Prestes
6	Angical do Piauí	Associação de Desenvolvimento Comunitário do Município de Angical do Piauí – ADECOMUNA
7	Anísio de Abreu	Associação Rádio Comunitária Regional FM
8	Aroazes	Associação Comunitária dos Moradores de Aroazes – ASCOMAR
9	Avelino Lopes	Associação de Radiodifusão Comunitária Cultura FM de Avelino Lopes – Piauí
10	Barras	Associação de Desenvolvimento Comunitário e Cultural do Povoado Três Caminhos – ADCT
11	Barro Duro	Associação Comunitária de Comunicação de Barro Duro
12	Batalha	Associação Comunitária de Radiodifusão do Povoado Bela Vista
13	Batalha	Associação Comunitária de Radiodifusão de Batalha
14	Batalha	Associação Comunitária de Radiodifusão e Cultura dos Assentamentos da Puba
15	Bela Vista do Piauí	Associação Comunitária de Radiodifusão de Bela Vista do Piauí-PI
16	Beneditinos	Associação de Desenvolvimento Social e Cultural de Beneditinos – PI
17	Boa Hora	Fundação Pedro Coelho de Resende
18	Bocaina	Fundação Rosa Leal
19	Bom Jesus	Ação Social Benedita Barbosa dos Santos / Rádio Comunitária Bom Jesus 105 FM
20	Bom Princípio do Piauí	Associação Comunitária de Radiodifusão de Bom Princípio do Piauí
21	Brasileira	Fundação Deoclécio Mendes do Amaral

22	Buriti dos Lopes	Associação de Radiodifusão Comunitária Buriti FM
23	Cabeceiras do Piauí	Associação de Desenvolvimento Comunitário de Cabeceiras
24	Canto do Buriti	Associação Comunitária Cultural, Educacional de Comunicação e Radiodifusão de Canto do Buriti-PI.
25	Capitão Gervásio Oliveira	Associação Comunitária de Rádio de Capitão Gervásio Oliveira – ACRACGEO
26	Caracol	Associação Comunitária de Pequenos Produtores Rurais e Moradores do Bairro Comandante José Dias
27	Caridade do Piauí	Associação Comunitária de Radiodifusão de Caridade do Piauí/PI
28	Castelo do Piauí	Associação de Desenvolvimento Comunitário de Castelo do Piauí – ADCC
29	Castelo do Piauí	Associação de Desenvolvimento Social Cultural da Localidade Itauna
30	Castelo do Piauí	Associação de Comunicação e Desenvolvimento Comunitário de Castelo do Piauí
31	Caxingó	Associação dos Amigos e Produtores Rurais da Comunidade
32	Cocal	Associação Comunitária de Radiodifusão Alternativa de Cocal
33	Cocal dos Alves	Associação Comunitária de Radiodifusão de Cocal dos Alves
34	Coivaras	Fundação Martinho Canuto de Melo
35	Colônia do Gurguéia	Fundação Beneficente, Educativa e Cultural de Amparo à Saúde Antônio Constâncio da Silva
36	Colônia do Piauí	Associação Coloniense de Radiodifusão Comunitária
37	Conceição do Canindé	Associação de Rádio Comunitária de Conceição do Canindé – Piauí
38	Cristalândia	Associação de Vaqueiros de Cristalândia do Piauí
39	Curimatá	Fundação Alírio Guerra de Macedo
40	Dom Expedito Lopes	Associação de Comunicação, Cultura e Desporto do Município de Dom Expedito Lopes do Piauí - ACCD-DEL
41	Elesbão Veloso	Associação de Comunicação, Cultura e Desporto do Município de Elesbão Veloso-PI- ACCDME
42	Floriano	Associação União das Mulheres Florianense
43	Fronteiras	Fundação Fronteiras
44	Ilha Grande	Associação Comunitária de Radiodifusão Cultural Morro Branco
45	Ipiranga do Piauí	Fundação Cultural Enéas Carvalho
46	Itainópolis	Associação Cultural Comunitária de Itainopolis
47	Itaueira	Associação de Desenvolvimento Comunitário Boas Novas
48	Jaicós	Associação de Comunicação, Cultura e Desportos de Jaicós

49	José de Freitas	Associação de Comunicação Comunitária de José de Freitas
50	José de Freitas	Fundação Cidadania
51	Juazeiro do Piauí	Associação de Desenvolvimento Cultural e Rádio Comunitária de Juazeiro do Piauí
52	Lagoa de São Francisco	Associação Comunitária de Radiodifusão FM Cidade Livre de Lagoa do São Francisco – PI
53	Lagoa do Barro do Piauí	Associação Comunitária de Rádio de Lagoa do Barro do Piauí – PI
54	Lagoa do Sítio	Associação Rádio Comunitária de Lagoa do Sitio
55	Luís Correia	Associação Comunitária, Cultural e Comunicação Social de Luís Correia
56	Manoel Emídio	Fundação Benilde Vasconcelos Moreira
57	Massapê do Piauí	Associação Comunitária de Angical
58	Monsenhor Gil	Fundação Luís Ribeiro da Silva
59	Monsenhor Gil	Associação de Desenvolvimento Comunitário da Comunicação e Cultura de Monsenhor Gil Piauí
60	Monsenhor Hipólito	Associação Rádio Comunitária Hipolitana FM
61	Nazaré do Piauí	Associação de Moradores do Bairro Piçarra Nova
62	Oeiras	Associação Comunitária de Radiodifusão Liberdade FM
63	Palmeira do Piauí	Associação de Radiodifusão Comunitária Nove de Julho
64	Parnaíba	Rádio Comunitária Alternativa FM
65	Passagem Franca do Piauí	Associação Comunitária de Radiodifusão Vitoria FM de Passagem Franca do Piauí
66	Pedro II	Associação Comunitária de Radiodifusão de Pedro II
67	Pedro Laurentino	Associação de Apoio à Cultura e Desenvolvimento Comunitário de Pedro Laurentino
68	Picos	Fundação Senador Waldemar de Moura Santos
69	Pimenteiras	Associação da Rádio Comunitária de Pimenteiras
70	Pio IX	Associação Comunitária de Rádio de Pio IX
71	Pio IX	Associação Comunitária de Radiodifusão de Cajazeiras
72	Piracuruca	Associação Comunitária de Rádio Ativa –FM
73	Piripiri	Associação Beneficente de Rádio Difusão Comunitária do Assentamento das Mulheres Organizadas
74	Piripiri	Associação Comunitária de Radiodifusão de Piripiri
75	Queimada Nova	Associação de Rádio Comunitária de Queimada Nova
76	Redenção do Gurguéia	Associação da Rádio Comunitária Redenção FM

77	Regeneração	Associação de Desenvolvimento Comunitário e Cultural de Regeneração
78	São Félix do Piauí	Associação de Rádio Comunitária de São Felix do Piauí-PI
79	São Francisco de Assis do Piauí	Associação de Rádio Comunitária de São Francisco de Assis
80	São João da Canabrava	Associação Comunitária Canabravense de Desenvolvimento Sócio Cultural
81	São João da Fronteira	Associação da Rádio Comunitária Bom Conselho
82	São João da Serra	Associação Comunitária de Radiodifusão de São João da Serra
83	São João do Piauí	Associação Comunitária de Rádio de São João do Piauí
84	São José do Peixe	Associação Comunitária de Apoio à Cultura de São José do Peixe
85	São José do Piauí	Fundação Paulo Bezerra De Sousa
86	São Julião	Associação São Juliaoense de Desenvolvimento do Desporto, Cultura e Turismo
87	São Luís do Piauí	Fundação Moura Barros
88	São Miguel do Tapuio	Fundação Valter Evaristo
89	São Pedro do Piauí	Rádio Comunitária Progresso FM
90	São Raimundo Nonato	Associação Sanraimundense de Comunicação
91	Simões	Núcleo de Defesa e Apoio Comunitário de Simões
92	Sussuapara	Associação Cultural e Educativa de Sussuapara
93	Teresina	Fundação Maria Alves Lima
94	Teresina	Fundação Antonino Silveira Reis
95	Teresina	Associação de Desenvolvimento e Rádio de Difusão Comunitário do Conjunto São Joaquim
96	Teresina	Associação de Desenvolvimento Cultural e Social do Bairro Renascença
97	Teresina	Associação de Radiodifusão Comunitária do Parque Piauí
98	Valença do Piauí	Fundação Cultural de Radiodifusão Valenciana
99	Vila Nova do Piauí	Associação Comunitária de Desenvolvimento de Vila Nova do Piauí

Fonte: ANATEL, 2020.

ANEXO B

LISTA DE MUNICÍPIOS DO SEMIÁRIDO PIAUIENSE QUE NÃO POSSUEM RÁDIO COMUNITÁRIA LEGALIZADA ATÉ O PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2020

Nº	Município
1	Acauã
2	Alegrete do Piauí
3	Aroeiras do Itaim
4	Arraial
5	Assunção do Piauí
6	Barra D'Alcântara
7	Belém do Piauí
8	Bertolínia
9	Betânia do Piauí
10	Bonfim do Piauí
11	Boqueirão do Piauí
12	Brejo do Piauí
13	Buriti dos Montes
14	Cajazeiras do Piauí
15	Caldeirão Grande do Piauí
16	Campinas do Piauí
17	Campo Alegre do Fidalgo
18	Campo Grande do Piauí
19	Campo Maior
20	Canavieira
21	Capitão de Campos
22	Caraúbas do Piauí
23	Cocal de Telha
24	Coronel José Dias
25	Corrente
26	Cristino Castro
27	Currais
28	Curral Novo do Piauí
29	Demerval Lobão
30	Dirceu Arcoverde
31	Dom Inocêncio
32	Domingos Mourão
33	Eliseu Martins
34	Fartura do Piauí
35	Flores do Piauí
36	Floresta do Piauí
37	Francinópolis

38	Francisco Ayres
39	Francisco Macedo
40	Francisco Santos
41	Geminiano
42	Guaribas
43	Inhuma
44	Isaías Coelho
45	Jacobina do Piauí
46	Jardim do Mulato
47	Jatobá do Piauí
48	João Costa
49	Júlio Borges
50	Jurema
51	Lagoa do Piauí
52	Marcolândia
53	Milton Brandão
54	Morro Cabeça no Tempo
55	Nossa Senhora de Nazaré
56	Nova Santa Rita
57	Novo Oriente do Piauí
58	Novo Santo Antônio
59	Padre Marcos
60	Paes Landim
61	Pajeú do Piauí
62	Paquetá
63	Parnaguá
64	Patos do Piauí
65	Pau D'Arco do Piauí
66	Paulistana
67	Pavussu
68	Prata do Piauí
69	Riacho Frio
70	Ribeira do Piauí
71	Rio Grande do Piauí
72	Santa Cruz do Piauí
73	Santa Cruz dos Milagres
74	Santa Luz
75	Santa Rosa do Piauí
76	Santana do Piauí
77	Santo Antônio de Lisboa
78	Santo Antônio dos Milagres
79	Santo Inácio do Piauí
80	São Braz do Piauí

81	São Francisco do Piauí
82	São Gonçalo do Gurguéia
83	São Gonçalo do Piauí
84	São João da Varjota
85	São José do Divino
86	São Lourenço do Piauí
87	São Miguel da Baixa Grande
88	São Miguel do Fidalgo
89	Sebastião Barros
90	Sebastião Leal
91	Sigefredo Pacheco
92	Simplício Mendes
93	Socorro do Piauí
94	Tamboril do Piauí
95	Tanque do Piauí
96	Várzea Branca
97	Várzea Grande
98	Vera Mendes
99	Wall Ferraz

Fonte: Anatel, 2020.

ANEXO C

LISTA DE PARQUES NACIONAIS BRASILEIROS

Nº	Parque Nacional	Bioma	Área (km²)	Ano de criação	Município	Estado
1	Parque Nacional do Acari	Amazônia	8.964,36	2016	Apuí Borba Novo Aripuanã	Amazonas
2	Parque Nacional Marinho das Ilhas dos Currais	Marinho	879,54	2013	Pontal do Paraná	Paraná
3	Parque Nacional da Furna Feia	Caatinga	85,18	2012	Baraúna Mossoró	Rio Grande do Norte
4	Parque Nacional Guaricana	Mata Atlântica	492,86	2014	Guaratuba Morretes São José dos Pinhais	Paraná
5	Parque Nacional da Serra do Gandarela	Mata Atlântica	312,17	2014	Nova Lima Raposos Caeté Santa Bárbara Mariana Ouro Preto Itabirito Rio Acima	Minas Gerais
6	Parque Nacional do Cabo Orange	Amazônia	6.573,28	1980	Calçoene Oiapoque	Amapá
7	Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba	Marinho	149,19	1998	Macaé Carapebus Quissamã	Rio de Janeiro
8	Parque Nacional dos Lençois Maranhenses	Marinho	1.565,62	1981	Primeira Cruz Barreirinhas	Maranhão
9	Parque Nacional da Lagoa do Peixe	Pampa	367,16	1986	Mostardas Tavares São José do Norte	Rio Grande do Sul
10	Parque Nacional de Jericoacoara	Marinho	88,63	2002	Jijoca de Jericoacoara Cruz	Ceará
11	Parque Nacional Marinho dos Abrolhos	Marinho	879,54	1983	Alcobaça Caravelas	Bahia

12	Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha	Marinho	109,33	1988	Fernando de Noronha	Pernambuco
13	Parque Nacional do Superagui	Marinho	338,6	1989	Guaraqueçaba	Paraná
14	Parque Nacional do Pantanal Matogrossense	Pantanal	1.359,23	1981	Corumbá (MS) Cáceres (MT) Poconé (MT)	Mato Grosso/Mato Grosso do Sul
15	Parque Nacional dos Campos Ferruginosos	Amazônia	790,85	2017	Canaã de Carajás Parauapebas	Pará
16	Parque Nacional do Boqueirão da Onça	Caatinga	3.469,09	2018	Sento Sé Juazeiro Sobradinho Campo Formoso	Bahia
17	Parque Nacional da Serra da Bocaina	Mata Atlântica	1.065,64	1971	Angra dos Reis (RJ) Parati (RJ) Areias (SP) Cunha (SP) São José do Barreiro (SP) Ubatuba (SP)	Rio de Janeiro/São Paulo
18	Parque Nacional de Caparaó	Mata Atlântica	317,63	1961	Iúna (ES) Irupi (ES) Ibitirama (ES) Dores do Rio Preto (ES) Divido de São Lourenço (ES) Alto Jetiquibá (MG) Espera Feliz (MG) Caparaó (MG) Alto Caparaó (MG)	Espírito Santo/Minas Gerais
19	Parque Nacional da Serra dos Órgãos	Mata Atlântica	200,2	1939	Teresópolis Petrópolis, Magé	Rio de Janeiro

					Guapimirim	
20	Parque Nacional da Serra das Lontras	Mata Atlântica	113,44	2010	Arataca Uma	Bahia
21	Parque Nacional do Alto Cariri	Amazônia	192,38	2010	Guaratinga	Bahia
22	Parque Nacional e Histórico do Monte Pascoal	Mata Atlântica	222,4	1961	Porto Seguro Prado	Bahia
23	Parque Nacional Serra de Itabaiana	Mata Atlântica	80,25	2005	Areia Branca Itabaiana Laranjeiras Itaporanga D'ajuda Malhador Campo do Brito	Sergipe
24	Parque Nacional do Pau Brasil	Mata Atlântica	189,34	1999	Porto Seguro	Bahia
25	Parque Nacional da Tijuca	Mata Atlântica	39,58	1961	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
26	Parque Nacional de Boa Nova	Mata Atlântica	120,65	2010	Boa Nova Manoel Vitorino Dário Meira	Bahia
27	Parque Nacional do Iguaçu	Mata Atlântica	1.694,23	1939	Foz do Iguaçu Céu Azul Matelândia Medianeira São Miguel do Iguaçu	Paraná
28	Parque Nacional das Araucárias	Mata Atlântica	128,1	2005	Ponte Serrada Passos Maia	Santa Catarina
29	Parque Nacional da Serra do Itajaí	Mata Atlântica	569,18	2004	Ascurra Apiúna Blumenau Botuverá Gaspar Guabiruba Indaial Presidente Nereu Vidal Ramos	Santa Catarina
30	Parque Nacional dos Campos Gerais	Mata Atlântica	212,99	2006	Ponta Grossa Castro Carambeí	Paraná

31	Parque Nacional do Descobrimento	Mata Atlântica	226,93	1999	Prado	Bahia
32	Parque Nacional de Aparados da Serra	Mata Atlântica	131,48	1959	Carambá do Sul (RS)	Rio Grande do Sul/Santa Catarina
					Praia Grande (SC)	
33	Parque Nacional de Saint-Hilaire-Lange	Mata Atlântica	243,52	2001	Guaratura	Paraná
					Matinhos	
					Marretes	
					Paranaguá	
34	Parque Nacional de Itatiaia	Mata Atlântica	280,86	1937	Bocaina de Minas(MG)	Minas Gerais/Rio de Janeiro
					Itamonte (MG)	
					Itatiaia (RJ)	
					Resende (RJ)	
35	Parque Nacional de São Joaquim	Mata Atlântica	496,72	1961	Grão Pará	Santa Catarina
					Urubici	
					Bom Jardim da Serra	
					Orleans	
36	Parque Nacional de Ilha Grande	Mata Atlântica	761,38	1997	Altônia (PR)	Paraná/Mato Grosso
					Guaíra (PR)	
					São Jorge do Patrocínio (PR)	
					Vila Alta (PR)	
					Icaraíma (PR)	
					Mundo Novo	
					Eldorado (MS)	
					Naviraí (MS)	
					Itaquiraí (MS)	
37	Parque Nacional da Serra Geral	Mata Atlântica	173,02	1992	Cambará do Sul (RS)	Rio Grande do Sul/Santa Catarina
					Jacinto Machado (SC)	
					Praia Grande (SC)	
38	Parque Nacional da Serra da Capivara	Caatinga	1.007,62	1979	Canto do Buriti	Piauí
					São João do Piauí	
					São Raimundo Nonato	
					Coroneo José Dias	
39	Parque Nacional de Ubajara	Caatinga	62,69	1959	Ubajara	Ceará
					Tianguá	
					Frecheirinha	

40	Parque Nacional do Catimbau	Caatinga	622,95	2002	Ibirimirim	Pernambuco
					Tupanatinga	
					Sertânia	
					Buíque	
41	Parque Nacional de Sete Cidades	Caatinga	63,04	1961	Piracuruca	Piauí
					Brasileira	
42	Parque Nacional da Chapada da Diamantina	Caatinga	1.521,42	1985	Palmeiras	Bahia
					Mucugê	
					Lençóis	
					Ibicoara	
					Andaraí	
43	Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba	Cerrado	7.497,66	2002	Formosa do Rio Preto (BA)	Piauí/Maranhão/Bahia/Tocantins,
					Alto Parnaíba (MA)	
					Gilbués (PI)	
					São Gonçalo do Gurguéia (PI)	
					Barreiras do Piauí (PI)	
					Corrente (PI)	
					Mateiros (TO)	
					São Felix (TO)	
					Lizarda (TO)	
44	Parque Nacional das Sempre-Vivas	Cerrado	1.241,55	2002	Olhos d'Água	Minas Gerais
					Bocaiúva	
					Buenópolis	
					Diamantina	
45	Parque Nacional das Emas	Cerrado	1.327,84	1961	Chapadão do Céu	Goias
					Mineiros	
46	Parque Nacional de Brasília	Cerrado	423,55	1961	Brasília	Distrito Federal
47	Parque Nacional da Serra da Canastra	Cerrado	1.979,73	1972	Vargem Bonita	Minas Gerais
					São Roque de Minas	
					São João Batista do Glória	
					Sacramento	
					Delfinópolis	
					Capitólio	
48	Parque Nacional Grande Sertão Veredas	Cerrado	2.308,51	1989	Formoso	Minas Gerais
49		Cerrado	316,39	1984	Itabira	Minas Gerais

	Parque Nacional da Serra do Cipó				Itambé do Mato Dentro	
					Jaboticatubas	
					Nova União	
					Morro do Pilar	
					Santana do Riacho	
50	Parque Nacional do Araguaia	Cerrado	5.554,78	1959	Lagoa da Confusão	Tocantins
					Pium	
51	Parque Nacional Cavernas do Peruaçu	Cerrado	564,48	1999	Itacarambi	Minas Gerais
					São João das Missões	
52	Parque Nacional da Chapada das Mesas	Cerrado	1.599,52	2005	Carolina	Maranhão
					Riachão	
					Estreito	
53	Parque Nacional da Chapada dos Guimarães	Cerrado	326,47	1989	Chapada dos Guimarães	Mato Grosso
					Cuiabá	
54	Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros	Cerrado	2.405,83	1961	Alto Paraíso de Goiás	Goias
					Cavalcante	
					Nova Roma	
					Teresina de Goiás	
					São João da Aliança	
55	Parque Nacional da Serra da Bodoquena	Cerrado	769,75	2000	Porto Murtinho	Mato Grosso do Sul
					Jardim	
					Bonito	
					Bodoquena	
56	Parque Nacional Nascentes do Lago Jari	Amazônia	8.127,42	2007	Tapauá	Amazonas
					Beruri	
57	Parque Nacional da Serra do Divisor	Amazônia	8.285,00	1989	Mâncio Lima	Acre
					Marechal Thaumaturgo	
					Porto Walter	
					Rodrigues Alves	
					Cruzeiro do Sul	
58	Parque Nacional da Serra do Pardo	Amazônia	4..453,95	2005	Altamira	Pará
					São Félix do Xingu	
59	Parque Nacional do Rio Novo	Amazônia	5.380,89	2006	Itaituba	Pará
					Novo Progresso	

60	Parque Nacional de Anavilhanas	Amazônia	3.502,36	1981	Manaus Novo Airão	Amazonas
61	Parque Nacional do Monte Roraima	Amazônia	1.142,83	1989	Uiramutã	Roraima
62	Parque Nacional de Pacaás Novos	Amazônia	7.086,80	1979	Guajará-Mirim Nova Mamoré Campo Novo de Rondônia Governador Jorge Teixeira Alvorada d'Oeste Mirante da Serra	Rondonia
63	Parque Nacional Serra da Mocidade	Amazônia	3.593,91	1998	Caracaraí (RR) Barcelos (AM)	Roraima/Amazonas
64	Parque Nacional do Jamanxim	Amazônia	8.628,87	2006	Itaituba Altamira Trairão	Pará
65	Parque Nacional do Viruá	Amazônia	2.149,54	1998	Caracaraí Rorainópolis	Roraima
66	Parque Nacional do Jaú	Amazônia	23.673,40	1980	Barcelos Codajás Novo Airão	Amazonas
67	Parque Nacional Serra da Cutia	Amazônia	2.834,99	2001	Costa Marques Guajará-Mirim	Rondonia
68	Parque Nacional do Pico da Neblina	Amazônia	22.474,30	1979	São Gabriel da Cachoeira Santa Isabel do Rio Negro	Amazonas
69	Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque	Amazônia	38.281,27	2002	Laranjal do Jari (AP) Serra do Navio (AP) Oiapoque (AP) Calçoene (AP) Almeirim (PA)	Amapá/Pará
70	Parque Nacional do Juruena	Amazônia	19.565,84	2006	Apiacás (MT) Nova Bandeirantes (MT) Cotriguaçu (MT) Apuí (AM) Maués (AM)	Mato Grosso/Amazonas

71	Parque Nacional Mapinguari	Amazônia	17.769,26	2008	Canutama (AM) Lábrea (AM) Porto Velho (RO)	Amazonas/Rondônia
72	Parque Nacional Campos Amazônicos	Amazônia	9.613,11	2006	Manicoré (AM) Novo Aripuanã (AM) Colniza (MT) Machadinho d'Oeste (RO)	Amazonas/Mato Grosso/Rondônia
73	Parque Nacional da Amazônia	Amazônia	10.663,02	1974	Itaituba Aveiro Maués	Pará/Amazonas
74	Parque Nacional Serra das Confusões	Caatinga	8.238,38	1998	Alvorada do Gurgueia Brejo do Piauí Bom Jesus Canto do Buriti Caracol Cristino Castro Guaribas Jurema Santa Luz Tamboril do Piauí	Piauí

Fonte: Parques Nacionais/ICMBIO (2020)

ANEXO D
LISTA DE PARQUES NACIONAIS INSERIDOS EM MUNICÍPIOS DO SEMIÁRIDO BRASILEIRO

Parque Nacional	Estado	Municípios do Semiárido
Parque Nacional da Furna Feia	Rio Grande do Norte	Baraúna Mossoró
Parque Nacional de Jericoacoara	Ceará	Jijoca de Jericoacoara Cruz
Parque Nacional do Boqueirão da Onça	Bahia	Sento Sé Juazeiro Sobradinho Campo Formoso
Parque Nacional de Boa Nova	Bahia	Boa Nova Manoel Vitorino
Parque Nacional de Ubajara	Ceará	Ubajara Tianguá Frecheirinha
Parque Nacional do Catimbau	Pernambuco	Tupanatinga Buíque Sertânia
Parque Nacional da Serra das Confusões	Piauí	Alvorada do Gurgueia Brejo do Piauí Bom Jesus Canto do Buriti Jurema Caracol Guaribas Santa Luz Cristino Castro Tamboril do Piauí Curimatá - PI Redenção do Gurguéia - PI
Parque Nacional de Sete Cidades	Piauí	Piracuruca Brasileira
Parque Nacional da Chapada Diamantina	Bahia	Andaraí Ibicoara Lençóis Mucugê Palmeiras
Parque Nacional da Serra da Capivara	Piauí	João Costa Brejo do Piauí São Raimundo Nonato Coronel José Dias
Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba	Piauí/Maranhão/Bahia/Tocantins	Corrente (PI) São Gonçalo do Gurguéia (PI) Formosa do Rio Preto (BA)
Parque Nacional Cavernas do Peruaçu	Minas Gerais	Itacarambi São João das Missões

Fonte: Parques Nacionais/ICMBIO (2020)